

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

ROSYJANE PAULA FARIAS PINTO

TESE DE DOUTORADO

**MARIA ARAGÃO: A TRAJETÓRIA DE UMA MÉDICA E MILITANTE
COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XX**

**São Leopoldo
2022**

Rosyjane Paula Farias Pinto

Tese de Doutorado

MARIA ARAGÃO: A TRAJETÓRIA DE UMA MÉDICA E MILITANTE COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

Tese de Doutorado apresentada como requisito final para obtenção do título de doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame

**São Leopoldo
2022**

Pinto, Rosyjane Paula Farias.

Maria Aragão: a trajetória de uma médica e militante comunista no Brasil do século XX / Rosyjane Paula Farias Pinto. — São Leopoldo, 2022.

224 f.; il.

Orientador: Prof. Dra. Maíra Ines Vendrame.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

1. Biografia – Maria Aragão. 2. Maria Aragão – Militante comunista. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. Ditadura civil-militar - Brasil. 5. Feminismo. I. Título.

CDD 920.72

CDU 929Aragão

Rosyjane Paula Farias Pinto

MARIA ARAGÃO: A TRAJETÓRIA DE UMA MÉDICA E MILITANTE COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame – PPGH/UNISINOS (ORIENTADORA)

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez – PPGH/UFRGS

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – PPGH/UNISINOS

Profa. Dra. Regina Célia Costa Lima– UEMASUL

Prof. Dr. Alexandre Karsburg

**São Leopoldo
2022**

Agradecimentos

A tese que aqui apresento é marcada por uma série de acontecimentos que envolve minha vida profissional, pessoal e até a história do Brasil e do Mundo. Realizar uma pesquisa e escrever uma tese de doutorado em meio a pandemia de Covid-19 não foi tarefa das mais simples. A angústia de adoecer e de ver outros morrendo, do pesadelo de perder familiares quando estive longe de mãe, irmãos e sobrinhos, foi um sentimento que nem nos meus melhores dias de calma conseguiria descrever.

A trajetória da construção da tese foi conciliada com o trabalho, pois não foi possível o afastamento para dedicar-me exclusivamente à pesquisa e tentar uma escrita mais apaixonante. Ainda que eu tenha a certeza que “Tudo tem o seu tempo determinado e há tempo para todo propósito debaixo do céu” (ECLESIASTES, 3:1-17), muitos foram os dias e as noites que desejei que o “tempo” fosse mais brando com todos os compromissos que eu precisava cumprir com dedicação e responsabilidade.

Para tanto, ainda que todo o percurso da construção desse trabalho de pesquisa tenha sido realizado com atribulações, tenho muito a agradecer. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pois se estou a fazer a defesa dessa tese é porque tenho recebido a graça divina para permanecer entre os encarnados.

Em seguida, trago com o coração repleto de amor e carinho minha mãe Rosimar Pinto, que foi essa amiga e companheira que, mesmo estando distante, sempre acreditou na minha força e determinação, e, acima de tudo, eu tinha a certeza de que em suas orações mais sinceras eu estava em seus pensamentos e coração. Agradeço também aos meus irmão João Paulo Pinto e Luciano Pinto pelo incentivo de sempre, pois sei do orgulho que cada um deles têm de saber que, mesmo diante de tantas dificuldades e atribulações da minha vida, encontrei meus mecanismos para concluir um doutorado em história; para eles, agora, a irmã será uma “Doutora de verdade”! Destaca aqui o espaço para citar meu pai João Paulo (*in memoriam*) que, mesmo não tendo acompanhado nenhuma das fases do doutorado de forma presencial, tenho a mais profunda certeza que do plano espiritual me orientou e me deu coragem para enfrentar os desafios da vida.

Destaco na minha lista de agradecimentos as pessoas do ciclo de trabalho, que foram generosos nos dias em que a ansiedade e a angústia fizeram parte do meu cotidiano. Foram complacentes em entender que, além da profissional que estava diante deles, havia uma mulher que também vivia dias de inseguranças e medos. Eu queria ser a melhor

professora/servidora pública diante das funções que estive à frente compondo a equipe da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão nos últimos 7 anos e 6 meses. Das pessoas que me são caras, destaco o amigo Felipe Costa Camarão, ex-Secretário de Estado da Educação que por anos foi compreensivo e me possibilitou conciliar o trabalho e os estudos, bem como o amigo e companheiro de trabalho André Bello, que tem sido um grande apoiador e aliado para a finalização da tese. Agradeço às amigas Silvana Maria, Aleya Pantoja, Samira Simas e, principalmente, a amiga-irmã Eliene Costa, que por mais de 23 anos vive ao meu lado uma relação de respeito, afeto e irmandade. Não posso de deixar de mencionar a amiga Dra. Orleane Santana, que tanto contribuiu com incentivo e correções de minhas produções ao longo de anos; deixo aqui meu muito obrigada. É certo que cada uma dessas pessoas presenciaram as alegrias e dores sentidas em todos esses anos para concluir um doutorado estando longe do aconchego de familiares em decorrência do trabalho, conciliando produções, pesquisas e ainda cumprindo com êxito os compromissos profissionais. A cada um deles meu muitíssimo obrigada.

Para tanto, este trabalho não seria possível sem a dedicação da minha orientadora professora Dra. Maíra Vendrame, que tantos ensinamentos me proporcionou ao longo de algumas disciplinas e, principalmente, na orientação desse trabalho de doutoramento. Grandes foram as reflexões e puxões de orelhas para que a historiadora pudesse aparecer na escrita. Para cada palavra, sorriso e olhar profundo e questionador, deixo meus agradecimentos. A ela deixo uma simples frase: “tentei dar o meu melhor nessa construção, ainda que eu tenha consciência que tudo poderia ser diferente e melhor”.

Abro mais um espaço para agradecer a todos os amigos e amigas de caminhada da turma do doutorado em história. Com cada um(a) deles(as) vivi momentos maravilhosos de aprendizado, de risos largos e de angústias nos momentos em que precisamos produzir artigos, apresentar trabalhos e lidar com as cobranças que cada um e uma faziam para que pudessem ser alunos de doutorado a contento da Instituição UNISINOS, dos professores e de nossas próprias cobranças individuais.

Provação. Agora entendo o que é provação. Provação: significa que a vida está me provando. Mas provação significa que eu também estou provando. E provar pode se transformar numa sede cada vez mais insaciável. (A paixão segundo G.H. de Clarice Lispector)

RESUMO

A referida tese tem como objetivo analisar a trajetória da personagem Maria Aragão, que atuou como médica e militante do Partido Comunista no estado do Maranhão no século XX. Propõe-se a pesquisar a história de uma mulher a partir de um local social inscrito na trajetória de vida marcada pelo desejo de transformação social e cultural. Enquanto mulher e de origem pobre, Maria Aragão, nascida no interior do Maranhão, entrou para o curso de medicina na década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, formando-se em 1942. No ano de 1945, filiou-se, ainda na capital do Brasil, ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, retornando para o Maranhão para dirigir o partido, tornando-se uma das principais lideranças da esquerda. Durante a ditadura civil-militar, foi perseguida, presa e torturada. Seu histórico foi marcante pela luta por justiça social, defesa dos direitos das mulheres e fortalecimento da democracia. As fontes desta tese são de origem variada: depoimentos de Maria Aragão, documentário a respeito dela, jornais de meados do século XX e documentos da repressão (DOPS). A pesquisa situa-se no campo da história social e se inspira em algumas questões metodológicas da micro-história, tendo o nome “Maria Aragão” como fio condutor para alcançar uma compreensão holística das diferentes situações que podem ser percebidas a partir de uma vida. Conceitos como trajetória, na perspectiva de que a mesma não pode ser única ou fechada; memória, tendo em vista que pode ser tanto individual quanto coletiva, pois estamos evidenciando uma personagem em seu lugar social; bem como o feminismo, como mudança cultural de comportamento que vai sendo apresentado por caminhos tortuosos. Maria Aragão lutou para quebrar paradigmas em uma sociedade machista e preconceituosa, precisando criar uma rede de relações para que alcançasse êxito no campo profissional e político e se inscrevesse na história do Maranhão.

Palavras-Chave: Maria Aragão, Partido Comunista Brasileiro, Relações Sociais, Ditadura Civil-Militar, Feminismo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the trajectory of the character Maria Aragão, who acted as a doctor and militant of the Communist Party in the state of Maranhão in the 20th century. It proposes to research the history of a woman from a social place inscribed in the trajectory of life marked by the desire for social and cultural transformation. As a woman of poor origin, Maria Aragão, born in the interior of Maranhão, entered the medical course in the 1930s, in the city of Rio de Janeiro, graduating in 1942. In 1945, she joined the in the capital of Brazil, to the Brazilian Communist Party - PCB, returning to Maranhão to direct the party, becoming one of the main leaders of the left. During the civil-military dictatorship, she was persecuted, imprisoned and tortured. Her history was remarkable for the fight for social justice, defense of women's rights and strengthening of democracy. The sources of this thesis are of varied origin: testimonies of Maria Aragão, documentary about her, newspapers from the mid-20th century and documents of repression (DOPS). The research is located in the field of social history and is inspired by some methodological issues of micro-history, having the name "Maria Aragão" as a guideline to achieve a holistic understanding of the different situations that can be perceived from a life. Concepts such as trajectory, in the perspective that it cannot be unique or closed; memory, considering that it can be both individual and collective, as we are showing a character in his social place; as well as feminism, as a cultural change in behavior that is being presented by crooked paths. Maria Aragão fought to break paradigms in a sexist and prejudiced society, needing to create a network of relationships so that she could achieve success in the professional and political field and be inscribed in the history of Maranhão.

Keywords: Maria Aragão, Brazilian Communist Party, Social Relations, Civil-Military Dictatorship, Feminism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Vista da Praça e Memorial Maria Aragão localizados no Centro Histórico de São Luís – MA.....	22
Imagem 2 – Registro da Igreja dos Remédios e Praça Gonçalves Dias, localizado ao lado da Praça e Memorial Maria Aragão.....	23
Imagem 3 – Desenho original de Oscar Niemeyer para a construção do Memorial Maria Aragão.....	44
Imagem 4 – Maria Aragão quando entrou para o PCB, no ano de 1945.....	50
Imagem 5 – Registro do antigo Engenho de São Pedro, localizado no município de Pindaré Mirim, cidade de nascimento de Maria Aragão.....	52
Imagem 6 – Maria Aragão aos 22 anos.....	65
Imagem 7 – Filha Clarice aos 2 anos, em 19 de maio de 1942.....	86
Imagem 8 – Documento de venda de 780 exemplares do Jornal Imprensa Popular direcionado a Maria José Aragão, em 31 de julho de 1956.....	99
Imagem 9 – Documento de venda de 20 exemplares do livro “As divergências no movimento comunista Mundial” direcionado à Maria José Aragão, em 31 de julho de 1956.....	100
Imagem 10 – Jornal Voz Operária que circulava no Maranhão através da Direção do PCB.....	101
Imagem 11 – Rifa com fim de arrecadação para manutenção do PCB no Maranhão.....	119
Imagem 12 – Jornal Tribuna do Povo, datada de 06/1954, com matéria “As perspectivas para a mulher”	121
Imagem 13 – Foto de Maria Aragão enviada de Moscou/URSS, para as filhas Sônia e Simone, datada de 3/3/1962.....	126
Imagem 14 – Capa do Processo de Recurso Criminal nº 4200 de Maria José Aragão, datado de 1966.....	143
Imagem 15 – Capa do Processo do Supremo Tribunal Militar nº 810, de Correição Parcial de 1965.....	145
Imagem 16 – Relatório da Correição Parcial nº 810 em favor de Maria José Aragão.....	146
Imagem 17 – Parecer do Exmo. Sr. Ministro Dr. Orlando Matinha na Correição Parcial, nº 810 a favor de Maria José Aragão.....	147
Imagem 18 – Capa do Processo da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Inquérito Policial nº 18/73, processo de prisão de Maria José Aragão e outros.....	157
Imagem 19 – Relatório com informações confidenciais dos presos envolvidos no Inquérito Policial nº 18/73 que prendeu Maria José Aragão e outros.....	158

Imagem 20 – Registro de Maria José Aragão da ficha criminal do Inquérito Policial.....	159
Imagem 21 – Termo de Declaração 1 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial....	162
Imagem 22 – Termo de Declaração 2 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial....	164
Imagem 23 – Continuação do Termo de Declaração 2 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial.....	165
Imagem 24 - Carta a punho de Maria Aragão para o Secretário de Segurança do Estado do Maranhão, Coronel Carlos Alberto, em 16 de junho de 1976.....	170
Imagem 25 – Continuação da carta a punho de Maria Aragão para o Serviço de Segurança do Estado do Maranhão, Coronel Carlos Alberto, em 16 de junho de 1976.....	171
Imagem 26 – Parte do diário de Maria Aragão quando esteve presa no Presídio de Pedrinhas, escrito entre os dias 24 e 29 de dezembro de 1977.....	175
Imagem 27 – Digitalização feita pelo Instituto Maria Aragão de parte do diário de Maria Aragão quando esteve presa no Presídio de Pedrinhas, no ano de 1977.....	176
Imagem 28 – Alvará de Soltura de Maria José Aragão, datado de fevereiro de 1978.....	178
Imagem 29 – Registro de Maria Aragão feita pelo Jornal do Brasil – RJ, quando esteve no comício pelas <i>Diretas Já</i> em São Paulo.....	190
Imagem 30 – Registro de Maria Aragão desfilando na Escola Favela do Samba quando foi homenageada em 1989.....	192
Imagem 31 – Maria Aragão recebendo a Medalha Manoel Backman no ano de 1990, importante honraria da ALEMA-MA.....	193
Imagem 32 – Registro do cortejo fúnebre de Maria Aragão passando pelas principais ruas da capital maranhense.....	194

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALEMA – Assembleia Legislativa do Maranhão
APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CC – Comitê Central
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CONCLAT – Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras do Maranhão
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partidos dos Trabalhadores
SNI – Sistema Nacional de Informação
UMES – União Maranhense de Estudantes Secundaristas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A MARANHENSE MARIA JOSE ARAGÃO: O QUE SE SABE?	37
2.1 O MEMORIAL E PRAÇA MARIA ARAGÃO: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA	40
2.2 MARIA JOSÉ ARAGÃO E SEU LUGAR DE ORIGEM	51
2.3 A VIDA NO MAGISTÉRIO	62
2.4 RIO DE JANEIRO E O CURSO DE MEDICINA	69
2.5 CAMINHANDO PELA PEDIATRIA E GINECOLOGIA	82
2.6 OS PRIMEIROS CONTATOS COM A IDEIAS DE LUÍS CARLOS PRESTES.....	87
3. A MILITANTE MARIA ARAGÃO E OS DESAFIOS À FRENTE DO PCB	96
3.1 PROFESSORA, MÉDICA E COMUNISTA: QUEM É A MARIA ARAGÃO QUE RETORNAVA AO MARANHÃO?	104
3.2 DEIXO DE SER PROSTITUTA E PASSO A SER BESTA-FERA	108
3.3 LUTA E RESISTÊNCIA: A GREVE DE 1951 E A PRIMEIRA PRISÃO	111
3.4 O JORNAL TRIBUNA DO POVO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS	117
3.5 A FORMAÇÃO COMUNISTA NA URSS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO DE MILITÂNCIA POLÍTICA	122
4. A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO MARANHÃO	130
4.1 UM BREVE HISTÓRICO DA DITADURA NO BRASIL	133
4.2 O PROTAGONISMO DE MARIA ARAGÃO DURANTE A DITADURA MILITAR: MILITÂNCIA, PRISÕES E TORTURA	138
4.3 A MULHER COMUNISTA	149
4.4 A MÉDICA COMUNISTA E O TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO	151
4.5 A NOVA PRISÃO: UM GOLPE PARA A MÉDICA MARIA ARAGÃO	154
4.6 MARIA ARAGÃO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: QUE CAMINHOS TRILHOU?	179
4.7 DE SUBVERSIVA A HEROÍNA: MITO OU VERDADE?	195
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
6. FONTES	208
7. REFERÊNCIAS	211

1. INTRODUÇÃO

*"O que querem as
mulheres? Assim como Eva,
elas querem morder a maçã
- mas sem serem expulsas
do Paraíso" Michelle
Perrot*

Definir um tema de pesquisa não é tarefa simples, pois se trata de um processo que compreende escolhas tanto pessoais quanto profissionais. Algumas perguntas se tornam realidade quando nos colocamos à frente de uma pesquisa: qual é a pergunta-chave da minha pesquisa? Quem participa dela? Qual metodologia deve ser adotada? O que tenho em vista com esta pesquisa? São questionamentos que, em um primeiro instante, figuram longínquas e até difíceis, apresentando-se como um quebra-cabeça que, em muitas ocasiões, torna-se um diálogo solitário.

Pensar a presente pesquisa foi me deparar com dúvidas e preocupações. Assim, a incerteza se tornou aliada constante, ainda mais quando da necessidade de parar e analisar se os percursos e a forma como me enxergava diziam algo sobre mim. Entre as incertezas que se apresentaram, havia algumas certezas que se tornam parte dessa realidade: a primeira é que minha pesquisa deveria ter como fio condutor a trajetória de uma mulher negra e de origem pobre, que se tornou médica na metade do século XX; e, a segunda, que ela foi uma militante política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuando de forma direta durante o período da ditadura militar no estado do Maranhão.

As certezas apresentadas me permitiram refletir sobre a minha própria trajetória política em um partido comunista nas primeiras décadas do século XXI, ainda no estado do Maranhão. O destaque para essa militância é pensar no contexto de retrocessos de direitos que o Brasil vive nos dias atuais, em um período da nossa história em que a democracia vem sendo cada vez mais ameaçada, considerando os sinais claros de líderes autocráticos.

Um questionamento se tornou uma grande motivação para minhas reflexões: o que seria de uma pesquisa sem as dúvidas? Compreendo que toda e qualquer informação trabalhada, colhida e organizada deve ter uma intencionalidade, ainda que tal pesquisa se apresente distante. Assim, concomitante às dúvidas, surgiram, igualmente, as pausas durante a pesquisa. Para Paul Thompson (1988), as pausas representam momentos de

reflexões, principalmente quando a pesquisa trata de lembrar e relembrar sua história e sua trajetória. Para o autor, “não devemos nos perturbar com as pausas durante a pesquisa” (THOMPSON, 1988, p. 271). Nunca foi tão oportuno como hoje pensar a pausa como um momento de construção, pois longos e dolorosos são os tempos de interrupção entre uma leitura e o despertar do esboço da escrita.

Os intervalos, que se apresentaram como momentos de grande inquietação e insegurança, representaram um silêncio que refletia em mim. Eram momentos que permitiam me enxergar como mulher, historiadora, pesquisadora, um ser humano como muitos espalhados por aí, que fala da história de vida pessoal e profissional, sem, muitas vezes, atentar que esta é sublinhada por uma processualidade de espaços e tempos. Autores como Nóvoa (2007), Goodson (2007), Moita (2007) e Josso (2010) debatem sobre as questões da história de vida, apontando que essas possuem particularidades que precisam ser postas em movimento assim que as histórias sejam narradas ou que se narre a visão sobre a sua história.

Surgem, assim, questionamentos: quais reflexões devem ser feitas quando se resolve mapear, escrever e oferecer uma análise da trajetória de uma pessoa? Como mergulhar na vida de alguém, sem, contudo, correr o risco de um estrangulamento? Quem seria estrangulado? E não seria afogamento, já que estás mergulhando? Submergir na vida de um personagem, buscando conhecer sua trajetória, é aprofundar os caminhos de um labirinto que tem o nome de vida.

É pensando no labirinto que envolve a história de vida dos indivíduos que a trajetória de Maria José Camargo Aragão se torna simbólica, pois representa o contexto de uma realidade que está relacionada às especificidades de uma vida. Vida essa que precisa ser percebida, sentida e refletida a partir de suas experiências, em diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e culturais de um tempo e lugar.

Assim, em consonância com a ideia de representação de labirinto, que se acredita estar arraigada na história de vida dos indivíduos, destaco o olhar de Selma Leydesdorff (2000, p. 77), afirmando que: “quando ouvimos histórias de vida, ouvimos a maneira como as pessoas pensam que experimentaram suas vidas e certos eventos, tantas são as transformações que dependem de quem está falando com quem”. Sob essa ótica, a mesma autora deixa evidente a atenção que devemos atribuir ao ouvir e analisar a vida de um indivíduo que retrata sua trajetória, uma vez que é necessário considerar, com atenção e cuidado, os acontecimentos de suas experiências. Tal realidade ocorre porque “as palavras ditas pelo outro podem ter significado simbólico bem diferente e podem

representar sentimentos muito diversos daqueles que pensamos que elas transmitem” (LEYDESDORFF, 2000, p. 78).

No emaranhado de possibilidades ao adentrar no universo de uma pessoa e, especificamente, na trajetória de Maria José Camargo Aragão, vejo-me com inquietações que vão além do interesse de conhecer quem foi e o que representa/ou a vida dessa mulher que nasceu no interior do Maranhão, na cidade de Pindaré Mirim, no ano de 1910. Maria José Camargo Aragão, mais conhecida por Maria Aragão, surge em uma realidade de pobreza, tendo uma infância vinculada a uma história de fome e sobrevivência. Nascida de família pobre do interior do Maranhão, diante de um histórico de vida marcado por dificuldades econômicas, ela se formou médica, no Rio de Janeiro, no ano de 1945.

Após cursar medicina, nossa personagem se tornou ginecologista, passando a atuar no estado do Maranhão. Recebeu, em vida e após sua morte, diversas homenagens na cidade de São Luís, sendo uma delas uma praça e um memorial com seu nome, *Maria Aragão*.

Frente a tudo isso, uma infinidade de questionamentos surge acerca da trajetória dessa mulher maranhense: como foi o percurso familiar, profissional e de militância de Maria Aragão? Como ela superou as condições sociais e econômicas adversas da infância? Qual foi o papel de seus pais na sua formação intelectual e profissional? O que a historiografia tem revelado a seu respeito? Como Maria Aragão, uma mulher pobre, conseguiu chegar à cidade do Rio de Janeiro, em plena década de 1930, e cursar medicina? Qual o percurso intelectual de Maria Aragão para se tornar uma mulher politizada e militante política de um partido comunista? Quais aspectos da trajetória de Maria Aragão foram destacados por ela, como se representava?

Evidencio que as perguntas em torno da figura de Maria Aragão estarão em condição de continuidade, pois ainda que muito se consiga responder de sua história de vida, tantas outras permanecerão sem respostas. Isso porque se compreende que uma história de vida não se encerra em si mesma. Ela se encontra relacionada a um conjunto de acontecimentos que representam o cotidiano de uma vida, bem como às relações sociais, às escolhas e suas contradições, às ideais, crenças, sonhos e convicções da pessoa estudada. Isso significa que são muitas as variantes envolvidas na construção da identidade de uma pessoa, considerando que se trata de acontecimentos relacionados a tempos distintos da vida individual e coletiva.

Pierre Bourdieu faz uma relevante reflexão sobre os cuidados em se construir a história de vida, pois afirma que:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (2006, p. 231).

Para o referido autor, alguns cuidados devem ser tomados na construção de uma história de vida. Isso porque a vida não pode ser vista como uma sequência de acontecimentos prontos e acabados, uma vez que isso seria o que ele chama de “ilusão biográfica”.

Os questionamentos em torno da figura de Maria Aragão se tornam essenciais para compreendermos a sua trajetória, uma vez que nos possibilita conhecer e refletir os distintos contextos sociais e políticos de uma mulher maranhense que viveu o cotidiano da resistência de uma ditadura civil-militar. Assim, pensar a trajetória de uma pessoa é identificar um ser implicado em uma pluralidade de ambientes, tempos e relações.

Esse pensamento pode ser mais bem compreendido nas palavras de Jacques Revel (2010), quando aborda o papel de cada indivíduo na construção da história. Para ele, “no decorrer da vida de cada um, de maneira cíclica, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana cujo cerne é a utilização estratégica das regras sociais” (REVEL, 2010, p. 440). E com base nessa ideia, o mesmo autor ressalta que “a participação de cada um na história geral, na formação e na modificação das estruturas importantes da realidade social, não pode ser avaliada unicamente com base em resultados tangíveis” (REVEL, 2010, p. 440).

Maria Aragão pode ser vista como uma mulher que quebrou paradigmas? Durante a pesquisa, tentaremos mostrar que ela conseguiu se sobrepôr a uma realidade social e econômica que excluiu a maior parte da sociedade brasileira. De uma realidade de dificuldades econômicas, e sendo mulher de origem pobre, ela encontrou meios de deixar o Maranhão e cursar medicina na cidade do Rio de Janeiro em plena década de 1930, tornando-se médica e retornando tempos depois para o Maranhão para viver sua profissão e adentrar no universo da política. É oportuno afirmar, com base em Revel (2010), que registrar a trajetória de Maria só é possível considerando aquilo que é intangível na história de uma vida. Muitos são os acontecimentos que devem ser considerados e analisados para se pensar na linha que representa a história de uma pessoa.

Ainda sobre a perspectiva de representação da trajetória de um indivíduo e de como ela deve ser percebida, Alexandre de Sá Avelar (2011, p. 7) defende que sob

nenhuma condição os indivíduos podem ser vistos como “entidades fechadas e com destinos marcados”, mas sim como geradores de diversas identidades, não podendo, em nenhuma hipótese, terem suas vidas enquadradas em sistemas ou categorias.

Com base nesse pressuposto, consideramos oportuno citar que a presente pesquisa é concebida a partir de um lugar social – ambiente esse que não é possível se desligar, registrada por meio de uma trajetória de vida assinalada por desejos de mudanças sociais, políticas e, também, culturais. Situada numa posição e lugar, que é preciso considerar, entendemos que as escolhas e ideias de Maria José Camargo Aragão possuíam significados para ela. Ela constituiu sua identidade conforme as particularidades dos espaços e lugares que ocupou, bem como através da maneira como se representou.

Analisar percursos individuais, de pessoas consideradas comuns, e através deles apreender aspectos do cotidiano e contextos diversos, seja ele local, regional e nacional, é uma questão que atravessa a presente pesquisa.

Quanto às reflexões referentes à memória, Jacques Le Goff (2003, p. 442) aponta que a memória individual e coletiva é marcada por manipulação, com base em um jogo de correlações de forças. Desse jeito, ela se processa tanto pelos mecanismos de poder como pelos do esquecimento, compreendendo que os esquecimentos e os silêncios são reveladores.

Ainda sobre a memória, Le Goff (2003) menciona como a relação existente da psicologia coletiva de uma sociedade se mantém com seu passado. Nessa perspectiva, tem-se a oportunidade de refletir de que forma as fontes/documentos, como processos de justiça, e as autobiografias podem, a partir de atentas leituras e análises, captar a maneira particular como cada sociedade estabelece e/ou pensa sua relação com o passado. Assim, é oportuno ponderar como ocorre a representação simbólica que a sociedade estabelece com esse passado. Essa forma de vislumbrar a história é, para Le Goff (2003, p. 49), o que chamamos de “alargamento da noção de história”, ou seja, uma cultura historiográfica.

No que diz respeito à memória individual, Walter Benjamim (1994) a concebe como sendo as experiências vividas coletivamente tanto nos espaços sociais como nos familiares. São, portanto, nesses espaços que a memória vai detectando os instrumentos oportunos para, através da atividade, rememorar suas experiências.

Para Michael Pollak (1992), a memória não está relacionada somente à vida física de uma pessoa, uma vez que também sofre flutuações que estão ligadas à função do momento em que ela é expressa. Do mesmo modo, Joel Candau (2012) relata que a

memória é estruturada de acordo com a vivência do indivíduo, e esta é influenciada diretamente pelo meio social onde ele está, de maneira que a narrativa apresenta ao menos um sentido para o sujeito que emite a informação.

Com relação a memória individual e coletiva, Maurice Halbwachs (2006) também defende que ela intercepta em uma provável reconstituição sobre uma base comum dos acontecimentos. Além disso, para o autor, não basta reconstituir por pedaços a imagem de um determinado acontecimento do passado para que a lembrança seja obtida. É necessário que a reconstrução ocorra por meio de dados ou de noções comuns internalizadas por nós e pelos outros, o que será aceitável somente se estivermos fazendo parte da mesma sociedade e continuarmos nela, ou, ainda, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006).

Desse modo, fazer o registro da trajetória de Maria Aragão a partir da memória não significa, nesse momento, narrar tão somente uma memória individual. Esta memória é também coletiva e tem relação com grupos historicamente silenciados, pois aqui são destacadas as relações de gênero, etnia, categoria profissional e de militância política de um partido que, por décadas, viveu na ilegalidade. Para Halbwachs (2006, p. 72), a identidade deve, inclusive, ser vista como coletiva, já que “a memória coletiva contém as memórias individuais”, ainda que ambas tenham suas particularidades que não podem ser confundidas entre si. É sabido que não é tarefa simples a escrita da história, porém é objetivo central desta pesquisa o desafio de revisitar a memória histórica da médica comunista e maranhense Maria José Camargo Aragão, buscando evidenciar a trajetória de militância política, em um partido comunista no Brasil, no estado do Maranhão. Torna-se oportuno salientar, ainda, que o percurso da mesma é pensado a partir de seu lugar social como sujeito histórico – isto é, o de uma criança de família pobre que cresceu, conseguiu estudar medicina no Rio de Janeiro e viveu uma história de militância comunista no Maranhão por mais de quatro décadas, e que foi atuante em tempos de ditadura militar no Brasil durante o século XX.

Ressalto que, ao longo desta pesquisa, é de interesse trabalhar o contexto histórico, com a perspectiva de diminuir os silenciamentos existentes sobre a participação, a contribuição e as memórias das mulheres no cenário local, regional e nacional na militância política. É, assim, uma circunstância oportuna para dar maior visibilidade e sublinhar o protagonismo das mulheres na luta por mais direitos, bem como os meios encontrados por elas para enfrentar a ditadura militar no Brasil. Como afirma Joice Berth (2019, p. 64): “Não é possível formar um pensamento crítico completo, em qualquer área

do conhecimento, negando os apagamentos e exclusões fomentados ao longo de nossa História”.

Desse modo, para extinguir o silêncio do esquecimento, faz-se necessário investigar, reconstruir, refazer e recontar a história sobre o protagonismo de mulheres como Maria José Camargo Aragão. Mesmo nascendo de família pobre, no interior do estado do Maranhão, nossa personagem encontrou alternativas, durante sua vida, para conquistar importantes espaços de poder. Para isso, seu papel como médica ginecologista e militante política de um partido comunista a fez se posicionar em lugar de destaque, passando a ter sua voz ressoando em vários espaços e entre os grupos sociais.

Destaco que, ao mencionar o nome de Maria Aragão, trago para a pauta de debates os momentos restritivos à história da cidadania feminina, da luta de mais direitos e oportunidades para as mulheres. Diante desse contexto, faz-se necessário, conforme cita Anamaria Gonçalves Freitas (2019, p. 7), “lembrar seus nomes, registrar suas práticas, estratégias e resistências”.

Revisitar a memória de mulheres comunistas, a partir da trajetória da militância política, significa trazer experiências e memórias individuais e coletivas, as quais, em certo parâmetro, constituem o que denominamos de “memórias históricas”.

A presente pesquisa de tese, intitulada *Maria Aragão: a trajetória de uma médica e militante comunista no Brasil do século XX*, surgiu em razão de vários fatores. Entre os fatores que posso destacar, o primeiro é que estamos evidenciando a história de uma mulher simples, que representa tantas outras mulheres, sendo elas Marias, Anas, Antônias, Laurindas espalhadas nos estados da federação brasileira e que representam o povo. De certo modo, Maria Aragão também me representa.

Como licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), fui, posteriormente, servidora pública na função de professora da educação básica no ensino médio e integrante do quadro da Direção Regional do Sindicato dos Professores da Educação Básica do Maranhão (SINPROESEMMA). Em 2012, passei a atuar na pasta das políticas para mulheres. A participação no movimento de luta me possibilitou conhecer a força dos movimentos sociais.

Foi como integrante da base sindical que tive como compromisso assumido com a categoria da educação a luta pelos direitos das mulheres educadoras e das demais profissionais da educação. Também, já como filiada, passei a integrar a direção do Diretório Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no município de Imperatriz.

Como membro da direção do partido, fiz composição na pasta da Secretaria da Mulher, realidade em que permaneço até os dias atuais, agora também como membro da direção estadual do PCdoB no Maranhão. Foi, portanto, permeando os caminhos dos movimentos sindicais e militando no partido comunista que passei a me dedicar ao estudo das mulheres comunistas, passando a ter interesse pela figura de Maria José Camargo Aragão. A personagem escolhida passou a ser destaque em meus estudos por motivos pontuais: o primeiro, sendo ela uma mulher pobre e negra, ter conseguido cursar uma faculdade de medicina no período da Era Vargas, na década de 1930; segundo, por se dedicar à militância política de um partido comunista, em um tempo histórico em que o Brasil foi acometido, entre outros, por um golpe civil-militar, em 1964, que retirou direitos, impôs a censura, lançou milhares de brasileiros ao exílio e instaurou uma perseguição contra os opositores.

Atualmente, nossa personagem é visualizada por parte da sociedade ludovicense¹ como um exemplo de vida e luta em prol de uma sociedade mais humana e igualitária. Contudo, tive a percepção de que a maioria das pessoas que cita o nome de Maria Aragão não dispõe de informações sobre a revolucionária que ela foi nem das ideias que defendeu e das bandeiras de luta que travou como militante comunista antes e depois da ditadura militar. Uma praça e um memorial que receberam seu nome, “Maria Aragão”, encontram-se localizados no centro histórico de São Luís, Maranhão, porém, pouco se sabe sobre a militância da mulher homenageada.

¹ O termo ludovicense é utilizado para as pessoas que nascem na capital São Luís. É uma palavra que surgiu ao próprio nome latino Ludovicus, que é de origem germânico Hlodoviko, sendo ela de origem remota do português Luís. Sobre o assunto ler matéria de Sérgio Rodrigues “Ludovicense e soteropolitano: qual é a origem?”, Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/ludovicense-e-soteropolitano-qual-e-a-origem/>>. Acesso em 30 de jun. 2021.

Imagem 1 – Vista da Praça e Memorial Maria Aragão localizados no Centro Histórico de São Luís – MA.



Foto: Arquivo Ronald Almeida (2017).

A Praça e o Memorial Maria Aragão² foram inaugurados em 24 de junho de 2004. Considerado o maior espaço público aberto de São Luís, a praça tem capacidade para comportar mais de 15.000 pessoas. O espaço público integra-se à Praça Gonçalves Dias, local de beleza e referência histórica, além de um relevante e tradicional espaço de convivência do povo ludovicense e de turistas.

² Considerada a primeira obra de Oscar Niemeyer projetada para o Norte e Nordeste do Brasil, a Praça e Memorial Maria Aragão estão localizados na Avenida Beira-Mar, às margens do rio Anil. Sua estrutura é composta de uma praça, uma grande concha/palco com dois grandes camarins munidos de estrutura de baterias de banheiros e do memorial propriamente dito, com o obelisco, sala da administração, depósito, um auditório, espaço de exposição e uma sala/museu, com o acervo de Maria Aragão. Atualmente o espaço recebe diversos shows e espetáculo durante o ano, a exemplo do Arraial da Praça Maira Aragão, realizado durante o mês de junho.

Imagem 2 – Registro da Igreja dos Remédios e Praça Gonçalves Dias, localizado ao lado da Praça e Memorial Maria Aragão.



Foto: Arquivo do site mapio.net. Fotografia de Fernando Cunha. Acesso em: 15 jun. 2021

Ao pesquisar informações referentes à história da Maria Aragão, algumas publicações foram encontradas, como artigos, livros, dissertações e teses de doutorado. Nesse sentido, uma abordagem da sua trajetória de vida, com informações do papel que desempenhou Maria Aragão, no período da militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), é de fundamental relevância. Trazer as experiências de Maria Aragão é, também, compreender parte da história socioeconômica e política do estado do Maranhão.

Maria Aragão figura em um cenário brasileiro em que poucas mulheres ocupavam espaços de poder. Portanto, sua trajetória a coloca em destaque frente a outras mulheres, tornando, assim, este estudo bastante oportuno, atual e, principalmente, de relevância nas pautas dos discursos de gênero, de poder e das lutas feministas.

A relevância deste estudo pode, ainda, ser defendida por conceber que os temas que envolvem o universo das mulheres são marcados por períodos da história em que a mentalidade machista/patriarcal foi e continua sendo latente. Nesse contexto, faz-se necessário evidenciar a história de mulheres como Maria Aragão, que teve destaque nas lutas dos movimentos sociais, exercendo papéis ocupados predominantemente por homens.

Com base nas razões já expostas, justifico a pesquisa com base em três argumentos relevantes: primeiro, conhecer a trajetória de uma mulher pobre nascida no interior do Maranhão e como consegue, na década de 1930, entrar para a faculdade de medicina no Rio de Janeiro; segundo, conhecer os caminhos percorridos pela militância política comunista desde o seu retorno para o Maranhão, em 1945, até o período em que vigora a ditadura civil-militar; e, terceiro, analisar as lutas, conquistas e derrotas de Maria Aragão, bem como sua participação no processo de redemocratização do Brasil.

Diante da motivação explicitada, que impulsionou a investigação desta temática, surgem as seguintes questões norteadoras: Quais fatores possibilitaram Maria Aragão chegar ao Rio de Janeiro e formar-se em medicina em meados da década de 1930? Como foi a trajetória de Maria José Aragão como médica, comunista e militante política antes e durante a ditadura militar, no Maranhão, entre os anos de 1945 e 1985? Quais motivações levaram Maria José Aragão a lutar e defender as concepções do comunismo? Que redes sociais e as estratégias Maria Aragão construiu enquanto médica e liderança política comunistas no Maranhão? Como Maria José Aragão contou sua trajetória de vida?

Assim, o presente estudo se propõe a pesquisar a história de uma mulher a partir de um lugar social do qual não temos como nos desvencilhar, inscrito em uma trajetória de vida marcada pelo desejo da transformação social, cultural e de mentalidades. Nesse sentido, o lugar de onde falamos, através dessa operação historiográfica, interfere a escrita, o que se coaduna com o pensamento de Michel de Certeau (1995, p. 141), quando afirma que não nos “basta ser autor de práticas sociais: é preciso que essas práticas sociais tenham significados para aquele que as realiza”. Nesse sentido, é igualmente necessário destacar que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2008, p. 66), resultado de uma combinação de elementos que se fundem por meio de uma prática científica.

Diante da proposta de analisar a história de uma mulher negra e pobre, é oportuno trazer para o centro das discussões as questões referentes ao conceito de interseccionalidade. É importante perceber como questões de classe, cor e gênero, bem como outras classificações pesam sobre os indivíduos estudados. As relações de poder constituem importantes variáveis na vida das pessoas, diferindo de acordo com as posições e condições sociais e raciais pelas mulheres.

A opressão sofrida pelas mulheres negras é também multidimensional. Ela ocorre de múltiplas formas, permeando uma realidade que envolve o contexto social e histórico. Nesse sentido, a interseccionalidade surge como uma forma de conseguirmos

compreender de forma mais clara como fatores sociais e raciais interferem de diferentes modos sobre mulheres.

É indiscutível que o racismo que se apresenta de forma tão evidente na sociedade, assim como o patriarcalismo, são instituições substanciais para as relações de poder, pois criam modelos de subordinação que levam em conta também a dimensão sexual. Ser mulher e negra é ainda mais opressor no modelo de sociedade vigente.

Diante dessa realidade, é oportuno pensar nas intersecções com a finalidade de compreender a complexidade identitária sem hierarquização, mas principalmente a partir da interação nas reproduções de desigualdades sociais. No livro *Interseccionalidade (Feminismos Plurais)*, Carika Akotiren afirma que “As mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (2019, posição 71). Seguindo essa mesma linha de pensamento é importante citar Kimberlé Crenshaw (2020). Em seu artigo “*Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*” traz uma abordagem para pensar a figura da mulher na sociedade em relação à discriminação e outras formas de abuso dos direitos.

Ao trazer o debate da discriminação e da falta da garantia de direitos entre homens e mulheres, Kimberlé Crenshaw (2020) coloca em destaque a mulher, e de forma mais específica, a mulher negra. Ainda que homens e mulheres possam ser afetados, a discriminação racial e outros tipos de intolerâncias tornam-se vetoras para o fortalecimento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a mesma autora afirma:

O fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferenças na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (CRENSHAW, 2020, p. 179)

Kimberlé Crenshaw cita os fatores que tem sido a realidade para maior discriminação do papel feminino na sociedade. A construção das identidades dos sujeitos não pode ser vista sob uma única perspectiva. Desse modo, fatores como classe, castas, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são relevantes para se pensar a história de preconceito e de discriminação vivida por mulheres ao longo de séculos. Maria Aragão precisa ser vista e pensada como uma mulher que vive no meio de

uma série de fatores que precisam ser analisados para se construir como alguém que possuía direitos e liberdade.

Como afirma Emílio Azevedo (2011, p. 168), “quando o mundo vivia o ambiente da Guerra Fria, uma mulher ficou conhecida no Maranhão pelo fato de ser comunista”. O autor se refere a Maria Aragão, que, por mais de 30 anos de sua vida, tornou-se referência como militante de um partido comunista. Nessa perspectiva, um dos enfoques do trabalho é direcionado ao período do regime militar, que vai de 1964 a 1985. O período em destaque nos interessa por representar um momento da história do Brasil em que homens e mulheres vivenciaram perdas de direitos, bem como dificuldades em externar suas ideias em nome da democracia e em travar lutas diárias no combate a todo tipo de repressão e perseguição.

Dessa forma, o objetivo geral da presente tese é analisar a trajetória da militante comunista Maria José Camargo Aragão antes e durante o período da ditadura militar, no Maranhão. Em vista disso, os objetivos específicos são estes: analisar como se deu a trajetória de Maria Aragão, uma mulher pobre que nasceu no interior do Maranhão, chegou a formar-se em medicina na cidade do Rio de Janeiro no início da década de 1940; analisar os percursos e desafios enfrentados pela médica e comunista Maria José Aragão, para dirigir o Partido Comunista Brasileiro – PCB, entre as décadas de 1940 a 1964; analisar as lutas, conquistas e perdas vividas por Maria José Aragão nos anos da Ditadura Civil-militar, com prisões e torturas, até o período da redemocratização do Brasil nas décadas de 1980.

Diante dos objetivos definidos para a realização desta pesquisa, será necessário seguir algumas regras e normas metodológicas. Segundo explica Mirian Goldenberg (2009), a pesquisa científica requer inovação, criatividade, método, ordenação e clareza. Ainda, para a autora, é a metodologia que permite ao pesquisador ter um olhar crítico e científico, fortalecendo seu entendimento para uma postura mais científica, criativa, organizada e clara.

Desse modo, a presente tese se situa no campo da história social e se inspira em algumas questões metodológicas da micro-história, tendo o “nome” como fio condutor da pesquisa. Para alcançar os objetivos propostos, faz-se necessário, também, permear os caminhos do estudo de trajetória como meio para acessar o contexto, o indivíduo e a reconstrução de suas redes de relações.

É com a finalidade de adentrar no universo da trajetória de vida de Maria Aragão que fiz a opção por permear esses caminhos a partir da perspectiva da micro-história.

Nesse sentido, considero ser relevante conhecer e analisar alguns aspectos que envolveram a trajetória dessa personagem, buscando descobrir as particularidades que podem ser evidenciadas através do exame detalhado e cronológico de sua vida.

O nome de Maria Aragão passa, então, a ser o fio condutor para uma compreensão holística das diferentes situações que podem ser percebidas em uma vida. Reforçando o significado simbólico em torno do nome de um indivíduo, Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989) afirmam que é o nome que faz a distinção entre um indivíduo e outro em todas as sociedades. Para Maíra Vendrame (2016, p. 34), “o nome se torna uma linha que orienta a investigação nas diversas séries documentais, auxiliando a distinguir grupos, sujeitos, estratégias e a organização”. Sobre um único sujeito se tornar objeto de estudo, Alexandre Karsburg e Maíra Vendrame (2016) afirmam que:

É fundamental percebê-lo em interação com o contexto em que vivia, pois o meio e a época são fatores importantes para compreender a trajetória e os acontecimentos que o envolveram. Contudo, essa tentativa de reconstituição do contexto não deve nos condicionar a acreditar que o indivíduo deva ser analisado como uma produção óbvia do cenário, pois, assim como qualquer sujeito, todos são absolutamente particulares, mas só possíveis de entender com a ampliação do campo de observação à sua volta. (KARSBURG; VENDRAME, 2016, p. 93)

De acordo com os autores, a trajetória de um indivíduo não pode ser percebida sem um olhar atento para o tempo em que ele vivia. É importante que, ao procurar analisar uma vida, uma produção construída na obviedade seja desconsiderada, pois estamos falando de sujeitos com suas particularidades.

É válido enfatizar o que defende Claude Lévi-Strauss (2012, p. 201) ao afirmar que “os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo para os termos de outras significações”. O autor reitera a importância do nome, sendo este o detentor de uma função que ultrapassa a simples identificação de um indivíduo dentro de um grupo.

Rodrigo Weimer (2013), ao discutir consciência histórica e memória, alega que os nomes não são somente rastros a serem perseguidos, uma vez que não se constituem de forma neutra. Os nomes representam as relações de poder e as hierarquias, além de exprimir formas de classificação social; ainda, eles trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas.

É com base nos teóricos aqui citados, ao fazerem referência ao significado do nome de uma pessoa, que a pesquisa encontra sua pertinência. Nesse sentido, seu papel é

de fundamental importância para perceber, a partir da história de vida, que essa não se enquadra dentro de um contexto de homogeneização. A fim de fundamentar os procedimentos elencados, foi necessário me basear nos fundamentos teóricos de autores como: Benito Schmidt (2004; 2012); François Dosse (2016); Maíra Vendrame (2016), Maíra Vendrame e Alexandre Karsburg (2020); Giovanni Levi (2000; 2007); e Carlo Ginzburg (2007).

Assim, a trajetória de Maria José Aragão se apresenta como um leque de possibilidades. É por meio dela que se pode perceber as motivações, escolhas e crenças, bem como identificar como se deu a formação de seus pensamentos, dogmas e tantas outras características que fazem de uma vida um contexto tão único.

A micro-história não se apresenta dentro de uma perspectiva da uniformidade, uma vez que busca a complexidade, tensões, contradições e conflitos vividos por sujeitos e processos. Nesse sentido, através de um olhar localizado, aproximado e atencioso, busca-se encontrar o que não se identifica de forma imediata através de perspectivas mais gerais. Estudar biografia e trajetórias de vida requer trazer para o centro das reflexões a percepção de Pierre Bourdieu (1996):

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1996, p. 189-190)

É seguindo esse pensamento que sabemos dos perigos e as armadilhas da ilusão biográfica. Segundo Giovanni Levi (1996, p. 170), é necessário que a narrativa biográfica seja analisada “mais indireta do que direta”, pois é uma forma de conferir maior eficácia na sua construção, a qual contempla os elementos contraditórios que constituem uma identidade e as representações.

A trajetória de vida de uma mulher que nasce em uma realidade econômica e social difícil, como Maria Aragão, precisa ser pensada sob diferentes óticas. Aqui, não podemos deixar de salientar que essa história faz menção à vida de uma mulher pobre e negra, que consegue encontrar meios para sair do Maranhão para a cidade do Rio de Janeiro, formar-se em medicina tornando-se uma agente política atuante no PCB do Maranhão. O percurso de Maria Aragão aparece como uma trilha para se perceber os

contextos socioeconômicos, políticos e culturais de diferentes épocas nas quais a vida da personagem se insere.

Desse modo, o foco de análise, com base na micro-história, tem seu grau de relevância por compreender o indivíduo não em si mesmo, mas, principalmente, em tudo que pode ser revelado através do exame detalhado da vida em destaque. Para Alexandre Karsburg (2015, p. 32), “essa metodologia tem permitido aos historiadores reconstruir trajetórias e biografias que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida”.

Seguindo a construção dos passos metodológicos apontados, busca-se a complexidade dos contextos a partir das percepções diversas sobre os eventos e fatos que marcaram a trajetória de Maria Aragão. Será preciso, ainda, realizar uma abordagem qualitativa das diferentes fontes e o cruzamento e a análise dessas. Para Antônio Carlos Gil (2008, p. 8), a relevância da escolha do método se dá por este permitir a definição de um caminho para atingir um objetivo, visto “como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

O conjunto de materiais utilizados para consultar informações acerca da trajetória de Maria José Aragão é diverso. Dos principais, destacam-se o livro *A razão de uma vida*, com depoimentos colhidos por Antônio Francisco no ano de 1992, o documentário intitulado *Maria Aragão e a organização popular*, realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes³, no ano de 1992, com duração de 52 minutos.

Ainda sobre as fontes da pesquisa, serão analisados exemplares do *Jornal Pequeno* e do *Jornal Tribuna do Povo*, dos anos de 1953, 1954, 1955 e 1958, arquivados na Biblioteca Benedito Leite no município de São Luís. A relevância do *Jornal Tribuna do Povo* se justifica por Maria José Aragão ter assumido a direção geral do periódico durante os anos de sua circulação. O destaque vai para as informações que ela veiculou no jornal que faziam referência às causas defendidas pelo PCB, além de notícias gerais sobre os principais acontecimentos da política e economia brasileira.

Sobre as fontes de pesquisas, também serão analisados os documentos em exposição no Memorial Maria Aragão. A documentação exposta no espaço retrata diferentes momentos da trajetória de vida de Maria José Aragão.

Além disso, será de grande relevância o vídeo autobiográfico, com um total de seis horas de gravação, da entrevista de Maria José Aragão, concedida para o jornalista

³ O vídeo possui depoimentos de amigos que conviveram com Maria Aragão em diversos momentos de sua vida. Assim, eles deram destaques a várias situações da vida de Maria Aragão, que vai desde sua infância até o ano de sua morte.

Euclides Moreira Neto no ano de 1988. A entrevista teve como finalidade fundamentar o enredo carnavalesco Favela do Samba, que a homenageou, no carnaval de 1989, com o tema “O Sonho de Maria”. A transcrição da entrevista em que Maria Aragão conta sua história de vida desde sua infância, até sua fase idosa no ano de 1988, nos permite ter um material de 178 laudas.

Fazem parte das fontes que foram analisadas os documentos do acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que se encontra no Arquivo Público do Maranhão, órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Maranhão (SECTUR). Essa documentação conta com fichas, prontuários, dossiês de Maria José Aragão, de outros militantes políticos do Maranhão e de diversos estados. Acrescento aos documentos a serem analisados todo o processo judicial de prisão⁴ de Maria Aragão, que dispõe de vasta documentação de ordem do Superior Tribunal Militar (STM), constando os seguintes volumes e anexo: AF-35 - 1968, V. 1, V. 2, V. 3 e Anexo I; AF - 39 - 1968; AF - 0065 - 1979; AF - 0281 - 1980, V. 1, V. 2, V. 3 e V. 4; Correição Parcial 810 (1965) RJ; Recurso Criminal 4063 (1965) CE; e Recurso Criminal 4200 (1966) CE.

Alguns conceitos serão relevantes durante o desenrolar das análises e discussões desta escrita, o que nos levará a ter contato com questões referentes ao feminismo, ao gênero, a interseccionalidade, à escrita de si, à militância política, à ditadura militar e aos direitos humanos.

Ao retomarmos o universo que envolve a vida de Maria Aragão, sobretudo em relação ao campo médico, é importante sinalizar que até aquele momento o exercício da profissão era quase exclusividade dos homens, e as exceções femininas tornaram-se notáveis. A partir das décadas de 1960 e 1970, assiste-se a uma maior inserção feminina nesse campo, acompanhada do ingresso lento das mulheres no espaço público, em que uma das formas foi a escolha profissional.

As mulheres que lutavam por direitos – por exemplo, o de ingressar em uma profissão “masculina”, como a medicina – eram percebidas como uma ameaça à ordem burguesa, no discurso médico do século XIX. (ROHDEN, 2002). Mudanças no papel social da mulher, durante o século XX, consideradas por estudiosos do tema como o

⁴ É relevante destacar que existem outras pesquisas sobre a história de Maria José Aragão; para tanto, esta pesquisadora foi pioneira no acesso ao processo de prisão, arquivo que ficou sob o poder da Política Federal do Ceará por décadas. Atualmente, a documentação física de todos os volumes referente aos processos de prisão envolvendo o nome de Maria José Aragão, se encontra no Supremo Tribunal Militar na capital Brasília. O acesso aos arquivos do processo de prisão se deu em forma de PDF, sendo enviado chave de acesso pela Auditoria do STM, conforme solicitação através da Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527/2011.

século da “Revolução das Mulheres”, suscitaram discussões sobre as desigualdades entre os gêneros. Aqui, é deixada de lado a explicação biológica, presente até então, por entender tais desigualdades como decorrentes de fatores socioculturais.

Uma análise para as questões de gênero, a partir da trajetória de Maria Aragão, é fundamental para um entendimento integral das relações de poder que se constituíram em torno de Maria Aragão durante toda sua vida. Para Joan Scott (1995, p. 86), gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”; ainda, para a autora, ele “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana”.

Outro relevante contexto de natureza são as abordagens no campo do feminismo. Uma sociedade marcada historicamente pela falta de garantia de direitos à mulher, como o de acesso à educação básica e superior, de liberdade para trabalhar, dentre outros, faz da temática do feminismo um campo necessário a ser explorado. Não é possível analisar o feminismo sem compreender o que é o masculino e vice-versa, pois as diferenças sociais existentes entre homens e mulheres, ou melhor, entre os sexos, ao longo da história nas sociedades, nada mais são do que as construções culturais.

Portanto, apoiada nos vínculos entre homens e mulheres, a construção da identidade dos indivíduos, a partir das relações de poder, vai se estabelecendo. É com essa perspectiva, de um olhar atento para as relações sociais que envolvem a trajetória de Maria Aragão, que a sua vida pode ser compreendida.

Ainda, para refletir quem foi Maria Aragão durante sua militância comunista no Maranhão, no período da ditadura militar, consideramos relevante compreender o significado do poder social, que pode ser entendido como a capacidade observada em indivíduos, de influenciar outros indivíduos.

Trazer a trajetória de uma personalidade histórica, que contrariou o modelo de sociedade vigente atribuído ao sexo feminino, é uma tarefa complexa. Dessa forma, este estudo se justifica por levar em consideração a atmosfera social dentro do seu contexto histórico.

O espaço que elegemos para objetivar nossa análise é, portanto, o estado do Maranhão. É fundamental conhecer e compreender a forma como se estruturou a política maranhense entre as décadas de 1945 e 1980 – período em que Maria Aragão viveu desafios como médica e militante comunista.

No Maranhão, havia os senhores de terra, que ali dominavam o setor rural e os povoados do interior do Estado. Perdurou por décadas no estado o paradigma do “coronelismo” político, herdado do período da República Velha. Dessa maneira, a política se processou nas relações estabelecidas pelos coronéis, pelo Governo Estadual e Federal.

Para entendermos a história da militância política comunista no Maranhão, faz-se necessário conhecermos a história dos comunistas no Brasil. Dos trabalhos já produzidos, podemos mencionar alguns que consideramos relevantes para a construção desta pesquisa, a exemplo da tese de doutorado de Ana Rita Fonteles Duarte (2012), *Jogos da Memória: O Movimento Feminino pela Anistia do Ceará (1976-1979)*, que foi desenvolvida durante 2005 e 2009, a partir de depoimentos de ex-militantes políticas, e colocou em destaque o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA) no Ceará. O trabalho teve como finalidade “compreender como questões de gênero atuam na (re)construção de vivências políticas, na segunda metade da década de 1970 e na elaboração de subjetividades no presente” (DUARTE, 2012, p. 21).

Ao trazermos a trajetória de Maria José Aragão, alguns autores serão importantes para uma compreensão mais aguçada das representações simbólicas das palavras “memória” e “memória coletiva”. Na presente tese, podemos citar Maurice Halbwachs (1990), com o livro *A Memória Coletiva*. O autor, ao criar a categoria “memória coletiva”, sinaliza que as recordações e a localização das lembranças não podem ser analisadas do ponto de vista individual, mas efetivamente precisam considerar os contextos sociais. As memórias de um sujeito são fruto das relações existentes com um determinado grupo social. Em *História e Memória*, Jacques Le Goff (2003, p. 471) permite-nos enxergar a memória coletiva como forma de libertação dos homens, jamais para a servidão.

Além disso, obras como as de Elizabeth dos Santos Braga (2000), por exemplo, *A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*, e Myrian Sepúlveda Santos (2003), em *Memória coletiva e teoria social*, possibilitam-nos um olhar holístico para o significado da memória. Para Braga (2000), as lembranças dos indivíduos estão ligadas a processos de produção de sentidos e significados, à linguagem e à palavra. Assim, a obra é relevante por possibilitar diferentes perspectivas para uma compreensão mais ampla do estudo da memória.

Para discutir questões relacionadas ao silenciamento das mulheres, os livros de Michelle Perrot (2005; 2008), *As mulheres e os silêncios da história* e *Minha história das mulheres*, serão fundamentais para se conferir visibilidade feminina em determinados contextos políticos. A referida autora nos permite perceber como se deu a organização de

mulheres militantes em suas reivindicações ao longo do século XIX, ainda que estivessem vinculadas diretamente ao homem trabalhador – lembrando que essas mulheres, ao ocuparem determinados espaços sociais, foram vistas como insubordinadas.

Ao discutir o papel da mulher, destacaremos a historiadora Mary Del Priore (2006), com a obra *História das mulheres no Brasil*, que retrata como a mulher é vista em diferentes tempos e sociedades. Nesse sentido, o livro aborda a realidade de mulheres brasileiras desde a vida no campo ou na cidade, como dona de casa ou trabalhadora, e faz uma abordagem nos contextos social, político e moral.

Desse modo, a necessidade de refletirmos sobre as questões do feminismo, a partir da trajetória de Maria Aragão, passa a ser uma realidade. Para discutir esse conceito, autores como Daniela Auad (2003), com seu livro *Feminismo: que história é essa?*, nos permite perceber tudo aquilo que não pode ser visto como feminismo, ainda que, por décadas, algumas características de comportamentos e reivindicações tenham se apresentado para as sociedades como sendo as únicas bandeiras de luta. A autora destaca, então, as múltiplas formas de se perceber a luta feminista, defendendo um feminismo múltiplo, ou seja, as mulheres são vistas em seus aspectos plurais, em que a classe socioeconômica, a étnica e a geração às quais elas pertencem devem ser consideradas.

Já Ângela Davis (2016) discute o feminismo negro norte-americano e as formas de movimentações políticas entre as décadas de 1960 e 1970, com foco na luta abolicionista nos Estados Unidos. A obra da referida autora ajuda a perceber Maria Aragão, mesmo que ainda não se afirmava como feminista, como alguém que, através de suas lutas e defesas, pode ser percebida como tal.

Com relação ao feminismo, acrescenta-se os estudos de Natália Pietro (2008; 2010) no artigo “A descoberta do segundo sexo: intelectuais brasileiras e suas aproximações com o feminismo”, bem como a tese de doutorado intitulada “Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos de 1960”, trazendo importantes abordagens referente ao feminismo brasileiro, bem como retratam mulheres que desafiaram os preconceitos e romperam paradigmas em diferentes momentos da história brasileira.

Com relação ao feminismo negro, é necessário tomar as reflexões de Djamilia Ribeiro (2018), na obra *Quem tem medo do feminismo negro?*, quando faz a narrativa de sua luta e de seu encontro com os estudos feministas. É um espaço que nos leva a refletir sobre a construção da identidade, buscando reconhecer que os pensamentos e as tomadas de decisão dos sujeitos são baseados nos acontecimentos que marcam essas vidas.

Portanto, essa obra nos permite assimilar a mulher negra dentro do contexto de um racismo muito mais latente.

A fim de compreender os conceitos de “gênero” uma autora que será de grande relevância para fundamentar o olhar para Maria Aragão é Flávia Birole (2018), por meio do livro *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*, bem como Ângela Davis, na obra intitulada *Mulheres, cultura e política*, e Joan Scott (1995), com *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. É Scott quem nos oportuniza um olhar crítico para o conceito de gênero e de como esse foi utilizado ao longo do tempo. Além disso, consegue nos apropriar de conceitos que foram sendo usados para discutir gênero em diferentes sociedades e tempos.

Já para discutir as memórias de comunistas no Brasil, no período da ditadura militar, consideraremos obras como *As esquerdas no Brasil*, de Jorge Ferreira e Daniel Reis Filho (2007), e *O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política*, de Jean Rodrigues Sales (2003), que são essenciais para uma compreensão dos aspectos mais importantes da ditadura militar, no que se refere aos principais acontecimentos que marcaram as lutas dos comunistas no Brasil.

O artigo de João Roberto Martins Filho (2014), *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*, também será de grande importância, uma vez que as memórias reveladas pelo autor, referentes ao período da ditadura militar, na década de 1970, nos levam a conhecer os bastidores do significado da tortura para militares e militantes. Ainda, o livro de Daniel Aarão Reis (2014), *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, em que a vida desse é dividida em três momentos, sendo elas: a primeira de 1898 a 1935; a segunda, de 1936 a 1964, e a terceira, de 1964 a 1990, o que nos possibilitou compreender, a partir desses acontecimentos que marcaram a vida de Prestes, o cenário do Maranhão, com base na militância dos comunistas maranhenses do PCB, a exemplo de Maria Aragão.

Além disso, o artigo de Mateus Gamba Torres (2010), *Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira*, possibilita-nos refletir sobre a ditadura militar por meio de um grupo de mulheres que se opuseram ao movimento conservador da moral e dos bons costumes, sendo que muitas se envolveram em organizações armadas.

Um livro não tão recente, mas relevante para pensar as questões relacionadas às memórias de comunistas, é o *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*, de Dulce Pandolfi (1995). Também trazendo memórias de comunistas, o artigo de Lucília

Delgado (2019), intitulado *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia* (2010), faz uma análise da trajetória política do ex-presidente João Goulart, com foco na crise da década de 1960 e no golpe de 1964.

Para aprofundar as pesquisas nos arquivos secretos do período da ditadura militar, consideraremos a obra de Maria Luiz Carneiros, *Os arquivos da política brasileira: uma alternativa para o estudo da História do Brasil Contemporâneo*. Outro relevante texto é a tese de doutorado de M. A Lacerda Filho (2011), *A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)*. Luciana Lombardo Pereira (2013) faz importantes reflexões no artigo: *Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro*, assim como Vladimir Petrilák e Mauro Abranches (2017) em *O elo perdido: Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista*.

A presente tese se encontra estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo busca conhecer a trajetória de vida da mulher maranhense Maria José Camargo Aragão. Serão analisados o percurso e as dificuldades que Maria Aragão encontrou para estudar, viver a experiência do magistério, cursar medicina e seguir os caminhos da Ginecologia e da Pediatria. No capítulo também serão analisados os primeiros contatos com as ideias do Comunismo e a decisão em se filiar ao PCB.

No segundo capítulo, procura-se compreender uma das prisões de Maria Aragão. Serão mapeadas as redes sociais de Maria Aragão, a formação política adotada pelos comunistas no Maranhão e as estratégias assumidas pelos militantes espalhados em diferentes municípios do estado. Para conhecer a trajetória da nossa personagem, ainda que de forma breve, é necessário analisar o contexto socioeconômico e político que norteava o cenário internacional e nacional entre 1964 e 1985 – período da ditadura militar – e a conjuntura econômica e política maranhense.

As estratégias utilizadas por Maria Aragão, diante da missão dada pela direção do PCB para organizar e fortalecer o partido comunista no Maranhão, bem como a formação política dela na URSS, são aspectos que ganham destaque no segundo capítulo. Nesta parte, será utilizada a documentação existente no processo de prisão de Maria Aragão pela Polícia Federal durante a ditadura militar, com identificação dos crimes pelos quais foi acusada e condenada, como também a identificação do perfil dos militantes políticos do período.

O terceiro e último capítulo tem como pretensão destacar a vida de Maria Aragão como médica e comunista no Maranhão após período da Ditadura Militar. Desse modo, será analisado a maneira como nossa personagem reconstrói a militância política enquanto comunista no Maranhão após ter sido perseguida, torturada e presa quatro vezes. Será evidenciado seu trabalho como dirigente de sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criação de associações, assim como sua performance como médica em hospitais, postos de saúde e regiões pobres da cidade com a finalidade de fortalecer políticas de assistência às mulheres. Outro aspecto da trajetória de Maria Aragão que será contemplado são as homenagens que recebeu em vida. Também irão ganhar destaque a desfiliação do PCB e sua aproximação com o Partido Democrático Trabalhistas (PDT).

2. A MARANHENSE MARIA JOSÉ ARAGÃO: O QUE SE SABE?

A trajetória de Maria José Aragão foi construída através da análise de material presente em dois livros. O primeiro deles é intitulado *Maria Aragão: a razão de uma vida*, publicado no ano de 1992 por Antônio Francisco⁵. Já o segundo tem como título “Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos porões do Cárcere e da Ditadura”, publicado no ano de 2015 por Euclides Moreira Neto⁶. Além desses dois livros, que contém as memórias da nossa personagem, será utilizada também a entrevista concedida ao jornalista Euclides Moreira Neto. Esse material é constituído por 4 Fitas VHS e contém transcrição das 6 h de gravação realizada no período de maio a julho de 1988. Importante ressaltar que o material não foi utilizado na sua íntegra no livro *Maria por Maria*, o que nos permite ter acesso a mais detalhes da história de Maria Aragão. A entrevista havia sido realizada para a construção do enredo carnavalesco *Favela do Samba* que, no ano de 1989 com o tema *O Sonho de Maria*, homenageou Maria Aragão.

Uma outra fonte utilizada é o documentário intitulado *Maria Aragão e a organização popular*, realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes⁷ no ano de 1992, com duração de 52 minutos. O material possui depoimentos de Maria Aragão e de homens e mulheres das mais diferentes profissões que fizeram parte da história de vida de Maria

Para adentrar no universo da vida de Maria José Aragão, fizemos a opção por iniciar o presente capítulo fazendo um breve histórico de dois espaços, o memorial e a praça, dedicados a Maria Aragão. Ambos se apresentam como lugares de memórias da militante. O memorial é um lugar que estimula diferentes reflexões sobre lembranças positivas ou hostis, muitas vezes apagadas ou escondidas de acontecimentos históricos vividos por Maria Aragão.

⁵ O livro é uma autobiografia em que Maria conta sua história, desde a infância, fala sobre o curso do Magistério, vida de professora de aulas particulares, ida para a cidade do Rio de Janeiro, curso de Medicina, filiação no PCB, retorno para o Maranhão para assumir a direção do PCB, prisões, desfiliação do PCB, casamento, paixões, filhos.

⁶ O livro é também uma autobiografia que permite Maria Aragão contar sua trajetória de vida. Nele se encontra destacado importantes momentos da trajetória de Maria Aragão, que vão desde seu nascimento até o ano de 1988.

⁷ O documentário realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes traz uma riqueza de detalhes da vida de Maria José Aragão a partir de depoimentos de amigos que conviveram com ela em ocasiões diversas de sua vida, e deram destaques a várias situações da vida de Maria Aragão, que vai desde sua infância até o ano de sua morte.

A escolha de iniciar a trajetória de vida de Maria Aragão a partir do Memorial e Praça que leva seu nome se deve por acreditarmos que a história por si só não precisa ser pensada e rememorada dentro de uma construção linear, já que transita pelo tempo e espaço sem que para isso seja necessário seguir uma cronologia evolutiva entre os acontecimentos. A Praça e o Memorial, inaugurados no ano de 1998, não representam aqui o fim de uma vida, mas simboliza, no tempo presente, um processo de emergência da luta dos direitos humanos e o momento que se consolida no Brasil políticas públicas para o fortalecimento e garantia de direitos.

As décadas de 1990 e 2000 configuram um acontecimento importante da consolidação do ativismo contestatório de estruturas autoritárias de poder, com a finalidade de promover a nível de Estado política de direito humanos. Acompanha-se nesse período o restabelecimento dos direitos políticos, bem como o surgimento de novas bandeiras de lutas que entram em cena, dentre elas: a luta pela igualdade racial, direitos das mulheres, defesa dos direitos da infância e adolescentes, das minorias sexuais e o combate à violência policial.

Assim, considerar a praça e memorial que leva o nome de Maria Aragão, é direcionar um olhar holístico para a história Geral do Brasil e para o estado do Maranhão. A população maranhense também registra em seus acontecimentos históricos um período em que centenas de mulheres e homens lutaram pelo fortalecimento da democracia, em que sofreram as consequências da ditadura de Getúlio Vargas e de uma ditadura civil-militar.

A inauguração da Praça e do Memorial é também uma forma de percebermos que a classe política do Maranhão, de modo especial na cidade de São Luís, tinha olhar atento para as mudanças de cunho sociocultural, e que esperava do poder público demonstrações de fortalecimento do modelo democrático. Os espaços de memória que aqui retratamos evidencia a história de uma mulher negra e de origem pobre, que levantou bandeiras de lutas diversas em prol de direitos, sendo em tempos de ditadura perseguida, presa e torturada.

Ainda que todo um contexto político seja favorável para que Maria Aragão seja homenageada com uma Praça e Memorial, ainda assim consideramos pertinente afirmar que existe um reconhecimento desse nome na cidade de São Luís, em que uma mulher quebrou paradigmas por escrever sua história de forma a ocupar espaços de poder que a possibilitaram se reconhecida pela sociedade e pela classe política local. Não temos a pretensão de evidenciar aqui uma mulher que mais agradou do que desagradou gente no

Maranhão, mas de uma mulher que o tempo tem oportunizado pessoas das mais diferentes idades, a conhecer ainda que de forma superficial a história de uma mulher pobre, negra e médica que se tornou uma grande liderança política no Maranhão entre as décadas de 1940 a 1990.

Assim, a trajetória de Maria Aragão desenhada no seu memorial, força uma reflexão de uma história que envolve mulheres e homens, lutas por direitos, fortalecimento da democracia e outras lutas. Ressalta-se, ainda, que os tempos atuais no qual estamos inseridos nos permitem valorizar realidades que levem à reflexão do papel da mulher e suas bandeiras de lutas. É notório que vivemos em um País em que grande parcela da sociedade defende que aqueles que renunciaram suas vidas para fazer a defesa das liberdades mereceram ser torturados, assim justificando que a tortura é aceitável.

A Praça e o Memorial Maria Aragão estimulam ainda que de forma fragmentada a reflexão e expõe para a sociedade as cicatrizes desse momento da história vivida por brasileiros e brasileiras. O memorial como espaço de lazer e turismo também adquire essa capacidade de estimar a reflexão. Iniciar a história de vida de Maria Aragão por seu memorial é legitimar que a trajetória de uma mulher negra e médica não pode ser apagada da história do Maranhão. Sua existência representa a luta coletiva, haja vista que ela não esteve sozinha em seu tempo, o que nos possibilita enxergar outras vidas que o seu nome pode nos revelar. Para Marc Bloch (2001, p. 70), todo tipo de conhecimento da humanidade, não importando o tempo dos acontecimentos, “irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância”. E, para finalizar as justificativas, deixamos registrado o pensamento de Le Goff (2013, p. 387) quando afirma que é através da memória que criamos as condições favoráveis para capacitar o homem para adquirir informações passadas, possibilitando que a história seja eternizada na consciência humana.

Desse modo, as fontes mencionadas são de grande relevância, pois permitem um olhar holístico das falas de Maria José Aragão ao narrar a mesma trajetória de vida para diferentes contextos, sujeitos e tempo. É importante destacar que alguns fatos e acontecimentos de sua vida são revelados para um entrevistador e outros não. Também é possível encontrar divergências nas narrativas apresentadas por Maria Aragão sobre sua trajetória, bem como os silêncios.

2.1 O MEMORIAL E PRAÇA MARIA ARAGÃO: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA

Ao falar-se de memória em uma perspectiva holística, o historiador pode confrontar-se com as diferentes formas de abordagens sobre o tema. O presente capítulo refletirá sobre a constituição de espaços de memória específicos sobre a personagem central do presente estudo. A finalidade é compreender a partir da trajetória de Maria Aragão e, sob diferentes teóricos, as inúmeras possibilidades de analisar-se o papel da memória e suas representações simbólicas.

À primeira vista, a memória pode ser apresentada como algo inerte, sem movimento e presa a um passado, dando a ideia de que permanece paralisada ou esquecida no tempo. No entanto, um olhar sob novas perspectivas revela que ela é dotada de dinamicidade, que existe na medida em que é evocada no tempo presente.

A memória está relacionada a questões subjetivas dos indivíduos, logo é construída com base em acontecimentos relacionados a um tempo e espaço de uma vida. Esse enfoque é identificado nas ideias de Alessandro Portelli (1997, p. 33), quando salienta que, embora a memória se constitua em um processo sobretudo individual, remete de forma concomitante a aspectos sociais e padrões de comportamentos. Para o referido autor, o caráter social sobrevém da relação existente entre indivíduo e o meio social. Contudo, a captação das experiências concretas por meio da experiência do ato de lembrar é pessoal.

Para um olhar mais vigilante sobre o conceito de memória e suas representações, alguns autores têm papel relevante para que seja possível compreender e refletir os aspectos diversos que envolvem a memória da Maria José Aragão. O objetivo é apresentar diferentes olhares para a memória, considerando que o tempo, lugar e os sujeitos não podem ser desconsiderados, mas refletidos de forma holística.

De acordo com Walter Benjamin (1994, p. 37-38), a memória é compreendida em uma perspectiva individual, sendo ela as experiências vividas coletivamente nos espaços sociais e familiares. São neles, por conseguinte, que a memória vai detectando os instrumentos oportunos para lembrar suas experiências. Nessa mesma linha de pensamento, Paul Ricoeur (2007) defende que a memória é dinâmica e encontra-se em processo constante, assim como a construção da identidade individual. Cita ainda que “a memória das coisas e a memória de mim mesmo coincidem” (RICOEUR, 2007, p. 110).

Ainda sobre memória, o historiador Pierre Nora (1993, p. 9) defende que ela “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Baseado nessa

definição, o autor defende que os lugares de memória não são exclusivamente materiais, mas acima de tudo estão ligados às experiências humanas. Nesse sentido, um memorial pode ser compreendido como um lugar de memória, e esse “lugar” permite algo que a história, mesmo sendo uma ciência de caráter universal, não teria condições de alcançar, que é a dimensão sensível que se mantém viva a partir da memória.

Podemos afirmar que um memorial não se apresenta como um lugar que tão somente assinala sofrimento, ou espaços de minorias e suas histórias dolorosas. Acima de tudo, pode registrar os vestígios de um modo de vida peculiar. O peculiar aqui se refere a registros do passado que são comuns entre grupos de pessoas e que, por um tempo de suas vidas, podem ter compartilhado os mesmos contextos ou não; contudo, percebem-se e/ou identificam-se com o lugar de memória.

É na perspectiva do olhar da representação simbólica de um memorial que penetramos no Memorial de Maria Aragão, localizado na praça que também recebeu o nome Maria Aragão. O referido espaço registra um passado sublinhado por fissuras e rupturas emocionais, políticas e culturais, mas que se sustentam na ação do tempo a partir de uma memória.

A história da Praça Maria Aragão teve início em 1989, nas celebrações dos 79 anos da mulher que teria seu nome como identificador de um espaço público de sociabilidade, da cidade de São Luís/MA. Na data de 1989, Maria Aragão recebeu de presente do padre Marcos Passerini uma placa de azulejo com os seguintes dizeres: “Praça Maria Aragão”. O padre, ao presentear-lhe, utilizou a seguinte expressão: “Quando lhe derem uma praça, não se esqueça de que fui o primeiro a ter esta ideia e coloquei esta placa lá” (FRANCISCO, 1992, p. 176).

É válido ressaltar que ainda que Maria Aragão se afirmasse ser atea e ter tido grandes problemas com padres do Maranhão no ano que retornou no ano de 1945, a mesma foi construindo uma relação de proximidade com representantes da Igreja Católica. Sobre os fatores de distanciamento e aproximação de Maria Aragão com representantes da Igreja Católica faremos algumas observações em momento posterior. A respeito da Placa que recebeu do Padre Marcos Passerini, Maria Aragão, em seus depoimentos, demonstra claramente a satisfação de ter sido homenageada com a placa, passando essa a adornar um dos ambientes da própria casa em que residia. Porém, depois de um tempo, o referido objeto desapareceu.

Ao imaginarmos os sentimentos vividos em Maria Aragão com a homenagem prestada, é possível projetarmos que a ocasião lhe permitiu rememorar parte de sua

trajetória. É também provável que o momento tenha possibilitado aos amigos fazer-lhes menção de sua vida como médica, militante política e envolvida na luta por direitos. Com isso, acreditamos que sua memória naquele instante também possa ter levado a fazer diferentes voos.

Para as reflexões que trazemos sobre sentimentos e memórias de Maria Aragão, podemos mencionar o olhar da Marilena Chauí (2000, p. 125), que assegura que: “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi”. Nesse sentido, o passado é lembrado pela memória para que o homem adquira as condições de preservar e salvar o que ficou para trás, acomodando, assim, tudo aquilo que tem significado e utilizando o aprendizado para a construção de novos saberes.

No ano de 1990, ao completar 80 anos, amigos e amigas, com a ajuda da Prefeitura Municipal de São Luís, conseguiram uma nova placa, dessa vez em bronze, com os seguintes dizeres: “À Maria Aragão pelos seus 80 anos”. A mesma foi posicionada aos pés da escadaria, na lateral da Praça Gonçalves Dias, vindo a desaparecer também depois de um tempo. De acordo com os depoimentos de Maria Aragão para o amigo e jornalista Antônio Francisco (1992, p. 177), a placa foi roubada, “não sei se por desavença política ou pelo valor do bronze. Foi revoltante!”.

Maria Aragão, pela segunda vez, vivência ao lado de amigos e amigas um aniversário, um momento em que estes prestam outra homenagem, agora uma placa de bronze. Novamente nos perguntamos sobre o que passava nas memórias de Maria ao sentir o reconhecimento de sua história de vida por aqueles que faziam parte do seu ciclo de amizade.

Diante da emoção de ser ver homenageada por pessoas que tinha grande apreço, fazendo destaque para sua trajetória, acreditamos que para Maria sua vida lhe passava como um filme, e que suas lembranças se tornavam mais vivas do que nunca. Era a representação de sua trajetória que estava representada na placa que recebia seu nome, eram os acontecimentos bons e ruins, positivos e negativos que estavam sendo evidenciados, se não no detalhe das lembranças dos amigos e amigas, mas acreditamos que as suas memórias foram reativadas.

É defensável afirmamos que o conhecimento é estabelecido a partir das experiências dos sujeitos, as quais por diferentes contextos e cenários são produzidas, reproduzidas e repassadas socialmente. Dessa maneira, as memórias surgem ao longo da vida e da história a partir do vivenciar dos fatos e dos sentimentos, bem como dos erros e acertos que não somente servem para formar e enriquecer a personalidade do indivíduo,

mas também para ensinar e transmitir informações, conteúdos e valores para as sociedades.

A ideia da placa, nas afirmativas de Márcia Araújo (2014), permaneceu viva entre os amigos de Maria Aragão antes e após sua morte. Por conta disso, no mesmo local onde havia sido colocada a primeira placa, amigos e simpatizantes construíram uma pequena praça, um espaço simples, onde foi erigido um busto à Maria, lugar este que servia para confraternizações e homenagens (ARAÚJO, 2014, p. 389-390).

A pequena praça construída por amigos e amigas de Maria Aragão, segundo Araújo (2014), tornou-se um local de referência para amigos, amigas e filhos, de modo que várias comemorações passaram a ser realizadas no novo espaço. Foi a partir da iniciativa em homenagear Maria que surgiu a idealização de um projeto de praça mais ousado, e tempo depois um memorial. A concretização do projeto deu-se por esforços de amigos, amigas, familiares e admiradores de Maria Aragão (ARAÚJO, 2014, p. 390).

Em relação aos caminhos percorridos pelas pessoas próximas e admiradores para a concretização da ideia de construir uma praça mais estruturada, e que depois deu lugar para o memorial, Araújo (2014) cita:

Segundo Haroldo Sabóia⁸, havia um terreno baldio naquela área no centro do qual funcionava uma escolinha municipal de artes chamada “Japiaçu”. Haroldo sugeriu ao então prefeito de São Luís, o médico Jackson Lago, também amigo de Maria, que transferisse a escola para outro lugar e construísse ali um grande anfiteatro e uma grande praça. A ideia foi acatada, mas Jackson Lago explicou que aquela área era muito alagada e seria necessário drenar aquele charco, além de fazer a desapropriação. Dessa forma, construíram uma esplanada e na inauguração a denominaram “Praça Maria Aragão”. (ARAÚJO, 2014, p. 390-391)

A Praça Maria Aragão foi inaugurada em 1993. Todavia, somente no ano de 1997 que o então Deputado Federal Haroldo Sabóia, motivado por amigos de Maria Aragão, fez a defesa da construção de um memorial junto à praça (ARAÚJO, 2014). Em seu pronunciamento junto à Câmara dos Deputados, em 11 de setembro de 1997, o Deputado

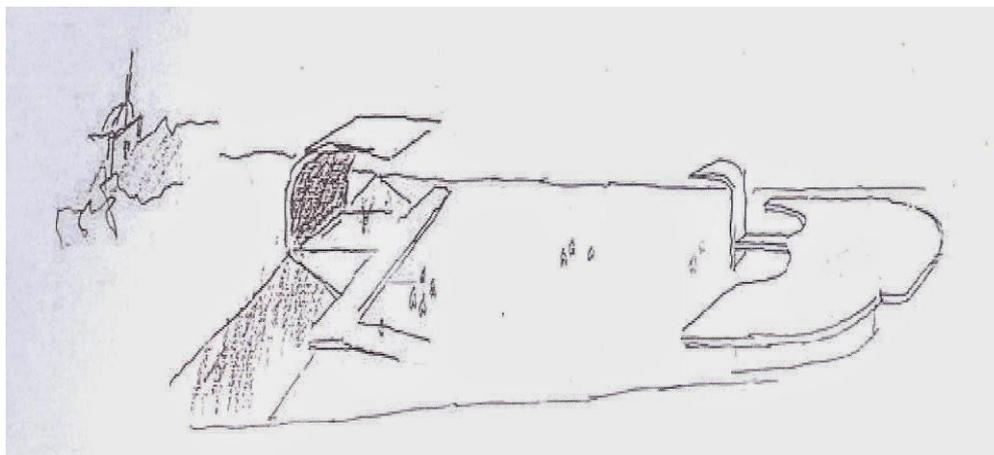
⁸ Haroldo Freitas Pires de Sabóia nasceu em São Luís (MA), no dia 16 de junho de 1950. Foi deputado federal pelo Maranhão de 1967 a 1975. Cursou Jornalismo na Universidade de Brasília (UNB), filiando-se ao Partido Comunista do Brasil em 1967. Para não ser preso após a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, abandonou suas atividades em Brasília como jornalista no final de 1969. Viveu na clandestinidade e, por isso, em agosto de 1971 deixou o Brasil para viver em Paris. Retornou ao país, por motivo do processo de abertura política, em agosto de 1977. Em 1978, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. Ao lado de militantes da resistência popular e defesa da democracia, participou da fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia no estado. Para mais informações sobre a vida política de Haroldo Sabóia, consultar páginas sugeridas (HAROLDO, 2021).

Federal Haroldo Sabóia defendeu a importância de Maria Aragão como mulher, negra, revolucionária, médica e militante comunista. Dias antes, ele havia conseguido o aceite do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer para projetar o Memorial Maria Aragão (ARAÚJO, 2014, p. 394).

Ainda segundo Araújo (2014), para a concretização do projeto, foram necessárias algumas etapas serem superadas, que iam desde o apoio da sociedade até a autorização do gestor municipal, na época prefeito Jackson Lago.

Em outubro de 1997, uma comissão formada por Jackson Lago, Haroldo Sabóia, Neiva Moreira e Ironildes Vanderlei, pessoas cujo vínculo de amizade com Maria transcendia às questões políticas, reuniu-se no Rio de Janeiro com o arquiteto Oscar Niemeyer, que apresentou o esboço do projeto. Conforme Jackson, para a viabilização do projeto, sua figura como amigo teve mais peso do que a do prefeito. Relatou também que o arquiteto Oscar Niemeyer, depois que aceitou fazer o projeto, ficou muito animado, pois sabia que Maria era uma militante como ele, uma companheira, e não cobrou o projeto. (ARAÚJO, 2014, p. 394)

Imagem 3 – Desenho original de Oscar Niemeyer para a construção do Memorial Maria Aragão.



Fonte: Instituto Maria Aragão (2018).

A inauguração do Memorial Maria Aragão deu-se sete anos depois da elaboração do projeto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer. Foi em 24 de junho de 2004, já na administração do prefeito, também médico, Carlos Tadeu d'Aguiar Silva Palácio que o memorial foi inaugurado. O atraso da obra deu-se pelo embargo, em 2001, pelo Instituto

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), alegando que o projeto do memorial prejudicaria a vista panorâmica da Igreja dos Remédios e da Praça Gonçalves Dias, tombadas como patrimônio histórico.

A festa que marcou a inauguração do Memorial e da Praça Maria Aragão foi destaque na imprensa local. Na capa do *Jornal Pequeno*, de 25 de junho de 2004, a manchete anunciava: “Prefeitura entrega à população obra de Oscar Niemeyer: Shows marcam a inauguração da Praça e Memorial Maria Aragão” (PREFEITURA, 2004, p. 4). Também ganhou destaque algumas das pessoas presentes no ato solene, como o prefeito Tadeu Palácio, o governador do estado do Maranhão José Reinaldo Tavares, o ex-prefeito Jackson Lago, o deputado federal Neiva Moreira e a família de Maria Aragão, representada pelo filho Sebastião Silva Filho.

Todo o ato, o descerramento da placa e as principais falas foram citados na matéria do *Jornal Pequeno*, como a do prefeito Tadeu Palácio, que destacou a importância do memorial para a cidade de São Luís. Em seu discurso, reconheceu a relevância de Maria Aragão, destacando-a como mulher forte e determinada e, que ao longo de décadas, foi deixando registros sólidos de sua atuação enquanto médica e agente política no estado do Maranhão (PREFEITURA, 2004).

A inauguração do memorial foi destaque na capa do *Jornal O Imparcial*, de 25 de junho de 2004, com a notícia *Inaugurado, ontem, o Memorial Maria Aragão*, destacando as principais autoridades presentes. Em matéria do *Jornal O Imparcial*, com título *Prefeitura inaugura Memorial*, o jornalista Douglas Cunha (2004) faz menção às várias autoridades que fizeram discursos em homenagem à história de vida de Maria Aragão.

As vozes das autoridades presentes, no ato da inauguração do Memorial Maria Aragão, tiveram como objetivo destacar a influência de Maria Aragão como médica e militante política que defendeu a liberdade, a democracia e os direitos das mulheres. Sua trajetória de vida foi rememorada em cada fala das autoridades, reforçando, assim, a importância do Memorial Maria Aragão para a sociedade maranhense. O memorial tornou-se um ambiente para manter viva a história de uma mulher que lutou contra a ditadura, a tortura e o preconceito.

Nesse sentido, ao analisarmos os discursos das autoridades que homenageavam Maria Aragão, é importante destacar os usos políticos do passado. Os discursos retratam um discurso, em que é construído, através de diferentes personagens, a institucionalização de uma narrativa única sobre a história de Maria. Nessa perspectiva, os discursos podem ser pensados como uma espécie de absolvição, já que nas décadas em que militou no

partido comunista foi considerada pelo estado e por boa parte da sociedade como uma subversiva. É, portanto, Maria Aragão a mesma mulher negra, médica e comunista que foi perseguida, presa e condenada em décadas anteriores.

O início dos anos 2000 é marcado por uma nova proposta de sociedade e de comportamento cultural, uma vez que marca o fim da ditadura militar e, conseqüentemente, a abertura política e a volta da democracia. As décadas seguintes vigoram para a reafirmação desse novo modelo de república, que vai sendo desenhado paulatinamente.

Nesse sentido, podemos levantar a reflexão de que muitos dos discursos em homenagem a Maria Aragão podem ser pensados para justificar ações, comportamentos, ideias, sentimentos e agendas políticas do presente. Para Pedro Ruiz Torres (2001, p. 208-209), a história exerce papel central no debate político, contexto que se justifica principalmente no momento de formação de uma identidade nacional, servindo para confirmar ações e opiniões diversas.

Retomando a representação simbólica de um memorial, Pierre Nora (1993, p. 21-22) defende que em um memorial temos a presença de documentos diversos, como objetos e fotografias e que, embora sejam de naturezas diferentes, compartilham de uma mesma realidade evocativa em que a memória se demora. O memorial pode ser compreendido como mais que simples suportes passivos de memória, pois é um lugar onde ela trabalha.

No Memorial Maria Aragão, localizado na Praça Maria Aragão na Avenida Beira Mar, estão disponíveis documentos⁹ referentes à trajetória de Maria José Aragão: passaporte expedido pela Polícia Marítima Aérea de Fronteiras; documentos pessoais, como título eleitoral; 2ª via do título eleitoral; cópia da cédula de identidade, CIC; carteira profissional; diploma de membro efetiva da Academia Maranhense de Medicina, empossada em 25 de abril de 1988; carteira profissional do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão; carteira da Associação Médica Brasileira da Sociedade de Medicina do Estado do Maranhão; coleção de vinil de música popular e erudita; coleção de livros teóricos sobre o comunismo; duas folhas manuscritas do diário de prisão do período de 9 de dezembro de 1977 a 8 de março de 1978; carta de Maria Aragão

⁹ Todo o acervo do Memorial Maria Aragão para representar a trajetória de vida e luta de Maria Aragão foi selecionado por amigos próximos e familiares. O trabalho de seleção do acervo passou desde a seleção de fotografia, construção das legendas e escolhas de objetos pessoais e documentos.

encaminhada ao diretor da Penitenciária de Pedrinhas¹⁰ onde cumpria pena, sugerindo mudanças no sistema prisional; exemplar do *Jornal Tribuna do Povo*¹¹, edição n. 42, de 18 junho de 1949 e o último exemplar n. 470, de 26 de dezembro de 1959.

Assim, a criação do Memorial Maria Aragão exprime um desejo de informar sobre a vivência de determinadas experiências e pensamentos. Os documentos mencionados acima, que foram disponibilizados ao público, informam sobre as escolhas no campo profissional, indicam sua atuação política e gostos. A realidade exposta referente à vida de Maria em seu memorial tem uma representação oposta ao que foi construído em relação a sua imagem formada quando em tempos de regime militar, em que passou a ser perseguida, presa e torturada pela ditadura. Podemos afirmar que o memorial e todo o acervo, composto de objetos e imagens, podem ser considerados instrumentos de preservação de uma memória que possibilita que experiências sejam imaginadas.

Para finalizarmos a reflexão sobre o Memorial Maria Aragão, citamos o antropólogo Etienne Samain (2012, p. 159): “Não olhamos da mesma maneira uma fotografia ou as imagens [...]. Nossas posturas [...]. São atos de observação, posturas de olhar, distintas”.

O autor leva-nos a concluir que o acervo no Memorial Maria Aragão proporciona possibilidades diversas para o passado, representado a partir da trajetória de Maria Aragão. Cada objeto, fotografias e documentos presentes no memorial podem ser interpretados conforme o olhar de cada indivíduo, não assumindo assim uma linearidade dos acontecimentos, e também uma única forma de se perceber os fatos dessa história.

Ao analisarmos o material na perspectiva das representações, é possível fazermos algumas observações. O acervo exposto, ainda que tenham as descrições referentes a cada objeto pessoal, documentos, livros, fotografia que revela a história de Maria, nos leva a fazer reflexões a respeito das impressões que visitantes podem ter ao conhecer, através do memorial, a vida de Maria Aragão.

Para tanto, uma análise das nossas impressões se faz relevante nesse momento, ainda que este não seja o objetivo referida pesquisa. Os documentos pessoais de Maria Aragão registram sua identidade, locais que exerceu profissão, bem como registram sua

¹⁰ Penitenciária de Pedrinhas foi inaugurada em 12 de dezembro de 1965, em pleno período da ditadura militar na gestão do Governador Newton de Barros Belo. Atualmente é chamada de Complexo Penitenciário São Luís. O Complexo é um conjunto de Unidades Prisionais, e está localizado a 13 Km da BR-135, na cidade de São Luís.

¹¹ O *Jornal Tribuna do Povo* torna-se de relevância por ter sido dirigido, durante os anos de 1945 e 1962, exclusivamente por Maria Aragão.

participação em associações e outros espaços ligados à vida profissional. Sua formação acadêmica é reafirmada nos documentos que estão relacionados à sua atuação como médica ginecologista no Maranhão. Alguns livros expostos nos permitem compreender as leituras que podem ter tido papel relevante na formação teórica de Maria, contribuindo inclusive com a militância que foi exercendo ao longo da vida.

Ao pensarmos na militância comunista de Maria Aragão no Maranhão e direcionarmos nossa reflexão para o acervo do seu Memorial, encontramos fotografias, três folhas do diário de prisão e a carta que enviou desde o presídio pedindo melhorias para a ala das mulheres presas, bem como alguns exemplares do Jornal do Povo em que atuou como Diretora.

Quando nos referimos a um memorial, também estamos falando de espaços de memória. Le Goff (1994, p. 432) defende que a memória se apresenta como um ambiente de conservação de informações. Nesse sentido, ela nos remete a um complexo de funções psíquicas no qual o homem pode atualizar informações ou impressões passadas. A constituição de um memorial e as expografias¹² têm a pretensão de construir um espaço de solidificação de determinados aspectos da memória. É ainda um lugar que forja acontecimentos considerados significativos para a história que se deseja apresentar e fortalecer. Para Ângela de Castro Gomes (1996, p. 21), um memorial pode ser vislumbrado como um guardião, ou seja, um fabricante de memórias.

Assim, levando em consideração que foram amigos, amigas e familiares que ajudaram na seleção do acervo do Memorial Maria Aragão, esses não são pertencentes a grupos fechados ou únicos, mas sim indivíduos inseridos em múltiplas relações sociais. Maurice Halbwachs (2006, p. 30-31) nos apresenta possibilidades para pensarmos como a memória precisa ser analisada com atenção e responsabilidade. É real que as diferenças individuais existentes em cada memória estão diretamente voltadas para a trajetória de cada um ao longo de suas vidas, pois a memória, por ser individual, representa os percursos das interações sociais vividas por cada indivíduo.

Nesse sentido, ainda que cada indivíduo se imagine dono exclusivo de suas memórias, nos quais em suas lembranças os acontecimentos tenham sido vividos exclusivamente, ou de fatos que só esse sujeito esteve presente, ainda assim, segundo Maurice Halbwachs (2006), ela permanece sendo coletiva, pois é resultado das interações

¹² Expografia é o conjunto de técnicas para o desenvolvimento de uma exposição. É um espaço construído, físico e simbolicamente, constituído por três elementos básicos: o conteúdo, a ideia e a forma e que somados geram a percepção, a experiência estética.

sociais. E sem deixar de refletir que a memória seja ela de cunho individual ou coletivo, é suscetível de usos e manipulações.

Consideramos pertinente citar a relevância do livro *Trabajos de construcción y formalización de las memorias*, de Elizabeth Jelin (2002). A autora, ao categorizar a memória social, evidencia que todos aqueles que estão a cargo de construir memórias podem ser vistos como empreendedores. Evidencia, o papel de quem pensa o espaço de um memorial e a seleção do material que será exposto, bem como da pessoa que ganhará destaque.

La controversia y el conflicto de interpretaciones no se aquietan necesariamente una vez construido el memorial, el museo o el monumento, con la versión del sentido del pasado que quienes lograron su cometido impusieron o negociaron. El paso del tiempo histórico, político y cultural necesariamente implica nuevos procesos de significación del pasado, con nuevas interpretaciones. (JELIN, 2002, p. 56).

Tais ideias permitem pensar o significado simbólico do Memorial de Maria Aragão sob as perspectivas levantadas pelos autores. Para Jelin (2002), as memórias não estão imunes de polêmicas e conflitos de interpretações, pois sua construção também é versada por sentidos do passado de quem esteve com a missão de pensar e negociar o espaço de memória. O tempo histórico, político e a cultura exigirão a construção de novos significados e interpretações do passado.

E mais uma vez destacamos que todo o acervo do memorial foi pensado, refletido e efetivado sob os olhos e a perspectiva de amigos, amigas e familiares de Maria Aragão. Foram homens e mulheres que de forma afetiva e carregados de sentimentos, selecionaram, entre as várias possibilidades, os objetos, fotografias, livros, revistas, documentos pessoais e outros utensílios, aqueles que aos seus olhos e sentimentos melhor representavam e descreviam a pessoa da Maria amiga e que era admirada e respeitada por eles.

Levando em conta as considerações apresentadas, o Memorial de Maria Aragão passa a ser fonte de alguns questionamentos que consideramos pertinentes. Que leituras são possíveis serem feitas da pessoa de Maria Aragão a partir do seu Memorial? O material selecionado para o Memorial foi imaginado para fazer destaque dos momentos da trajetória de vida de Maria Aragão? Todos esses questionamentos servem para analisarmos como se deu a construção da trajetória de Maria José Aragão em seu

memorial. O memorial nos serve aqui para adentrarmos no universo de Maria Aragão. Contudo, trazer o memorial e a praça Maria Aragão nos permite considerarmos que a sua trajetória representa romper as barreiras que levaram centenas de mulheres atuantes no meio profissional e político a permanecerem silenciadas. Maria aqui é voz ativa, grita e se reafirma com mulher.

Para tanto, ao refletirmos sobre o acervo existente no Memorial de Maria Aragão, ainda que de forma preliminar, observamos que o material retrata uma mulher que nasce a partir de sua formação superior, onde no Rio de Janeiro cursou Medicina, tornando-se uma médica ginecologista. Apresenta ainda a mulher profissional, que pelas escolhas dos vinis selecionados, gostava de ouvir músicas popular e erudita. Das leituras que realizou, os livros de leituras comunistas foram os únicos selecionados para a exposição. Alguns exemplares do Jornal Tribuna do Povo, jornal que ela foi a única Diretora.

E, com maior ênfase, é apresentada a mulher comunista, que esteve na URSS fazendo curso teórico de comunismo, de uma mulher que estando presa na Penitenciária de Pedrinhas, na cidade de São Luís, foi capaz de melhorar a vida de outras mulheres que se encontravam presas, bem como três folhas do diário do período que registrou sua última prisão, em que descreve o cotidiano de visitas que recebia e do tratamento a ela dado dentro do presídio.

Imagem 4: Maria Aragão quando entrou para o PCB, no ano de 1945.



Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão

2.2 MARIA JOSÉ ARAGÃO E SEU LUGAR DE ORIGEM

Em 10 de fevereiro de 1910, nascia Maria José Camargo Aragão, em um povoado conhecido como Engenho Central¹³, distante 255 km da capital São Luís, Maranhão. O referido lugar pertencia ao município de Pindaré-Mirim, um importante cenário da economia maranhense. Sobre a história econômica do município, Flávio Reis (2007, p. 184-185) assegura que, entre os anos de 1880 e 1884¹⁴, houve a instalação da fazenda de açúcar intitulada Engenho Central, classificada como um dos mais significativos exemplares da presença de engenhos centrais no Brasil.

A sede do Engenho Centro de São Pedro¹⁵ teve sua inauguração em 16 de agosto do ano de 1884. O lugar é um dos principais acervos arquitetônicos e açucareiros, sendo símbolo histórico maranhense do processo de desenvolvimento econômico e industrial da região. Essas informações são reforçadas por Antônio Boing (2012):

O Engenho Central foi uma fábrica de açúcar, construída pelos Ingleses em Pindaré, no início dos anos 80. Inaugurada em 16 de agosto de 1884. Todo o material para a construção foi trazido da Inglaterra de navio até o porto de São Luís e de São Luís a Pindaré através do Rio. A energia elétrica foi fornecida por grandes geradores. Pindaré foi a primeira cidade brasileira a ter energia elétrica. (BOING, 2012, p. 15)

É pertinente ressaltar a inserção tardia do Maranhão na produção canavieira, realidade que se diferenciou de outras localidades do nordeste. A cultura da cana-de-açúcar só passou a se intensificar na província maranhense por volta da década de 1840. O período registra o desgaste da economia algodoeira, o que levou os produtores rurais a encontrarem alternativas para se manterem no mercado. Diferentemente dos estados do nordeste, como Bahia e Pernambuco, importantes centros da produção da cultura canavieira, o Maranhão inseriu-se no mercado agroexportador através do algodão.

¹³ Pindaré-Mirim foi elevado à categoria de município no dia 28 de julho de 1923. Está distante 255 km da capital São Luís, Maranhão. Situado na mesorregião do oeste maranhense, com uma área de 273.526 km e com uma população atual de 32.941 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BOING, 2012).

¹⁴ Na década de 1880, a produção de açúcar no Maranhão foi o que sustentou o comércio internacional na província, em período que praticamente foi substituído pelo cultivo do algodão. Para uma compreensão mais detalhada sobre o período econômico que vivia o Maranhão no final das décadas do século XIX, ver Reis (2007).

¹⁵ O Engenho de São Pedro, ou Companhia Progresso Agrícola, em Pindaré-Mirim (MA), foi tombado pelo Iphan em 1998. Passou no ano de 2018 pela obra de restauração realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O imóvel foi adaptado durante o período da restauração para receber o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) (PINDARÉ-MIRIM, 2018).

Nesse contexto, é somente em meados do século XIX que a produção açucareira evidencia uma nova realidade¹⁶ na província, o que leva a receber investimentos, espalhando-se pelas margens de importantes rios, como: Mearim, Itapecuru, Pindaré e Grajaú. Para Jean Botelho (2008, p. 113-116), é a partir dessa dinâmica pelo interior do Maranhão que a “produção da cana-de-açúcar assume patamar superior à do algodão, permitindo investir na construção de engenhos, como o Engenho de São Pedro, em Pindaré-Mirim e o Engenho d’Água, em Caxias”.

Imagem 5: Registro do antigo Engenho de São Pedro, localizado no município de Pindaré Mirim, cidade de nascimento de Maria Aragão.



Fonte: Foto do site: ipatrimonio.org/pindare-mirim-engenho-central-sao-pedro/ Acesso em: 14 jan. 2022.

Contextualizando a transição da produção algodoeira para a produção de cana-de-açúcar no Maranhão, Carlos Jesus de Carvalho (2015) destaca que:

A rápida mudança de muitos lavradores, da cultura do algodão para a lavoura canavieira, pode ser explicada pela grande queda nas

¹⁶ No Maranhão, a produção açucareira data desde o período da expulsão dos franceses das terras maranhenses. Foram produções incipientes, quando comparadas a outros estados brasileiros que um século antes, já iniciavam suas produções. O ano de 1922 marca a instalação do primeiro engenho do Maranhão, que depois veio seguido de outros engenhos, voltados para atender pequenas produções. O despertar da produção da cana-de-açúcar ocorre na primeira metade do século XIX, ano de 1846, quando o então presidente da província, Joaquim Franco de Sá, deu início a uma campanha com a finalidade de incrementar a produção açucareira, e no Maranhão, os investimentos da produção da cana-de-açúcar se intensificam com a crise da produção do algodão, permitindo uma nova movimentação da economia em torno do cultivo da cana-de-açúcar (CARVALHO, 2015).

exportações da fibra, em função da constante baixa nos preços internacionais do produto, deixando a lavoura algodoeira maranhense sem viabilidade econômica para qualquer tipo de expansão. (CARVALHO, 2015, p. 263)

Em 1910, ano do nascimento de Maria Aragão, a economia açucareira encontrava-se em plena decadência, reflexo de uma série de fatores. Para Carvalho (2015), eles estão relacionados às divergências existentes entre os diretores de engenhos e seus fornecedores; aos baixos rendimentos provocados por queda de produtos no mercado internacional; à falta de investimentos de modo diversificado e da produção; à dificuldade de absorver nos engenhos a mão de obra livre, fruto do fim do tráfico de escravos em 1850. Todas essas questões trouxeram sérios problemas para a economia maranhense (CARVALHO, 2015, p. 264).

Antônio Boing (2012) reforça a realidade de dificuldades referente à economia do Maranhão, que impossibilitou a permanência dos investimentos em torno do Engenho Central, apontando que:

[...] a plantação da cana-de-açúcar era feita com mão de obra em regime de quase escravatura e transportada de trem. Toda a produção de açúcar era exportada através do Rio Pindaré. O Engenho Central funcionou a todo vapor de 1884 até o ano de 1910, quando começou o seu declínio, por falta de investimentos e matéria-prima. (BOING, 2012, p. 16)

A realidade vivida no Maranhão dos engenhos centrais e da produção de cana-de-açúcar, realizada, segundo o autor, em regime de quase escravatura, permite afirmar que essa não representou melhorias na vida de boa parcela da população maranhense. É nesse cenário de crise que nasceria, em 1910, Maria Aragão, na cidade de Pindaré-Mirim. É, portanto, o mesmo local da instalação e funcionamento do importante Engenho Central, mas que não conseguiu garantir emprego e renda para a maior parte de seus moradores.

Segundo Maria Aragão, ela descendia, tanto do lado paterno quanto materno, de africanos, europeus e indígenas. A mesma afirma que sua avó paterna era: “Uma negra africana, vinda como escrava de Cabinda, na África” (FRANCISCO, 1992, p. 13), e que seu avô “se enamorou dela, libertou-a e teve com ela vários filhos, dos quais um era o meu pai. Portanto, meu pai era de raça negra, mas era mestiço, tinha o cabelo bonito, viu” (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 6).

O depoimento de Maria Aragão de que a avó veio da África como escrava e de que o pai era mestiço, leva-nos a refletir sobre a presença de diferentes culturas e grupos

étnicos no Maranhão do século XIX. Um estado que tem sua história marcada também pela presença de população negra escravizada.

Para Mário Meireles (2001, p. 31-32), a chegada de escravos africanos no Maranhão pode ter ocorrido depois de 1661, período que data de uma carta do padre Antônio Vieira. Na carta, o padre fazia a defesa da importação de escravos vindos da África, com a finalidade de melhorar a realidade da miséria que viviam os colonos no Brasil. Vindos em sua maioria de Guiné e de Angola, Meireles defende que, em meados de 1779, a população maranhense era contabilizada em aproximadamente 78.860 habitantes. Desse total, 40,28% era de negros africanos, 23,53% de mestiços e 36,19% de brancos. Por conseguinte, fica evidente que a população maranhense, no final do século XVIII e início do XIX, era em grande número de mestiços e negros (MEIRELES, 2001).

Para tanto, a descrição de Maria sobre seu pai ser de raça negra, que era “mestiço” e tinha “cabelo bonito, viu!”, nos sugere ponderações. Fica identificado em seus depoimentos que a história da família é a realidade presente da miscigenação brasileira, quando a descendência de seu pai é confirmada como sendo de negros, índios e brancos. É sabido que os debates em torno da miscigenação são muitas vezes exaltados como característica positiva quando relacionada à pluralidade cultural do povo brasileiro, bem como em outras é vista como um problema que deu origem, inclusive, aos atrasos no desenvolvimento do país. Esse contexto pode ser compreendido por Carlos Guilherme Mota (2000, p. 344) ao trazer em destaque a miscigenação no Brasil foi vista como fator de adaptação de raças e culturas, contudo o elemento branco representaria a vitória na luta entre as raças, já que representava a superioridade evolutiva.

As relações de poder entre as raças que compõem a realidade do povo brasileiro sempre foram inexistentes. Nas relações de desigualdades que perduram até os dias atuais, nos deparamos com uma estrutura social racista, em que o branco e sua branquitude pode ser identificada a partir da colonização do Brasil (RIBEIRO, 1995).

A estética é ambiente favorável para o racismo operar, pois o visual aceito seria o padrão europeu. Tal realidade vinculada a um padrão, aonde que tudo que se diferencia torna-se marginal na sociedade, é vista de forma pejorativa e os sujeitos que se veem atrelados a elas são considerados de aparência inferior aos sujeitos que se enquadram na estética padronizada.

Assim, refletir sobre as palavras de Maria Aragão, que afirmou que o cabelo do pai era liso, nos dá certeza de que ela introjetou o preconceito e a discriminação de que era vítima. É sabido que as mulheres negras ao longo da história compuseram um dos

grupos que mais vivenciou o estigma da sua estética, o que se confirma até os dias atuais, apesar de todas as políticas que já surgiram ao longo de décadas. E os cabelos crespos são, na grande maioria das vezes, citados com termos depreciativos: cabelo duro, cabelo ruim, cabelo de fuá etc. Talvez, por essas motivações, que estão no seio da sociedade como um comportamento cultural de preconceito e discriminação, Maria não tenha dado ênfase em apontar a negritude de seu pai, bem como vamos observar em relação à sua própria figura, já que ela não se descrevia como negra. Para Kabenguele Munanga (2003, p. 110), o racismo é um sistema de hierarquização que reafirma a discriminação do indivíduo com base nas características raciais e étnicas. É, portanto, por meio dessas características que muitas vezes observamos os indivíduos serem reconhecidos.

Ainda sobre a história dos avós, Maria afirma que seu avô paterno, que carregava consigo o sobrenome Aragão, ainda jovem, saiu de Portugal para o Brasil, aportando na cidade de São Paulo. Indica também não saber razões que o levaram a sair de São Paulo para residir na região do Mearim. Cita, ainda, que foi após a chegada dele ao Maranhão que o mesmo conheceu e casou-se com Maria Heliadora Camargo, sua avó. Quanto às características físicas do avô, ressalta que ele “não parecia [ser] caboclo [...], os traços dele não eram traços de negro” (FRANCISCO, 1992, p. 13).

Novas inquietações surgem, tendo como base as palavras de Maria Aragão, quando cita que “o avô não tinha traços de negro”. O que estaria por trás da afirmativa de Maria para considerar importante evidenciar que o avô não apresentava traços de uma herança negra? Estaria ela querendo reforçar um histórico de descendência branca?

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2011), o sistema que permite que o negro esteja em uma condição de subalternidade diante do branco é o que denominamos racismo, e ele se efetiva nos aspectos econômicos, sociais, culturais, estéticos etc. A perversidade desse sistema é tão forte na construção das identidades, ainda que mulheres e homens não se reconheçam pessoas negras, que essas sofrem os efeitos de estarem à margem de um modelo de sociedade de cultura hegemônica.

Maria Aragão também faz menção à história de seu bisavô materno. Descreve sua chegada ao Brasil, os tipos de atividades econômicas que desenvolveu e como constituiu família em terras maranhenses:

Meu bisavô era espanhol da família Camargo, vindo da Espanha. [...] Era um jovem rebelde, não aceitou o domínio dos velhos pais e fugiu pro Brasil com outros irmãos. [...] não sei por que o meu bisavô veio para o Maranhão, para Mearim. Então, ele teve uma filha com uma índia, também não sei que arrumação foi, mas sei que era uma índia.

Ele era um mascate, vivia negociando nas apostas de cavalo e andava com a criança pequena no cavalo. Depois que ela ficou adolescente, ele a deixou numa casa com uma família. Ela se criou meio solta, era uma mulher independente, interessante, talvez esteja aí a origem do meu modo de ser. (ARAGÃO, 1988, p. 7)

É relevante evidenciar o modo como Maria descreve sua avó, apresentando a mesma com comportamentos bem distintos dos padrões exigidos pela sociedade da época. A descreve como uma mulher não submissa ao modelo patriarcal de dominação, que viveu de maneira livre. Para Emílio Azevedo (2016, p. 73), a avó de Maria Aragão “como tantas outras do seu meio social, não se submeteu à moral dos brancos brasileiros do século XIX”.

Maria Aragão cita que a avó era uma mulher que não se prendeu a homem algum, apesar de ter se relacionado no decorrer da vida com vários homens. No fim de cada relacionamento, ela mudava de lugar fugindo dos pais dos filhos. Foi, portanto, somente quando a avó chegou à cidade de Pindaré-Mirim, que ela conheceu seu pai, casou-se com o mesmo e fixou residência no lugar. Ela teve muitos filhos, porém todos de pais diferentes (MARIA ARAGÃO, 1988).

A descrição de Maria Aragão sobre seu pai indica que era um homem negro, alfabetizado e que trabalhou na função de guarda-fios dos telégrafos. Segundo informações extraídas do depoimento da nossa personagem principal, o trabalho daquele era realizado com dificuldades, pois sem estradas e para chegar às linhas do telégrafo era necessário andar a cavalo no meio dos matos. Manifesta, assim, grande respeito e admiração pelo pai e trabalho que desempenhava, afirmando que sua profissão “Era tarefa difícil, mas ele fazia com prazer. Ele era também um homem muito alegre, muito tranquilo” (FRANCISCO, 1992, p. 13). Expõem ser o mesmo também um homem alegre, tranquilo e dedicado ao trabalho, que realizava sua função nos telégrafos com prazer.

Maria aponta ser sua mãe, Rosa Camargo, uma mulher analfabeta que segundo ela era “bonita, alegre e voluntariosa, com uma força de vontade que eu herdei” (FRANCISCO, 1992, p. 13-14). Ainda fazendo destaque para as características da mãe, acrescenta que tinha um temperamento interessante, “uma mulher bonita, narcisista. Ela se achava bonita, era alegre, gostava de cantar, de tocar violão [...], e ela era uma mulher muito autoritária, voluntariosa, e meu pai era apaixonado por ela”. (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 7).

As palavras de Maria Aragão reforçam a admiração que tinha pelos pais. Destaca também algumas das características da mãe, Rosa Camargo, em seu depoimento, como

uma mulher forte, determinada e bonita e que também era “autoritária”, “voluntariosa” e “gostava de cantar e tocar violão”. A visão de Maria Aragão em relação a sua mãe, é de uma mulher destemida e dona de si. Como bem sabemos, a mulher sempre foi alvo da discriminação, fruto de um modelo social e cultural machista em que eram subservientes aos pais, e depois aos homens, companheiros e maridos. Por isso, a chamava tanto a atenção as características de Rosa Camargo, pois ela fugiu desse modelo imposto pela sociedade.

Ainda que historicamente as mulheres tenham sido objeto social de opressão patriarcalista, a mulher também foi agente de resistência, seja motivado por lutas ou pela subversão, o que é identificado na história das mulheres como sendo ainda mais difícil esse contexto para a mulheres negras. Já dizia Sueli Carneiro (2011), que para as mulheres negras, fossem elas escravizadas, libertas ou livres, até porque sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho, assim não tinha o direito de serem vistas frágeis.

Sobre a infância e adolescência de Maria Aragão, Azevedo (2016, p. 75) afirma que essa “viveu em comunidades onde a maioria não era exatamente os brancos de origem portuguesa”. Passou por “diferentes lugares durante boa parte de sua infância. Nascida em família pobre, de origem negra e índia (além de branca)” (AZEVEDO, 2016, p. 75).

As indicações sobre a infância de Maria Aragão apontam para uma realidade dura e de muita pobreza. Segundo ela, foi sua mãe que sonhou com um futuro melhor para os filhos. Lutou por anos para que todos saíssem do interior e pudessem viver na cidade de São Luís, onde teriam oportunidade de dedicar-se ao estudo. Rosa Aragão argumentava com o marido que queria que seus filhos se alfabetizassem, se tornassem “doutores” (MOREIRA NETO, 2015, p. 32-33).

Maria Aragão menciona a insistência da mãe em argumentar para o esposo Emílio Aragão sobre o desejo de garantir uma boa educação para os filhos. Realidade que levou à mudança definitiva de parte da família para a capital São Luís. No entanto, é importante sublinhar que a transferência da família para a cidade se deu também pelo fato de a profissão do pai como guarda-fios dos telégrafos não garantir residência fixa. Segundo Maria, a necessidade de mudar de um lugar para outro foi um dos principais argumentos da mãe de ir com os filhos para a cidade grande (FRANCISCO, 2012, p. 14-15).

Nos depoimentos, Maria não fala sobre sua vida como estudante nas séries iniciais do ensino primário. O único destaque que ela faz sobre o período escolar que antecede sua ida para a capital São Luís aparece quando faz menção ao nome da professora Filomena Moreira, período que morou na cidade de Codó.

Conforme afirma Myrian Santos (2012), a memória é um mecanismo presente em tudo e em todos. Desse modo, somos o que lembramos e o que conseguimos guardar. A memória, nesse sentido, não pode ser percebida e compreendida como somente uma imaginação, pensamento e construção social, uma vez que ela é fruto também de determinadas experiências de vida. Algumas memórias que os indivíduos carregam consigo podem, por razões diversas, ser acionadas no tempo presente a partir de um aroma, cor, som, sabor, fotografia, palavra ou qualquer detalhe que o possibilite ir até o passado. De acordo com a mesma autora, as lembranças e narrativas são acontecimentos, lugares e personagens que muitas vezes estão intercalados por momentos de esquecimento e dos não ditos (SANTOS, 2012, p. 30).

Ao falar sobre sua infância, Maria Aragão menciona lugares, nomes e palavras. Identifica-se através do seu depoimento que as lembranças da cidade de Codó, de alguns episódios da infância e da professora Filomena, apresentam-se como alguns dos poucos momentos em que a questão da fome e das dificuldades vividas não se tornam evidentes em sua narrativa.

Diante das poucas referências sobre a infância em seus depoimentos, surgiram algumas indagações: estaria Maria silenciando uma parte de sua vida relacionada à infância e adolescência? O que justifica a ausência de lembranças sobre seus irmãos e a infância? É difícil encontrar respostas para esses questionamentos.

Segundo Michael Pollak (1989, p. 9-10), ao tratar de memória, silêncio e esquecimento, as lembranças vistas como proibidas, envergonhadas ou indivisíveis são conservadas de modo intenso e vigilante. Há uma seleção constante, realizada no momento em que conta, sobre o que deve ser falado e o que deve ser silenciado. Assim, para o mesmo autor, quem conta sua história de vida busca construir uma narrativa a partir de acontecimentos que lhe parecem lógicos e cronológicos. É o que se observa no depoimento de Maria Aragão ao retratar sua infância. Nota-se que a personagem apresenta poucos detalhes da referida fase da vida, apesar de destacar momentos da infância de convivência com a família, esses marcados de boas lembranças.

Retornando o tema da decisão da família em mudar-se para São Luís e as dificuldades que passaram, Maria descreve que:

Então, meu pai veio aqui em São Luís, alugou uma casa na rua de Santana, próxima à praça da Alegria e trouxe-nos, triste, infeliz, achando que os filhos iam morrer de fome. Mas ele não resistia à pressão de minha mãe. Passamos realmente muita fome, porque o

salário era pequeno, minha mãe não era uma boa administradora dessas poucas finanças e, além disso, o telégrafo atrasava muito. (FRANCISCO, 1992, p. 34)

Maria revela que sua vida e a de toda a família na cidade de São Luís foram marcadas por uma realidade de pobreza, situação que, segundo ela, sempre foi um dos motivos das preocupações do pai ao imaginar como seria a vida dos filhos na capital. Entre os argumentos de Emílio Aragão para sua mãe, afirma que ele dizia: “Meus filhos vão morrer de fome, meus vencimentos são pequenos, eu terei de dividir e ainda tem uma coisa: o telégrafo atrasa muito. E como vai ser a nossa vida?” (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 8).

Já residindo em São Luís com a mãe e os irmãos e, já frequentando a escola, ressalta terem vivido dias difíceis, tendo sua família passado fome. Menciona que, em certas ocasiões, ela e os irmãos choravam para não ir à escola, com o argumento de estarem sentindo fome, mas que a mãe sempre contra-argumentava que não morreriam por conta dela (MOREIRA NETO, 2015, p. 33-34).

Maria Aragão também manifesta percepção diferente em relação às afirmações da mãe, alegando:

Como ela estava enganada... De fome se morre. Mas, nós não morreremos. Foi terrível essa parte da nossa infância. Havia dias em que não se tinha absolutamente nada pra comer. Acordava-se muito cedo. 5 horas da manhã e minha mãe acordava. Ela tinha uma voz forte e bonita, e dizia: lenha verde mal acende. Quem muito dorme, pouco aprende. [...] A gente queria ficar deitado. Mal alimentados, famintos... Mas não tinha isso... Ela continuava falando. (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 8)

Sua narrativa descreve a realidade de uma família que vivia em condições de pobreza, sendo a fome um dos aspectos que se sobressai. Segundo Maria, sua mãe era sempre firme nas palavras, repetindo diariamente aos filhos o seguinte:

Vão, vão para a escola sim, têm de ir para aprender. Se não aprenderem, não vamos acabar esta fome aqui em casa; vocês têm de crescer, têm de ser doutores, têm de ser gente grande, que gente grande ganha muito dinheiro. (FRANCISCO, 1992, p. 16)

As palavras de Maria permitem-nos pensar sobre a exaltação de aspectos da personalidade da mãe Rosa Camargo e a construção de sua identidade, bem como refletir sobre o peso conferido para a questão da fome e dificuldades enfrentadas pela família

para que os filhos estudassem. De acordo com Pollak (1989, p. 14), a memória individual “resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões”.

As indagações levantadas permitem-nos fazer ponderações sobre o que Maria cita em relação a quem foi sua mãe e, principalmente, que valor é dado para as dificuldades financeiras que enfrentou: seria Rosa Camargo de fato a mulher determinada que é apresentada na descrição de Maria? Por que é tão evidente a necessidade de Maria fazer destaque às características da mãe como mulher firme e bonita? A fome, citada de modo enfático nos depoimentos, pode ser vista como elemento impulsionador da busca por uma formação profissional?

Rosa Camargo é apresentada como uma mulher consciente da importância dos estudos para a autonomia financeira dos filhos. Negra, pobre e analfabeta e vivendo em uma sociedade em que a pobreza, o preconceito, a discriminação e as desigualdades sociais eram fortalecidas, ela percebia o estudo como a única via para os filhos terem uma outra vida, diferente da dos pais.

Sobre o tempo na escola, Maria afirma que “a gente ia pro colégio e, admiravelmente, nós éramos os melhores alunos da classe em que estávamos” (ARAGÃO, 1988, p. 8). Assim, apesar da situação dramática de miséria e fome indicada, os filhos de Rosa Camargo tiveram um bom desempenho e conseguiram dar continuidade aos estudos.

As dificuldades enfrentadas por Maria e irmãos para estudarem na capital não foram intransponíveis. O problema da fome não era uma condição exclusiva de apenas uma família, uma vez que a realidade no Maranhão era marcada por grandes desigualdades sociais, fruto de uma história de escravidão e disputas de terras. Nas primeiras décadas do século XX, a realidade maranhense continuava sendo:

[...] marcada por conflitos e por um modelo econômico de favorecimento aos grandes grupos de latifundiários, grileiros e do agronegócio, que ao longo de décadas se apropriaram de terras, fazendo com que milhares de famílias agroextrativistas e pequenos agricultores fossem expulsos desses espaços, bem como arrastados em conflitos envolvendo disputas por terras. (PINTO, 2015, p. 57)

Na década de 1920, as questões econômicas do estado estavam voltadas para investimentos do algodão e do babaçu, que nesse período representavam 64% da produção agroextrativista. Bandeira Tribuzi (2017, p. 219) cita que o algodão “além de

suprir a demanda das 11 indústrias têxteis instaladas no Estado, ainda era objeto de exportação”. Realidade que beneficiava uma pequena minoria da sociedade maranhense, enquanto a outra camada da sociedade pobre sofria com a falta de investimentos para permanência do homem do campo, que migrava para as cidades em busca de trabalho. Esses eram os aspectos que marcavam a população do Maranhão do período, incluindo a família de Maria Aragão.

O deslocamento das famílias do campo para as pequenas cidades justifica-se por fatores diversos: falta de investimentos, desemprego e necessidade de fuga da pobreza. As justificativas apresentadas encaixam-se no desejo de Rosa Camargo em garantir a ida da família para a capital São Luís, projetando estudo e trabalho para os filhos.

Sobre a educação do Maranhão até 1930, Beatriz Andrade (1982, p. 64) afirma que a escola, de modo geral, tinha realidade de atender mais as classes médias e altas do que o povo. E acrescenta que “a vastidão do território maranhense e as dificuldades de transporte, muito grandes na época, contribuíram para que houvesse uma notável diferença entre o ensino ministrado na capital e a do interior”. Ainda sobre a realidade do Maranhão no quesito educação, a autora acrescenta que:

A instrução pública no Maranhão não formava um todo homogêneo, não passando, principalmente no interior do Estado, de uma reunião de escolas isoladas em todos os sentidos, em que os professores, em sua grande maioria, buscavam mais um emprego para sobreviver do que a difusão do ensino ou o interesse coletivo. (ANDRADE, 1982, p. 65).

Considerando as palavras da autora quando aponta os problemas que mais atingiam os maranhenses em relação à educação, é o que justifica toda a preocupação de Rosa Camargo, mãe de Maria Aragão, em relação a não querer que seus filhos estudassem no interior do estado. É compreensível que, ao perceber tal realidade, fizesse a defesa de que os filhos pudessem ter acesso a melhores escolas e, conseqüentemente, uma educação de qualidade.

Foi, portanto, em São Luiz, em 1926, que Maria Aragão concluiu o curso de Normalista, após ter também na capital frequentado e concluído o primário. Porém, a carreira de magistério não era algo almejado por Maria, afirmando ser um desejo de sua mãe, que dizia “que se ela fosse professora, arrumaria logo um emprego e eles deixariam de passar fome”; a mesma desejava ser médica, apesar de seu pai dizer que era “um sonho alto demais para uma pessoa que vivia na pobreza” (MOREIRA NETO, 2015, p. 33).

Novas reflexões fazem-se pertinentes ao colocarmos em pauta os pais de Maria Aragão, pois ambos tiveram condições econômicas difíceis. Porém, apesar da condição social simples, o pai era alfabetizado, e ainda que sua mãe não o fosse, reconhecia nos estudos um caminho para uma mudança real de vida dos filhos, um aspecto que certamente pesou bastante nas decisões tomadas pelo casal em relação aos filhos.

2.3 A VIDA NO MAGISTÉRIO

A mudança para São Luís permitiu que Maria Aragão e seus irmãos pudessem continuar com os estudos. A conclusão do curso primário deu-se no Grupo Escolar Sotero dos Reis, atualmente uma escola da rede estadual de ensino. Já a continuidade dos estudos foi na Escola Liceu Maranhense, onde frequentou o curso de Normalista.

Rosa Camargo, que desejava que a filha fosse professora, entendia que através da referida profissão seria mais fácil para a filha “arranjar um emprego” e “deixar de haver fome” (FRANCISCO, 1992, p. 36-37). É necessário mencionar que o curso de Normalista se apresentava como uma das vias de profissionalização para as mulheres, sendo a profissão de professora algo que passou a ser adotado por aquelas que seguiam o caminho da educação feminina.

No final da década do século XIX, a educação passou a ser reconhecida como condição necessária para o desenvolvimento da sociedade. De acordo com Guacira L. Louro (2006, p. 443), a valorização da educação surge já no momento da Independência do Brasil, ao menos no que se refere ao nível do discurso, sendo, portanto, destacada a necessidade de se “construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo”. Apesar disso, a mesma autora reforça que, mesmo com todo um discurso oficial de construir-se um novo país através da educação, “os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta” (LOURO, 2006, p. 444).

Sobre a educação feminina no Brasil, as concepções e formas foram as mais distintas, haja vista que, prioritariamente, a educação no início do século XIX era voltada para o público masculino. Ainda segundo Louro (2006, p. 447), “as últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade da educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”.

Na construção histórica da instrução feminina no território brasileiro, apesar das inúmeras reflexões sobre os cursos Normalistas e seus currículos, é notório o papel relevante das escolas normais. Essas tinham a autonomia de oferecer a instrução secundária, possibilitando que mulheres pudessem atuar como professoras. O curso de Normalista serviu para muitas mulheres como meio de acesso para o ensino superior. Realidade que representa o contexto de vida de Maria Aragão, pois foi o magistério que lhe possibilitou fazer percursos importantes que resultou no desejo de cursar o ensino superior.

Para Anamaria Freitas (1995, p. 44-45), o ensino pedagógico proporcionado nas escolas normais apresentou um momento socialmente aceito para as mulheres conquistarem maior autonomia econômica. A nova realidade dos cursos Normalistas passa a apresentar caminhos para o fortalecimento da formação feminina e valorização social, frente a um histórico de reduzidas oportunidades de formação para as mulheres. Nesse sentido, o acesso ao mundo das letras passava a garantir um acúmulo de capital cultural e social, que antes era permitido, ainda que de maneira limitada, somente às mulheres burguesas.

Ao repensar o papel da educação para a população negra brasileira nas primeiras décadas do século XX, Márcia Araújo (2013, p. 62) afirma que “a pobreza e o abandono dos negros eram reais, porém, não podemos considerá-los absolutos”. Para Beatriz Andrade (1982, p.61), o Brasil na década de 1920, conforme estatísticas do período e publicadas nos Estados Unidos, era o país líder de analfabetos. Realidade brasileira que vamos observando, mas que foram sendo rompidas a partir dos pais de Maria Aragão. Mesmo diante de uma realidade de grandes dificuldades permitiram que seus filhos se alfabetizassem e dessem continuidade nos estudos, o que permite considerar que não estavam inclusos nas estatísticas da população de analfabetos brasileiros.

O curso normal, bem como toda a vida estudantil de Maria, fora marcado, segundo seus relatos, por grande interesse no aprender. Sobre esse período, afirma: “Eu era considerada brilhante porque prestava muita atenção, tomava nota das coisas e transmitia para minhas colegas” (FRANCISCO, 1992, p. 38). Fica, assim, evidente em seu depoimento a maneira como se enxergava quando era estudante do curso Normalista, bem como a relação que estabelecia com as demais alunas da escola.

É possível avaliar que, mesmo quando cita que a fome foi um grande motivo de sofrimento, as dificuldades ligadas à sobrevivência da família nunca a impediram de frequentar a escola. É possível entender algumas das contradições presentes na narrativa

de Maria Aragão ao levar-se em consideração que a memória é esse “lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (PINTO, 1998, p. 307).

Após concluir o curso de Normalista, Maria Aragão viveu algumas experiências no magistério. Foi nomeada professora substituta na cidade de Codó/MA, cidade que estudou parte do seu primário e onde o pai havia também trabalhado nos telégrafos. Porém, alguns contratemplos impediram-na de assumir, mesmo após ter sido nomeada. Segundo ela, quando concluiu o curso de Normalista, o pai comentou na cidade que a filha acabara de concluir curso normal na capital, o que chegou ao conhecimento do prefeito de Codó. De acordo com as lembranças de Maria, ao tomar conhecimento de sua nomeação, o prefeito buscou auxiliá-la, para que, assim, logo ocupasse o cargo (FRANCISCO, 1992).

É necessário citar que, na década de 1920, as mulheres só ocupavam espaço no magistério enquanto docentes, em condição de professoras suplementares ou auxiliares. Também é relevante apontar que o movimento feminista existente da época foi de grande relevância para que esses espaços fossem garantidos. Segundo Marinho (2016), o movimento fortaleceu a atuação das mulheres em diferentes campos da sociedade, como o social, profissional e educacional.

Maria Aragão foi nomeada como professora auxiliar e não adjunta, função que ocupava Maria de Lourdes Pinho. Tal fato a deixou descontente, pois no seu entendimento ela deveria ser a professora titular, já que tinha diploma de Normalista. Sobre esse momento, afirma:

Ela era uma professora antiga, eu estava saindo dos bancos escolares. Logicamente ela devia ser melhor professora do que eu. Achava que o lugar era meu, mas ela tinha mais direito do que eu pelo tempo de serviço. Ela tinha trabalhado alguns anos, mas eu fiquei com raiva. (FRANCISCO, 1992, p. 45)

Fica evidente em suas narrativas o reconhecimento pelos anos de trabalho já prestados pela professora Maria de Lourdes. Contudo, também manifesta certa frustração em não ter conseguido garantir seu lugar na condição de professora titular. Sem o cargo de professora na cidade de Codó, Maria Aragão continuou a busca por um emprego que pudesse lhe proporcionar uma condição de vida melhor.

Encontrar um trabalho que conseguisse ajudar na complementação da renda familiar era uma cobrança constante da mãe, Rosa Camargo. Porém, um encontro

ocorrido entre ela e a ex-professora da Escola Normal, Maricota Pinho, permitiu-lhe a oportunidade de um trabalho como professora. Maria cita que ao encontrar aquela, prontamente foi-lhe perguntado: “Tu és capaz de sair daqui para trabalhar fora?” Responde Maria: “Claro que sou” (FRANCISCO, 1992, p. 46).

Logo, o desafio de Maria Aragão passou a ser o de trabalhar como professora particular dos filhos da família do médico Mirocles Veras. Foi com o ideal de uma oportunidade de independência financeira que, no ano de 1926, aos 16 anos, aceitou o desafio de transferir-se para a cidade de Parnaíba-PI. Nesse lugar, passou a vivenciar a primeira experiência como professora e, em especial, a de educar três crianças. Segundo seus relatos, duas dessas crianças foram alfabetizadas por ela: “Ele aprendeu a ler sentado no meu colo, tão pequeno era. O outro que aprendeu a ler também comigo é hoje um médico” (FRANCISCO, 1992, p. 47).

Imagem 6: Maria Aragão aos 22 anos



Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão.

Maria cita que, após um ano de trabalho domiciliar como professora particular na casa da família do Dr. Mirocles Veras, retornou para São Luís e, ao chegar, uma nova chance de trabalho como professora apareceu. A oportunidade deu-se em decorrência do encontro com seu antigo professor do curso normal Arimatea Cisne. Foi ele que a levou para trabalhar no Colégio Cisne, que funcionava em regime de internato. Nessa

oportunidade, trabalhou com turmas preparatórias para alunos que desejavam ingressar na escola através do exame de admissão (FRANCISCO, 1992, p. 48).

É possível perceber através do relato das primeiras experiências de Maria Aragão como professora que os contatos que tinha com professores foram fundamentais no acesso às oportunidades de emprego no campo educacional. Suas redes de contatos e relações garantiram inserção profissional, mesmo que os trabalhos fossem por curtos períodos.

Com a Lei n. 908, de 29 de julho de 1930, que possibilitava a complementação dos estudos com uma duração de mais dois anos para adquirir a certificação do Curso Ginásial, Maria Aragão decidiu complementar os estudos. A mesma afirma que seu desejo era conseguir ingressar em um curso superior de Medicina¹⁷. Também realizou concurso para ingressar com cargo no Banco do Brasil na cidade de Recife, mudando-se para esse local e não mais retornando para São Luiz.

É relevante referir que uma motivação levou Maria Aragão a almejar largar o magistério e realizar concurso no Banco do Brasil. De acordo com entrevista dada para a Revista Impacto, ano I, nº v, em abril de 1985 para Roberto Kenard, em seus 75 anos, aponta que sua intenção era poder permanecer em uma realidade que lhe permitisse cursar medicina, e a cidade de Recife dispunha do Curso Superior em Medicina. A possibilidade de passar no concurso público era real para garantir sua permanência na cidade e se preparar com estudos para entrar na Universidade.

Ao procurar outros meios de garantir trabalho, Maria, em seus depoimentos, faz uma análise interessante a respeito da figura da mulher, no que se refere aos concursos do Banco do Brasil. Afirma que não era uma política do banco aprovar mulheres: “Fui reprovada. Eu me expliquei, à época, dizendo que eles reprovavam as mulheres, porque no Banco do Brasil realmente não ficaram mulheres” (FRANCISCO, 1992, p. 50). Aqui, Maria Aragão faz uma crítica ao concurso que fez, haja vista que em suas constatações mulheres não eram aprovadas.

Nas narrativas de Maria Aragão, não existe qualquer registro que especifique o ano da realização do concurso do Banco do Brasil. Contudo, acreditamos que se trata da década de 30, pois com a criação da Lei n. 908 de 1930 de Getúlio Vargas, Maria Aragão complementa os estudos para cursar faculdade, situação que não ocorreu de imediato. A necessidade de trabalhar a fez optar por concorrer ao concurso público.

¹⁷ É relevante esclarecer que para Maria Aragão realizar o sonho de cursar Medicina, as cidades mais próximas e que tinham o curso almejado eram Salvador/BA e Rio de Janeiro/RJ. No estado do Maranhão, o curso de Medicina foi criado somente no ano de 1957 (ARAÚJO, 2014).

Após reprovação do concurso do Banco do Brasil, Maria fez a opção de ir morar na cidade de João Pessoa/PB. Segundo ela, as motivações de não ter retornado para São Luís estavam pautadas no fato de não ter absorvido a reprovação no concurso e não querer voltar para sua família ainda desempregada. Garantir o emprego e ajudar financeiramente a mãe e irmãos era um grande desafio. Segundo ela, o fato de ter um diploma de professora tornou-se uma exigência ainda maior para que pudesse efetivamente contribuir com a melhor qualidade de vida da família (ARAGÃO, 1998).

Maria confirma que, ao chegar à cidade de João Pessoa/PB, no ano de 1933, na necessidade de garantir um emprego com urgência para manter despesas básicas, procurou o interventor do estado da Paraíba Gratuliano da Costa Brito. Em relação ao encontro, afirma que o mesmo ocorreu devido a uma confusão criada por ela própria, na qual exigiu dos subordinados do interventor que o mesmo pudesse lhe atender. Declara, ainda, que naquela ocasião falar com Gratuliano “era uma questão de vida ou morte” (ARAGÃO, 1992, p. 51). Foi quebrando protocolos e fazendo apelo que finalmente conseguiu ser recebida por ele. E sobre o encontro, rememora:

Eu disse que era professora, era maranhense. Conteí a história toda. Disse que eu não podia voltar para o Maranhão, que eu queria emprego de professora, que ele não se arrependeria porque eu tinha consciência de ser uma boa professora, poderia provar. Ele ficou me olhando e disse: “Por que você não volta para o Maranhão?” Disse que tinha sido reprovada, que era uma das professoras mais conceituadas e não tinha coragem de voltar para o Maranhão, que eu ia ser qualquer coisa, mas não voltaria para minha terra reprovada. (FRANCISCO, 1992, p. 51)

Maria acrescenta que após toda a argumentação feita, o interventor explica que ele não poderia dar-lhe um emprego na capital. Contudo, segundo seu relato, foi aí que ela afirma ter dito para o Interventor: “Me dê um emprego até no inferno e eu vou para esse emprego e vou trabalhar bem com os diabos” (FRANCISCO, 1992, p. 51). Com esse pedido de trabalhar em qualquer lugar, Maria conseguiu a função de professora na cidade de Patos, na Paraíba.

Em relação ao desafio de ser professora em uma cidade que nunca tinha estado antes, ela afirma: “Comecei a trabalhar assim, desesperadamente, apaixonadamente, como eu sou, como eu sempre fui e sei que vou morrer desse jeito. Ninguém vai me modificar. Eu não posso me modificar” (FRANCISCO, 1992, p. 54). Os depoimentos de Maria permitem-nos refletir sobre as circunstâncias e redes de auxílios que pôde acionar e que fizeram com que atuasse como professora em diferentes lugares.

Durante o período que esteve na cidade da Paraíba, teria Maria Aragão se identificado mais com a profissão de professora? Esse questionamento é oportuno, uma vez que a mesma em seus depoimentos afirma não desejar ser professora, mas sim médica. A não possibilidade de entrar no curso de Medicina fez com que procurasse se dedicar como professora, profissão essa idealizada pela sua mãe, Rosa Camargo.

Durante todo o ano de 1933, Maria Aragão trabalhou na cidade de Patos/PB, tendo abandonado o trabalho e retornando para São Luiz devido problemas de saúde da mãe. Assim, afirma: “Fui obrigada a voltar, porque minha mãe estava doente”. Rosa Camargo foi diagnosticada com câncer e com indicativo dos médicos de que nada mais poderia ser feito naquelas circunstâncias. A indicação que foi dada era que Maria Aragão devia “fazer todo esforço” para levar sua mãe para ser tratada no Rio de Janeiro (FRANCISCO, 1992, p. 52-53). Dr. Tarquínio aparece nos depoimentos como o médico que acompanhava a saúde da sua mãe, mas é evidente também que ela guardava grande admiração e apreço, pois o via como um homem do povo, por continuamente ajudar as pessoas mais pobres.

Após diagnóstico dos médicos sobre a saúde de Rosa Camargo, menciona que escreveu uma carta ao pai, que nesse ínterim trabalhava na cidade de Grajaú/MA, para avisá-lo do quadro de saúde da mãe e das recomendações médicas. Revela que ele desaprovou a ideia de levar Rosa Camargo para o Rio de Janeiro, a fim de receber tratamento adequado (FRANCISCO, 1992).

Em seu depoimento, mesmo contra a vontade do pai, Maria Aragão viaja com a mãe para a cidade do Rio de Janeiro, chegando na capital em meados do mês de julho do ano de 1934. A viagem deu-se por intermédio do irmão José Maria, que na condição de sargento do Exército Brasileiro já residia na cidade. Apesar da tentativa de conseguir um melhor tratamento para a mãe, ela veio a óbito poucos meses depois. E, segundo relatos de Maria Aragão, foi ela na sequência incentivada por seu irmão a permanecer na cidade do Rio de Janeiro para cursar Medicina, o que acaba fazendo, conforme analisaremos na sequência.

Para tanto, contextualizar o Maranhão de Maria Aragão torna-se relevante. Pois ainda que não estivesse envolvida politicamente na década de 1930, seu retorno para o Maranhão será também fruto desses acontecimentos. O Maranhão que Maria Aragão deixou, ainda na década de 1930, quando saiu da cidade de São Luís para o Rio de Janeiro, é marcado por um regime de intervenções políticas, provocado pela Revolução de 1930. A presença de Interventores marcou a história do Brasil, não sendo diferente na realidade local da capital maranhense. Os anos de 1931, efetivamente registra, no Maranhão, a

chamada Era do Tenentismo, tendo como interventor um tenente-coronel, que no período era comandante da guarnição federal.

O regime provisório sob o comando de Getúlio Vargas passou a criar clima de tensões, fazendo com que elites políticas de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ficassem insatisfeitas. Tal contexto movimentou as elites locais principalmente de São Paulo. Pressionado, Getúlio Vargas, no ano de 1932, criou um Código Eleitoral cujas regras já daria destaque às conquistas pelo voto secreto e a extensão do voto às mulheres e aos maiores de 18 anos. Foi também marcado pelo Decreto nº 21042, que datava para um ano as eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934 há a promulgação da nova Constituição Brasileira.¹⁸ Para Meirelles (2008, p. 310), a Carta “viria influenciada pelos problemas que se haviam criado para o mundo no período pós-Guerra Mundial de 1918, ou seja, pela disputa entre as tendências comunistas e facistas”.

Getúlio Vargas, no ano de 1935, traça o plano para ter poder ditatorial. Com a Lei de Segurança nº 38, Getúlio conseguiu do Congresso plenos poderes para melhor combater o comunismo internacional” (MEIRELES, 2008, p. 316). No Maranhão, ainda de acordo com Meireles (2008, p. 316), recebendo influência da Europa, “entraram a se arregimentar, entre nós, os comunistas, que há muito existiam, mas que antes só haviam agido na clandestinidade, e que então se engajaram nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora em 1934”. O ano de 1936, é concedido anistia política em favor dos presos e exilados da Revolução de 1930. Maria Aragão ainda estava no Rio de Janeiro quando conheceu e construiu relações com comunistas anistiados da Ilha Grande, inclusive comunistas maranhenses que depois ela teve a oportunidade de militar entre eles.

2.4 RIO DE JANEIRO E O CURSO DE MEDICINA

Ao longo da história das mulheres brasileiras, o acesso ao ensino foi marcado por grandes dificuldades para que essas pudessem obter o direito ao ensino e, conseqüentemente, a frequentar um espaço escolar. A educação, quando garantida, ocorreu para algumas mulheres somente no mundo privado. Já o acesso ao ensino superior aconteceu de forma ainda mais lenta no território brasileiro.

¹⁸ É também o ano que Maria Aragão viaja para o Rio de Janeiro com sua mãe doente.

O Estados Unidos foi o primeiro país a facilitar o acesso à educação profissional feminina. Para Nathalia Bezerra (2010, p. 3), “a entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres”.

Em relação ao Brasil, o acesso ao ensino superior feminino ocorreu tão somente no final do século XIX. De acordo com Kaizô Beltrão e José Alves (2009, p. 128), o decreto imperial que propiciou à mulher a entrada no ensino superior é datado de 1881, “todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades”.

Para tanto, é válido contextualizar que a educação feminina no Brasil, mesmo representando uma conquista significativa para as mulheres, continuava, segundo Guacira Lopes Louro (2006, p. 445), sendo justificada “por seu destino de mãe”. Ainda, para a autora, existia, nas últimas décadas do século XIX, uma necessidade real para o incentivo à educação para a mulher, que era “modernização da sociedade, a higienização da família, a construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso” (LOURO, 2006, p. 447).

Com base nessa nova realidade econômica brasileira, parte da sociedade passa a enxergar como indispensável o fortalecimento da educação feminina, pois o discurso da modernização do país via como necessária a entrada da mulher no mercado de trabalho. Mas, para que a nova realidade se tornasse concreta, levou os “condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares” (LOURO, 2006, p. 447). É desse modo que as mulheres de camadas populares passam a ter maior entrada nos espaços educacionais. Assim, a formação no magistério¹⁹, conseqüentemente, a profissão de educadora são as que mais recebem incentivos das diferentes classes sociais.

Sobre a entrada de mulheres no ensino superior e, especificamente, no curso de Medicina, o primeiro registro de uma mulher a matricular-se no curso de Medicina no

¹⁹ É importante ressaltar que a entrada das mulheres nos cursos normais representava a porta de entrada para muitas mulheres no trabalho profissional. Porém, é fundamental refletir as palavras de Louro (2006, p. 454) quando aborda que algumas atividades profissionais precisaram ser feminilizadas. “Algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc.”. Desse modo, vinculava a profissionalização da mulher a contextos em que suas características de mãe e dona do lar pudessem justificar-se para sua entrada no mercado profissional.

Brasil, de acordo com Maria Aranha (2006, p. 230), ocorreu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ com Dona Ambrozina de Magalhães, em 1881. Alguns autores como Nathalia Bezerra (2010), Kaizô Iwakami Beltrão e José Eustáquio Diniz Alves (2009) apresentam divergências quanto a esses registros. Para Bezerra (2010, p. 4), a “primeira mulher a ingressar na universidade, no Brasil, foi no estado da Bahia, no ano de 1887, formando-se pela faculdade de Medicina”. Já para Beltrão e Alves (2009), no ano de 1887, Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o título de médica no Brasil. Contudo, as inconformidades das informações não mudam o cenário, de que foi somente na década de 80 que, no Brasil, o acesso da mulher ao ensino superior no curso de Medicina tornou-se uma realidade.

É importante mencionar que, mesmo na década de 80 do século XIX, o ensino superior não contava com a presença de mulheres cursando Medicina no Brasil. Na primeira metade do século XX, era ainda uma realidade muito distante para o público feminino. O contexto era ainda mais desafiador para as mulheres maranhenses, que para cursar Medicina precisavam se dirigir para capitais, como as cidades do Rio de Janeiro/RJ ou Salvador/BA.

A cidade do Rio de Janeiro é o cenário que possibilitou Maria Aragão, mulher negra, pobre e nascida no interior do estado do Maranhão, realizar o sonho de tornar-se médica. Para tanto, o irmão José Maria, sargento do Exército Brasileiro, foi, como já dito anteriormente, a primeira pessoa que deu apoio ao desejo da irmã de entrar na universidade para o curso de Medicina. Em depoimentos, Maria Aragão destaca as dificuldades enfrentadas no Rio de Janeiro:

[...] esse estudo pra mim foi uma das coisas mais difíceis. Eu gostaria de lembrar um fato que ocorreu logo que cheguei ao Rio para estudar. Eu morava num quarto alugado e vivia de ensinar. Nesse período, eu tinha um irmão morando no Rio. Ele era sargento do exército e graças a esse irmão comecei a ensinar sargentos e cabos que iam fazer concurso, não sei pra quê. Eu era tida como boa professora, acabei me convencendo disso, [...]. Mas aquilo era muito difícil para mim, porque eu tinha de estudar e tinha também de trabalhar. (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 14)

O depoimento de Maria revela o auxílio do irmão José Maria para que pudesse permanecer na capital brasileira. Foi durante o período que serviu o Exército brasileiro que ele ajudou a irmã a conseguir alunos para as aulas particulares. Esse trabalho possibilitou que conseguisse se manter no Rio de Janeiro. Porém, de acordo com Maria

Aragão, as dificuldades de permanência na capital tornaram-se mais difíceis após José Maria ser expulso do exército²⁰ brasileiro, indicando assim que o irmão lhe auxiliava financeiramente.

Em 28 de outubro de 1936, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei 281²¹, que garantia a entrada no serviço público por meio de concurso. Essa lei, de acordo com relatos de Maria Aragão, permitiu que ela desse aulas particulares a um maior número de alunos, muitos deles interessados em concursos públicos (FRANCISCO, 1992, p. 54). As aulas, ministradas para alunos de diferentes idades, grupos sociais, versavam sobre diferentes matérias, como português, matemática e francês.

Ensinei uma porrada de militar. Tive um aluno que era motorista, outro que era trocador de ônibus, então surpreendia-me muitas vezes quando subia num ônibus, ia pagar a passagem e o cobrador colocava a mão para impedir que eu pagasse. Eu olhava e era um que tinha sido meu aluno. Ensinei muita gente. (FRANCISCO, 1992, p. 54)

Sobre as amizades que possuía, faz referência apenas a uma amiga maranhense, que se chamava Alice, que também residia no Rio de Janeiro. Ambas haviam se conhecido no cursinho preparatório para prestar concurso no vestibular de Medicina. Alice era filha de Evangelina, sua ex-professora de francês do curso Normalista (FRANCISCO, 1992, p. 56-57).

Apesar de virem de grupos sociais bastante diferentes, Maria Aragão afirma que a questão não foi um obstáculo para o desenvolvimento da amizade com a maranhense Alice. Com essa, criaram um grupo de estudo para prepararem-se para o exame do vestibular. É certo que a formação de professora normalista e, ainda, estudando diariamente para dar aulas particulares, tenha colocado Maria Aragão em uma situação privilegiada diante do grupo de estudo.

²⁰ De acordo com Maria Aragão, o irmão foi expulso do Exército brasileiro por ter se envolvido com outros integrantes da corporação em uma briga que terminou com a morte de um cidadão. Não foi José Maria o autor do assassinato, contudo, o amigo envolvido no crime estava ligado, segundo investigações, com o comunismo. (ARAGÃO, 1988). Em outro depoimento Maria conta que após seu irmão ser expulso do Exército, ele ainda tentou residir no Brasil, mas não conseguiu. Diante disso, ele mudou-se para a Argentina, onde trabalhou como garçom e depois Inglaterra, trabalhando em mina de carvão. O contato de Maria com seu irmão dava-se de forma esporádica por meio de cartas (FRANCISCO, 1992).

²¹ A Lei n. 281, de 28 de outubro de 1936, reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências. Dispõe ainda da nomeação a cargo público promovido por concurso, sendo ele via concurso de prova ou prova e títulos para os respectivos Ministérios: Agricultura, Educação e Saúde Pública, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores, Marinha, Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas (BRASIL, 1936).

Sobre o período que frequentava a casa da amiga Alice, situação que era motivada pelo fato de o grupo de estudo acontecer na casa da mesma, Maria Aragão relata um episódio que a marcou muito. Segundo ela, foi questionada em relação a sua intenção de prestar exame na universidade para Medicina por sua ex-professora de francês. Essa também teria afirmado que ela teria mais oportunidades de atuar como professora no Maranhão. Sobre as palavras de Evangelina, sua ex-professora e mãe da melhor amiga, afirmou:

[...] tu estás fazendo tolice em querer estudar Medicina. Olha, meu filho está estudando Medicina. Um livro sozinho custou não sei quanto (era um dinheirão) e depois, aqui no Rio, pra se vencer, precisa ter bom aspecto, precisa... Como foi mais que ela disse? Enfim, era preciso estar bem-vestida, ter bom visual. Era isso que ela queria dizer e ficou dizendo coisas desagradáveis e todos os jovens batiam com a cabeça. (MARIA ARAGÃO, 1988, p. 15)

É importante citar que Evangelina Aguiar “era pertencente à elite econômica da época, constituída pelo polo industrial têxtil maranhense” (ARAÚJO, 2014, p. 66). Desse modo, as palavras da ex-professora sobre as possibilidades de Maria não ter sucesso em suas escolhas no curso de Medicina indicam para um olhar de preconceito e discriminação. A ex-professora reproduz, a partir de suas palavras, a visão de seu grupo social e do lugar que ocupava na sociedade da época (GONÇALVES, 1977). É válido lembrar que Maria e Alice concorriam para o mesmo curso de Medicina.

Ao trazer para o cerne de nossas reflexões, “o lugar de fala”, abordado por Djamilia Ribeiro (2018), pode ser observado a partir do posicionamento de Maria Aragão frente aos questionamentos da professora Evangelina Aguiar, quando afirma ter dado como resposta:

Professora, a senhora disse que eu não tenho bom aspecto, boa roupa, a senhora disse isso, mas a senhora se esqueceu do que eu tenho: a senhora se esqueceu que eu sou inteligente, a senhora se esqueceu que eu tenho cultura. [...] E a senhora quer saber mais: eu tenho boa vontade, tenho força e vou lhe dizer o seguinte: eu não virei bater na sua porta. (ARAGÃO, 1988, p. 15)

Observamos, na resposta, que Maria aponta que inteligência, cultura e boa vontade eram aspectos motivadores que alimentavam sua vontade de querer se tornar médica. Maia Aragão evidencia, a partir de sua resposta para a ex-professora e mãe de sua amiga, que, apesar das grandes dificuldades pelas quais passava para se manter no Rio de Janeiro, não aceitava ser colocada na condição de oprimida. Embora não tivesse envolvida diretamente em movimentos feministas, ela evidencia nos depoimentos um

comportamento de quem defende o rompimento da parcialidade, ou seja, não se cala, revida, apresenta-se como ativa, que articula oportunidades e defende espaços de direitos.

Ainda referente à postura da ex-professora ao citar as características físicas e poder econômico como possibilidades de Maria repensar sua opção pelo curso de medicina, podemos trazer como reflexão as análises de Bourdieu (1995, p. 137), ao tratar de violência simbólica. O autor afirma que essa se manifesta através do corpo, para tanto, a mesma pode ser percebida em diferentes aspectos, a exemplo dos discursos.

Consideramos oportuno refletir o mesmo contexto na perspectiva de Djamilia Ribeiro (2017), ao afirmar que todas as pessoas têm um lugar de fala, pois suas experiências e posicionamentos fazem parte da construção do seu lugar social. Trazendo a autora e refletindo sobre Maria Aragão, podemos imaginar que ao argumentar com a ex-professora de que era inteligente e dotada de cultura, reconhecia-se como alguém dotada de conhecimento e capaz conquistar o espaço almejado. Reconhecia que as condições socioeconômicas que tivera, ainda que sempre deixando evidente que foram as mais difíceis, garantiram-lhe oportunidades.

Diante de tal realidade, apesar dos desafios enfrentados no Rio de Janeiro, Maria Aragão é aprovada no curso de Medicina da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 1934. O curso teve início no ano de 1935, uma turma que segundo ela tinha “cento e tantos homens, oito ou onze mulheres”, conforme destaca em seu depoimento (FRANCISCO, 1992, p. 59).

Não é possível saber se o número de alunos do sexo masculino e feminino da turma de Medicina do qual Maria Aragão fez parte esteja correto, no entanto, é certo que a presença de mulheres fosse sim, bem pequena. Destaca-se que, para uma mulher, negra, pobre e ainda saindo do Maranhão, cursar Medicina no Rio de Janeiro em pleno período da década de 1930 não foi um desafio modesto. Além das dificuldades financeiras que sempre estão presentes em seus relatos, acrescenta-se o cenário brasileiro, em que o acesso às universidades para cursos de Medicina não era uma realidade acessível para todos, e menos ainda para o universo das mulheres.

Maria Aragão também relata que o curso foi bastante difícil para ela, pois teve que continuar a dar aulas particulares (FRANCISCO, 1992). A necessidade de trabalhar com aulas particulares lhe custou caro, haja vista que a impedia de ter horários fixos, realidade que comprometia seus estudos na Universidade (ARAGÃO, 1988, p. 26-27), e que foi motivo para atraso de algumas disciplinas.

Consideramos oportuno mais uma vez abordar os aspectos da educação do ensino superior nos anos de 1930 no Brasil, por ser essa a década que Maria Aragão frequenta um ensino superior cursando medicina, curso esse que não era tão comum para mulheres. Para isso, apontamos que, no decorrer da Primeira República (1889-1930), segundo Cyntia Pereria de Sousa (2008, p. 153-154), o universo dos cursos superiores ainda era bastante escasso no território brasileiro, e tinha, por conseguinte, o seu acesso limitado às mulheres. As motivações podem ser elencadas a partir dos seguintes fatos: o primeiro era que o ginásio era o único curso que levava ao ensino superior por meio do ensino secundário ginasial, e muito pouco frequentado por mulheres; e o segundo, era o curso normalista, cuja clientela era expressivamente feminina, mas não permitia o acesso às faculdades.

De acordo com Teresa Cristina Marques (2016), a década de 1930 registra para as mulheres espaços no mercado de trabalho. A autora afirma que “as mulheres eram majoritárias em alguns setores da economia, como o serviço doméstico, a indústria de vestuários, o magistério, além de estarem presentes no emprego da indústria têxtil” (MARQUES, 2016, p. 670). É certo que o mercado que se abria para as mulheres atendia principalmente as mulheres das classes populares.

Retomando o contexto da vida de Maria, foi no ano de 1937, quando cursava o terceiro ano de Medicina, trabalhando com aulas particulares, que afirma ter tido contato com as primeiras experiências com militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Esses militantes residiam na pensão de Dona Clementina, mais conhecida como Dona Quili, localizada na Tijuca, na rua Desembargador Isidoro. Foi nesse período também que ela conheceu e passou a conviver com maranhenses que tinham acabado de ser libertados da Ilha Grande²².

Em entrevista, Maria Aragão garante que os maranhenses recém-libertos eram homens e mulheres que, após terem sido torturados na Ilha Grande, chegaram bastante doentes. Como o estado de saúde dos maranhenses que chegaram da prisão era bem delicado, buscou ajuda dos professores do curso de Medicina. Com o apoio desses, foi

²² O presídio Ilha Grande, localizado em um distrito de Angra dos Reis, cidade da costa verde do Rio de Janeiro, foi palco de uma das instituições carcerárias mais importantes dos governos de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1945. Conhecido como Instituto Penal Cândido Mendes, também denominado pelo apelido de Caldeirão do Diabo. A história do presídio é marcada por lembranças de violência, assassinatos, torturas, desaparecimentos e tentativas de fugas, ambiente localizado em área de difícil acesso e de natureza hostil, designado para abrigar os militantes das organizações acusadas de tramar contra o regime militar. Uma grande parte dos presos do Instituto Penal Cândido Mendes foram comunistas, a exemplo de Gregório Bezerra, Graciliano Ramos e Carlos Marighella (BARATA, 1993; CANCELLI, 1993).

possível possibilitar atendimento médico e vagas em hospital para os casos mais graves (ARAGÃO, 1988, p. 18).

Na pensão que passou a frequentar, ela conheceu diferentes pessoas ligadas a grupos políticos. Sobre isso, declara em depoimento que:

Lá na pensão também estavam hospedados alguns integralistas. Não lembro o nome deles. Começaram a hostilizar os maranhenses comunistas, ameaçando-os. Eu fiquei do lado dos comunistas, não porque entendesse ou tivesse, naquele momento, qualquer inclinação ideológica ou política, mas só porque eles eram parte fraca, por isso tomava o lado deles e ajudava-os no máximo que podia. (FRANCISCO, 1992, p. 60)

Maria começou a ter contato com pessoas que faziam parte de grupos políticos diferentes, destacando a presença de integralistas e comunistas. Passou a dar apoio aos comunistas maranhenses, destacando que começou a fazer isso não por ideologia política, mas pelo fato de serem hostilizados pelos membros da ação integralista. (ARAGÃO, 1988). Não se identifica através de seus depoimentos a presença de mulheres comunistas na pensão. Aos homens eram garantidas maiores oportunidades de trabalho e espaços político, talvez por isso, justifique a ausência de mulheres entre os comunistas naquele momento.

Podemos trazer para o debate o pensamento de Marques, que aponta que na década de 1930:

A presença feminina no mundo do trabalho era menos visível que a dos homens, empregados nos ofícios estratégicos para o projeto de desenvolvimento industrial, enquanto a maior parte das mulheres se ocupava com atividades de baixo prestígio social, e talvez por essas mesmas razões fossem desprovidas de voz política. (MARQUES, 2016, p. 670).

Referente ao número de comunistas que chegaram na pensão vindos da Ilha Grande e das condições de saúde que se encontravam, Maria declara que “tinha muita gente e tinha os que estavam doentes. [...] Um estava tuberculoso [...]” (ARAGÃO, 1998, p. 18). O fato de estar cursando Medicina a possibilitou ajudar os hóspedes comunistas que se encontravam doentes. Sobre os comunistas e a condição de saúde que chegaram à pensão, revela:

O grupo de Maranhenses chegou lá, todos sebotados, infelizes, sujos, doentes. Como estudante de Medicina, eu ajudava-os levando-os ao

hospital e pedindo aos professores que os examinassem, requisitassem exames, dessem remédios. E meus professores ajudavam nisso. Alguns eram meus amigos. (FRANCISCO, 1992, p. 60)

Maria, ao narrar as relações que estabeleceu com os comunistas que chegaram na pensão, evidencia de modo especial o nome de um dos ex-prisioneiros da Ilha Grande, o jornalista Amorim Pargas. Com família no Rio de Janeiro, o mesmo não ficou hospedado na pensão com os demais companheiros de prisão, contudo frequentava o local para encontros e reuniões políticas (FRANCISCO, 1992, p. 60).

Sobre o encontro com Amorim, Maria Aragão (1998, p. 19) afirma: “foi lá e conversei comigo, barará, barará, virou, mexeu, eu acabei morando com ele”. Aponta também que do grupo de comunista, o mesmo “era um dos mais doidos. Haviam rebentado os dentes dele. Tinha sido muito torturado” (FRANCISCO, 1992, p. 60-61).

Ao observarmos atentamente os depoimentos de Maria Aragão sobre sua vida amorosa, não se identifica nenhuma outra situação que não essa em citar o relacionamento afetivo que tivera com Amorim Pargas e que resultou na decisão de ambos dividirem uma vida. A vida amorosa de Maria anterior ao companheiro Amorim, é totalmente silenciada.

Não podemos afirmar que Amorim Pargas foi o primeiro amor de Maria. Pensar sobre a relação entre esquecimento e silêncio, problematizado por Michael Pollak (1989), nos parece pertinente. Segundo o autor, o silêncio não pode ser visto como que o indivíduo se esqueceu de algum acontecimento vivido, mas que, por motivos infinitos, pode ter optado por não deixar evidente qualquer sinal sobre determinados fatos.

É necessário considerar que Maria, até sua estadia na pensão, não demonstrou, em seus depoimentos, ter vivido cenários de movimentos sociais, ou qualquer outro tipo de envolvimento com pessoas que faziam o debate dos movimentos sociais ou das lutas de classes. Seus depoimentos nos levam a acreditar que esse contato com comunistas na Ilha Grande foi o primeiro contato que lhe permitiu, tempos depois, tomar decisões que a levassem a fazer parte de lutas coletivas.

Já o testemunho de Maria sobre as condições que encontrou os comunistas que chegaram da prisão da Ilha Grande e, principalmente, Amorim Pargas, revela a realidade de tortura e maus-tratos que eram submetidos os presos políticos. Em relação à história do presídio da Ilha Grande e das pessoas condenadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, Agildo Barata (2011) aponta que o lugar é marcado pelas lembranças de violência, assassinatos, torturas, desaparecimentos e tentativas de fugas.

Sobre as dificuldades de um ex-prisioneiro político em garantir trabalho, Maria Aragão conta a realidade de Amorim Pargas:

Ele foi trabalhar no *Diário de Notícias*, que ficava então na rua da Constituição. Eu me lembro quem era o diretor, Orlando Dantas. Era logicamente muito explorado. Tinha que trabalhar demais e não podia perder o emprego. Não tinha do que viver, e ainda ajudava os outros. (FRANCISCO, 1992, p. 61)

O depoimento evidencia as dificuldades que Amorim precisou enfrentar para que pudesse garantir trabalho após o período que saiu da prisão. Essa, certamente, era uma realidade vivida por muitos outros ex-prisioneiros políticos.

Como bem descreve Maria Aragão, Amorim era submetido a extensas jornadas de trabalho e diferentes atividades no *Jornal Diário de Notícias* (FRANCISCO, 1992). Em relação ao período em que o casal, Maria e Amorim, decidiu morar junto, aquela relata que grandes foram as dificuldades econômicas, tendo ela engravidado no ano de 1938.

Com diagnóstico de hiperêmese gravídica²³, Maria Aragão precisou passar por um aborto em caráter de urgência. O procedimento foi realizado pelo médico e amigo João Batista Brauner. Esse também teria convencido Maria a retornar para o Maranhão para melhorar seu quadro de desnutrição (FRANCISCO, 1992, p. 62-63). Apesar da resistência, a mesma afirma ter voltado para terras maranhenses com o auxílio do médico, que custeou as despesas da viagem (ARAGÃO, 1988, p. 20).

É preciso entender a situação que se encontrava o Brasil e o Maranhão nos dois anos que antecederam o retorno de Maria à cidade de São Luís. O ano de 1937 registra o momento que o Presidente Getúlio Vargas, com a justificativa de que existia um plano comunista no Brasil²⁴, instaura o Plano Cohen²⁵. É o período em que o país vive o estado

²³ A hiperêmese gravídica (HG) é uma condição definida como náuseas e vômitos intensos que causam à gestante uma perda de peso corporal, desidratação, distúrbios hidroeletrólíticos e deficiência nutricional. Hiperêmese gravídica associada a fatores psicossociais: Revisão sistemática (ALFENAS *et al.*, 2017).

²⁴ Com o argumento de que existia um plano construído pelos comunistas de tomada do poder, o então Presidente Getúlio Vargas instaura, através do Plano Cohen, a ditadura do Estado Novo. O documento que descrevia o plano comunista foi anexado ao Plano Cohen como prova da ação comunista. Anos depois foi comprovada a falsidade do plano e que o maior objetivo de Getúlio Vargas era instalar a ditadura no Brasil. Segundo Eva Alterman Blay (1989, p. 112-113), o Plano Cohen “circulou no interior do exército durante o mês de setembro de 1937. Em fins daquele mês, ele foi “apreendido” como prova de subversão pelo Estado maior, que então convocou os generais”.

²⁵ É importante ressaltar que o Plano Cohen, divulgado durante o Governo Getúlio Vargas como grave ameaça ao território brasileiro, não passou de situação forjada com o objetivo de reacender um sentimento de histeria anticomunista no país e agindo diretamente na opinião pública para defender a ditadura militar. Na data de 10 de novembro, Getúlio fez o anúncio ao país e instituiu o Estado Novo. Sobre o assunto, ver:

de guerra solicitado por Getúlio e permitido pelo Congresso. Um tempo da história brasileira marcada por greves, perseguições, massacres, prisões e assassinatos de líderes políticos. Boris Fausto (2008) destaca que o ano em que Getúlio Vargas, utilizando-se de justificativas para pôr fim às agitações políticas que vivia o Brasil, decreta o fechamento do Congresso Nacional. Como consequência desse ato, dissolve os partidos e anuncia uma nova Constituição, conhecida por Carta Constitucional de 1937.

No Maranhão, de acordo com Lima (1981) e Mário Meireles (2001), a situação do povo maranhense na década de 1930 era marcada por falta de políticas públicas de todas as naturezas. Em relação à saúde, o estado vivia um número expressivo de epidemias e com poucos hospitais para atender todas as demandas. No que se refere à educação, existia um alto índice de crianças e jovens fora da escola, além de uma grande parcela da população viver em condições de pobreza, residindo em zonas rurais, e sobreviver de uma economia de subsistência.

Contudo, ao retornar para o Maranhão em 1939, Maria Aragão afirma ter se estabelecido na casa de um amigo da “família Sousa”. Essa havia acolhido seu irmão mais novo após o falecimento da mãe. Rapidamente, Maria Aragão reabilitou-se dos problemas de saúde e voltou a trabalhar, auxiliada pelo ex-professor da Escola Normal, professor Mata Roma. Mata Roma, como cita, foi quem lhe oportunizou o trabalho como professora de duas cadeiras da disciplina de Língua Portuguesa na Escola Rosa Castro, local onde no passado a mesma havia frequentado o curso de Normalista. O novo emprego permitiu economizar dinheiro. A intenção era voltar o quanto antes para o Rio de Janeiro e, assim, dar continuidade para cursar o quinto ano da faculdade de Medicina e reencontrar o companheiro Amorim Pargas. Antes disso, escreveu para Amorim para avisar sobre sua viagem (ARAGÃO, 1988, p. 21).

É salutar citar que mais uma vez a rede de amigos de Maria Aragão lhe permitiu seguir os caminhos do magistério no Maranhão, ainda que já tivesse passado alguns anos fora da capital São Luís. Sua rede de contatos e relações próximas é o que vai possibilitar enfrentar os percursos da vida e ir conquistando os diferentes espaços de trabalho e fortalecendo seu projeto de concluir o curso de medicina. Segundo Vendrame (2016, p. 175), “a reconstrução das redes de um indivíduo ou grupo tem se mostrado instrumentos valiosíssimos para analisar a ação social e o tecido de relações interpessoais”, contexto

que muito se enquadra nas relações sociais firmadas por Maria Aragão e que contribui com a construção de sua trajetória com a finalidade de alcançar oportunidades de trabalho.

Em relação à carta encaminhada para o companheiro, Maria Aragão demonstra decepção, pois do mesmo recebeu o recado que não era o momento para retornar ao Rio de Janeiro, uma vez que ainda não se encontrava bem de saúde (ARAGÃO, 1988, p. 21). A questão da carência de recursos financeiros era um dos problemas que afetava a vida do casal na capital brasileira, motivo pelo qual não se alimentavam bem, o que acabou desencadeando problemas de saúde em Maria. Essa, em resposta ao recado de Amorim, afirma ter escrito novamente para o companheiro: “Nunca precisei de ti, a fome era minha só, tua fome era tua, mas a minha era minha, e era minha mesmo” (ARAGÃO, 1988, p. 22).

Logo na sequência retorna para o Rio de Janeiro, onde deparou-se com novas situações desagradáveis. O casal teve que deixar o local em que alugavam, passando a viver em um hotel (MOREIRA NETO, 2015, p. 55). Na subsequência, com o auxílio de uma amiga que estava cuidando da mãe doente, Maria passou a realizar um novo trabalho. Passaria a auxiliar a mesma nos cuidados com a enferma. Além de poder contar com um novo lugar para morar, a nova atividade permitiria que ela tivesse tempo para dedicar-se aos estudos, uma vez que a intenção era realizar as avaliações da 2ª etapa do curso de Medicina (FRANCISCO, 1992, p. 21).

Sobre o relacionamento com Amorim, Maria Aragão ressalta as motivações que levaram ao fim do convívio. Um dos motivos estava ligado ao fato de o companheiro ter questionado seu desejo de querer retornar para o Rio de Janeiro. Somava-se a esse o fato de seu amigo, Luís Lobato, um ex-prisioneiro comunista, ter-lhe dito que Amorim era um “cretino”, pois estava de casamento marcado, e que a cerimônia aconteceria em 15 dias (ARAGÃO, 1988). Ao saber desse fato, declara:

Eu fui pra casa. Tudo ruim passou na minha cabeça (interrompe a fala para fechar a porta para seu jabuti não sair). Vou largar isso e vou embora para São Luís. Vou fazer outra coisa... Eu não vou aguentar ficar no Rio. [...] Eu ia pela rua, assim, feito um autômato. Um carro quase me pega. O homem me chamou de filha da puta. (ARAGÃO, 1988, p. 23)

Também acrescenta que sentiu um grande desespero, batendo uma grande vontade de largar tudo e retornar para o Maranhão. Porém, logo passou a pensar: “A vida é minha,

a dele é a dele. Ele vai cuidar da vida dele e eu vou da minha, vou continuar estudando”; desejava manter-se firme no seu objetivo de querer ser médica (ARAGÃO, 1988, p. 23).

Ao descrever seus sentimentos após a informação do casamento, ela diz que até para conseguir estudar não foi fácil, pois quando começava a fazer as leituras de estudo, percebia que ao chegar no fim da página, já não sabia o que havia lido antes; contudo, saiu do “estado de desespero”, como ela mesma chamava, repetindo as seguintes frases:

A vida é minha, a dele é a dele. Eu tenho um ideal: eu quero ser médica, eu tenho de ser médica, e por que vou rebentar a minha vida por causa de um homem? Ele foi um adereço na minha vida. Foi um adereço. Foi bom? Mas, eu perdi. Tá perdido e acabou-se. E no dia seguinte, 24 horas exatamente, eu estava recuperada. (ARAGÃO, 1988, p. 23)

Em relação ao seu comportamento após o término com Amorim, afirma: “Minha atitude fez com que eu ficasse gostando tanto de mim, subi tanto na minha autoestima. Eu me respeitei mais. É, eu sou eu. Fiquei feliz pela maneira como reagi” (FRANCISCO, 1992, p. 67).

Com o fim do relacionamento, Maria menciona como passou a se enxergar e como decidiu viver em relação a relacionamentos futuros: “Eu continuei minha vida. Fiquei muito solta, com toda a situação ruim que eu tinha atravessado, malvestida, mas nunca deixei de ter “macho atrás de mim”, me sacaneando a vida. Topei todas as solicitações interessantes” (FRANCISCO, 1992, p. 67-69, *grifo da autora*).

É relevante refletir que o depoimento de Maria deixa evidente que, após o fim do relacionamento com Amorim, ela faz questão de citar que teve outros relacionamentos. Não podemos deixar de mencionar que o século XX trouxe mudanças significativas na vivência do amor. O próprio processo de emancipação feminina alterou de modo consistente as estruturas das relações e do casamento, realidade bem distinta do século XIX. As conquistas a partir da década de 1960, com a chegada do anticoncepcional, permitiram às mulheres um ambiente favorável para que pudesse viver os encontros de forma mais livre, influenciada também pelo cinema e televisão que foram importantes veículos de comunicação e que modificaram o comportamento cultural da sociedade, evidenciando as relações de amor.

Contudo, não podemos deixar de perceber que Maria demonstra que sua relação com Amorim Pargas foi vislumbrada por sentimentos, e que o fim do relacionamento lhe provocou sofrimentos.

2.5 CAMINHANDO PELA PEDIATRIA E GINECOLOGIA

Cursando o quinto ano de Medicina, em 1941, Maria conseguiu empregar-se no internato do Hospital Infantil Estadual Artur Bernardes, hoje Instituto Fernandes Figueira. O sistema de internato, atualmente conhecido por Residência Médica, não garantia salários, “os internos não ganhavam dinheiro, tinham casa e comida e trabalhavam no hospital”. Em seus depoimentos, Maria apresenta as motivações para justificar a necessidade de garantir o trabalho e o internato, “eu tinha uma filha e precisava de ter dinheiro, porque o curso exigia livro, roupa, avental, material que pediam” (ARAGÃO, 1988, p. 26).

Não é possível saber quando exatamente Maria Aragão teve a filha, se antes ou depois de prestar o concurso para o cargo de enfermeira. A gravidez, segundo seus relatos, exigiu dela a necessidade de maior esforço para manter as despesas com uma filha. Ela também revela que não faltou conselhos de professores e amigos para que renunciasse à criança, com o argumento de que uma gravidez atrapalharia os planos de concluir o curso de Medicina. Entretanto, a argumentação foi: “Como uma função natural pode prejudicar um curso? Não vai prejudicar nada” (FRANCISCO, 1992, p. 69).

É importante ressaltar que um acontecimento pode ter levado Maria Aragão a enxergar a maternidade fora do casamento em nova perspectiva. Relembramos aqui, que no ano de 1939 aos 29 anos Maria Aragão, ao engravidar pela primeira vez, apresentou problemas sérios de saúde. Em decorrência de seu estado de saúde, precisou passar por um procedimento de aborto que deixou sua saúde em situação de fragilidade, e emocionalmente abalada. O estado de saúde foi tão delicado que após o aborto, Maria Aragão precisou trancar o curso de medicina por alguns meses e em seguida retornar para a cidade de São Luís para cuidar de sua recuperação. Todos os acontecimentos em torno da gravidez podem ter levado Maria Aragão, a defender sua segunda gravidez diante de amigos e professores. Sua defesa foi afirmar em depoimento que a gravidez era uma função natural e que não iria prejudicá-la no curso de medicina.

Para tanto, é relevante atentarmos para os debates que predominavam no Brasil a partir de grupos feministas em relação aos direitos das mulheres. Não se pode deixar de refletir que Maria Aragão, na década de 40, encontrava-se na universidade cursando Medicina no Rio de Janeiro, em tempos que o acesso das mulheres a cursos superiores não era algo tão comum, especialmente aquelas que vinham dos baixos extratos sociais e eram negras.

É relevante destacar as pioneiras que quebraram paradigmas rompendo as fronteiras do preconceito e a resistência para ocupar os bancos das universidades em cursos de medicina no Brasil. Foram avanços e conquistas das mulheres que abraçaram a causa médica. Dentre essas mulheres, citamos Dra. Rita Lobato de Freitas, a primeira mulher a se formar em Medicina no Brasil, em 1887, na Faculdade de Medicina na Bahia, abrindo novas possibilidades para outras mulheres. Em seguida, trazemos o nome da Dra. Maria Falce de Macedo, primeira mulher a ser formar na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1919, e tornando a primeira a iniciar a docência no curso de Medicina.²⁶

É necessário referenciar que a ideias feministas chegam ao Brasil de diferentes lugares, estando assentadas em contextos de uma nova realidade econômica que se apresenta em diferentes países. Para Ana Alice Costa e Cecília B. Sandenberg (2008, p. 24), a consciência de um movimento feminista, que tem como fundamento a defesa da “igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina”. São ideais que nascem na França e Inglaterra, ainda em seu período setecentista. Esse novo olhar para com a mulher surge em um cenário de grandes transformações provocadas pelo fortalecimento do capitalismo.

Para evidenciar, de forma mais clara, essas novas ideias e suas consequências, é possível destacar o surgimento de um novo comportamento cultural. Nesse contexto, os autores citados defendiam que “O rompimento com o isolamento doméstico resultante da participação social de um lado e, de outro, os ideais liberais de igualdade, levam as mulheres gradativamente à subversão. Isto é; a se darem conta da exploração e opressão a que estavam submetidas” (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 25).

Ao retornar para o episódio da segunda gravidez de Maria Aragão, ela menciona que alguns professores e amigos a incentivaram a fazer aborto. Essa questão pode ser entendida pelo fato de que na cidade do Rio de Janeiro, os ideais feministas, e de forma específica o aborto, já era um debate real no interior de vários espaços sociais, principalmente o ambiente da Universidade.

²⁶ Para conhecer a trajetória das primeiras mulheres que vivenciaram o campo da medicina, ler artigo “Pioneiras no campo da medicina: trajetória nas interseções, de Luzinete Simões Minella. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: <
http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381512334_ARQUIVO_Luzinete_SimoesMinella.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

É importante ressaltar as palavras de Mirla Cisne, Viviane Castro, Giulia Oliveira (2018), ao fazer um panorama do aborto no Brasil. Elas afirmam que o aborto inseguro no Mundo e no território brasileiro é um reflexo das desigualdades de sexo, raça/etnia e classe. Portanto, a criminalização do aborto não atinge a sociedade como um todo e de forma igualitária. As mulheres pobres e negras, são, portanto, as que mais sofrem as consequências da discriminação social e o aprofundamento da questão social. São elas as mais apropriadas e espoliadas pela ordem capitalista-patriarcal-racista, levando a sofrerem as mais diversas formas de privações e violações.

É possível que professores e amigos de Maria vissem a gravidez como condição que iria dificultar a continuidade de seus estudos e estágios obrigatórios. Para Mirla Cisne (2012), a maternidade colocava dificuldades ao emprego, principalmente quando estavam no campo informal, sem direitos trabalhistas e licença maternidade, levando muitas vezes o retorno dessas mulheres para o espaço doméstico com o fim de criar os filhos (as). As pessoas que estavam em torno de Maria Aragão desconheciam o seu relacionamento amoroso, e enxergavam que manter a gravidez era uma decisão pessoal, tendo a responsabilidade de prover sozinha o sustento da filha.

Seus depoimentos demonstram que a rotina de trabalho intensificada como mãe, como aluna do curso de Medicina e como professora de aulas particulares, fez com que ela conseguisse melhor condição financeira. Isso possibilitou que se organizasse para investir na transferência de três irmãos para o Rio de Janeiro (ARAGÃO, 1988). As dificuldades enfrentadas para cursar as matérias teóricas, conciliando as atividades obrigatórias do curso no hospital, além do trabalho no hospital como enfermeira e as aulas particulares, a fez perder uma disciplina do curso. Por conta da rotina pesada, o curso de Medicina só foi concluído um ano depois do previsto (ARAGÃO, 1988, p. 27). Talvez o incentivo de professores e amigos para que Maria realizasse o aborto era com o intuito de não atrasar ainda mais a conclusão do curso de Medicina.

Sobre a paternidade de sua filha Clarice, Maria apenas afirma que o mesmo era médico, não revelando sua identidade. Ela silencia em relação ao relacionamento que teve com o pai de sua primeira filha, essa nascida em 3 de março de 1942, declarando apenas que:

Continuava minha relação com aquele grande amor, grande, que depois se tornou um grande amigo. Nunca houve fim entre nós, foi a vida que nos separou. Ele foi transferido para o Rio Grande do Sul, de onde ele era, e eu fiquei no Rio. Mas sempre nos encontrávamos, e manobrávamos bastante para nos encontrar. Então era uma festa, festa,

festa de amor, de carinho. Eu ia cheia de dúvidas. (FRANCISCO, 1992, p. 73)

As palavras de Maria revelam entusiasmo ao falar do pai da filha Clarice, ainda que seu nome não tenha sido revelado. As aventuras das viagens e dos encontros entre ambos demonstra que este foi seu grande e único amor. Talvez falar sobre esse relacionamento a levasse a construir uma imagem de si que preferisse evitar. De acordo com Pollak (1989), o trabalho da memória não é um caminho de via única.

Após ter concluído o curso de Medicina, Maria Aragão afirma que recebeu um importante convite de trabalho. Segundo ela, o médico Dr. João, o mesmo que fez seu aborto, a convidou para trabalhar na cidade de General Câmara, no Rio Grande do Sul. Sobre essa nova oportunidade, cita: “Fui de trem para o Rio Grande do Sul, com a filha no colo”. Porém, um triste acontecimento abateu-se na vida de Maria, logo após ter chegado em seu destino final. Meses após sua chegada a General Câmara, a filha Clarice veio a falecer por conta de uma “epidemia de disenteria bacilar”. Sobre a dor da perda da filha com apenas 2 anos, declara:

Bem, aí eu pirei. Ter aquela filha naquele período no qual a discriminação à mulher era muito maior do que hoje, como estudante de Medicina que eu era, enfrentar aquilo, gente querendo que eu fizesse aborto, eu berrando que não fazia... Perder aquela filha pra mim foi uma das coisas mais dolorosas da vida, uma das coisas mais dolorosas, e eu pirei. (ARAGÃO, 1988, p. 27)

Na entrevista, fica visível que a morte da filha Clarice é o momento mais desolador de sua vida. Foi a situação que a fez lembrar o triste episódio do aborto que precisou se submeter, ainda quando cursava os primeiros anos de Medicina. Cita que as lembranças de dor e sofrimento a levaram a fazer as seguintes reflexões: “E agora perder aquela filha, que era um encanto de criança, inteligente, viva, bonita, rebentou com minha vida” (FRANCISCO, 1992, p. 74).

Imagem 7: Filha Clarice aos 2 anos, em 19 de maio de 1942



Fonte: Foto do Arquivo Memorial Maria Aragão.

A morte da filha Clarice vem alimentada do sentimento de culpa pelo aborto vivido no passado. Como consequência de não conseguir administrar a perda da filha, Maria cita a dificuldade que sentiu de se manter trabalhando na Pediatria. Sobre esse momento, afirma:

Eu não conseguia trabalhar com criança, embora fosse pediatra e adorando trabalhar com crianças. Ainda hoje adoro crianças, e eu não conseguia trabalhar. Entrava na sala do consultório, via aquelas crianças, saía pela porta dos fundos e ia para rua andar, andar, andar... Isso não podia ser. Tinha perdido outra qualidade da vida, [...] paixão pela vida. (ARAGÃO, 1988, p. 27-28)

Após a morte da filha, Maria larga seu emprego em General Câmara e retorna para o Rio de Janeiro. Na capital, voltou a trabalhar com aulas particulares (ARAGÃO, 1988). Sobre o retorno das atividades como professora particular, é relevante enfatizar ainda que Maria Aragão se manteve financeiramente em diversos momentos devido ao trabalho com o ensino.

Maria tomou a decisão de deixar a Pediatria (ARAÚJO, 2014). Iria na sequência especializar-se em Clínica Médica e Ginecologia, passando a trabalhar no Hospital Miguel Couto com essa especialidade. Assim, durante os anos de 1942, 1943, 1944 e 1945, Maria dedicou-se ao atendimento de pessoas carentes que moravam na favela Pavão-Pavãozinho, localizada nas imediações do referido hospital. Essa nova experiência

profissional a levou a refletir sobre as dificuldades das pessoas que viviam na favela, e sobre o qual afirma:

[...] eu não tinha noção de como a sociedade se desenvolvia, o que era preciso para mudar a sociedade. Só via uma coisa: tinha lutado desesperadamente para ser médica, porque acreditava que podia ajudar a fome que eu tinha passado. Não queria que outras pessoas passassem. (ARAGÃO, 1988, p. 28)

Em relação à atuação de Maria Aragão na comunidade Pavão-Pavãozinho, Araújo (2014, p. 86) destaca o atendimento cuidadoso daquela para com seus pacientes, afirmando: “Não bastava só atender, ela também tratava, cuidava, facilitava o atendimento com outros médicos, fornecia medicamentos – enfim, entregava-se por inteiro àquelas pessoas. [...] Colocava-se sempre à disposição de suas pacientes”. O contato com a “gente do morro, gente da periferia, gente pobre”, como Maria mesmo descreve, fez com que se aproximasse de uma realidade até então desconhecida por ela na cidade do Rio de Janeiro. Essa nova experiência a possibilitou conhecer de perto o que era a vida dessas pessoas sem qualquer tipo de assistência.

A experiência de Maria Aragão em atender moradores da comunidade Pavão-Pavãozinho é um importante momento de aquisição de uma consciência social. Fica evidente em suas palavras que o fato de viver em situação econômica difícil em grande parte de sua vida não foi o fator determinante para que pudesse perceber a sociedade ao seu redor.

Ainda que por toda sua vida tivesse passado por muitas necessidades financeiras, fica evidente que ao se deparar com moradores que viviam na favela, percebia outro formato de pobreza e de necessidades. Mas, o atendimento às mulheres da comunidade a levou a compreender sem dúvida como a falta de ações públicas na saúde e na educação afetam a sociedade de modo geral. Um olhar sensível, fruto de uma consciência social adquirida nas suas experiências, é sem dúvidas de grande relevância para a construção de valores fundamentais, como o respeito, a responsabilidade e o senso de justiça que passou a defender.

2.6 OS PRIMEIROS CONTATOS COM AS IDEIAS DE LUÍS CARLOS PRESTES

O envolvimento de Maria Aragão com o comunismo, como será destacado aqui, precede ao período que trabalhava com moradores da favela Pavão-Pavãozinho. É

oportuno trazer algumas situações que antecederam esse desejo de filiação e militância política no Partido Comunista do Brasil (PCB), no ano de 1945.

Seu primeiro contato com o Comunismo teria ocorrido em dois momentos distintos. Inicialmente, quando conviveu com os comunistas recém-libertos da Ilha Grande na pensão Dona Guili ainda no período que cursava Medicina. Em um segundo momento, durante o último ano da faculdade, quando então deu aulas particulares de português para uma família de estrangeiros, a do “Senhor Klaus”. Sobre este, afirma: “Era um judeu muito culto, um poliglota” e que, a partir dessa família, teve contato com outros judeus que precisavam aprender a língua portuguesa (ARAGÃO, 1988, p. 31).

Maria relembra que, durante o período que dava aulas particulares para famílias de judeus, teve a oportunidade de conhecer um pouco sobre a história do povo Judeu. Foi, segundo ela, quando começou a compreender como e por quais motivos os judeus chegaram ao Brasil. Afirma ter sido a fase que ouviu falar sobre: “a guerra, sobre Hitler, sobre o que era a perseguição política” (FRANCISCO, 1992, p. 77).

Foi somente quando tinha 35 anos, exatamente no dia 23 de maio de 1945, que Maria afirma ter sido abordada por uma paciente da comunidade Pavão-Pavãozinho para que pudesse participar de uma reunião no morro. Segundo ela, o tema a ser discutido na reunião só foi revelado quando se deu início às discussões do grupo. Afirma, ainda, que nesse período se encontrava sem “rumo na vida, e pra tudo que me convidavam eu ia” (ARAGÃO, 1988, p. 29). Porém, foi somente depois que participou da reunião que percebeu tratar de pessoas ligadas às ideias comunistas. No encontro, ouviu detalhes sobre o que era de fato a II Guerra, sendo tratado dos seguintes assuntos: invasão da Alemanha à União Soviética e a reação dos russos; e como o Brasil tomou parte da guerra enviando tropas para combater o nazismo (ARAGÃO, 1988).

O Brasil, em 1945, iniciava sua Quarta República²⁷ com o fim da Era Vargas; e o ano de 1964 registra o fim desse período com o Golpe Civil-Militar, dando início ao período da Ditadura Militar. O Brasil desse período foi marcado por um grande salto na economia e no desenvolvimento industrial, o que levava a um maior processo de urbanização. Contudo, as desigualdades sociais iam se reafirmando no território

²⁷ A Quarta República Brasileira registra o Ato Adicional, decretado por Getúlio Vargas ainda no início de 1945, o que fortalece os novos quadros da política. Por meio de Vargas, novos partidos políticos surgem, tornando alguns deles os grandes partidos desse período. Vale citar os três grandes partidos que atuaram por décadas durante a Quarta República. Foram eles: União Democrática Nacional (UDN) sendo um de seus grandes representantes Carlos Lacerda; Partido Social Democrático (PSD), destacando em seus quadros políticos Juscelino Kubitschek e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em que contou com a liderança de Getúlio Vargas e João Goulart.

brasileiro. É o que passa a ser predominante na vida das favelas, não diferente da realidade que Maria Aragão ia constatando à medida que passava a conhecer seus moradores e a frequentar a realidade local.

Destaca que após ter participado da reunião na comunidade do Pavão-Pavãozinho, a amiga Eline Mochel, militante do Partido Comunista, convidou-a para que ajudasse com trabalhos no Banco de Sangue da Liga da Defesa Nacional. Reforça que o convite não foi para que ela se filiasse ao partido, mas para que pudesse prestar seus serviços à causa. Sobre sua atuação realizada na Liga, deixa explícito o desconhecimento de realizar um trabalho de militância política:

[...] esse era um trabalho de grande utilidade. Arranjar gente para doar sangue, que iria para os nossos pracinhas²⁸ que fossem feridos. Era um esforço de guerra, mas eu não tinha conhecimento de que era um trabalho político e nem de quem estava me comandando para realizá-lo. (FRANCISCO, 1992, p. 77)

Um segundo convite surge para Maria Aragão participar de reuniões com comunistas. Segundo a mesma, esse novo convite já ficou evidente que essa seria uma atividade comunista. Foi ela convidada para participar de um comício no Campo do Vasco São Januário. Ao receber o convite, teria questionado:

Que comício?” Ela disse: “É que Prestes saiu da prisão e vai haver um comício para ele”. Perguntei: E quem é Prestes, menina? Aí ela me contou sobre a vida de Prestes, os anos que esteve preso, o que fizeram com a mulher dele, deportada, grávida, a mando de Getúlio para morrer num campo de concentração nazista. (FRANCISCO, 2012, p. 78-79)

Maria decidiu assistir ao comício que tinha por objetivo prestar homenagem a Prestes por seu retorno após sua prisão, solto no começo de 1945 quando o Presidente Getúlio Vargas decretou a anistia aos presos políticos. Lembra que, ao receber as informações prévias sobre a vida de Prestes pela mulher que lhe fez o convite, imaginava que seria esse um homem deprimido. Que seu discurso seria para falar do sofrimento da

²⁸ O Jornal Correio do Povo, Ano XXVII – Jaguará do Sul – Santa Catarina, datado de 28 de julho de 1945, traz uma matéria com título na primeira página “Os “pracinhas estão voltando”, registrando a relevância dos homens que integravam a Força Expedicionária Brasileira que estiveram nas frentes de combate durante a II Guerra Mundial de 1945. Na matéria, afirma que “o povo acorre de todos os recantos para cobrir de flores os que longe da Pátria tanto a dignificaram numa luta árdua, cheia das mais violentas e traiçoeiras armas que o gênio da guerra inventou para o extermínio do gênero humano”. (CORREIO DO POVO, 1945, p. 1). Disponível em: < <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiodopovo/1945/CDP19451284.pdf> >. Acesso em: 28 maio 2022.

prisão, lamentar a deportação e morte da companheira Olga Prestes. Porém, grande teria sido sua surpresa ao ouvir o discurso de Prestes (MOREIRA NETO, 2015, p. 77).

No Campo de Vasco São Januário, local da atividade política em homenagem a Luís Carlos Prestes, chegaram vários caminhões com comunistas, o que teria deixado Maria bastante impressionada (ARAGÃO, 1988, p. 34). Em relação ao discurso de Luís Carlos Prestes, cita:

Que diabo de homem é esse que consegue reunir tanta gente só porque esteve preso nove anos? [...] Minha cabeça estava fervendo quando o alto-falante anunciou: “Prestes vai chegar ao portão”. E aquela multidão toda começou a gritar: Prestes, Prestes, Luís Carlos Prestes, Prestes (ARAGÃO, 1992, p. 79).

Sob a aclamação de milhares de pessoas, Maria cita que grande foi sua admiração com o pronunciamento de Prestes:

Quando ele começou a falar, com voz forte, impressionante, eu fui me sentindo nervosa, a beber as palavras do homem. Ao invés daquilo que eu esperava – choradeira –, o que ouvi foi um discurso político, vigoroso, falando sobre a situação nacional e internacional, sobre as consequências da guerra, sobre o que ainda poderia ter de nazismo no país, o que se precisava fazer pela redemocratização. (FRANCISCO, 1992, p. 79)

O “discurso político, vigoroso, falando sobre a situação nacional e internacional, sobre as consequências da guerra, sobre o que ainda poderia ter de nazismo no país, o que se precisava fazer para redemocratização” (FRANCISCO, 2012, p. 79), foram aspectos da fala de Luís Carlos Prestes que teriam chamado atenção de Maria. Sendo, portanto, nesse momento que tomou a decisão de se filiar ao PCB.

Segundo nossa personagem, durante o tempo que ouvia o discurso de Prestes, se fazia a seguinte pergunta: “O que diabo é ser comunista?”. Em seus pensamentos, como ela mesma narra, pensava que só podia ser algo muito sério ser comunista, porque todo o discurso de Prestes estava sempre direcionado para os interesses do povo (FRANCISCO, 2012, p. 80).²⁹ Ao comunicar a família da decisão, Maria destaca a reação negativa do irmão militar, afirmando ter o mesmo declarado: “Tá mais doida do que nunca” (MOREIRA NETO, 2012, p. 78). Tal posicionamento não lhe teria causado estranheza,

²⁹ Maria desconhecia o que era ser comunista, mesmo tendo já convivido com pessoas próximas ao ideário durante o tempo que cursava medicina e vivia na pensão de Dona Quili. É provável que Maria tenha adquirido algumas noções sobre como pensavam e atuavam os comunistas em território brasileiro.

pois ele devia-se ao fato de o irmão viver “no meio de militares, sofrendo toda uma campanha anticomunista” (FRANCISCO, 1992, p. 79). É oportuno destacar que Maria morava com mais dois irmãos que conseguira trazer de São Luís para darem continuidade aos estudos. Esses irmãos também reagiram mal a decisão de Maria de filiar-se a um partido comunista.

Como se pode notar, os percursos para que Maria inicie sua militância no PC do B não se deram de forma premeditada, racional ou imbuída de sentimentos ideológicos. Foi, portanto, as circunstâncias de sua vida que se somam a uma série de acontecimentos, que de forma paulatina a levaram a se filiar ao PCB. Podemos destacar, com base em seus depoimentos, que foram eles: a ida para cursar Medicina no Rio de Janeiro; o convívio com comunistas libertos da Ilha Grande; as amizades que teve com mulheres e homens que partilhavam de ideias políticas comunistas; as experiências de trabalho com estrangeiros, como a família de imigrantes judeus; o convite para participar de uma reunião no morro Pavão-Pavãozinho, e, por último, a oportunidade de ter assistido ao comício de Prestes no estádio do Vasco São Januário.

Através da narrativa de Maria Aragão, fica evidente a maneira como ela teria tomado a decisão de se filiar e militar no PCB. Os motivos da escolha são justificados pelo seu interesse em defender os mais pobres, em lutar por justiça social, por direitos de liberdade e pelo fortalecimento da democracia.

Contudo, algumas considerações precisam ser levantadas em torno da trajetória de Maria Aragão. A ida para o Rio de Janeiro e sua permanência até concluir curso de Medicina marca um tempo da história do Brasil com grandes mudanças no campo político e cultural. Nas décadas de 1930 e 1940, começaram a ocorrer mobilizações organizadas por mulheres em relação ao fardo patriarcado e a busca pela ampliação dos direitos femininos no Brasil.

Os anos 30 do século XX surge para a mulher brasileira como cenário propício para mudanças de comportamento no âmbito social, cultural e político. Um país rural que mesmo passando por um processo de urbanização, instituía às mulheres a subjugação dentro dos núcleos familiares, a exclusão política, pouco acesso ao mercado de trabalho e a profissionalização universitária, firmava um modelo social de invisibilidade feminina na história.

Podemos defender que a realidade em que se encontrava o Brasil na referida década influenciava Maria Aragão a perseverar no desejo de estudar para cursar Medicina, ainda que fosse uma realidade distante e para poucas mulheres. E, no caso de

Maria, ser mulher negra e pobre diante das desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira da época, um curso como o de Medicina se tornava ainda mais distante para a maior parte da população e, de forma mais intensa, para o público feminino. Nos depoimentos, ela reafirma essa conjuntura que envolvia as mulheres: “Nesse período, eu queria Medicina, mas a discriminação com as mulheres era tão grande!” (FRANCISCO, 1992, p. 49).

É nesse contexto que a literatura, o sindicato, o ensino, os partidos, as organizações político-sociais, panfletos, marchas e outros, tornam-se instrumentos de militância feminina com o objetivo de conquistar espaços e poder, buscando assim romper com o isolamento e a tutela masculina. Nota-se, a partir dos depoimentos de Maria Aragão, que ela não faz referência, em nenhum momento de sua história, ao desejo de casamento, mas, principalmente, o de dar continuidade aos estudos e firmar-se profissionalmente. O concurso que fez no Banco do Brasil evidencia que as perspectivas de vida de Maria Aragão refletem, de algum modo, as ideias de fortalecimento propagadas pelos movimentos que se firmavam na sociedade brasileira, na defesa por liberdade, autonomia e mais direitos para as mulheres surgidos com os movimentos feministas.

É preciso também se atentar aos discursos feministas que possivelmente Maria Aragão teve contato. O movimento feminista da década de 1920 e 1930 trazia no cerne do debate o voto feminino³⁰. Contudo, ele não veio dissociado de outras lutas em defesa dos direitos das mulheres. A garantia de direitos para homens e mulheres, como ao voto feminino, tornam-se reais em vários espaços de debate da sociedade brasileira.

Muitos foram os movimentos existente na sociedade na década de 1920 que traziam no cerne de seus debates os direitos da mulher. Tal realidade, conforme cita Maria Bernadete Ramos (2002, p. 24), “tratava de reerguer a mulher, moral e intelectualmente, pela educação”. Ainda para a autora, a mulher buscava conquistar direitos para construir a “nova mulher”, ocupante de espaços sociais e públicos que deveriam ir muito além do mundo doméstico.

³⁰ No Brasil, o estado pioneiro na garantia do voto feminino foi o Rio Grande do Norte no ano de 1927. O estado aprovou a Lei Estadual 660, de 25 de outubro 1927. Mesmo com avanços reais que aconteceram no Rio Grande do Norte, as mulheres só passaram a ter direito ao voto anos depois. Foi com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, que ocorreram relevantes mudanças no sistema eleitoral brasileiro, como a aprovação do Código Eleitoral (Decreto n.º 21.076) em 24 de fevereiro de 1932. O Código Eleitoral estabeleceu o voto obrigatório e secreto, além de abolir as restrições de gênero ao voto. Finalmente as mulheres conquistaram o direito ao voto. O Brasil passa a ser o primeiro país da América Latina a conceder o sufrágio para as mulheres.

É relevante destacar que nesse cenário de transformações, o Estado, após a Revolução de 1930 durante o Governo de Getúlio Vargas, tem um papel fundamental. Natascha Stefania Carvalho de Ostos (2012) ao tratar as consequências da Revolução de 1930 para as lutas dos mais diferentes seguimentos sociais, afirma:

O Estado, ocupado após a Revolução de 1930 por uma maior diversidade de grupos sociais, começou a agir como operador das principais reivindicações, dos planos e das ideias que pululavam nos meios intelectual e político brasileiros desde a primeira década do século XX. O governo de Getúlio Vargas procurou contentar não somente os segmentos sociais de grande peso político e poder econômico (oligarquias, indústrias, militares, Igreja Católica), como também se esforçou para angariar o aval de cientistas, profissionais liberais e intelectuais, convidando-os a integrar a máquina estatal. Essa permeabilidade do governo aos apelos e propostas de parte da sociedade não poderia deixar de ocorrer, também, com relação às discussões em torno da questão feminina, assunto que mobilizava diversos segmentos sociais. (OSTOS, 2012, p. 327)

É certo que os exemplos de movimentos de mulheres vindos da Europa e Estados Unidos, conforme a autora, apontam para uma mudança no estado brasileiro de substituição da oligarquia tradicional enquanto classe dominante, para uma elite com ideais mais positivistas, que exigia do governo reformas e investimentos de modernização. A sociedade precisava passar por uma mudança de comportamento social e cultural, e o fator econômico era fundamental no Governo de Getúlio Vargas e na efetivação das novas políticas.

Sobre as organizações feministas que foram de grande importância para as conquistas de direitos das mulheres nas décadas de 1920 e 1930, podemos apontar que “tinham por objetivo promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina [...], interessá-las pelas questões sociais e de alcance público, assegurar à mulher direitos políticos e prepará-las para o exercício inteligente desses direitos”. (RAMOS, 2002, p. 24). Tal contexto em que o tema da mulher vai ganhando espaços em diferentes movimentos do período nos leva a acreditar que Maria Aragão teve contato com esses ideais, ainda que não tivesse levantado bandeiras de lutas de início. Porém, muito deve ter influenciado sua vida de militância política e como profissional da saúde, como médica ginecologista.

Retomando o cenário brasileiro, apontamos para uma não redução do número de mulheres que atuaram na cena política e social durante a década de 30 no Brasil. Muitas destacaram-se ofícios, que vão desde educação, literatura, operárias, sindicalistas,

militantes, médicas, e que defenderam mudanças para combater o modelo conservador e machista predominante na sociedade brasileira.

Sobre sua vida, desde a ida para a cidade do Rio de Janeiro até sua filiação ao PCB, Maria Aragão demonstra, a partir dos seus depoimentos, que sempre foi uma mulher obstinada. E que buscou vencer os desafios do dia a dia para conseguir se manter na capital brasileira, bem como concluir o curso de Medicina e realizar trabalhos tanto na área do magistério, como na área médica.

Para tanto, vale citar que Maria Aragão sempre esteve ligada a uma rede de pessoas que, conforme indicam seus depoimentos, tiveram papel fundamental para conseguir alcançar seus objetivos profissionais. As amizades que Maria construiu, ao longo de sua história, foram essenciais para que pudesse ir conquistando espaços e abrindo oportunidades. Seus depoimentos permitem-nos perceber o papel fundamental que algumas pessoas tiveram em sua vida. Mesmo afirmando ter tido uma vida de muitas dificuldades e também sofrimentos, suas escolhas apontam para a sua “agência³¹” no sentido de contornar problemas, bem como uma não ingenuidade em relação às limitações e possibilidades existente às mulheres.

Vale algumas considerações sobre o papel das “redes” no contexto das relações sociais dos indivíduos. Para Carlos Sluzki (1997), a rede integra de modo amplo todas as relações sociais dos indivíduos, o que ocorre tanto nos círculos próximos de convivências, como aqueles mais distantes. Desse modo, todo indivíduo detém papel relevante nas redes de que participa, e são alicerçadas por padrões preestabelecidos pela sociedade, o que leva os indivíduos a participarem não somente de uma única rede, e, sim, de diversas, desde as interações com familiares, amigos, pessoas de vínculos próximas, além de pessoas que convivem nos mesmos ambientes de estudos, trabalhos e outros. (SLUZKI, 1997).

Nesse contexto, é preciso destacar também que a figura do irmão foi de vital destaque para que pudesse tomar a decisão de permanecer no Rio de Janeiro e manter-se financeiramente, pois ele abriu oportunidades para que pudesse ter os primeiros alunos para dar aulas particulares. Também foi seu principal incentivador para que se tornasse médica.

O período em que morou em uma pensão e que registra o momento da chegada de comunistas vindo do presídio da Ilha Grande é também fator que nos chama a atenção,

³¹ O termo agência tem caráter de redes de pessoas.

pois influência na construção de sua rede social. Foi residindo na pensão, interagindo com outros pensionistas, que ela conheceu e formalizou um relacionamento amoroso com Amorim Pargas, e construiu relações de amizade com outros moradores da pensão, alguns deles comunistas recém-chegados da prisão.

Em seus depoimentos, Maria se apresenta como prestativa, já que procurou ajudar os ex-prisioneiros que chegaram doentes, com medicação e consultas médicas. Contudo, esse amparo só foi possível pelo apoio que recebeu de professores da faculdade e conhecidos do hospital, o que nos leva a refletir sobre a importância das redes de amizades construídas por ela, bem como pelas assistências que podia mobilizar.

Na década de 30, é válido considerar que Maria Aragão vivencia um ambiente marcado por grande agitação política. Não deixando de citar que era uma maranhense na capital brasileira que precisava se inserir em um meio social. O fato de cursar Medicina pode ter sido a oportunidade que viu para essa inserção, ampliando assim o seu grupo de relação. Ajudar militantes ou apenas se colocar à disposição foi uma maneira de fortalecer redes sociais e fundar novos vínculos.

Por ser pertencente a classe baixa, Maria Aragão encontrava um contexto desfavorável a sua inserção em determinados ambientes. No entanto, o curso de medicina e os vínculos relacionais, certamente, foram fatores que possibilitaram que vencesse algumas dessas dificuldades ligadas as questões de gênero, social e racial.³²

Sua filiação no PCB no ano de 1945 reflete um período em que o partido buscava fortalecer a participação das mulheres, porém, ainda não era um espaço em que os direitos de homens e mulheres eram vistos com equidade. De acordo com Daniella Ataíde Lobo (2017, p. 51), “a estrutura organizativa do Partido Comunista do Brasil foi construída de forma hierarquizada e às mulheres não eram delegadas funções de alto poder decisório”.

O machismo imperava no partido, cabendo às mulheres militantes apenas tarefas diferenciadas. Assim, a filiação de Maria Aragão no PCB não representa afirmar que ela teve apoio incondicional dos homens do partido, mas representou a presença de uma mulher que disputou espaços de poder dentro do partido. No Maranhão, nossa personagem esteve por décadas à frente da direção do PCB, tornando-se uma das mais atuantes militantes nas atividades políticas no período em que viveu no referido Estado.

³² Assim, as narrativas de Maria vão nos levando a ter convicções da importância das diversas redes que vão sendo construídas por ela. Sluzki (1997) enfatiza ainda que um indivíduo deve percorrer variadas redes, e nunca se ater a permanecer exclusivamente em uma única. Acrescenta que a rede está relacionada a densidade da estrutura, em que amigos de um membro, são também amigos entre si e nunca vinculado a somente um indivíduo do sistema.

3. A MILITANTE MARIA ARAGÃO E OS DESAFIOS À FRENTE DO PCB

Que raiva que tenho disso hoje, quanto sofri por causa disso, como foi dolorosa a minha formação como comunista por causa desse desaso. (ARAGÃO, 1988, p. 36)

A militância comunista de Maria Aragão torna-se evidente em sua trajetória a partir de agosto de 1945. Foi convidada pelos dirigentes do PCB do Rio de Janeiro para retornar ao Maranhão, com a missão de assumir o partido comunista. Nesse momento, deu-se início a uma nova fase na vida de Maria Aragão, já médica, com especialidade em ginecologia. Para Márcia Antônia Araújo (2014, p. 164), “Maria retorna ao Maranhão com o camarada Euclides Neiva³³”. No período da chegada dos novos comunistas ao Maranhão, a sede do partido PCB era uma casa alugada, localizada na Rua da Estrela, n. 111. Posteriormente, transferida para a Rua do Egito, n. 246, mas ambos os locais ficavam no centro da cidade.

Maria Aragão, ao relatar como retornou ao Maranhão após assumir a missão de assumir a direção do PCB, explicita o quanto estava despreparada politicamente. Assim, afirma “Vim crua” para o Maranhão. Cheguei em julho ou agosto de 1945. Já disse que me deram a ler apenas os estatutos do Partido. Nunca tinha lido um livro marxista, não tinha a menor ideia de teoria marxista. [...] Vim para o Maranhão assim despreparada” (FRANCISCO, 1992, p. 83-84).

Tal despreparação a levou “a cometer erros gravíssimos”, apontando “Pegava jornal, os novos jornais e sabia notícias de jornal, e era em cima do que estava [*sic*] no jornal que eu discutia, brigava, que eu fazia, que eu convocava gente, e ia para porta de fábricas” (ARAGÃO, 1988, p. 37). Ainda mencionando o período da militância comunista, Maria afirma que:

Então eu vim pra cá e comecei a trabalhar sem nenhuma base teórica e a cometer erros. A querer que aqueles companheiros fizessem a mesma

³³ A data de 8 de novembro de 1936 registra um momento delicado da trajetória de Euclides Neiva. Nesta data, a população ludovicense acompanhou um episódio inusitada e deprimente. Para a cidade do Rio de Janeiro, 80 cidadãos maranhenses foram deportados, entre eles homens, mulheres e jovens, para se tornarem, a partir de então, pessoas prisioneiras e denunciadas de crimes políticos. Era a então Ditadura de Getúlio Vargas, que ganhava força em diversos estados da federação brasileira, não sendo diferente no território maranhense.

coisa que eu. Eles diziam: você tem meses de partido, e nós temos anos, você entrou na legalidade e nós temos não sei quantos tempos de prisão em Ilha Grande. Nós perdemos emprego. (ARAGÃO, 1988, p. 37)

Em diversos momentos, é notório, nas palavras de Maria Aragão, ao relatar a história de sua vida, o sentimento de tristeza, devido ao fato de ter militado, durante boa parte de sua vida, sem a devida formação teórica. Destaca que por conta disso cometeu erros graves, que trouxeram consequências para ela e para outros companheiros.

Baseado nos depoimentos de Maria Aragão, algumas reflexões se tornam oportunas. Ao mesmo tempo que Maria considerava-se despreparada para fazer a militância comunista, não podemos deixar de considerar que ela cursou uma faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Acreditamos que a academia foi espaço de debate de ideias que chegavam de diversos países da Europa e do EUA, como as questões do feminismo e os discursos relacionados ao capitalismo e comunismo.

Maria Aragão destaca que cometeu erros, o que nos permite fazer algumas ponderações. Em seus depoimentos menciona em vários momentos, que sempre foi uma mulher que procurou se impor diante dos camaradas que faziam parte do PCB. Evidencia sua autonomia e que foi detentora de decisões importantes ao longo de muitos anos no interior do partido. Isso tudo leva a questionar se de fato o arrependimento que Maria Aragão expressa foi algo sentido no momento em que esteve à frente do partido no Maranhão, ou se representa o olhar de uma Maria Aragão com seus 78 anos.

Assim, a missão de Maria Aragão – no compromisso de reorganizar o PCB, ao lado de outros comunistas no Maranhão – não foi tarefa simples. Segundo a militante Maria Aragão, o partido maranhense era “formado por velhos comunistas que tinham ido para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e quando voltaram viram-se sem emprego, na miséria, sem condições de recomeçar a vida” (FRANCISCO, 1992, p. 84). Por conta disso, o cenário do partido comunista no Maranhão era de dificuldades. Vários dos quadros comunistas do PCB haviam sido presos na Prisão da Ilha Grande, e mesmo os que não estavam presos demonstravam insegurança em expor os seus nomes. A falta de emprego e oportunidade seria um dos problemas que afetavam fortemente os militantes, uma vez que não conseguiam inserção no mercado de trabalho.

Manter o partido PCB no Maranhão teria sido um dos grandes desafios do grupo, pois, segundo Maria Aragão: “O partido vivia em crise financeira. O aluguel da casa em que funcionava só vivia atrasado” (FRANCISCO, 1992, p. 89). Além disso, havia a

necessidade de manter os ideais do partido circulando através do Jornal *Tribuna do Povo*, tarefa na qual Maria se envolveu diretamente, tão logo retornou ao estado:

O jornal circulava semanalmente e era legal, nada era ilegal. [...] Ao mesmo tempo em que a gente ia para a porta das fábricas vender, aproveitávamos para colher informações, denúncias ou material para reportagens, pois, quando havia alguma coisa de mais sério, a gente pedia para as pessoas irem à redação à noite, para fazer um trabalho melhor. Vinham também notícias do interior, principalmente denúncias de conflitos de terra. (FRANCISCO, 1992, p. 127)

Maria evidencia em depoimentos as condições encontradas pela direção do partido para financiar as suas atividades. Ela explicita também a dinâmica para se elaborarem as matérias que estariam presentes nas edições do jornal.

Já com relação a como encontrou o PCB no Maranhão, revela, em depoimentos, que:

O Partido aqui estava há muito tempo sem se reunir. O Euclides Neiva, ao chegarmos, convocou uma reunião. Cometeu-se uma série de erros. O primeiro erro estava no jornal que eu trouxe do Rio, a *Imprensa Popular* – estampava uma notícia, com fotografia e tudo, dizendo que eu vinha para cá ajudar na organização do Partido. O erro seguinte foi me colocarem na direção, eu era um dos companheiros da direção, responsável pela agitação e propaganda. (FRANCISCO, 1992, p. 86)

Observa-se que várias foram as atribuições dadas a Maria Aragão à frente da direção do partido; entre elas, a venda de jornais, como *Imprensa Popular* e *Voz Operária*, ambos da cidade do Rio de Janeiro. Havia também as vendas de livros – que chegavam, na maioria das vezes, da Editora Vitória – que teorizavam os ideais comunistas. Foram, portanto, essas movimentações que os comunistas que integravam a direção do PCB do Maranhão passaram a fazer, arrecadando dinheiro, que possibilitaram o crescimento do partido: “Logo chegamos a ter 2000 companheiros aqui no Maranhão, incluindo o interior, para onde frequentemente viajavamos” (FRANCISCO, 1992, p. 86).

Imagem 8 – Documento de venda de 780 exemplares do Jornal Imprensa Popular direcionado a Maria José Aragão, em 31 de julho de 1956.

Imprensa POPULAR
 Diretor: PEDRO MOTTA LIMA
 REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
 Rua Alvaro Alvim, 21-22, and. - Tel. 22-4226
 RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1956

Sr. MARIA J. ARAGÃO
 Av. Afonso Pena, 28
 S. LUIS - Maranhão

Prezado amigo:

O sentido desta é informar que, tendo remetido 780 exemplares de IMPRENSA POPULAR durante o mês de julho o seu débito passou a ser o seguinte:

Débito anterior.....	Cr\$	22.691,00
Remessas de.....		390,00
Frétes aéreos.....		1.152,90
Seu débito nesta data ..		24.233,90

Seu pagamento será contra recibo que enviaremos logo que chegue o dinheiro.

Sem outro assunto para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Diogo Soares Cardoso
 Diogo Soares Cardoso
 Gerente

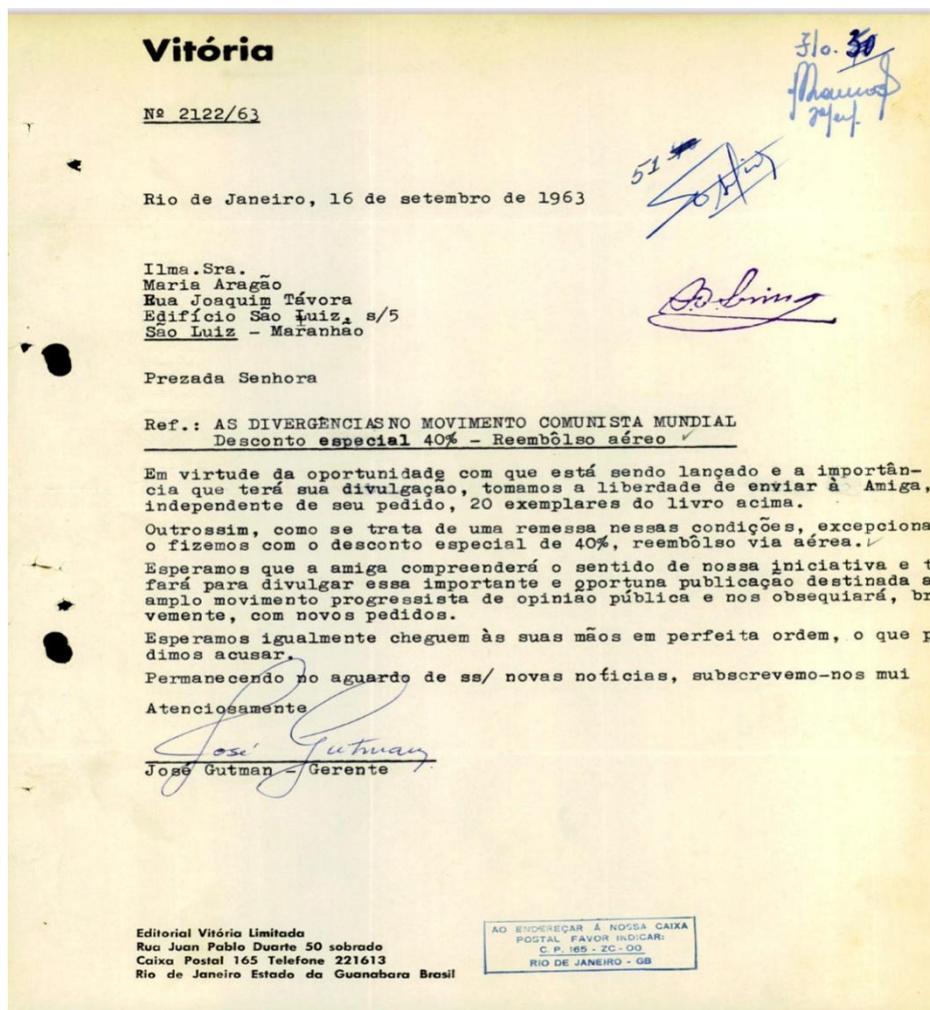
Handwritten notes at the bottom:
 25-
 30
 390 750 1152,90 1542,90
 3,00 3
 1170,20 396,90
 1142,90

IMPRENSA POPULAR - UM JORNAL QUE ORIENTA E INFORMA SEMPRE NA DEFESA DOS INTERESSES DO POVO

Fonte: Documentação extraída do Processo de prisão de Maria José Aragão e outros. Processo: A-35-1968-V.1.

A imagem acima representa um total de oito documentos contidos no processo de prisão de “Maria José Aragão e Outros”, que evidenciam a compra de exemplares do *Jornal Imprensa Popular* para atividades políticas da militância comunista. Contudo, não eram somente jornais que foram comercializados com o objetivo de fazer a divulgação das principais notícias do Brasil e no Mundo, ao mesmo tempo serviam para fim de arrecadação de recurso para as despesas partidárias. Os livros também tinham papel fundamental para o trabalho de formação política e divulgação com o objetivo de fundamentar os comunistas em suas bases. O documento abaixo, representa exemplares de livros comprados e direcionados à Maria José Aragão.

Imagem 9 - Documento de venda de 20 exemplares do livro “As divergências no movimento comunista Mundial” direcionado à Maria José Aragão, em 31 de julho de 1963.



Fonte: Documentação extraída do Processo de prisão de Maria José Aragão e outros. Processo: A-35-1968-V.1.

Ainda sobre a militância política comunista no Maranhão, Maria Aragão percorria os municípios, como Codó, Coroatá, Pedreiras, Itapecuru, Pirapemas, Carolina e Caxias, com a finalidade de fazer o trabalho de formação e divulgação dos ideais comunista. Em depoimentos, fica evidente que, se os problemas para manter os ideais do partido em São Luís sempre eram desafiadores na capital, a realidade era ainda mais difícil no interior do estado. Sobre o trabalho no interior, Maria Aragão afirma que:

Tínhamos que dar uma assistência muito grande, os companheiros vinham aqui e a gente ia frequentemente visitar as bases existentes em diversas localidades [...]. O trabalho consistia basicamente em distribuir o jornal, que veiculava as denúncias colhidas nesses lugares, e dar

assistência, ou seja, ajudar, discutir, levar tarefas e cobrar a execução. (FRANCISCO, 1992, p. 117)

De acordo com o que se observa a partir dos depoimentos, os jornais tornaram-se os principais veículos de comunicação e de informação do partido comunista. Eles eram o que instrumentalizava os militantes para a construção dos discursos proferidos nas praças públicas, nas fábricas e em outros espaços. As fábricas eram os locais em que os comunistas mais se faziam presentes, pois defendiam melhores condições para os trabalhadores, com foco no trabalho feminino e no infantil.

Imagem 10: Jornal *Voz Operária* que circulava no Maranhão através da Direção do PCB.



Fonte: Jornal *Voz Operária*, 19 de fevereiro de 1949 – n. 1, ano I.

Uma edição do jornal *Voz Operária* distribuída por Maria Aragão e pelos demais diretores do PCB nos permite compreender que discursos eram proferidos nas praças, fábricas e outros espaços públicos. Destaca-se que, em depoimentos, Maria afirmava que os jornais que lia e distribuía eram a sua principal fonte de informações para militar em nome do comunismo. É importante citar a relevância de Maria ter acessos a diferentes jornais, pois além de lhe permitir informações que seriam defendidas em suas narrativas

como militante política, eles também lhe permitiam fazer destaque do que deveria compor o *Jornal do Povo*, periódico do qual esteve à frente como Diretora Geral.

O Maranhão sempre foi um estado marcado pela exploração da mão de obra, pela apropriação indevida de terras, com uma forte onda de preconceito e de discriminação de parte da sociedade para com trabalhadores e trabalhadoras das fábricas e dos movimentos de luta sindical. Era frente a esse contexto que a militância política de Maria Aragão e outros militantes do PCB encontrava grandes desafios entre a população maranhense. Especialmente porque a história do estado era também marcada por perseguições a agentes políticos.

Apesar das dificuldades, Maria Aragão reforça que encontrou motivações em um ambiente desfavorável para a classe pobre e trabalhadora, assim como para os grupos de oposição política e para os movimentos sociais, para lutar pela sobrevivência do PCB no Maranhão. Contudo, é notório que as iniciativas da referida militante frente ao partido a colocaram como grande líder comunista no Estado maranhense. Essa projeção política, conseqüentemente, fez com que ela ficasse mais visada por agentes do governo, que tinham o papel predominante de acompanhar e/ou findar qualquer ação que demonstrasse “ser contrária” ao que decretava o governo federal.

Não podemos deixar de mencionar que para uma mulher ocupar funções estratégicas dentro do partido era algo visto como importante para Maria Aragão. Realidade que a fortaleceu cada vez mais como agente político dentro do PCB. Maria Aragão ainda que inserida em uma sociedade que sempre definiu os espaços políticos como sendo de homens, neste momento demonstrava vencer barreiras internas no interior do partido comunista no Maranhão. Não é de se duvidar as barreiras que a mesma enfrentou diante dos fortes paradigmas de uma sociedade marcada por fortes preconceitos em relação a presença feminina em determinados espaços.

Maria Aragão relata fatos da dinâmica do PCB que chamam a nossa atenção, levando, portanto, a identificar que a “formação comunista” não era uma política de continuidade e de acesso garantido a todos os militantes, nem mesmo para aqueles que eram chamados a assumir compromissos em diretórios. Em seu depoimento a respeito da chegada do camarada Euclides – um comunista que veio com ela do Rio de Janeiro para assumir o cargo de Secretário Geral do Partido –, a militante revela essa realidade ao afirmar; “Também não estudava, ele não tinha nenhuma base teórica, e os outros pobres coitados também não” (ARAGÃO, 1988, p. 38).

As experiências apontadas por Maria Aragão enquanto militante política ao lado de outras camaradas a levaram a fazer importantes reflexões sobre quais poderiam ter sido os seus “erros”. Esses estão sempre vinculados às decisões equivocadas que tomou, ou à forma como agiu diante da direção do partido, conforme expressa no seguinte depoimento: “Eu era gente pobre, era de agitação e propaganda, estava [*sic*] porque era uma agitadora mesmo, vii, mas isso que eu fiz foi errado” (ARAGÃO, 1988, p. 38).

A tarefa de um indivíduo contar suas experiências e dores nos permitem fazer algumas análises. De acordo com ROVAI (2013), os que se dispõem:

Ao falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade um tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. (ROVAI, 2013, p.110).

Maria Aragão, ainda que tivesse chegado ao Maranhão entusiasmada por receber a missão de conduzir o PCB, também encontrou militantes comunistas que sofreram os duros anos de ditadura de Vargas. Situação que acreditamos ter desestruturado a vida financeira e privada desses comunistas.

Os depoimentos de Maria Aragão sobre a trajetória no PCB ainda nos possibilitam perceber com clareza a autoavaliação crítica que fazia aos 78 anos, ao lembrar os seus posicionamentos que tinha, as posturas e as decisões que tomou, tão logo assumiu o comando do partido no Maranhão. Declarou que a vida poderia ter tomado rumos diferentes, se ela tivesse chegado ao Estado e desenvolvido apenas as suas funções como médica. Todavia, ela reconheceu que a militância política, em conjunto com o exercício da profissão, a fez chegar a um patamar de destaque: “Eu nem sei como é que eu cheguei a ser Maria Aragão hoje” (ARAGÃO, 1988, p. 38-39).

O depoimento de Maria Aragão permite fazer algumas reflexões que consideramos ser pertinentes. Em alguns momentos do seu depoimento, ela indica para certo arrependimento em relação ao seu comportamento. Contudo, não podemos deixar de refletir que as atividades políticas, seu envolvimento com diferentes quadros da política maranhense e nacional, possibilitaram que tivesse um maior reconhecimento como médica ginecologista. Para Nunes (2021, p. 118), a participação feminina no PCB estava voltada principalmente para o “trabalho de massa, até mesmo braçal (distribuição

de jornal, recolhimento de assinaturas, organização de conferências) do que propriamente dirigir questões partidárias importantes”. Acreditamos que esse contexto era de conhecimento de Maria, o que lhe colocava em condição privilegiada dentro do partido, ainda que a invisibilidade da mulher também fosse vivida dentro do PCB.

3.1 PROFESSORA, MÉDICA E COMUNISTA: QUEM ERA A MARIA ARAGÃO QUE RETORNAVA AO MARANHÃO?

Em relação ao modo como parte da sociedade de São Luís enxergou o retorno de Maria na capital como médica e comunista, fica evidente que essa reação foi marcada por inquietações por parte de alguns grupos políticos e membros do Clero. A notícia pelo *jornal Imprensa Popular* de sua chegada, com o objetivo de organizar o PCB, deixou-a em maior evidência quanto ao papel que assumia em um partido comunista.

Maria defendeu que a atenção dada à sua chegada ao Maranhão ocorreu devido ao fato de o seu nome ser conhecido: “Eu que era Doutora, que tinha tido um nome bom como professora aqui, era conhecida como professora, fui conhecida como aluna, era tida como aluna brilhante (risos)”. (ARAGÃO, 1988, p. 70). O reconhecimento na sociedade local para Maria antecedia a sua formação como médica, estando ela ligada as atividades de ensino. No entanto, consideramos que o que chamava a atenção da sociedade maranhense era o fato de uma jovem pobre e negra retornar para o Maranhão como médica, e ainda trazendo consigo a notícia de que era uma comunista que chegava para dirigir o PCB.

Como tentativa de compreendermos as percepções de Maria Aragão sobre o retorno para o Maranhão como militante comunista, com a função de organizar o partido PCB, faz-se necessário considerar o contexto socioeconômico, cultural e político que movimentou a sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940. O Brasil durante as primeiras décadas do século XX, viu-se envolvido em discussões e ideias relacionadas com questões referentes ao papel social e condições de vida das mulheres, demarcando o que se convencionou de questão feminina.

Referente à luta feminina no Brasil, Irácella Alves (2018, p. 438) argumenta que ela “foi bastante heterogênea. [...] também lutando por melhores condições de existência para o gênero feminino, estavam as mulheres ligadas às esquerdas”. Contudo, o PCB fazia a defesa de que o movimento feminista ocorresse a partir do viés classista. Não podemos

deixar de citar que no ano de 1935, as pecebistas criaram a União Feminina do Brasil³⁴ (UFB), e mesmo que tenha durado somente dois meses, acreditamos que tenha influenciado os pensamentos de mulheres que faziam parte do PCB por décadas seguintes.

Assim, a presença de um estilo de vida moderno, principalmente em áreas urbanas do centro-sul, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, estimulava mudanças sociais mais profundas. Nesse meio urbano, surgia para as mulheres distintas formas de convivência, realidade que divergia das já experimentadas nos espaços domésticos e nas relações familiares.

Essa nova realidade presente nos espaços urbanos afetou a vida de Maria Aragão. Foi no Rio de Janeiro, cidade que abrigavam diferentes espaços de diversão, postos de trabalho e estabelecimentos de ensino, que nossa personagem teve contato com as ideias de modernização, feministas, comunistas e outras, e conseguiu cursar a faculdade de medicina. Nesse mesmo centro urbano circulavam notícias e ideias em publicações impressas diversas, existindo também diferentes ambientes de socialização dos indivíduos.

Sobre esse momento, Natascha Stefania Carvalho de Ostos (2012, p. 315) afirma que “A vida das mulheres também se viu afetada pelo avanço contínuo da economia de mercado no Brasil, que desvalorizava a produção doméstica, levando à queda do valor econômico do trabalho feminino realizado em casa”. Em conexão com as afirmativas da autora sobre as mudanças na vida econômica brasileira e que reflete no universo feminino, Maria Helena Machado (1997) fundamenta que:

O mundo contemporâneo assiste à inserção da mulher no mercado de trabalho como nunca antes visto. Este fenômeno foi acentuado, em parte, pela necessidade de suprimento de mão-de-obra requisitado pelo avanço industrial, sobretudo no período de vigência das duas grandes guerras e na época subsequente a elas, quando o capitalismo experimentou grande crescimento econômico. (MACHADO, 1997, p. 142)

Maria Aragão estava residindo em um grande centro urbano durante as décadas de 1930 e 1940 do século XX, marcado pela circulação de ideias que possibilitavam

³⁴ A União Feminista do Brasil (UFB), defendeu a emancipação feminista, acesso à educação formal com igualdade entre homens e mulheres, combater as disparidades salariais entre os sexos respeitando o princípio da igualdade e outros. Sobre a relevância da UFB no debate dos direitos para as mulheres, ver: ALVES, 2018.

mudanças em relação ao comportamento de mulheres e homens. Uma cidade que se tornava cada dia mais central para novos pensamentos e discursos, atingindo esses diferentes contextos da vida econômica, política e social. As pecebistas “acreditavam que a subjugação do sexo feminino estava associada ao modo de produção capitalista” (ALVES, 2018, p. 439).

Maria Aragão não retorna para o Maranhão com mesmo pensamento e comportamento de antes de sua chegada à cidade do Rio de Janeiro. É certo que suas experiências na academia, nos contatos com suas “redes” e ideias sociais, bem como da experiência de estágio no curso de Medicina e, posteriormente, como médica a colocou em uma condição de destaque frente a boa parte da população maranhense. Além de ser a jovem que saiu do Maranhão já formada na Escola Liceu Maranhense como professora, ela também passou a representar uma elite intelectual e profissional na cidade de São Luís. Assim, em 1945, ao retornar para o Maranhão para assumir o PCB como militante comunista, ela também chega como a “Médica Maria Aragão”.

Não podemos deixar de reforçar que o fato de uma mulher se formar em medicina nas décadas de 1930 e 1940 não era algo comum no Brasil. Contextualizando essa realidade, Maria Helena Machado (1997, p. 149) afirma que o mundo do trabalho médico por tradição “é constituído por profissionais do sexo masculino, seja nos países industrializados e com tradição democrata, como Estados Unidos, França e Alemanha, seja naqueles que compõem a realidade latino-americana, como Argentina, Chile e Brasil”. A mesma autora reforça a ideia de que “só muito recentemente se assistiu à entrada de mulheres nesse mercado para exercer o ofício de curar. No Brasil, o fenômeno da feminilização só vai ocorrer a partir do final dos anos 30, mesmo assim de forma acanhada, tomando impulso apenas nas décadas seguintes”. (MACHADO, 1997, p. 149)

As discussões dos autores citados, permite-nos considerar que, Maria Aragão representava uma minoria privilegiada da sociedade brasileira, já que as décadas de 30 e 40, o acesso ao Ensino Superior para as mulheres não era realidade posta no país. Acreditamos sim, que ao ter seu nome noticiado no jornal, sendo apresentado não somente como uma comunista que chegava ao Maranhão para assumir a direção do PCB, mas também como a Médica Maria Aragão, a colocava em destaque na sociedade local, bem como entre a própria militância comunista.

Uma mulher ser noticiada em edição de um jornal de distribuição nacional para assumir a direção de um partido comunista no Maranhão e, ainda, com formação médica, é sem dúvida um sinal de poder e reconhecimento. A sociedade brasileira, e não podendo

ser diferente no Maranhão, é marcada pelo preconceito, negação de direitos às mulheres e oportunidades para se formarem. Tendo em vista esse contexto, o fato de ter se tornado médica era um ponto do qual Maria Aragão se orgulhava.

Referente ao posicionamento da Igreja, Maria Aragão revela que o Clero a perseguia com frequência. Afirma que era citada pelos padres durante as missas, com a seguinte declaração: “Chegou aqui uma mulher, uma prostituta, ela se diz médica, mas ela não é médica, uma dona Maria, ela é uma prostituta, não se consultem com ela” (ARAGÃO, 1988, p. 39).

Ao mencionar a postura do Clero em relação à sua chegada na cidade de São Luís/MA, ela relembra um fato ocorrido alguns anos antes, ainda no período em que sua filha Clara estava viva³⁵. Maria expõe que, em um certo dia, andando na cidade do Rio de Janeiro, de forma ocasional, encontrou o antigo professor do Maranhão, Padre Elias Cruz. Ao vê-la com uma criança nos braços, lhe pergunta: “É sua afilhadinha? Eu disse: não, é minha filha. Mas eu não sabia que você tinha casado. Aí eu disse: Mas eu não casei” (ARAGÃO, 1988, p. 39).

Foi a partir desse encontro com o padre Elias que Maria acredita que a sua imagem perante o clero local se transformou. Mas teria sido esse o motivo pelo qual era chamada de prostituta? Atacar a sexualidade das mulheres que ocupam posições públicas e possuem um comportamento que se afasta do modelo ideal de mulher, é um aspecto muito presente em sociedades marcadas por estruturas e valores patriarcais. O fato da líder do partido do Maranhão estar constantemente em atividades com militantes do sexo masculino, certamente, também era um aspecto que fazia com que ataques a sua conduta moral e sexual fossem alvos de comentários e acusações.

Sobre o comportamento do Clero, Maria relata uma situação que a marcou profundamente:

Foi 46 ou começo de 47, estávamos na legalidade, e eu fazia muito trabalho no interior, e fui para Pedreiras. Tinha começado o mês de maio, e havia as novenas, as rezas diárias, então o padre soube da minha chegada e disse que ninguém me procurasse. Nessa época, já não diziam que eu era prostituta. (ARAGÃO, 1988, p. 48)

³⁵ O óbito da filha Clara ocorreu no ano de 1944, aos dois anos de idade. A criança foi vítima de uma epidemia de disenteria bacilar, quando Maria Aragão morava e trabalhava na cidade de General Câmara no Estado do Rio Grande do Sul.

Maria, ao citar com satisfação que já não era representada pelos padres na cidade de Pedreiras como uma mulher prostituta, pois se encontrava então casada, leva a pensar o quanto os julgamentos em relação ao seu comportamento lhe afetavam, estando eles ligados ao seu comportamento sexual. É certo que o fato de ela ser considerada uma prostituta lhe provocava grande incômodo, pois, como bem afirmava: “Doía, porque eu trabalhei feito uma desgraçada para estudar, pra ser dona da minha vida, para não depender de ninguém, e os desgraçados me chamavam de prostituta” (ARAGÃO, 1988, p. 90). Para Joana Pedro (2017), a forma como cada indivíduo narra sua trajetória, também está vinculada como cada um ocupa funções e tarefas diferentes, contexto que reafirma as questões referentes as relações de gênero.

Suas palavras demonstram insatisfação com a igreja, que não considerava todo o esforço que precisou fazer na vida para conseguir estudar e se profissionalizar como médica ginecologista. Ser casada a colocava em condição aparente de respeito diante da sociedade, sendo, portanto, desconsiderado a sua atuação profissional, bem como a militância e ativa presença em espaços públicos.

Retomando a descrição da vida de Maria Aragão como militante comunista, ela relembra que, entre os anos de 1947 e 1948, chegou ao Maranhão um dirigente que se chamava Orestes Timbaúba. Esse teria lhe ajudado bastante, porém lhe afirmava o seguinte: “Você vai se arrebentar mais do que já se arrebentou aqui, é porque você não estuda. Ele me deu uma lista de livros, vou mandar livros para você” (ARAGÃO, 1988, p. 40).

O incentivo dado por Orestes representou uma oportunidade para que Maria tivesse o acesso ao conhecimento teórico dos ideais comunistas: “Eu fui ler a palavra do Lênin e senti que era verdade, não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária” (ARAGÃO, 1988, p.40). Reconhece, assim, a necessidade do estudo das teorias comunistas, admitindo ter faltado durante parte da militância política o conhecimento de certas ideias. É perceptível através dos depoimentos de Maria Aragão que ela trazia consigo um sentimento de pesar por erros cometidos, devido ao fato de não ter se preparado para os desafios que precisaria enfrentar na direção do PCB no Maranhão.

3.2 DEIXO DE SER PROSTITUTA E PASSO A SER BESTA-FERA

O ano de 1946, de forma específica, aparece nas lembranças de Maria Aragão, quando ela rememora a militância comunista. Maria menciona uma viagem realizada para

o município de Pedreiras, com a finalidade de fazer uma reportagem para o *Jornal do Povo*. O local, de nome conhecido por Conceição, é realidade de moradores que viviam disputas de terras. Na ocasião, ela aproveitou para conhecer os companheiros comunistas que faziam parte do PCB.

E foi ao chegar na cidade de Pedreiras que Maria teve conhecimento de que padres da cidade avisaram os fiéis da presença de uma “besta-fera”. Esses padres afirmaram aos fiéis que, mesmo Maria Aragão sendo médica, os moradores não deveriam procurá-la para consultas. Ela descreve que o conselho dos religiosos para a comunidade era: “Que eu devorava criança e que todas as pessoas deviam botar uma cruz preta na porta, para evitar que eu penetrasse nas casas” (SALGADO, 1988, p. 4).

Segundo Aldionor Salgado (1988, p. 4), Maria Aragão – fazendo referência de sua trajetória sobre o mesmo fato de Pedreiras – afirma que os padres ainda diziam: “Morreram com Deus, em suas casas, mas não vão se consultar com aquela mulher”. Por ser nesse momento já casada³⁶, ela não era chamada de prostituta pela sociedade maranhense, fato relatado por Maria Aragão ao citar que no lugar de ser chamada de prostituta, passou a ser chamada de besta-fera. O comunismo era visto como a principal ameaça à integridade da família.

Estando instalada na cidade na residência do companheiro do Partido, João Batista, Maria afirma ter começado a perceber um número significativo de pessoas que, curiosas, desejavam saber como era a mulher “besta fera que botava fogo pelo nariz” que havia chegado à cidade. Segundo Maria: “Olhei pela janela, que era baixa, e vi todos eles ali, silenciosos, talvez amedrontados, prontos para correr quando o monstro investisse contra eles” (SALGADO, 1988, p. 4). Ela, então, começa a direcionar um discurso para os curiosos, o que atraiu mais pessoas para ouvi-la, tendo permanecido até o final do seu discurso.

Os depoimentos demonstram que Maria Aragão, ao se direcionar, da janela da casa, para as pessoas, procurou falar sobre os problemas que atingiam a vida do povo de Pedreira e sobre as suas principais necessidades. Ela afirma ter concluído seu discurso pedindo que as pessoas fossem para suas casas; porém, antes de encerrar, pediu: “lutem

³⁶Maria Aragão foi casada com Alfredo Galvão, jornalista que por anos atuou nos principais jornais da cidade de São Luís. Já casado com Maria Aragão foi incentivado por ela a fazer curso de Direito. Maria e Alfredo se conheceram ainda jovens quando ela cursava curso de magistério, e se reencontraram quando retornou do Rio de Janeiro médica e militante comunista. Segundo Maria Aragão, o casamento durou dez anos, mas se separaram por divergências políticas (ver MOREIRA NETO, 2015; ANTONIO FRANCISCO, 1992).

para melhorar essa situação” (ARAGÃO, 1988, p. 65). Reforçando o modelo de militância política adotado por Maria, e que acreditamos ter sido vivido por outras mulheres de partidos da esquerda, a concepção de Maria Amélia Teles (2014, p. 14) aponta que essas mulheres “foram à luta de forma mais autônoma e por sua própria vontade”.

Sobre a sua relação com a religião, Maria afirma que, mesmo antes de se filiar ao partido comunista, já havia deixado de acreditar nas religiões. Após a filiação, considerou-se de fato uma mulher cética: “não teve nada [a ver] com o partido comunista, teve apenas com a intolerância” (ARAGÃO, 1988, p. 92). Também deixa explícito que a sua tomada de decisão em tornar-se comunista em nada interferiu na sua descrença das religiões. A motivação disso se dava por ela perceber que a intolerância era evidente no interior das concepções religiosas e no comportamento de seus adeptos.

É válido citar como Maria Aragão conseguia fazer a militância política em diferentes contextos sociais e realidades. Ela relembra uma segunda visita na cidade de Pedreiras, a fim de se reunir com outros militantes políticos. Como era uma pessoa conhecida, alguns lavradores foram até ela para ouvir seus discursos. Maria afirma que avisou aos companheiros que não falaria sobre política com lavradores, não mencionaria nada sobre o “partido”, mas sim “sobre reforma agrária” e a “sobre situação de saúde” (ARAGÃO, 1988, p. 92). Sobre o mesmo município de Pedreiras, também conta que numa das atividades comunistas, “um lavrador presente na reunião a acusou com as seguintes palavras: “Essa mulher é comunista, e quer tomar nossas coisas, quer tomar nossos filhos, tudo que temos” (ARAGÃO, 1988, p. 97). Como resposta Maria declara o seguinte:

Sou comunista, e o que há de mais importante na minha vida é ser comunista, e eu não quero tomar nada de ninguém, porque vocês não têm, o que de vocês eu vou tomar? A pobre roça de vocês? Pelo contrário, eu quero que vocês tenham educação, o comunismo luta para que o povo tenha educação, para que tenha saúde (ARAGÃO, 1988, p. 97).

As palavras proferidas revelam uma mulher decidida e consciente da necessidade de levar conhecimento e a informação para os mais pobres. Maria evidencia a importância da educação e da saúde como direitos do povo. É oportuno afirmar que ao fazer a defesa de tais questões, ela também acaba colocando em destaque as suas profissões de professora e de médica, já que nunca deixou de se enxergar como educadora. Nesse

sentido, Maria não era apenas alguém defendendo alguns direitos para a população, mas uma pessoa que havia atuado como professora e era médica.

3.3 LUTA E RESISTÊNCIA: A GREVE DE 1951 E A PRIMEIRA PRISÃO

No ano de 1948, com a Declaração de Janeiro, o PCB iniciou o processo autocrítico das ilusões constitucionais, aprofundado dois anos depois, com o Manifesto de Agosto³⁷, de 1950. A luta revolucionária por meio da luta armada foi novamente colocada em pauta pelos comunistas. Assim, a década de 1950 se apresentou como o período de maior demarcação de fronteiras entre os movimentos de esquerda e os de direita, entre linhas revolucionárias e reformistas. Essa mudança levou a rupturas, inclusive, nas bases do partido comunista: marxistas-leninistas e revisionistas³⁸.

A década de 1950 foi de grande movimentação política. Vários partidos buscaram se organizar no Maranhão, com a finalidade de combater o vitorinismo, o qual representava, para os grupos de oposição política, o atraso. Esses partidos tinham, como metas, combater o coronelismo, os currais eleitorais e a exploração da mão de obra de homens e de mulheres nas fábricas espalhadas pelo estado, entre tantas outras lutas.

Conforme explicita Maria Aragão, a década de 1950, no Maranhão, foi marcada por muitos conflitos políticos: “Alguns partidos se organizaram em torno das ‘oposições coligadas’ para enfrentar o vitorinismo, que era o atraso, o caciquismo, o coronelismo, o império dos currais eleitorais” (FRANCISCO, 1992, p. 129). Além dos conflitos políticos já existentes, observa-se no Maranhão, no mesmo período, uma forte onda de correntes de migração interna.

As migrações foram frutos da má distribuição de terras, que fortaleceu os agricultores que tinham possibilidade de ter acesso a grandes extensões de terras, os pecuaristas e outros modelos de fronteiras agrícolas. Segundo Márcia Araújo (2014, p. 183), para que se efetivasse a expansão das fronteiras agrícolas “Foi necessária a construção de rodovias que integravam o estado com o restante do país, fruto do

³⁷ O Manifesto de Agosto, segundo Marcelo Siqueira Ridenti (2008), sugeriu a constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional. As finalidades da frente eram, entre outras: construir uma linha de oposição contra o imperialismo dos Estados Unidos; buscar estratégias para uma luta a favor da paz, com uma frente ampla internacional; e propor a reforma agrária.

³⁸ Dentro do movimento marxista, passaram e existir diferentes ideias, princípio e teorias, baseadas principalmente com a finalidade de se fazerem uma revisão das premissas marxistas fundamentais. (MARTENS, 1996)

desenvolvimento da indústria automobilística no governo de Juscelino Kubitschek e de seu grande instrumento voltado para o interior do país, o caminhão”.

No ano de 1951, estourou uma greve política no estado do Maranhão, com duração de um mês. A mesma foi incentivada pelos grupos de oposição coligados, que defendiam o nome de Saturnino Bello contra o candidato do governo para a eleição do estado, Eugênio Barros.

O partido comunista, mesmo não encabeçando a greve, esteve envolvido diretamente nos movimentos grevistas. Tal acontecimento levou Maria Aragão a ser presa pela primeira vez, no dia 5 de outubro de 1951, aos 41 anos de idade.

Em relação a esse acontecimento, ela relata que naquele mês, ela estava organizando a festa de aniversário de 40 anos do marido Alfredo Galvão³⁹. Por amigos da polícia, foi aconselhada a não sair de casa logo nos primeiros dias de outubro, já que havia planos de prende-la. Com a informação sigilosa que recebeu, ela avisou aos familiares que não poderia sair de casa, pois o recado era que: “Eu não devia ir à rua, porque queriam me prender, a polícia ia me segurar na rua, e eu não devia ir à rua” (ARAGÃO, 1988, p. 41).

Porém, no dia da festa do marido, chegou um homem na sua casa solicitando que fosse atender uma paciente num dos bairros da cidade. De imediato, Maria afirma ter dito: “Eu não posso sair, eu não quero ir à rua. Mas a pessoa tá precisando de você. Eu disse: então eu vou ver. Pego o aparelho de pressão e tal, e quando eu vou abrindo a porta e vou abrindo o portão, de trás do carro, saiu uma porrada de homens e me agarram, me socam no carro. (ARAGÃO, 1988, p. 41).

Em seu relato, Maria Aragão afirma ter saído de casa segurando a filha Sônia pelas mãos. Mas, ao pisar na calçada do lado de fora da casa, quatro policiais a abordaram, o que a fez reagir de imediato à prisão. Foi aí que Maria percebeu ter caído em uma armadilha da polícia. Ao reagir à prisão, os policiais a agarraram à força e colocaram-na no carro. Ela narra o episódio da seguinte forma:

O sujeito me agarrou, eu dei uma joelhada nos culhões do filha da puta. Aí eu descuidei, o sujeito veio pelas costas e me agarrou, me deu um golpe e foi me empurrando. Aí não tive jeito, entrei no carro e fui berrando, discutindo, anarquizando. Quando eu chego na polícia,

³⁹ Sobre o casamento, Maria conta que Alfredo era um antigo amigo; quando ela retornou do Rio de Janeiro já médica, reencontrou-o, e eles começaram a ter um relacionamento, que culminou no casamento. Nesse período, Alfredo já era um jornalista que trabalhava em jornais como *O Globo* e *O Imparcial* e que prestava serviços na Assembleia Legislativa.

estavam os representantes dos principais jornais do Rio de Janeiro, do *Globo*, que tinham vindo fazer a cobertura da greve, inclusive, um jornal nosso (ARAGÃO, 1988, p. 41)

É necessário pensar a decisão de Maria Aragão, já sabendo que estava sendo vigiada pela Polícia e que havia interesse deles em prendê-la. É sabido que a ascensão de Maria ocorria de forma gradativa no interior do partido, e que estes estavam relacionados aos papéis ou funções que ocupava à frente da militância do partido no Maranhão. O fato de Maria participar de tomadas de decisões no interior do partido a colocava em situação de destaque, por isso, talvez, estivesse sendo monitorada pela polícia local. Sua trajetória demonstra que cada vez mais ela tinha um status e um prestígio diante dos demais membros do partido.

A greve que culminou com a prisão de Maria Aragão já estava em curso havia mais de um mês, atraindo a atenção da imprensa nacional. Isso justifica a narrativa de Maria, quando ela cita que, ao chegar à prisão, se deparou com representantes do jornal *O Globo*. Entre os jornais que estavam fazendo a cobertura da Greve de 1951 no Maranhão, havia alguns da cidade do Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*, *Voz Operária* e *O Globo*.

O movimento grevista de 1951 recebeu apoio por parte expressiva da população da capital, formada por trabalhadores, estudantes, classe média, políticos e empresários, que estiveram à frente da greve de forma direta ou indireta. Através dela a população denunciava a fraude eleitoral das eleições de 1950 no estado do Maranhão. Para Maykon Albuquerque Lacerda (2019, p. 123): “Essa conturbada e acirrada eleição estadual, posteriormente, resultou na conhecida Greve de 1951, juntamente com a formação das Oposições Coligadas, eclodida na capital, São Luís”.

O jornal *Voz Operária*, Ano 1951 / Edição 123 faz menção ao movimento popular provocado pelos resultados das eleições que ocorreram em outubro de 1950. Com título na primeira capa do jornal, “Ganha caráter de luta popular: a rebelião Maranhense” cita que a população continuava protestando nas ruas de São Luís contra a posse do Sr. Eugênio Barros que, graças a pressão do Presidente Getúlio Vargas sobre o Tribunal Eleitoral, apossou-se de um cargo para o qual não foi eleito.

Ainda na mesma edição do jornal e também na primeira página, uma nova matéria reafirmava o movimento que gerou a greve de 1951. Com título da matéria “A luta do povo no Maranhão”, era evidenciado que contra a vontade do povo maranhense fora diplomado a governador, Eugênio Barros. A nomeação provocou choque violento e

aberto entre a população. No interior do estado, um levante armado surgia em decorrência da pressão e cambalacho de Getúlio Vargas. A matéria cita que em revide a nomeação, um grupo de criminosos e assassinos a serviço de Vitorino Freire lança mão do terrorismo mais infame, incendiando bairros, deixando ao relento e desamparados centenas de famílias de trabalhadores.

Sobre a relevância dos jornais da época e que tratavam de assuntos específicos, Céli Regina Pinto (2003, p. 31) afirma que “a presença dessa intensa atividade jornalística se deve a uma característica da época, que pode passar despercebida ao observador atual: a mensagem escrita era uma das mais eficientes formas de comunicação de massas”, além do rádio. Daí a proliferação de jornais, pasquins e panfletos, segundo a autora.

A Greve de 1951⁴⁰ foi uma greve política que conseguiu mobilizar um grande número de maranhenses, principalmente os da capital, São Luís. Para Maria Aragão, o movimento “foi uma greve política com a adesão da imensa maioria dos maranhenses, pois nosso povo tem verdadeira paixão por eleições. O povo foi às ruas, ocupou praças [...]. Piquetes, agiam por toda parte, fechando comércio, bancos, escolas” (SALGADO, 1988, p. 8).

Informações sobre a Greve de 1951 revelam que a comunista Maria Aragão foi a primeira pessoa a ser presa pela polícia militar. Logo após a prisão, ela teve a sua casa invadida por policiais, situação na qual vários documentos pessoais foram confiscados, como diploma de médica, livros e revistas. Neiva Moreira⁴¹, líder do movimento grevista, também foi preso. Maria permaneceu presa por quase 80 dias.

Ao falar do episódio da prisão, ela relembra o acontecimento com um sentimento de dor e raiva. Maria reconhece ter caído em uma armadilha ao atender ao chamado de que havia um paciente para ser consultado. Ela relata que, quando do período da greve, a cidade de São Luís recebeu um número expressivo de policiais (que ela chama de pistoleiros). Eram homens que, segundo seus depoimentos, tinham a finalidade de atirar na população, assim que “eles” (chefes da polícia) mandassem. Maria cita que, ao chegar na sede da polícia, questionou o Chefe de Polícia Freita Diniz sobre o motivo de sua prisão, obtendo a seguinte resposta: “A senhora está presa, porque a senhora mandou

⁴⁰ A Greve de 1951 foi um movimento de partidos de oposição que formaram a frente “Oposições Coligadas”, contrária à posse do Governador Eugênio Barros, do Partido Social Trabalhista (PST), e ligado a Vitorino Freire. (COSTA, 2004)

⁴¹ Neiva Moreira, foi um parlamentar que, no final da década de 1950, alcançou forte projeção no cenário político nacional, em decorrência de ter participado na Frente Parlamentar Nacionalista, como secretário-geral. (COSTA, 2004)

tocar fogo na cidade. Mas os incendiários são os senhores, foi o governo que mandou tocar fogo nas casas, de vingança, porque o povo estava em greve” (ARAGÃO, 1988, p. 43).

Alguns questionamentos tornam-se necessários diante do depoimento de Maria Aragão ao lembrar o dia de sua prisão. Ela cita que caiu em uma armadilha, sendo do seu conhecimento o desejo da polícia militar de prendê-la. Foi precisa ao dizer que já havia sido aconselhada por amigos da polícia a não sair de casa. Mas por que Maria Aragão ao olhar para o passado ela se apresenta como vítima de uma armadilha? Se Maria já sabia por amigos que seria presa, se colocasse os pés fora de casa, por qual motivo aceitou fazer atendimento a um paciente exatamente num momento em que desejavam prendê-la? Por que Maria Aragão já sabendo que estava sendo observada saiu justamente de casa com sua filha Sônia segurando pelo braço? Maria Aragão preferiu correr o risco de ser presa baseada em alguma intenção?

É oportuno destacar que Maria Aragão foi a primeira presa da Greve de 1951. Esse acontecimento tem um significado simbólico grande. Sua prisão ocorre em um contexto familiar, espaço privado da casa, com a filha nos braços, num momento em que saía para atender um compromisso da sua profissão de médica. Não podemos deixar de refletir se houve algo intencional no aceite de Maria Aragão para sair de casa na data do dia 5 de outubro de 1951.

A condição de ter sido Maria Aragão a primeira a ser presa, demonstra que sua militância comunista era de destaque entre homens e mulheres do PCB, e que sua posição a colocava na condição de ter sua movimentação política e profissional monitorada pela força policial. Podemos afirmar que Maria Aragão era uma militante com status e prestígio, e tal realidade só ocorria diante de integrantes do partido que realizavam trabalhos de alcance partidário, ou por serem quadros importantes de capacidade intelectual, situação em que Maria também se enquadrava.

Durante o período em que esteve na prisão, Maria Aragão ficou incomunicável, enquadrada na Lei de Segurança Nacional, como uma das maiores incentivadoras da promoção de incêndios nos bairros Lira e Goiabal, da cidade de São Luís. De acordo com Araújo (2014, p. 187), esse acontecimento ficou conhecido como “Balaiada de São Luís, um movimento popular amplo, radical e heterogêneo que mobilizou a ‘massa urbana’ revoltada com as práticas fraudulentas nas eleições para o governo”. Contudo, é válido citar que Maria Aragão não sofreu qualquer tipo de tortura, o que talvez possa ser atribuído ao prestígio que já dispunha diante da profissão de médica na cidade.

Na prisão, Maria Aragão apresentou vários problemas de saúde: um deles foi no intestino. Ao perceber o seu estado de saúde, solicitou que pudesse ser atendida por um médico, que era o seu amigo e colega no curso de medicina, Dr. Zé Belfort (ARAGÃO, 1988).

Na prisão, Maria recebeu assistência de vários advogados, mas destaca o nome do Dr. Mário Chermon. Também obteve apoio da Direção Nacional do PCB, a partir da pessoa de Luís Carlos Prestes, na época, Presidente Nacional do Partido. Com o auxílio do partido, o advogado Dr. Mario Chermon chegou da cidade do Rio de Janeiro/RJ para fazer a sua defesa: “então ele veio pra cá e foi procurar o juiz” (ARAGÃO, 1988, p. 44).

Durante os quase 80 dias que Maria Aragão esteve presa, nenhuma sentença foi deferida pelo juiz que respondia pelo caso. Segundo depoimentos, “o juiz responsável não conseguiu encontrar provas para sua condenação”. A situação levou o advogado contratado pela Direção Nacional do PCB a exigir uma sentença, para que, assim, pudesse fazer a defesa da cliente. Segundo Maria Aragão, o advogado teria dito: “minha tarefa aqui é botá-la na rua, e só pode ser quando tiver a sentença” (ARAGÃO, 1988, p. 46).

Com relação ao problema de saúde de Maria Aragão, ela foi avaliada por médicos, que, de imediato, sinalizaram sua internação no Hospital Geral. Durante o período da internação, ela recebeu apoio de diversas pessoas: “Tam pessoas do povo, não podiam falar comigo, mas enchiam o corredor e me levavam frutas e biscoitos, foi emocionante” (ARAGÃO, 1988, p. 44). Maria Aragão, inclusive, aponta que o diretor do Hospital em que estava sendo atendida era um grande amigo. Em depoimentos, ela destaca, com muita frequência, a grande rede de amigos e conhecidos que tinha, e que foi de grande relevância para que se tornasse a militante comunista que foi. As visitas autorizadas no hospital, segundo depoimentos, foram concedidas somente aos representantes da Igreja, como os padres Milton e Arenilton, além da freira Edwiges (ARAGÃO, 1988).

Em relação à repercussão da prisão de Maria Aragão, na edição do jornal O Globo, datado de 18 de outubro de 1951, com a notícia “A médica vermelha de São Luiz vai ser submetida a uma junta médica”. Essa matéria informava que Maria Aragão havia passado por uma junta médica que lhe recomendou a hospitalização. Na matéria é citado que a Sociedade de Medicina e Cirurgia publicou uma nota que nada tem a ver com o estado político da colega, dando-lhe por isso, assistência conforme daria a qualquer outro em igual circunstância.

Já no jornal Imprensa Popular, datado de 26 de outubro de 1951, anunciava o título “*Habeas Corpus* em favor de Dra. Aragão”. Segundo Araújo (2014, p. 189), o julgamento

ocorreu em decorrência do “Retorno do Governador Dr. Eugênio de Barros ao estado do Maranhão e ainda devido à visita do Sr. Getúlio Vargas àquela corte”.

Uma rede de solidariedade passou a existir na vida de Maria Aragão após o ato de prisão. O momento da sua liberdade foi marcado por uma grande solidariedade por parte da população. Segundo declarações, sua clínica passou a receber um número bem maior de clientes. Para ela, o motivo da procura de clientes em seu consultório estava ligado ao aumento do número de pessoas que passaram a admirá-la. Assim afirma, “a cidade toda soube como é que eu tinha reagido e cresceu minha popularidade, o meu conceito no meio do povo” (ARAGÃO, 1988, p. 47).

Os depoimentos de Maria Aragão sobre o que representou para sua vida pessoal e profissional o ato da prisão, ocorrida pela polícia militar na porta de sua residência, leva-nos a fazer novas reflexões. Fica evidente na narrativa de Maria Aragão que o período em que esteve presa e, principalmente, no ato de sua liberdade, foi marcado por uma onda de solidariedade. A prisão ocorrida em 5 de outubro de 1951 deixa um reflexo de uma Maria que desafiou a Polícia Militar, que estando presa e com problemas de saúde, recebeu assistência de médicos amigos, além de receber apoio de uma parte da população, como ela cita, sua popularidade cresceu como política e médica.

Após ser solta, Maria Aragão intensifica a sua militância dentro do partido comunista. Ela passa, então, a visitar o interior do estado, levando formação para a base do PCB.

Com base nos acontecimentos da trajetória de vida de Maria Aragão, é oportuno considerar que a prisão em 5 de outubro de 1951 fez com que a médica comunista redimensionasse sua atuação dentro do partido como militante comunista, optando naquele instante por investir em formação da base do PCB. É o momento que Maria Aragão realiza diversas viagens por municípios do Maranhão, ouvindo e conhecendo pessoas do interior, contribuindo assim com a formação dos comunistas, bem como propagando os ideais do comunismo pelo estado maranhense.

3.4 O JORNAL TRIBUNA DO POVO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS

Nos diferentes momentos em que nossa personagem falou sobre sua trajetória, ela traz sempre novas informações, sem, portanto, contradizer o que já havia declarado. Ao mencionar sobre as atividades de redatora junto ao jornal *Tribuna do Povo*, Maria Aragão descreve que essa foi uma de suas melhores experiências, sendo o mesmo foi publicado

semanalmente de 1945 a 1962. Sobre esse período, afirma: “Eu era diretora do jornal, gerente do jornal, secretária do jornal, redatora e vendedora do jornal” (ARAGÃO, 1988, p. 68). Foi, inclusive, no *Tribuna do Povo* que Alfredo Wagner, marido de Maria, publicou o seu primeiro livro.

A equipe do *Tribuna do Povo*, de acordo com depoimentos de Maria Aragão, era composta por dois operários e por um redator. Com relação à distribuição das edições, ela explica que “Tinha os que iam buscar jornal. Em cada bairro, nós tínhamos partido, e cada um era responsável por sua cota no jornal, com uma tiragem de 5 mil jornais, que também eram distribuídos pelo interior do estado” (ARAGÃO, 1988, p. 80).

É importante citar que o jornal não era legalizado:

Ele não era vendido em bancas, mas nós tínhamos vendedores, meninos. Eu ajudava muito os garotos, além do que eles tinham direitos, eles tinham direito a uma porcentagem de cada jornal que vendiam, eu dava assistência para eles, e para as famílias deles. Essa era uma das estratégias encontradas para fazer o jornal circular entre a população. (ARAGÃO, 1988, p. 80)

A falta de material para que pudessem realizar a sua impressão representou um dos desafios diários para manutenção do jornal, conforme aponta. Para arcar com as despesas com as publicações semanais do *Tribuna do Povo*, Maria Aragão declara que: “As despesas do jornal foram pagas em boa parte com recursos arrecadados com festas e outras ações. Havia também os amigos, os que colaboraram, uns davam vinte cruzeiros, outros trinta” (ARAGÃO, 1988, p. 78).

O jornal foi fechado com a ida de Maria Aragão para a União Soviética, na qual ficou de julho de 1961 a setembro de 1962. Isso mostra que ela era a grande responsável pela publicação do periódico e também por fazer com que mesmo circulasse pelo interior. Sobre a experiência que viveu na URSS, retomaremos mais à frente.

Ainda sobre as questões que envolvem a manutenção do Jornal *Tribuna do Povo*, Maria Aragão demonstra em suas narrativas, que muito dependeu de um esforço coletivo de comunistas e simpatizantes. Destarte, sobre as atividades do PCB, é relevante destacar que para manter as atividades do partido em evidência, era necessário que Maria Aragão e que toda a direção do partido no Maranhão contasse com uma rede de amigos. Era o grupo de amigos e/ou de simpatizantes do movimento que ajudava a manter as atividades do partido durante a militância política.

Esses simpatizantes eram constituídos por pessoas que faziam contribuições, estando ou não filiados ao PCB, com o interesse de financiar as atividades de arrecadação de recursos, a fim de arcar com as despesas do partido e do jornal: “As festas foram uma das principais atividades com essa finalidade, para isso, alguns amigos compravam cartelas, doavam dinheiro, cantavam nas festas, ou seja, cada um contribuía com uma maneira” (ARAGÃO, 1988, p. 85).

Imagem 11: Rifas com fim de arrecadação para manutenção do PCB no Maranhão



Fonte: Processo do Inquérito Policial da Auditoria da 10ª Região Militar nº 7/67, p. 128. Provas anexadas pelo Tribunal Superior Militar ao processo de prisão de Maria Aragão, de modo a comprovar as festas e rifas realizadas pelos comunistas no Maranhão a fim de obterem recursos para as atividades do partido.

As rifas, como observamos, tornaram-se fontes de arrecadação para que atividades do partido pudessem ser realizadas no Maranhão. Dentre os itens sorteados estão desde passagens aéreas, de ida e volta para o Rio de Janeiro, selos da União Soviética, Tchecoslováquia e República Democrática Alemã, assinatura por três meses do *Jornal*

Tribuna do Povo, bem como rifas de Cestas de Jejum. Os itens que compõem as rifas reforçam as atividades comunistas, o que os leva a pensar que elas só eram compradas por militantes do partido e por pessoas que mesmo não fazendo parte do PCB se identificavam com os ideais comunistas propagados.

Sobre a relevância da imprensa alternativa, a exemplo do Jornal *Tribuna do Povo*, esses se tornaram espaços de grande importância crítica ao período do regime militar, de divulgação de denúncias, e de material para servir aos debates das organizações de esquerda existente em todo o Brasil. Os jornais se apresentavam, por meio da análise política e espaço de informação, como ambiente alternativo e favorável para fundamentar a oposição e a resistência à ditadura militar. Desse modo, o Jornal comandado por Maria Aragão, como ela mesma chegou a mencionar, foi uma de suas grandes experiências como militante comunista.

Imagem 12: *Jornal Tribuna do Povo*, datado de 06/1954 com Título da Matéria “As perspectivas para a mulher”.

6 -3- 1954

AS PERSPECTIVAS PARA A MULHER

Sob o regime de latifundiários e grandes capitalistas as mulheres vivem exploradas e oprimidas

As mulheres brasileiras, que representam 50% da população ativa de mais de 10 anos, vivem em difíceis condições, exploradas e oprimidas nos latifúndios e nas fábricas, sofrendo também pela terrível opressão a que está submetido nosso povo.

O REGIME de latifundiários e grandes e capitalistas, com todo o seu atraso, torna particularmente dura a vida das mulheres brasileiras. Dos 18.469.715 mulheres de mais de 10 anos recenseadas em 1950, a imensa maioria, ou seja, quase 15 milhões se dedicam a atividades domésticas não remuneradas. Isto quer dizer que além dos afazeres domésticos, a maioria esmagadora das mulheres brasileiras, dada a condições de atraso do país, passam a sua vida na dependência mais completa, como meros auxiliares do trabalho escravo masculino nas fazendas, préas ao pequeno artesanato domiciliar ou simplesmente no tanque e na cozinha. Ai trabalham sem qualquer direito, sem horário, sem possuírem um mínimo de condições humanas de existência.

AS MULHERES OBRIGADAS recebem salários inferiores aos dos homens, em 50% em média, apesar de realizarem o mesmo trabalho.

A elas não se assegura o respeito por sua condição de mulher. Nas fábricas, é comum as privadas não terem portas e as operárias mudarem de roupa guardadas pelas companheiras.

O próprio direito de ser mãe não lhes é reconhecido. As empresas metalúrgicas não admitem mulheres casadas. Na Fábrica «Manufatura Fluminense», em Niterói, é proibido ter filhas e há um fiscal para informar quando as mulheres estão grávidas, seguindo-se imediatamente a demissão. Em todas as empresas, as parturientes são igualmente atingidas pela monstruosa lei de assiduidade integral.

AS MULHERES CAMPONESAS trabalham no campo de sol a sol, durante 14 e mais horas. A elas não é concedida nenhuma assistência médica nem tampouco à maternidade. Acumulam os trabalhos no alto com os afazeres domésticos, com a obrigação de cuidar dos filhos, e estão relegadas a tal desprezo, que desconhecem até mesmo os direitos mais elementares de um ser humano.

A política de terror do governo de Vargas atinge brutalmente as mulheres:

Com seus direitos cancelados pelo simples fato de serem mulheres, as brasileiras sofrem ainda pelo terror com que o governo de Vargas procura intimidar o povo brasileiro.

Assim, já no primeiro ano do governo de Vargas, Angelina Gonçalves foi assassinada — a 1.º de maio de 1951 — por participar de uma passeata dos trabalhadores. No mesmo ano foram presas em Recife cinco mulheres que foram e pacíficas e tiveram suas cabeças raspadas pelo «crime» de lutarem pela paz quase diariamente, devido aos negócios de grilagem, em todo o país, mulheres camponesas, muitas vezes grávidas, se vêem expulsas de casa, amontoadas em caminhões e atiradas a muitas léguas de distância, sofrendo vexames e brutalidades.

000

O Programa do P. C. B. - Novas perspectivas para as Mulheres Brasileiras

EM CONTRADIÇÃO com o atual estado de coisas, conservado e agravado por toda a política do governo de Vargas, representante atual do regime de latifundiários e grandes capitalistas, o Programa do Partido Comunista do Brasil preconiza textualmente:

«Abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre as mulheres. As mulheres terão direitos iguais aos homens em caso de desemprego, divórcio, proleção, serviços públicos, etc. O Estado dará proteção especial e gratuita à maternidade e à infância.

Para se livrarem da exploração e da opressão a que estão sujeitas, para romperem as cadeias do escravismo e dos preconceitos sexuais, para se libertarem à plena condição de seres humanos iguais em direitos, as mulheres lutem contra o atual regime de latifundiários e grandes capitalistas. DA LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO AMERICANA DE NOSSA PÁTRIA. DA LUTA PARA DERRUBAR O GOVERNO DE VARGAS. DA LUTA PELA INSTAURAÇÃO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL QUE LEVARÁ À VITÓRIA O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA.

SOB ESTA BANDEIRA SE REUNIRÃO OS MILHÕES DE MULHERES BRASILEIRAS.

000

Devido às péssimas condições de vida de suas mães, as crianças brasileiras já sofrem antes de nascer em virtude da subalimentação crônica em que vive a maioria de nossa população. Daí morrerem 832 crianças em cada mil, em Fortaleza; 438 em mil em Natal.

Fonte do arquivo digital da Biblioteca Benedito Leite.

O *Jornal Tribuna do Povo* exigiu, durante todo o período da publicação de suas edições, um esforço grande dos militantes comunistas e de seus apoiadores para que pudessem se manter em circulação na cidade de São Luís e no interior do estado. Para isso, os depoimentos de Maria Aragão demonstram as atividades que o partido PCB

precisou realizar ao longo de vários anos, por meio da militância com o objetivo de angariar recursos para financiar o jornal.

Observamos, a partir das narrativas, que o *Jornal Tribuna do Povo* foi um grande mecanismo de comunicação encontrado pelos militantes comunistas, para que os ideais revolucionários pudessem ser propagados no Estado do Maranhão. As informações contidas no jornal traziam informes do contexto nacional e internacional, sempre evidenciando as questões políticas e econômicas que envolviam o Brasil e o Mundo. A página do *Jornal Tribuna do Povo*, tem como destaque em página inteira contextos sobre as questões da figura da mulher, fazendo uma contextualização das mulheres das fábricas, camponesas, da falta de direitos vivido durante o Governo Getúlio Vargas. Como diretora do *Jornal*, o nome “Dra. Maria Aragão” ficava exposto na primeira página, o que permite defendermos que era uma mulher que tinha seu nome muito bem divulgado e com alcance político e social na capital São Luís e igualmente fora dela.

Com isso, podemos perceber que a formação política de Maria Aragão vai sendo construída paulatinamente, ou seja, foi ocorrendo durante o processo de sua militância comunista. Nota-se que ainda que afirme em seus depoimentos que chegou despreparada no Maranhão para ajudar o partido, é notório que ela soube aproveitar das redes de amigos que foram construídas diante dos acontecimentos de sua vida, possibilitando cada vez mais um papel de destaque, status e prestígio no PCB.

3.5 A FORMAÇÃO COMUNISTA NA URSS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO DE MILITÂNCIA POLÍTICA

Uma nova data merece destaque com base nos depoimentos de Maria Aragão: 1961. A importância da data surge em suas lembranças por ser o ano da viagem que realizou para a União Soviética - URSS. Contudo demonstra claramente em suas palavras que muitas foram as dificuldades que teve para se manter na militância política. Sobre esse momento cita “Eu estava trabalhando quase que só, porque o partido tinha passado por crise, tinha enfraquecido bastante aqui no Maranhão, e isso ia me aborrecendo”. Mesmo reconhecendo que o partido passava por um momento delicado.

Para não tomar decisões precipitadas, Maria escreveu uma carta para a direção nacional do PCB demonstrando sua insatisfação pelo partido, inclusive pelo partido nunca ter dado oportunidade para fazer um curso de formação comunista fora da

cidade de São Luís. Segundo narra, após a carta o quadro do PCB do Maranhão recebe um novo militante: “Foi aí que chegou um quadro muitíssimo bom, me ajudou, deu uma arrancada no partido, o partido subiu (ARAGÃO, 1988, p. 101).

Ao adentrarmos no campo da educação, observamos que esta tinha papel importante para os quadros políticos do PCB, o que levou centenas de brasileiros a realizar cursos diversos para uma formação intelectual trazendo as teorias que fundamentavam as ideologias do partido comunista e que seriam relevantes para o fortalecimento do comunismo no Brasil. A educação comunista ocorria em sua grande parte em tempos que o partido vivia sua ilegalidade, e, para vencer as dificuldades de formar uma militância para o trabalho, Amanda de Oliveira e Éder da Silva Silveira (2017, p. 13) afirmam que: “como forma de resistência, redes de educação clandestina foram importantes pra viver os períodos da repressão e para garantir a sobrevivência de partidos colocados na ilegalidade”. Acrescentam ainda os autores que “o PCB ministrou diferentes cursos, alguns dos quais também serviram para o ingresso de militantes em escolas preparatórias de quadros revolucionários na URSS”.

Na medida que vamos conhecendo e compreendendo a trajetória de Maria Aragão, adentramos o interior do PCB. É possível perceber os mecanismos utilizados por comunistas, e o que fica evidenciado é que não seguiam um direcionamento único. As atividades que Maria desenvolvia no partido não seguiam um modelo de cima para baixo, mas se apresentavam diante das circunstâncias próprias diante de um partido com fragilidades e com problemas financeiros. Eram as especificidades que iam definindo os modelos e as formas de se movimentarem, bem como as estratégias que deveriam e poderiam ser utilizadas em cada situação que a militância se via envolvida.

A iniciativa de Maria Aragão em demonstrar sua insatisfação com a direção nacional do PCB, a levou a receber em seguida um comunicado de que o partido financiaria sua formação comunista na União Soviética (ARAGÃO, 1988, p. 101). Em seu depoimento fica evidente que desejava sair do partido. A situação é revertida com o reconhecimento da direção nacional do partido de pela primeira vez a possibilitaria fazer um curso comunista fora do País. Para tanto, deixa expresso que a oportunidade só foi dada após ter passado pelo processo da prisão de 1951. Dez anos após sua primeira prisão que o PCB lhe oportunizara uma formação comunista. Sobre a situação, cita:

Foi preciso que, em 1951, eu tivesse resistido a uma prisão, [que] foi uma prisão escandalosa, muito falada [...] para que se lembrassem de em meados de 1952, me chamarem para fazer um curso chamado “Curso Stalin”, o curso Stalin era um curso de capacitação política”. (ARAGÃO, 1988, p. 101-102).

As narrativas de Maria sobre o episódio da prisão, a repercussão e a rede de apoio e proteção que recebeu de diferentes classes sociais, deixam evidente que ela saiu bem mais fortalecida como militante comunista. Como dito anteriormente, seu reconhecimento como médica aumentou, tendo um crescimento significativo no número de clientes, bem como teve seu nome ainda mais evidenciado como a médica comunista no Maranhão, lembrando que não havia outras mulheres em linha de frente nos partidos de esquerda.

Ainda sobre as palavras de Maria, ela demonstrava insatisfação com o PCB, a ponto de pedir seu desligamento da militância partidária. Esse fato nos leva a algumas reflexões. Seria oportuno pensar a respeito das questões de gênero, quando o maior número de militantes políticos era do sexo masculino? Por se ver em campo reduzido de atuação, compreendia que a profissão de médica era o melhor caminho a percorrer ao invés de militante política? Foram os caminhos da medicina que lhe proporcionaram as oportunidades de militância política estando à frente do PCB no Maranhão? É válido citar que Maria Aragão não deixou de atuar como médica em nenhum momento.

Retomando sua viagem para a União Soviética, essa exigiu de Maria Aragão um esforço para arrecadar recursos que pudessem financiar parte das despesas no período que se manteria fora do Brasil. Para isso, contou com sua rede de amigos e conhecidos, que ajudaram com a compra de parte de seus livros, revistas e outros materiais, com a finalidade de pagar as dívidas existentes do jornal e da editora, e ainda levar uma reserva consigo. (ARAGÃO, 1988, p. 103). As redes que Maria foi construindo nas relações profissionais e partidárias tornam-se essenciais para alcançar o objetivo de arrecadar recursos que viabilize permanecer o tempo necessário na URSS para sua formação comunista.

É importante ressaltar que os objetivos reais que levaram Maria a arrecadar recursos entre amigos e conhecidos não fora dito, com exceção de poucos amigos pessoais e camaradas do partido que conheciam a verdadeira intencionalidade da viagem. A informação dada era que precisava fazer uma viagem para a URSS para fazer “um curso, um estágio de medicina”. Conhecer um país socialista com seu modelo político, econômico e social era considerado por Maria Aragão um grande valor, e que seria essa

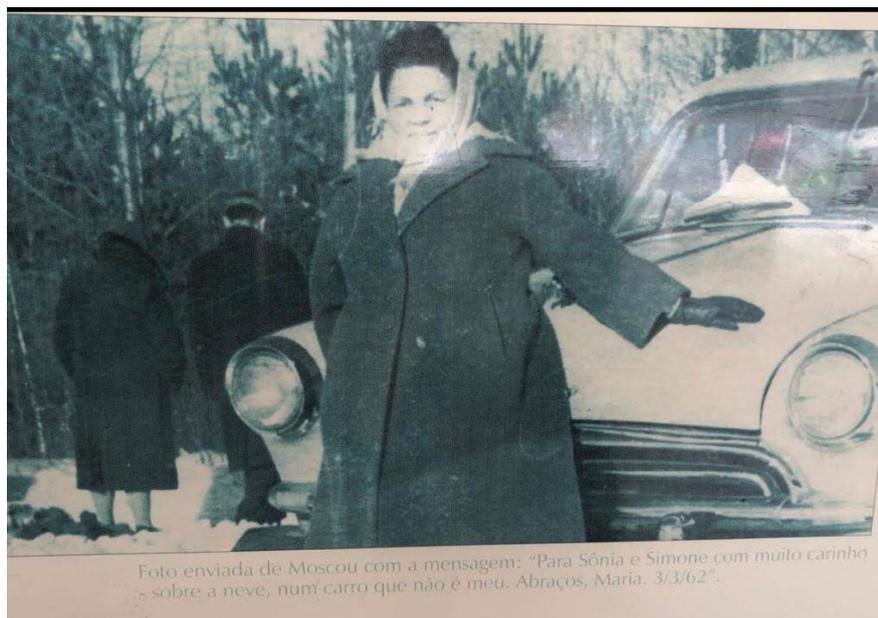
a maior oportunidade de ver e sentir como é um povo e a história de um país socialistas. (ARAGÃO, 1988, p. 103). A carta escrita por Maria nos leva a pensar que ela percebia o tratamento diferenciado entre homens e mulheres dentro do PCB, e que por isso mesmo demonstrou sua insatisfação a ponto de comunicar a saída por não se sentir valorizada. O fato de nunca ter sido convocada para participar de atividades formativas dentro do partido era um fator que a incomodava. Ainda sobre a educação comunista, Oliveira e Silveira (2017, p. 21) afirma que essa “poderia ocorrer em diferentes espaços e práticas sociais de militância política, bem como através de cursos ocorridos dentro e fora do Brasil.”

A educação dentro do PCB era de grande importância entre seus militantes, pois era a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticos para seus interessados e visto como mecanismo inquestionável para o fortalecimento interno dos quadros políticos comunistas. Para Viviane Maria Leão (2003, p. 124), “as mulheres e os homens do PCB não nasceram comunistas stalinistas ou bolchevistas como se reconheciam durante a militância”, ela era forjada na luta diária e na “educação comunista” na qual muitos tiveram a oportunidade de vivenciar.

Nos depoimentos que fez sobre o que representou a viagem para a URSS, Maria deixa evidente a relevância da experiência que teve, tanto do ponto de vista pessoal, profissional quanto para a militância política. Destacamos em primeiro plano a realidade observada por Maria Aragão e que lhe chamou a atenção, para isso descreve uma série de situações sobre a União Soviética. São descrições que nos permitem analisar as mudanças de comportamento vividas por Maria dentro do partido enquanto militante após sua chegada ao Brasil, já que a realidade maranhense se impôs e a fez lutar na defesa da população.

Das experiências vividas na URSS, descreveu a realização do curso teórico de formação comunista, que permitiu adquirir ainda mais consciência da relevância dos conhecimentos teóricos para que as políticas públicas pudessem ser exitosas, “sem erros” como ela mesmo citava. Identificou como ocorria a obrigatoriedade e gratuidade do ensino público para a população, até a entrada na Universidade; verificou o alcance da saúde pública e o modelo de medicina adotada na URSS, que, na sua avaliação como médica, era realizada com métodos sofisticados e populares de tratamento.

Imagem 13: Foto de Maria Aragão enviada de Moscou/URSS, para as filhas Sônia e Simone, datada de 3/3/1962.



Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão.

Ainda sobre o que chamou atenção durante sua experiência fora do Brasil, cita as políticas públicas com a saúde da mulher, vacinação de crianças, direitos trabalhistas, bem como o olhar atencioso para a educação básica. Sobre essa realidade afirma que o país garantia a frequência e a permanência de crianças nas creches em tempo integral com serviços de assistência de saúde com presença de psicólogo e outros profissionais, possibilitando que os pais pudessem trabalhar (ARAGÃO, 1988, p. 113).

Sobre a educação comunista, Maria Aragão descreve de forma muito vaga que tipo de formação recebeu durante o curso intensivo. Contudo, sobre o que estudavam os comunistas nos cursos de formação, Heitor Lima (1982, p. 35-36) acredita que os temas eram os mesmos que eram ministrados por brasileiros que tiveram oportunidade de formação na União Soviética. Temas como comunismo, anarquismo, revolução russa, o materialismo mecanicista e emancipação da mulher, estavam na grade de cursos da educação comunista. Nessa mesma abordagem, Osvaldo Peralva (1962) menciona que os manuais marxistas adotados nas formações realizadas no Brasil seguiam os mesmos modelos soviéticos. Acrescenta, ainda, que se "transmitia a experiência de funcionamento da máquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo rigorosamente de acordo com os modelos soviéticos". (PERALVA, 1962, p. 11).

Ainda sobre essa educação, as formações que ocorriam no exterior se davam nas escolas do Comintern, que, para Silveira e Moretti (2017, p. 200), “desempenhavam, no exterior, a função de formar esses ‘quadros’ em prol de uma revolução”, e acrescenta que estas “inspiravam-se nas ideias leninistas de organização”. O modelo de organização de educação criava uma rede de escolas políticas com finalidade de profissionalizar os quadros dos dirigentes comunistas.

Maria Aragão deixa evidente sua avaliação sobre o que representou o governo de Stalin⁴², afirmando nunca ter sido stalinista. Faz uma crítica a esse governo, citando que:

Cometeu erros graves, mas os erros de Stalin foram todos devido a situação que atravessou, de um lado o temperamento dele, de outro a situação que a União Soviética atravessava, cercada de inimigos. Então ele tinha que ter mão de ferro, ou o socialismo não ia à frente, ele tinha que ser forte, tinha às vezes de ser brutal, e daí vieram os seus grandes erros. [...] O papel de Stalin na guerra contra o nazismo eu acho emocionante. Tenho um respeito muito grande por Stalin, não sou stalinista, reconheço os seus erros, mas reconheço também os motivos além do seu temperamento, a situação em que se encontrava a União Soviética, ele queria manter o socialismo, conseguiu”. (ARAGÃO, 1988, p. 113).

As experiências que Maria Aragão obteve durante o período que esteve na União Soviética foram sem dúvida relevantes para sua atuação, tanto na vida profissional quanto na de militância comunista. As estratégias de atuação no Maranhão passaram a ser, para Maria, uma atividade de educação. A formação de comunistas era a melhor ferramenta de trabalho para chegar a uma mudança no comportamento de boa parte da sociedade que sofria com as desigualdades e exploração. A educação tornar-se-ia o mecanismo viável de aproximar as ideias comunistas da população oprimida e criaria condições de realizar mudanças no campo das ideias de jovens e demais militantes que foram também excluídos de formação teórica comunista. Era preciso mais formação para os militantes e para os jovens. Sobre as estratégias de como Maria passou a agir no Maranhão após sua chegada, abordaremos adiante.

⁴² É fundamental considerar a relevância do papel de Stalin frente à luta revolucionária socialista internacional. Ao longo de décadas, muitas críticas de liberais e até no interior da esquerda marxista, colocou em dúvidas a questão nacional. Para Domenico Losurdo (2010), Stalin teve seu papel político questionado por seus adversários políticos, o que levou a propagar a ideia de ser ele um camponês tirânico. As propagandas negativas do papel de Stalin foram fortalecidas em sua maioria por Trotsky e pelo relatório secreto de Krushev, relatório que ainda que não fosse bem fundamentado repercutiu no meio intelectual em muitos países. LOSURDO, 2010.

O Retorno de Maria Aragão da URSS, no ano de 1962, foi marcado por acontecimentos que lhe incomodaram significativamente. Em depoimentos revela que ao chegar em sua residência, localizada na rua São Pantaleão, encontrou a mesma vazia de móveis e objetos pessoais: “não encontrei pratos, talheres, toalha, tudo tinha sido roubado e eu fiquei em desespero”. (ARAGÃO, 1988, p. 114).

Com a chegada na cidade de São Luís foi imediato o retorno às suas atividades como médica. Cita que toda a clientela, que era bastante fiel, voltou a procurá-la, e que “a fama de ter vindo da União Soviética, de fazer um curso médico”, foi de grande importância para o crescimento da clientela. (ARAGÃO, 1988, p. 114-115).

O retorno das atividades como médica também se associou às tarefas partidárias no PCB. Sobre isso, afirma: “Refiz a minha atuação no partido e em vez de continuar fazendo agitação, ou mais agitação do que outra coisa, eu deixei o problema da agitação e fui trabalhar com educação” (ARAGÃO, 1988, p. 115). Esse pensamento de Maria sobre o que representou a experiência formativa na União Soviética pode ser reforçado por Paulo Freire (1988), ao apontar que a educação é ferramenta de transformação social, com finalidade bem definida de diálogo e emancipação do sujeito. Maria demonstra sua emancipação, enxergando-se preparada de fato e de direito para militar no PCB, não mais fazendo agitação política, mas agindo na educação.

É com essa perspectiva de investir em educação que Maria Aragão começa a realizar o trabalho de formação política entre os jovens, trabalhadores e trabalhadoras, além dos “companheiros internos”, maneira como descreve os demais quadros de comunistas. Sua concepção era de que todos necessitavam em primeiro lugar conhecer as teorias do comunismo e, posteriormente, como colocá-la em prática.

Trabalhei muitíssimo com jovens, nessa época. Fui trabalhar com jovens, tinha uma porrada de jovens lá da UNES. Foi um trabalho sério que eu me joguei a fazer, trabalho de educação. Nós tínhamos companheiros comunistas daqui de São Luís até Caxias. O diretor da estrada de ferro era meu amigo, e a gente conseguia férias para todos os companheiros em toda estrada, então eu dei um curso aqui, interno em um sítio, no interior daqui da ilha, um curso com os companheiros internos, não saíamos de lá (ARAGÃO, 1988, p 116).

A formação política que Maria Aragão recebeu levou a mudanças significativas de comportamento no que se refere à militância no Maranhão. Segundo Maria Aragão em suas narrativas, afirma que foi criticada por algumas pessoas. Não fica evidente que foram essas pessoas, se próximas ou distante de suas redes de contatos, contudo a avaliação foi

que a viagem para a URSS não teria sido positiva, já que adotou após retorno uma postura diferente de fazer a militância política comunista no Brasil. Maria cita: “eu estava fazendo um trabalho muito mais sério, um trabalho que não estava aparecendo”. (ARAGÃO, 1988, p. 116).

Os anos de 1963 e 1964 marcam a história de Maria Aragão, totalmente dedicada ao “trabalho de educação”, como ela chamava a formação de comunistas, principalmente para jovens estudantes. Ela passou a percorrer diferentes espaços da sociedade maranhense com o objetivo de trabalhar com a educação de jovens na perspectiva teórica comunista.

É sem dúvida legítimo afirmar que Maria José Aragão enfrentou significativos desafios à frente do PCB, no Estado do Maranhão, diante de um partido que, ainda que defendesse a participação das mulheres, não as colocava em missões importantes e estratégicas para realizar a militância política. Contudo, nos parece oportuno apontar que Maria não era uma mulher qualquer. A formação de médica na capital Rio de Janeiro, de uma mulher pobre e saída do interior do Maranhão, nos parece ter sido um fator de destaque para que quadros intelectuais da Direção Nacional do PCB pudessem enxergar na pessoa de Maria uma militante de relevância para receber a missão de dirigir o partido comunista na capital maranhense. A participação política de Maria Aragão no PCB representou poder e status social, para tanto, nos parece evidente apontar que sua profissão de médica ginecologista foi o que proporcionou condições favoráveis para que tivesse êxito nos desafios de conduzir um partido que por décadas viveu na ilegalidade.

4. A DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO MARANHÃO

No ano de 2022, a ditadura militar brasileira completou 58 anos, contados desde a instauração do Golpe, no ano de 1964. Um leque de obras e de estudos surgiram a partir das últimas décadas do século XX com a finalidade de problematizar as experiências que deixaram violentas “marcas” e consequências na história da vida de grande parte da população brasileira e também de não permitir o seu “esquecimento”. Por diferentes motivações e em contextos diversos, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos vivenciaram os anos da ditadura, uma vez que essa oprimiu e tirou direitos da população.

De acordo com João Roberto Martins Filho (2003, p. 180), logo após a década de 1970, muitos trabalhos foram publicados, principalmente após a Lei n. 6.683/79 (a Lei da Anistia), com o intuito de dar maior visibilidade às memórias de resistência da ditadura civil-militar de 1964. Pessoas que haviam sofrido diretamente supressão das liberdades e direitos tiveram seus escritos e suas memórias divulgadas.

É relevante contextualizar os diferentes aspectos da tomada do poder pelos militares no Brasil. Essa reflexão se inicia a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, momento que, de forma enfática, contribuiu para as muitas mudanças ocorridas na política mundial. Para Antônio Torres Montenegro (2010), durante a Guerra Fria, o mundo vivia em um contexto de bipolarização, o que produzia, cada vez mais intensamente, como consequência, o acirramento de ideologias envolvendo diferentes nações. Ainda para o autor, o modelo que se estabeleceu e que se ampliou após o período da Segunda Guerra Mundial, dividido entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), permitiu a essas duas nações se tornarem um marco simbólico: a primeira representava a economia capitalista, e a segunda, a comunista.

Na América, acompanhou-se o fortalecimento de Fidel Castro na construção e na implantação do modelo comunista em Cuba. Realidade que aguçou as disputas no continente americano. Imersa nessa conjuntura de um choque ideológico de contornos mundiais, a década de 1960 surge repleta de mudanças nos campos político, social e cultural. Tais alterações marcaram também o contexto brasileiro. Segundo Montenegro (2010), o governo americano, temeroso e preocupado que o modelo implantado por Cuba,

enquanto nação comunista, pudesse se espalhar para o Brasil, fez com que esse país recebesse uma atenção central na política externa dos Estados Unidos.

No que concerne à história das mulheres no período da ditadura militar, essas aparecem em menor registro, característica de uma sociedade que silenciou a participação das mulheres em diferentes contextos e movimentos. Evidenciam-se nomes como os de Marighela e Carlos Lamarca, que surgem na historiografia como grandes representantes da luta política relacionada aos anos de chumbo. Não temos, aqui, o objetivo de negar a importância da participação dos homens nas trincheiras da resistência nos tempos da ditadura militar nem o de evidenciar apenas a figura da mulher de forma isolada, reducionista ou romântica. O objetivo, neste estudo, é possibilitar o reconhecimento da participação das mulheres na militância e a visibilidade em espaços e atividades ligadas à vida pública, onde geralmente não tiveram seu protagonismo reconhecido.

É relevante destacar que a história das mulheres é de grande mérito para uma compreensão mais holística da história geral, uma vez que ela é relacional. Nesse intuito, ela contorna tudo o que é pertinente à existência do ser humano, às suas ambições e realizações, bem como às suas conquistas e os seus fracassos.

As diferenças existentes entre mulheres e homens, que relacionam o gênero a cenários do trabalho, do poder e do sexismo na sociedade, têm possibilitado cada vez mais evidenciar a figura da mulher e o seu papel no contexto da vida sociopolítico, econômico e cultural de uma sociedade em seu tempo.

É sabido que as mulheres, em sociedades diversas estiveram na condição de marginalizadas e até, em muitas situações, eram tratadas como aberrações da natureza, ou mesmo como seres incompletos. A vida privada, os espaços ocupados pelas mulheres e as relações existentes entre os sexos, são temáticas em que as mulheres têm suas histórias (re)contadas nos discursos masculinos a partir de diferentes interpretações.

Michelle Perrot (2005, p. 447) afirma que “o corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica [...]”; e acrescenta ainda que “[...] Homens e mulheres são identificados com seu sexo; as mulheres são condenadas ao seu, ancoradas em seus corpos de mulher chegando a ser por eles presas cativas [...]” (PERROT, 2005, p. 460), o que permite que sua relação de inferioridade se torne ainda mais notório quando contrastada ao sexo masculino.

Desse modo, torna-se necessário irmos além de dar destaque a grandes mulheres; de forma mais relevante, devemos buscar a história de muitas que, por motivos já apresentados, permaneceram invisíveis, mesmo que elas tenham tido participação

fundamental nos cenários da vida. Nessa perspectiva, é importante também considerar a diversidade que marca os percursos femininos, bem como a maneira como os diferentes marcadores sociais, de gênero e raça irão afetar, restringindo como pesos e limitações diversas as mulheres negras e pobres.

As restrições a que nos referimos estão relacionadas aos mais diferentes formatos de exclusão na garantia dos direitos às mulheres nos distintos contextos da vida social. É oportuno lembrar que a exclusão à igualdade é mais devastadora quando se trata de mulheres negras. Carla Akotirene (2019, p. 71) afirma que as “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

Pode-se refletir sobre as questões econômicas e de gênero que Maria Aragão evidencia em seus depoimentos a partir das palavras de Kimberlé Crenshaw:

A discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem, às vezes, vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens, o imperativo de incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. (CRENSHAW, 2002, p. 173)

A importância dessa contextualização se dá por reconhecermos as temáticas que envolvem o universo feminino dentro dos contextos socioeconômico e político em um período em que a mentalidade do racismo estrutural é latente; destacar esses papéis é proporcionar que as mulheres saiam do silenciamento construído ao longo do século XX. A reflexão deste capítulo é importante também para que as mulheres sejam conhecidas e lembradas nos detalhes de suas ideias, de seus pensamentos e de suas atitudes e, principalmente, nos reflexos de suas ações, enquanto mudanças de atitude e de comportamento de uma determinada cultura.⁴³

⁴³ Para nortear os argumentos aqui apresentados, foram de grande relevância os autores Ana Costa e Cecília Sandenberg (2008), Aragão (1988), Azevedo (2016), Carlos Fico (2014), Carla Akatiren (2019), Delgado (2019), Kimberlé Crenshaw (2002), Francisco (1992), Ramirez (2019), Peres (2019), Marta Rovai (2013), Margareth Rago (2013), Michelle Perrot (2005).

4.1 UM BREVE HISTÓRICO DA DITADURA NO BRASIL

O governo do Presidente João Goulart, derrubado por um golpe de Estado, viu-se envolvido em grandes debates referentes às reformas de base. O Brasil, a partir dos anos 1940, viveu largas mudanças, o que levou o presidente a encontrar um país com problemas nos aspectos sociais e econômicos, que precisavam ser sanados com urgência. Os principais problemas identificados estavam relacionados à questão agrária, o que polarizou, de forma acirrada, o debate político no período em que João Goulart ocupou a presidência do Brasil, de 7 de setembro de 1961 até o 1º de abril de 1964.

É relevante ressaltar que as condições em que João Goulart assumiu a Presidência do Brasil foram marcadas por grandes fragilidades, situação essa contextualizada por Carlos Fico (2014):

Chegara à Presidência da República por acaso e por sorte, após a surpreendente renúncia de Jânio Quadros e contra a vontade dos ministros militares, que só admitiam sua posse depois de tratativas políticas que o enquadraram: às pressas, instaurou-se no Brasil, em 1961, um regime parlamentarista, que tolhia os poderes do novo presidente. (FICO, 2014, p. 16)

Observa-se, nas palavras do autor, que, de fato, para o então presidente Jango, não foi tarefa simples governar o Brasil, diante de situações em que o poder do presidente foi tolhido, sendo sentidas nas questões de ordem política, econômica e social. Conflitos constantes, já existentes na área rural, se intensificaram no período.

A reforma agrária – cujo discurso era tão ecoado nas classes populares – configurava-se como sendo um dos problemas mais gritantes do momento, uma vez que, no Brasil, havia um modelo em que as propriedades eram concentradas nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Essa realidade levava à concentração também de poder e de privilégios nas mãos de poucos, fazendo com que houvesse cada vez mais o fortalecimento da pobreza, do analfabetismo, da fome, da doença, da subordinação e do isolamento de grande parte da população brasileira.

Nessa mesma linha de pensamento sobre como foi o governo de João Goulart e como se fortaleceram os movimentos sociais, Lucília Delgado (2010) afirma:

Na verdade, manifestações sociais mais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart cresceram em número e diversidade e ganharam maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no

campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. (DELGADO; 2010, p. 126).

Os temores dos grupos médios e da Igreja Católica, provocados pela ascensão de discursos de construção de uma sociedade que combatia as desigualdades e, conseqüentemente, pela difusão de ideais comunistas, levaram o presidente João Goulart a receber apoio popular. Tal realidade fez com que os latifundiários se sentissem ameaçados com as possibilidades reais da implantação de uma reforma agrária e com as tensões que seriam causadas no campo.

Acrescentam-se ainda as preocupações de setores das empresas multinacionais, que se sentiram atingidas com os limites estipulados de remessas de lucros para o exterior, assim como os discursos dos militares a fim de registrar os perigos constantes, que, na sua visão, estariam presentes nas mobilizações populares para a manutenção e garantia da democracia.

Para evidenciar esses aspectos, os autores Ricardo Lara e Maruri A. da Silva (2015) afirmam que:

O presidente João Goulart (PTB) desenvolvia um governo voltado para a promoção da justiça social e da soberania nacional. Sua política [era] de valorização dos direitos trabalhistas, de defesa das reformas de base – agrária, tributária, urbana, educacional e eleitoral – e de independência das relações exteriores, juntamente com a tentativa de limitar a remessa da burguesia brasileira associada ao capital imperialista. (LARA; SILVA, 2015, p. 277).

A partir das palavras do autor, pode-se afirmar que o golpe civil-militar representou, acima de tudo, a resistência capitalista às iniciativas de reformas e de avanços sociais. É, portanto, com base nesse cenário de agitação política que o golpe contra João Goulart se firmou, provocado pelos segmentos mais conservadores. O processo de intervenção militar teve adesão de uma parcela significativa da sociedade civil brasileira e foi reafirmado pelo Congresso Nacional, que – mesmo Jango sendo um presidente constitucionalmente eleito e ainda estando em território brasileiro – oficializou o golpe de Estado.

O governo dos generais fortaleceu uma gestão baseada na eliminação dos elementos com vínculos ou com características que viessem a ameaçar a implantação do

novo regime; como exemplos dessa orientação, houve a Operação Limpeza⁴⁴ e a Operação Condor⁴⁵. É, portanto, “por meio da violência que os setores reacionários aturaram, com prisões de lideranças, torturas e assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção dos sindicatos” (LARA, SILVA, 2015, p. 278).

Nesse íterim, partidos políticos foram dissolvidos, adotando-se o sistema bipartidário, com a finalidade de reprimir todo e qualquer tipo de contradição parlamentar. Acrescentam-se ainda as medidas de exceção, que foram firmadas de modo a controlar qualquer tipo de antagonismo político; como foi o caso do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968.

Esse Ato Institucional foi seguido pela perda de mandatos de parlamentares eleitos democraticamente, mas contrários aos interesses dos militares; pela intervenção direta do presidente nos estados e municípios; pela suspensão de garantias constitucionais; pelo fim do *habeas corpus* para crimes políticos, entre outras medidas. Assim, o período passa a ser classificado como o verdadeiro golpe dentro do golpe.

Diante de diferentes cenários, uma série de discursos se instalou no Brasil em 1964. O intuito era justificar e convencer a população brasileira da inevitabilidade de deflagrar um golpe de Estado, que teria o intuito de restabelecer a ordem no país. Para os militares, o governo se deixava levar cada vez mais pela “subversão” e pelos ideais comunistas. Nesse sentido, o Ato Institucional N. 1 já destacava que: “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país” (BRASIL, 1964).

Para um grupo específico de militares, a concepção de “bolchevizar o país” era uma realidade carregada de simbologias. Em tempos de Guerra Fria, transformar o Brasil em um país comunista refletia um fortalecimento do estrangeirismo. Essa situação não poderia ser aceita, uma vez que corromper a sociedade brasileira, marcada por tradições, como a do cristianismo e a do liberalismo, seria como acabar com a pátria e a família.

A defesa do cristianismo era apontada como de responsabilidade das mulheres mães e donas de casas. Segundo Mateus Torres (2010, p. 94), eram as mulheres “que não

⁴⁴ O novo regime, com a justificativa de instaurar a ordem social, instituiu, através de decretos, o Ato Institucional n. 1 (AI1), de 9 de abril de 1964, que tinha a finalidade de cassar os mandatos de diversos políticos, eleitos democraticamente, mas da linha de esquerda. Esse período foi marcado pela repressão, pelas prisões e pela tortura. O tema pode ser aprofundado no artigo de: ALMEIDA (2019).

⁴⁵ No ano de 1975, foi criada a Operação Condor, com o objetivo de tornar-se um sistema integrado de troca de informações entre os países do Cone Sul das Américas, a fim de que essas informações servissem para deter os opositores ao regime militar, onde quer que estivessem. Esse tema pode ser mais bem compreendido no artigo de Leonardo Marmontel no artigo Operação Condor: A internacionalização do terror (2014).

poderiam deixar seus filhos se desviarem da moral e da ordem que devem reger as situações políticas e familiares no Brasil”. É com base nessas concepções que se registram o movimento das mulheres em defesa da tradição, levando-as, portanto, às ruas para se manifestar contra o “comunismo ateu” que fragmentaria as milhares de famílias brasileiras.

É pertinente reafirmar que, não somente no Brasil, mas em todos os países do Cone Sul, os golpes de Estado foram implantados. Para Hernán Ramirez (2012, p. 63), os golpes “não foram eventos exclusivamente militares, a participação civil foi fundamental, seja no processo de deslegitimação dos governos democraticamente constituídos, seja na sua interrupção por vias de fato e na constituição e legitimação dos governos autoritários”.

Contudo, é necessário apontar que também houve mulheres que lutaram contra a ditadura militar, rompendo com papéis históricos impostos socialmente. Elas participaram diretamente de movimentos sociais na luta por mais direitos e liberdade, como foi o caso de Maria José Camargo Aragão, no contexto maranhense.

Ainda nas palavras de Ramírez (2012), a implantação da ditadura militar não está relacionada somente às questões do próprio golpe de Estado. As ditaduras militares são frutos de um longo processo, que envolve movimentos anteriores, que perduram por longo período.

Diversos setores da sociedade civil estiveram na primeira fila durante os golpes de Estado e nos governos autoritários. Esses foram setores que se constituíram *a posteriori*, apoiando os governos ou deles participando diretamente; algumas vezes, de forma mais aberta, outras, de forma mais encoberta.

Outro aspecto que se evidencia com a implantação do regime militar no Brasil é o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e sociais.

Os direitos trabalhistas e sociais sofreram retrocessos com a implantação da ditadura civil-militar em 1964. [...] apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional [...], conteve o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base. (LARA; SILVA, 2015, p. 122).

Para os autores, é concreto o desejo de boa parcela da sociedade de não permitir avanços na política brasileira. A negação dos avanços se dá com o enfraquecimento dos

movimentos sociais, e, conseqüentemente, com o fortalecimento do imperialismo norte-americano, que conseguiu adeptos nos mais diferentes estratos da sociedade.

É oportuno mencionar que, nos anos de 1968 a 1973, o país viveu o milagre econômico. Ele foi representado pelo crescimento das exportações de forma vertiginosa, bem como pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e pela queda da inflação. Esse período foi marcado pelo início de obras relevantes para o Brasil, a exemplo da Ponte Rio-Niterói, da usina de Itaipu e da rodovia Transamazônica, o que possibilitou que se fizessem leituras de que a nação brasileira passava por um processo de grande expansão.

Contudo, mesmo com a expansão econômica de setores da sociedade, esse crescimento era caracterizado por uma modernização conservadora, que fortalecia as desigualdades entre ricos e pobres. E pode-se afirmar que os efeitos desse processo de desequilíbrio social, que evidenciava as diferenças sociais, só não se tornaram mais evidentes – com possíveis greves e manifestações diversas – devido ao fato de a sociedade viver sob o controle de uma ditadura militar.

Em relação às influências e conseqüências da ditadura militar no cenário brasileiro, o Maranhão consta na relação dos estados onde os anos de chumbo deixaram registros. A capital São Luís foi sede da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), órgão vinculado à Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão, o que demonstra a preocupação do governo do período em monitorar e acompanhar, através do Sistema Nacional de Informação (SNI), as movimentações políticas e civis no estado.

O material referente ao Sistema Nacional de Informação (SNI), que trata do período da ditadura militar, encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), órgão ligado à Secretaria de Estado da Cultura. Esses são documentos que pertenceram ao DOPS e que foram divididos em mais de 12 séries, separadas por assuntos. São eles: atividades políticas, entidades religiosas, sindicatos, ministérios, atestados de ideologia política, estudantes, documentos expedidos e recebidos, subversão. As pastas com as documentações estão compostas de fichas de integrantes identificados como subversivos, panfletos convocando os trabalhadores para manifestações, recortes de jornais diversos que eram distribuídos pelos “comunistas”, informes da Polícia Militar sobre cursos de formação sindical, cópias de atas de reuniões de associações e sindicatos, relação de “comunistas” que constava no Livro do Partido Comunista do Brasil, apreendido na sede da organização, ofícios do Diretório Central dos Estudantes da UFMA, informes dos movimento estudantil.

Os documentos serão utilizados para compreender de forma ampla as principais temáticas que fizeram parte das disputas ideológicas do PCB, e que contou com a presença de Maria Aragão e outros militantes comunistas de forma direta e/ou indireta, bem como seu envolvimento em diferentes contextos sociais, como associações, sindicatos e grupos estudantis da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Os documentos presentes no APEM serão de relevância por trazerem ainda recortes de jornais com pautas defendidas pelo partido comunista no Maranhão em diferentes contextos políticos, além de evidenciar pautas de reuniões e debates realizadas em várias entidades na qual o PCB participava diretamente.

4.2 O PROTAGONISMO DE MARIA ARAGÃO DURANTE A DITADURA MILITAR: MILITÂNCIA, PRISÕES E TORTURA

A repressão durante os anos da Ditadura Militar no Maranhão se fez bastante presente. Segundo Benedito Buzar (1998), o Golpe Militar foi amplamente incorporado nas políticas de estado pelo então Governador do Maranhão, Newton Bello. Sobre as decisões do então Governador durante a implementação do governo ditatorial, Buzar afirma: “No dia 4 de abril, patrulhas do 24º Batalhão de Caçadores cercaram o Edifício São Luís (...) onde estavam instalados o inexpressivo Partido Comunista e dali retiraram material de “teor subversivo” (BUZAR, 1998, p. 445).

Quando o Golpe Militar de 1964 aconteceu, umas das primeiras atitudes de Maria Aragão foi mandar avisar a todos os jovens que ela teve contato durante os trabalhos de formação comunista, que dissessem, caso fossem abordados pela polícia, que eram tão somente líderes estudantis e não comunistas. O golpe não livrou os jovens estudantes da perseguição e da prisão. Muitos dos que tiveram contato com Maria foram presos antes mesmo dela (ARAGÃO, 1988, p. 116).

É relevante destacar que os “jovens” que tinham aproximação com Maria eram em sua grande maioria ligados a União Maranhense de Estudantes Secundaristas – UMES e outros movimentos, todos vinculados a ela por meio da educação comunista. Maria se dedicava à formação de adultos e jovens, mas via com entusiasmo o trabalho com os jovens. A educação/formação comunista que implementava era sem dúvida fruto dos conhecimentos adquiridos no curso comunista na URSS, somada às experiências de quase 20 anos que já militava no PCB do Maranhão.

Não há dúvidas que Maria soube usar de sua experiência como professora para realizar um trabalho de formação comunista com mais êxito entre jovens, trabalhadores de fábricas, sindicatos e outros. Para ela, a relevância dos cursos comunistas que realizava eram muitas, pois acreditava que muitos dos comunistas não estavam por ideologia no PCB, mas por entusiasmo, ou seja, eram militantes entusiastas, muito deles motivados por familiares envolvidos no partido, ou mesmo porque queriam segui-la. (FRANCISCO, 1992, p. 145). Não há dúvidas que sua experiência na URSS, foi de grande relevância para compreender que a importância de cursos de formação comunista para militantes políticos. Para Maria, participar da formação teórica era uma outra forma de mostrar caminhos para a revolução, fugindo do modelo de revolução pela guerrilha.

Ao lembrar sobre o papel que realizava como educadora no partido para os companheiros, lembra do curso ministrado àqueles que residiam ao longo da estrada de ferro, entre a capital São Luís e o município de Caxias-MA. Segundo ela, após os trabalhadores terem adquirido conhecimentos sobre as teorias marxistas que, pela primeira vez, conseguiram reivindicar e ter suas férias concedidas pelos patrões.

A educação comunista que aqui fazemos referência é para Amanda Oliveira e Éder Silveira (2017, p. 21) “um exemplo de educação não formal, pois estava fora dos encargos e do controle do Estado, marcado por intencionalidade”. Acrescenta-se que a educação não formal de comunistas no Brasil era conhecida e reconhecida pela polícia militar. É o que nos sugere o inquérito da Polícia Militar 709, que trata do trabalho de educação do PCB. Era o trabalho de educação que levava a sobrevivência do partido, era o mecanismo que possibilitava os militantes estarem preparados para as diferentes tarefas que assumiam dentro do partido comunista.⁴⁶

Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, Maria recorda que como sua prisão não foi imediata, teve a oportunidade de receber convite de um contrabandista, que ofereceu seus serviços para tirá-la do país. Sobre esse momento menciona: “Ele tinha um barco preparado para zarpar: Eu te levo pra lá, sã e salva. Respondi: Meu amigo, quero ser presa cem vezes como comunista, mas não quero ser presa sequer uma vez como contrabandista”. (SALGADO, 1988, p. 9). Mais uma vez é comprovado que a rede de amigos e conhecidos de Maria Aragão tinha alcance com dimensões amplas. Vale lembrar que antes do momento de sua primeira prisão (quando ocorreu essa prisão?

⁴⁶ Informações retiradas do Exército Brasileiro. IPM 709 (Inquérito Policial Militar nº 709). O comunismo no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967.

Precisa lembrar o leitor), recebeu apoio de agentes da polícia que a alertaram sobre o que estava para acontecer.

Em relação a não se ausentar do Brasil, podemos considerar que suas palavras demonstram a seriedade que dava ao seu trabalho dentro do PCB e dos ideais que defendia como militante política. Ainda que estivesse em pleno período de um golpe militar, não se submeteu a abandonar os camaradas e, de forma especial, os jovens a quem buscou ter relações de aproximação. O receio de perder o reconhecimento das pessoas que a viam com respeito e admiração, com história registrada de militância comunista e de prisões no Maranhão, levantando a bandeira dos ideais comunistas, foram, talvez, fortes motivações para não fugir.

Para tanto, outras reflexões surgem em torno do fato de Maria Aragão não ter fugido. Quais outros motivos ela teria para não procurar ajuda de outros integrantes do partido, e assim evitar sua prisão? Teria ela medido as consequências de uma prisão em pleno período de um golpe militar? Ainda que fosse médica conhecida no Maranhão, somente essa condição lhe colocaria em condição de privilégio?

Não podemos deixar de pensar que no histórico da primeira prisão de Maria, a mesma não foi colocada em condição de maus tratos ou que tenha passado por qualquer situação de tortura. Inclusive é pertinente lembrarmos que a prisão lhe trouxera mais benefícios, pois passara a ser reconhecida pela Direção Nacional do PCB recebendo grande apoio da população, o que a levou a ter um crescimento significativo no número de clientes, oportunizando a ela melhores opções de trabalho como médica ginecologista.

A prisão de Maria, contudo, não demorou muito. Tão logo instaurou-se o governo militar, em 05 de abril de 1964 entraram em sua casa Sargentos, Tenentes e Soldados, todos armados com metralhadoras que lhe deram voz de prisão. Ela morava em uma casa de sobrado, e, antes mesmo de ser levada presa, foi até uma das janelas da casa e gritou para que toda a vizinhança pudesse ter conhecimento do que lhe acontecia. Aos gritos, dizia que “um grupo de covardes, armados até os dentes, [invadiram minha casa] pra me prender, pra prender, uma mulher desarmada. Eles são tantos e estão aqui armados de metralhadora, para prender essa mulher desarmada”. Maria, com medo do que pudesse acontecer, pediu que os vizinhos procurassem um advogado. (ARAGÃO, 1988, p. 117).

Nos depoimentos dados aos militares, ela cita que deixou os três filhos Sebastião, Sônia e Simone, aos cuidados de sua empregada, Joci. Sobre a prisão, narra os seguintes detalhes:

Fui para o quartel, onde fui interrogada. Tinha um capitão muito metido e começou a fazer perguntas, e eu ia respondendo às perguntas, que eu era, o que eu fazia, me identificando. Quando ele quis entrar, fazer perguntas sobre o partido, eu disse: agora o Senhor vai parar, porque eu não vou responder nenhuma palavra. [...] Aí ele deu um grito, bateu com um murro na mesa. Eu disse assim: não grite comigo. Ele respondeu: eu sou autoridade, sou um oficial do Exército. E eu batendo um murro também na mesa, berrei: Eu também sou outra autoridade, sou uma líder comunista (ARAGÃO, 1988, p. 118).

Fica evidente que os ânimos no momento do interrogatório se alteraram. A situação ficou insustentável, motivo que levou o adiamento do seu depoimento. Maria permaneceu na prisão durante três meses mesmo sem um julgamento. Foi solta, mas, em dezembro do mesmo ano, ela e outros camaradas retornam à prisão. Sobre o Inquérito Policial Militar – IPM, nº 30/65 ela afirma que este “estava malfeito, não tinha nada, não tinha nenhum crime de que me acusassem” (ARAGÃO, 1988, p. 118).

Na segunda prisão, sua defesa foi realizada pelo advogado Henrique de La Roque, que nesse período era Deputado Federal pelo partido da Arena⁴⁷. La Roque foi fundamental para ajudar os políticos que tiveram direitos políticos cassados⁴⁸ no Maranhão: “Arranjava dinheiro para dar para os cassados, e alguns viajaram para fora do Brasil, graças a ajuda de La Roque” (ARAGÃO, 1988, p. 119).

Para pagar um advogado após a prisão em dezembro de 1964, Maria afirma que precisou vender algumas de suas coleções de livros e discos. Conta que também foram presos nesse período Bandeira Tribuzi, Nicolau Dino e outros nomes de influência política da cidade de São Luís. Novamente aqui, Maria faz menção à rede de amigos e conhecidos, provavelmente todos ligados ao PCB ou ao ideário comunista.

Na avaliação de Maria Aragão, os envolvidos no mesmo processo que a levou a prisão, como Tribuzi e Nicolau não se deram por posicionamentos políticos partidários de esquerda. Tribuzi era homem de confiança de José Sarney e chegou ao Maranhão para fortalecer o golpe militar, pois seria o candidato a Governador do Estado. Com a prisão de homens da confiança de José Sarney, Maria foi diretamente beneficiada para que

⁴⁷ Com o Ato Institucional Nº 2, em outubro de 1965, os partidos políticos foram extintos, e entra em vigência o sistema bipartidário, com a existência de um partido governista, denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e do partido opositor, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁴⁸ Os anos iniciais do regime militar em 1964, foram marcados por banir os adversários por meio de cassação de mandatos e direitos políticos. As cassações foram seguidas de perseguições, instaurando entre a população brasileira um clima de insegurança e prisões, o que levou várias lideranças de partidos de esquerda para o exílio. Sobre esse tema, ler artigo de Denise Ribeiro, O exílio da esquerda pré-1964: a anistia e os indesejáveis.

tivesse sua liberdade garantida. Os advogados que fizeram a defesa de Tribuzi e Nicolau foram os mesmos que fizeram a defesa de Maria Aragão, já que o Inquérito Policial registrava a prisão de “Maria José Aragão e outros”.

As circunstâncias das prisões no ano de 1964 envolviam Maria em um movimento no município de Pirapemas/Maranhão, em que terminou com a morte de um militar. Em sua defesa, ela argumentou que durante o episódio em Pirapemas/MA, ela estava na Europa, situação que foi comprovada por seu passaporte. Somente no ano de 1965 ocorreu o julgamento, sendo o processo arquivado.

Sobre os percursos do Inquérito Policial que envolveu Maria Jose Aragão, José Tribuzi Pinheiro Gomes e outros, todos residentes e domiciliados em São Luís, é fundamental algumas informações que demonstram as motivações do arquivamento do processo.

Imagem 14: Capa do Processo de Recurso Criminal nº 4200 de Maria José Aragão, datado de 1966.

cópia 2 volumes - 1 anexo

19 66



Superior Tribunal Militar

N.º 4 200

ESTADO DO CEARÁ

Relator: Sr. Ministro

DR ROMEIRO NETO

RECURSO CRIMINAL

Recorrente: A Prom. da Aud. da 10ª RM

108

107

ARQUIV

Recorrido: O Despacho do Dr. Auditor que deixou de receber a denúncia oferecida contra MARIA JOSÉ ARAGÃO, WILLIAM MOREIRA LIMA, JOSÉ TRIBUZI PINHEIRO GOMES, JOSÉ MARIO MACHADO SANTOS, MANOEL VERA CRUZ RIBEIRO MARQUES, ARIOZINO FURTADO, AUGUSTO MARQUES, JOSE BENTO NOGUEIRA NEVES, BENEDITO MARQUES TEIXEIRA e LEOPOLDO VIRTUDE BOGEA, incusos na Lei n. 1802/53, arts. 2º itens I e II; 5º, 9º, 10º, 11º letra a e b; 12º, 13º e 17º.

AUTUAÇÃO

Em 18 dias do mês de julho de 19 66

neste Superior Tribunal Militar fez a presente autuação.

Selo Sr. Dr. Diretor Geral:

CARMILDE ARARIPE
Oficial Judiciário

Fonte: Processo do Superior Tribunal Militar de Recurso Criminal Nº4200, de 1966.

De acordo com o Recurso Criminal do Superior Tribunal Militar⁴⁹ fica evidente que o processo que levou à prisão de Maria Jose Aragão precisava ser encerrado por ter sido mal redigido, não apresentando provas suficientes de que se tratava de um Crime de Segurança Nacional.

⁴⁹ Recurso Criminal do Superior Tribunal Militar nº 4.200, de 18 de julho de 1966, tendo como Recorrente “A Promotoria da Auditoria da 10ª RM” e que tem como Recorrido “O Despacho do Dr. Auditor que deixou de receber a denúncia oferecida contra Maria José Aragão, William Moreira Lima, José Tribuzi Pinheiro Gomes [...], incurso na Lei n. 1802/53, arts. 2º itens I e II, 5º e 9º, 10º, 11º letras a e b; 12º, 13º e 17º”, nos coloca diante dos autos inclusos do Recurso Criminal.

A defesa realizada pelo então advogado Dr. Henrique La Roque e que consta anexada ao processo, nos permite apontar algumas das arguições utilizadas com base na decisão do Ministro Militar – (MM) Juiz Auditor da 10ª Região Militar:

“1. Os pacientes, em consequência do movimento de 31 de março de 1964, foram recolhidos presos ao Quartel da Guarnição Federal de São Luís do Maranhão, em 5 de abril daquele ano, sob a acusação de prática de atos subversivos. Postos em liberdade cinquenta e dois dias depois, respondiam a inquérito policial militar na mesma Guarnição, quando, em 2 de dezembro do mesmo ano, tiveram novamente decretada a sua prisão preventiva, que teve a duração de cinquenta e um dias e se convolou em liberdade vigiada desde 21 de janeiro de 1965 até janeiro de 1966. 2. Procedido o inquérito policial militar, foi o mesmo enviado à Auditoria de Justiça da 10ª Região Militar e a douta Promotoria, depois de minucioso exame dos autos, concluiu pela possibilidade de enquadramento dos fatos apurados apenas nos casos dos arts, 11 letra a e 12 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. [...] 4. O MM. Juíz Auditor da 10ª Região Militar rejeitou a nova denúncia, qualificando-a de planos como confusa, contraditória, inexata, chegando até em alguns trechos a não fazer sentido algum. [...]”⁵⁰

A defesa realizada pelo então advogado Dr. Henrique e que consta nos autos do Recurso Criminal nº 4.200 Estado do Ceará, confirma os depoimentos de Maria Aragão, ao citar que não existiam provas suficientes dentro do processo. Não ficou evidenciado nos autos de que suas atividades políticas no PCB se caracterizavam como crime, não havendo necessidade de julgamento ou qualquer condenação pelo Tribunal Superior Militar.

É também comprovado os argumentos de defesa do advogado referente a prisão de Maria Aragão e outros, na “Correção Parcial⁵¹” do Supremo Tribunal Militar nº 810, Estado da Guanabara, de 12 de março de 1965, conforme registro abaixo:

⁵⁰ Superior Tribunal Militar nº 4.200, Estado do Ceará. Recurso Criminal. Arquivo da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar

⁵¹ A Correção Parcial torna-se necessária quando há inobservância de normas processuais, não havendo outro mecanismo jurídico com finalidade de saná-la.

Imagem 15: Capa do Processo do Supremo Tribunal Militar nº 810, de Correição Parcial de 1965.

19 65



Superior Tribunal Militar

N.º 810

GUANABARA
Relator: Sr. Ministro

DR RIGEIRO DA COSTA
Revisor: Sr. Ministro

CORREIÇÃO PARCIAL

WILLIAM MOREIRA LIMA e outros, requerem C.P. nos autos do I.P.M., a que respondem na Aud. da 10a. R.M.

AUTUAÇÃO

Em 12 dias do mês de março de 1965

neste Superior Tribunal Militar fez a presente autuação.

Fez Sr. Dr. Secretário:

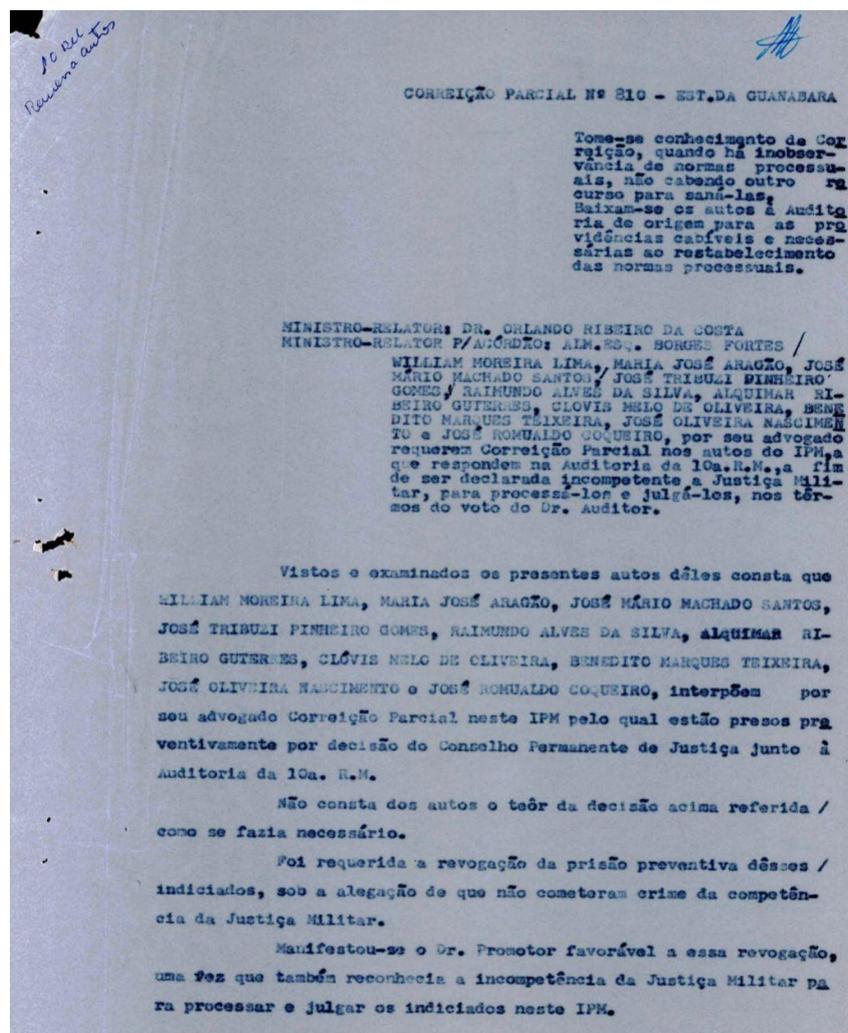
as) Guiomar Freitas
Oficial

SUPERIOR TRIBUNAL MIL
ARQUIVO
Em 31 / 8 / 65

16

Fonte: Superior Tribunal Militar nº 810, de 1965 - Correição Parcial. Arquivo da 10ª Circunscrição Judiciária Militar

Imagem 16: Relatório da Correição Parcial nº 810 em favor de Maria José Aragão.



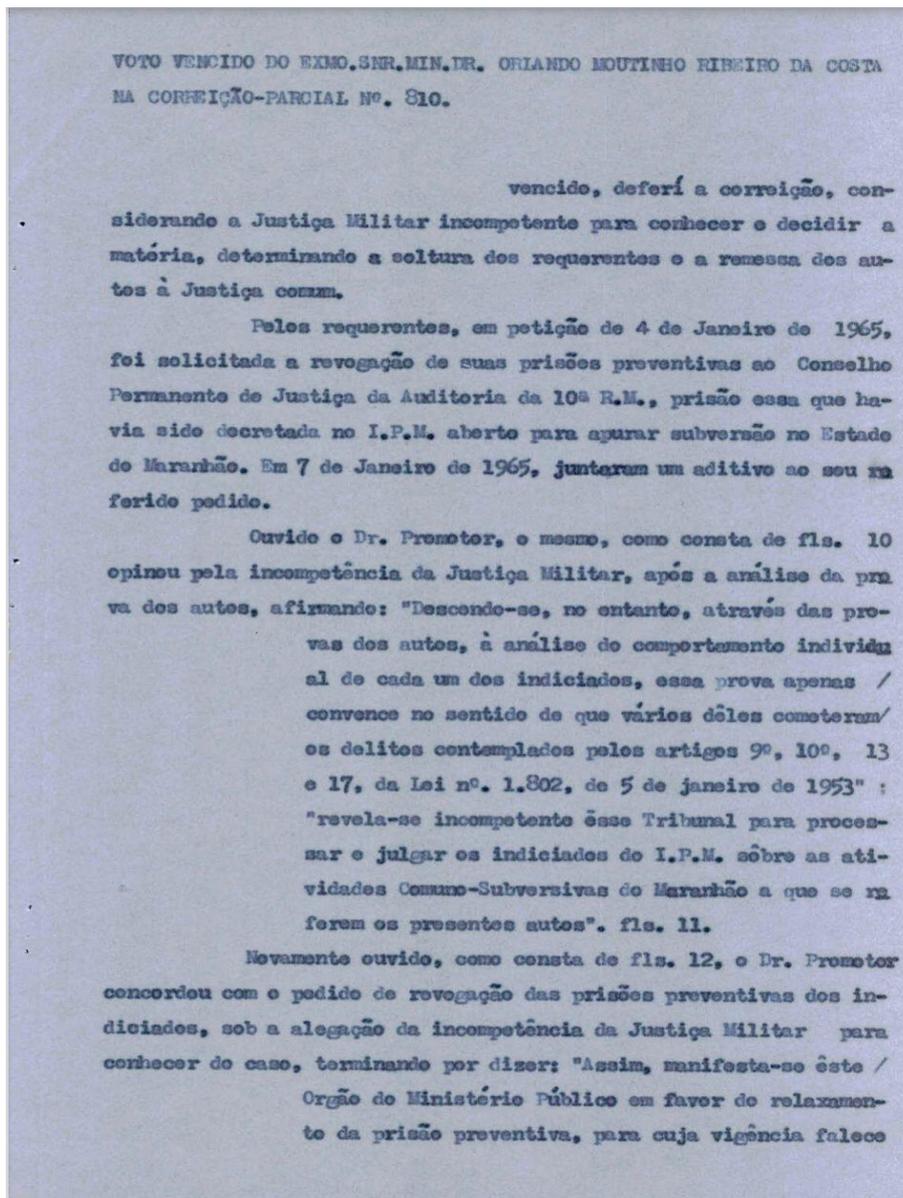
Fonte: Arquivo da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, referente ao processo de prisão de Maria José Aragão, da Justiça Militar, Auditoria da 10ª Região Militar nº 30/65.

A primeira página da Correição Parcial é clara quando aponta falhas do processo, afirmando que “foi requerida a revogação da prisão preventiva desses indiciados, sob a alegação de que não cometeram crimes de competência da Justiça Militar”⁵².

Em documentos anexos ainda nos autos da Correição Parcial, com título “Voto vencido do Exmo, Snr. Min. Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa na Correição – Parcial nº 810”, ficam constatados os argumentos de um dos juízes que fizeram a análise do processo para deferimento do arquivamento.

⁵² Documentos referente a Correição Parcial, nº 810 de 1966, enviado para o Estado da Guanabara. Arquivo da 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

Imagem 17: Parecer do Exmo. Sr. Ministro Dr. Orlando Matinha na Correição Parcial, nº 810 a favor de Maria José Aragão.



Fonte: Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, referente ao processo de Correição Parcial nº 810

O documento acima reafirma a incompetência da Justiça Militar do Maranhão, determinando "incompetente para conhecer e decidir a matéria, determinando a soltura dos requerentes e a remessa dos autos à Justiça Comum", tendo em vista que os crimes identificados não eram condizentes com atividades subversivas. Consta ainda em página seguinte a seguintes argumentos:

No presente caso, embora existam indícios veementes de que a atividade de quase a totalidade dos acusados se orientava no sentido de mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição. Embora existam provas da existência da organização de caráter internacional, o Partido Comunista, não há qualquer indício, por mais leve que seja, não há qualquer elemento no I.P.M. que essa organização internacional tenha fornecido ajuda ou subsídios. O que existe nos autos, ao contrário, é a atuação de elementos, angariando fundos para as diversas células comunistas e que, diante da clareza meridiana do art. 2º, item III, não constitui elemento constitutivo no fato incriminado nesse artigo de Lei, embora possa constituir infração previsto em outro artigo da Lei nº 1.802/53, fora do âmbito da Justiça Militar. Por outro lado, o que parecia indícios de crime previsto no artigo 24 da citada lei, isto é, criação de “bases”, é formação de células do Partido Comunista no meio ferroviário – (fls.). Diante do que ficou exposto, não existem nos autos indícios de infração nos artigos da Lei 1.802/53 que sejam da competência da Justiça Militar e, por essa razão, VOTO pela incompetência da Auditoria da 10ª R. M. para processar e julgar os fatos delituosos narrados no presente inquérito policial militar.⁵³

Maria Aragão, ao ter sua liberdade garantida, volta a fazer sua militância política e a exercer seu papel de médica na cidade de São Luís/MA: “Eu continuava na minha, trabalhando politicamente, aí já foi um trabalho mais clandestino” (ARAGÃO, 1988, p. 125). Após sua prisão, foi necessário que os trabalhos de divulgação do comunismo passassem a ser mais discretos, a fim de não chamar a atenção da polícia.

Contudo, é válido apontar que as disputas internas que passaram a existir dentro do seguimento da esquerda e a repressão da Ditadura Militar, trouxeram como consequência uma redução das atividades do PCB, e, conseqüentemente, seu tamanho em número de militantes. Segundo Maria Aragão, “o Partido caiu no imobilismo, perdendo praticamente todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo no interior. Tivemos depois que juntar os caquinhos, voltando a reunir, a discutir” (FRANCISCO, 1992, p. 156).

Com essa realidade em curso, que representava um problema para o partido não somente no Maranhão, mas em todas as federações brasileiras, as atividades de Maria Aragão dentro do PCB passam a ser voltadas principalmente para a venda de jornais ligados à Direção Nacional do PCB. Realidade que permitiu a sobrevivência do partido e que, anos depois, foi uma das principais motivações para uma nova prisão.

⁵³ Documentos referente a Correição Parcial, nº 810 de 1966, enviado para o Estado da Guanabara. Arquivo da 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

4.3 A MULHER COMUNISTA

Esse contexto da trajetória de Maria Aragão nos chama a atenção diante de tantas situações em que sua condição de liberdade foi colocada em xeque. Maria, uma médica comunista, que foi presa acusada de crime, era, contudo, também mãe de três filhos da adoção, duas meninas e um menino.

Dos filhos da adoção, a primeira foi a de Sônia Maria, a conheceu quando tinha dois anos de idade. Os pais de Sônia eram pobres e chegaram até Maria quando esta já era casada com Alfredo Galvão.

A outra filha, Simone Lucília, chegou na vida de Maria Aragão em momento em que atuava como médica no Posto de Saúde Anil, localizado no bairro Anil, na cidade de São Luís. Maria Aragão trabalhou na comunidade União de Moradores na década de 1950, onde conheceu os pais biológicos de Simone. Segundo Maria Aragão, sempre que a menina a via chegar, corria ao seu encontro, e dizia que desejava que ela fosse sua madrinha. (FRANCISCO, 1992, p. 114). Somente quando já tinha entre 9 ou 10 anos de idade, Simone passa viver com Maria Aragão.

O terceiro e último filho que entrou na vida de Maria, foi Sebastião Rodrigues aos 8 anos de idade. Os pais biológicos de Sebastião se separaram, ficando o filho com o pai. Porém, como esse trabalhava no jornal *Tribuna do Povo* e foi morar em um quartinho, pediu que Maria criasse o seu filho. (FRANCISCO, 1992).

Maria Aragão e Alfredo Galvão formaram uma família dentro dos padrões da sociedade da época, ainda que estes não fossem biológicos. Não existem indícios de que a adoção ocorreu de forma legal, mas foi firmada entres os pais biológicos e as crianças.

Em entrevista realizada com Simone Limeira, no ano de 2019, a mesma afirma que a relação de Maria Aragão com os três filhos sempre foi de muito afeto. Para Simone Macieira⁵⁴, a eterna Dedê, nome carinhoso que chamava sua mãe adotiva, sempre foi dedicada, tendo a mesma uma relação de bastante diálogo com os filhos.

Simone Limeira, a mãe teve sempre preocupação com a vida escolar dos filhos, adotando uma postura mais dura para que todos pudessem seguir uma vida escolar com êxito. Para Araújo (2014, p. 345), “como mãe e educadora humanística, Maria não estabelecia diferença entre os filhos: cobrava-lhes igualmente os estudos. [...] Maria

⁵⁴ Simone Lucília, passa aqui a ser chamada de Simone Macieira, por já adotar nome de casada. Simone faleceu, faleceu vítima de Covid-19, no dia 12 de maio de 2021.

investia em livros, revistas e jornais dos mais diferentes gêneros – tudo para incentivar os estudos dos três filhos”.

É pertinente mencionar que ainda que Maria Aragão fosse uma militante comunista atuante, ela procurou constituir uma família, fazendo com que os filhos recebessem uma boa educação. Para Simone Limeira, a mãe nunca incentivou ou criou mecanismos para que a seguissem nos mesmos posicionamentos políticos, ainda que a mesma também tenha entrado na política, tornando-se vereadora⁵⁵ na 12ª Legislatura da Câmara Municipal de São Luís, entre os anos de 1989 e 1992, pelo mesmo partido que a mãe foi militante por décadas. É certo que o reconhecimento e prestígio que a mãe possuía ajudaram de certa forma na eleição da filha⁵⁶.

Em depoimento, Maria Aragão demonstra como tratava as questões políticas no ceio familiar.

Eu nunca arrastei ninguém para meus pontos de vista, eu vivi e minha vida, era limpa, era transparente. Meus filhos e meus amigos sabiam como era, quem quisesse me seguir, me seguia, porque acho a pior violência para mim é a violência sobre a consciência das pessoas, jamais pedi a um amigo meu que entrasse pro partido, jamais forcei um cliente meu a votar em A, B ou C ou entrar pro partido (ARAGÃO, 1988, p. 127-128).

A militância de Maria Aragão nunca foi desvinculada de sua profissão como médica. Como ginecologista e trabalhando toda sua vida com mulheres pobres, a defesa pelos direitos da mulher e do empoderamento delas também era vivido no núcleo familiar com as filhas.

Ao narrar um episódio da vida de uma de das filhas, destaca sobre o papel da mulher e a relação que a mesma deveria ter com o casamento. “Eu sempre achei que uma mulher não pode viver sem independência econômica, que a coisa mais importante para uma mulher não é o marido. Não que eu seja contra o marido, acho que o amor, que a vida a dois é maravilhosa, mas não que o homem seja fundamental para a mulher. O fundamental é a mulher, é a vida dela” (ARAGÃO, 1988, p. 129-130).

O posicionamento referente ao papel da mulher em relação ao homem era algo que ela defendia tanto para as filhas como para suas pacientes. Por motivos diversos, das

⁵⁵ Simone Limeira foi casada com Roberto de Pádua Macieira, que foi Prefeito de São Luís entre os anos de 1980 à 1983.

⁵⁶ É importante citar que adoção dos filhos de Maria Aragão não ocorreu via processo judicial. Não existem relatos ou documentos que nos leve a defender que a adoção dos três filhos tenha ocorrido nos meios legais da justiça. Foi uma adoção de permissão dos pais biológicos.

várias mulheres que atendia em seu consultório, ela identificava que “as mulheres chegam, as jovens, mulheres adultas, umas já mais velhas, elas chegam menos por doenças físicas do que por doenças psíquicas, por uma dor moral” (ARAGÃO, 1988, p. 130).

Maria Aragão refere-se às mulheres que, por problemas de relacionamentos com companheiros, maridos e namorados, traziam uma carga de sofrimento muito grande, refletindo diretamente na saúde física e psíquicas delas. Acrescenta que sempre aproveitou o contato que tinha com cada uma delas para aconselhá-las a não enxergar a felicidade vinculada à figura de um homem, mas, sim, com a garantia da independência econômica. E por acreditar que a mulher deveria cuidar de sua independência, procurou sempre deixar claro da necessidade de não se submeter à dependência de homens.

É preciso que as mulheres se convençam de que o homem não pode ser o objetivo de sua vida, o marido não pode ser o objetivo de uma vida, o objetivo de uma vida é o ideal que ela possa ter, é o seu estudo e a sua fidelidade a ela mesma. Eu pensei assim, então eu procurei educar minha gente assim, mostrando que deviam ser independentes por elas próprias, para se valorizarem, sobretudo as mulheres deviam se valorizar, acreditar nelas mesmas (ARAGÃO, 1988, p. 130).

Outro aspecto que merece nossa atenção, aparecendo com frequência em suas lembranças em que refletia a respeito do papel da mulher na sociedade e da necessidade da independência financeira, é o nome da mãe Rosa Camargo. Maria sempre faz menção que as mulheres precisam ser independentes e amarem a si próprias. E essa mulher consciente, livre e médica só existiu pelo exemplo e influência da mãe.

4.4 A MÉDICA COMUNISTA E O TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Retomando a trajetória profissional de Maria Aragão, o ano de 1970 torna-se bastante significativo, pois foi nomeada pelo então Governador da época, Antônio Dino⁵⁷, para trabalhar no Centro de Saúde do João Paulo e, logo depois, recebe convite do Secretário de Saúde de São Luís, Josélio Carvalho Branco, para assumir o Posto Médico do Anil, bairro Pão de Açúcar, conhecido por “Pronto Socorro”.

Segundo Marcelo Fontenelle e Silva (2017, p. 102), é iniciado o tempo em que a médica comunista “passa a ter vínculo empregatício formal com o Governo do Estado”.

⁵⁷ O então Governador do Maranhão Antônio Dino havia sido contemporâneo de Maria Aragão. É razoável afirmar que Maria Aragão conheceu Dino antes mesmo de retomar contato já cursando medicina no Rio de Janeiro. Dino formou-se em 1940 e, dois anos depois, em 1942, Maria conclui o curso de medicina.

Assumi o Posto de Saúde do Anil⁵⁸ convicta do grande trabalho que teria que prestar, frente aos problemas existentes para que pudesse organizar o novo ambiente e atender com qualidade a comunidade. Dizia ela aos funcionários ao assumir a nova função: “Vamos fazer disso realmente um Centro de Saúde” (ARAGÃO, 1988, p. 136). Maria, em seus depoimentos, hora chama Posto, em outros Centro de Saúde do Anil, e aqui deixamos claros que ambos tratam do mesmo espaço de saúde.

Toda a dinâmica do posto de saúde do Anil sofreu modificações: “Todos os dias, do horário do trabalho de cada médico, nós vamos estudar, vão ser retirados 10 a 15 minutos para uma palestra com o povo sobre vacina, sobre alimentação, sobre desidratação, todas as coisas mais importante”. (ARAGÃO, 1988, p. 136). A convicção de formação continuada, tão presente em sua militância política, foi a estratégia que encontrou para conduzir a equipe médica e de demais profissionais do Centro Médico do Anil, para, assim, atingir o objetivo de oferecer um serviço de qualidade para os pacientes que chegassem ao Centro de Saúde. Para que a meta fosse alcançada, cobrou da equipe que buscassem formação, e, assim, levassem informações por meio de palestras para a comunidade em torno do Centro de Saúde. A experiência de Maria durante o período que esteve na União Soviética mais uma vez se faz presente em sua profissão. O trabalho de prevenção foi uma das características que chamou sua atenção quando conheceu o modelo de medicina adotado no país comunista.

Para ter o perfil dos moradores em torno do Posto de Saúde do Anil, procurou realizar, junto com a equipe médica, algumas visitas aos moradores. A finalidade era identificar as condições socioeconômicas da população que estaria sendo atendida no Centro de Saúde. Identificou que a região da Vila Palmeira era a que apresentava as maiores incidências de doenças. Para melhorar essa realidade, procurou se aproximar do Clube de Mães e da União de Moradores, e desenvolver um trabalho de educação sanitária com os moradores. As palestras tornaram-se uma das grandes políticas de saúde que ela e a equipe encontraram para fazer um trabalho de prevenção. (ARAGÃO, 1988, p. 136).

Contudo, um aspecto desse trabalho precisa ser evidenciado. Maria tinha compreensão de que ainda que tivesse seu inquérito policial arquivado pelo Tribunal Superior Militar, continuava alvo da polícia militar. Não podemos deixar de lembrar que grande foram os esforços da justiça do Maranhão em condenar Maria Aragão por subversão.

⁵⁸ Os centros de saúde eram de responsabilidades da gestão municipal, contudo, havia relação direta entre a gestão estadual e municipal que realizavam atividades em conjuntos.

Com receio de que suas atividades educacionais com a comunidade em torno do Centro Médico estivessem sendo vigiadas, optou por uma estratégia de envolver toda a equipe médica e demais funcionários: “Pensei o seguinte: sabe o que vai acontecer? Esses filhos da puta vão me prender, dizendo que eu estou fazendo subversão. Então eu envolvi uma série de médicos” (Maria apud MOREIRA NETO, 2015, p. 235). Assim, Maria tentou se colocar em posição mais segura, já que para acusá-la de subversão, precisariam envolver toda a equipe médica que realizava os mesmos trabalhos de educação com as comunidades.

Azevedo (2016), ao realizar entrevista com dona Francisca no ano de 2008, que à época tinha 73 anos e era moradora há cinco décadas na região do Anil, cita as preocupações e cuidados que os moradores deveriam ter com o rio Ingaúra. Acrescenta o autor que “Maria Aragão fez várias reuniões com os moradores para falar sobre as doenças provocadas pela falta de água potável. O Ingaúra foi um dos muitos rios destruídos em São Luís por causa da poluição, um problema que Maria já abordava na época que esteve lá” (AZEVEDO, 2016, p. 110).

O trabalho dedicado de Maria Aragão na região do bairro Anil, fruto da atuação profissional, resultou em uma homenagem no dia 10 de fevereiro de 1973, quando completava 63 anos. Nesta data, Maria foi convocada a comparecer à posse da nova diretoria da União de Moradores do Anil. As motivações para que se fizesse presente era a homenagem que os moradores haviam preparados para ela, como forma de agradecer todo o esforço em fortalecer a comunidade através da assistência dada. Percebe-se que o trabalho profissional como médica e sua atuação política eram de fato práticas cotidianas e conjuntas, o que a aproximava da sociedade sob a perspectiva de diversas temáticas. Era médica que realiza seu trabalho de formação sobre temas da saúde pública, mas aproveitava para levar a população à reflexão a respeito de temas pertinentes à política e condição feminina.

De acordo com Azevedo (2016, p. 111),

O posto de saúde do Anil tornou-se referência para a prefeitura de São Luís. Houve um evento, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, onde o secretário municipal agradeceu em nome do governo, pelo bom trabalho realizado. Ao usar a palavra, Maria criou constrangimento aos presentes. Disse que não trabalhava para o governo, mas sim para o povo. Para completar, falou abertamente sobre o fato de ser comunista. (AZEVEDO, 2016, p. 111).

Diante de tal discurso, Maria parecia não prever que os anos mais difíceis de sua vida ainda estavam por vir. No ano de 1973, uma nova prisão se tornou realidade. Foram tempos em que precisou enfrentar tortura, isolamento e problemas de saúde.

4.5 A NOVA PRISÃO: UM GOLPE PARA A MÉDICA MARIA ARAGÃO

Para compreendermos o contexto de 1973, é necessário retomarmos o ano de 1965. É nesse que o então Presidente Castelo Branco decreta o Ato Institucional Nº 2, o ato que aumentava, segundo Maria D’Alva G. Kinzo (1998), os poderes presidenciais de suspender o Congresso, fazer um governo via decreto e cassar mandatos, assim como viabilizava as eleições indiretas para a Presidência da República, e extinguiu os partidos políticos. De acordo com Marcelo Silva (2017, p. 98), “em outubro de 1965 e, em 1966, com o Ato Complementar nº 4, implantou-se o sistema bipartidário”. Importante destacarmos que reflete o mesmo período que Maria Aragão teve o inquérito policial referente a sua prisão, em 1964, arquivado.

Durantes os anos que prevaleceu o sistema bipartidário, muitos eram os setores da esquerda que fizeram opções diferentes, alguns pela luta armada e outros, pelo fortalecimento da ampla frente democrática. No Maranhão, Maria seguia o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De acordo com Manoel da Conceição Santos (2010) e Raimundo Santos; José Antônio Segatto (2007), ainda que tenha permanecido relativamente mais fraco nesse intervalo de tempo, o PCB exerceu papel de grande relevância na articulação do MDB em vários estados brasileiros.

Ainda que estivesse voltada às atividades no centro de saúde, Maria não deixou de realizar o trabalho de militante comunista, ainda que o momento lhe exigisse maiores cuidados para que não ficasse evidente a realização dessas atividades partidárias. Os anos que se seguiram, até 1973, nos revelam que Maria Aragão continuou tendo suas atividades cotidianas monitoradas por forças policiais, o que resultou em uma nova prisão. Maria, ainda que atuasse na militância política de maneira mais cautelosa, era a principal responsável pela circulação do *Jornal Voz Operária*⁵⁹, e, sem dúvida, não deixou de realizar trabalhos clandestinos de educação comunista.

Em todos os depoimentos que Maria Aragão narrou sua história de vida, cita a data de 16 de maio de 1973. É o enfático dia que grupos de policiais armados da Polícia

⁵⁹ *Jornal Voz Operária* era o principal veículo de comunicação e informação do comando nacional do PCB.

Federal invadiram sua residência às 6h da manhã, mostrando-lhe um documento que afirmavam ser uma ordem de busca e apreensão. Lembra que justificou para os policiais que precisava ir para o Centro de Saúde, mas eles contra-argumentaram dizendo que ela seria ouvida por uma pessoa e que depois a deixariam no trabalho. Antes de seguirem para o local que seria ouvida pela polícia, teve sua casa revirada e vários documentos, revistas, livros e outros pertences apreendidos. Sobre o episódio conta: “Entraram na minha casa, pegaram livros, pegaram revistas, tinha uma mala com lembranças de coisas que eu havia trazido da União Soviética” (ARAGÃO, 1988, p. 144).

Maria Aragão, ao lembrar do momento da prisão, deixa evidente o sentimento de revolta que sentiu. Acreditou nos agentes policiais de que seria somente ouvida na Polícia Federal e que em seguida estaria livre para retornar às suas atividades no Centro de Saúde do Anil. Para sua decepção, não foi o que ocorreu. Passadas mais de 4 horas, em torno das 11h, avisaram que a pessoa que iria pegar seu depoimento encontrava-se ainda na cidade de Teresina-PI. Em seguida foi comunicada pelos policiais que eles a levariam ao encontro da pessoa a quem deveria prestar declarações (MOREIRA NETO, 2015).

Narra que pediu aos policiais para que antes de pegarem a estrada para a cidade de Teresina, precisava retornar para casa para deixar algum dinheiro para os filhos. Os policiais federais a levaram até a sua residência, contudo, ainda que estivesse sob o poder da polícia, afirma não ter acreditado que estava sendo presa. Sobre o episódio, fez o seguinte depoimento: “Eu fui para casa (‘que raiva, pensava que ia voltar no dia seguinte’) peguei a escova, sabonete, duas peças de roupa íntima, deixei dinheiro para a empregada, aí eles me levaram para Teresina” (ARAGÃO, 1988, p. 144).

Narrando a viagem até Teresina/PI, faz questão de mencionar que foi “bem tratada” em todo o percurso pelos policiais. Mas o que ocorreu de fato é que Maria não foi levada para Teresina, mas, sim, para a sede da Polícia Federal em Fortaleza/CE.

Quando eu cheguei em Fortaleza, eu fiquei incomunicável, num lugar horróroso, era uma sala com uma divisão. Eu fiquei lá, numa cama suja, estava incomunicável, na frente era o negócio de tóxicos, e chegava gente a noite inteira. Era um inferno, não se podia dormir. Dias depois chega um sujeito, diz que eu vou sair e me passa uma venda” (ARAGÃO, 1988, p. 144).

Ao ser vendada, narra que revidou, o que levou os policiais a lhe empurrarem, jogando-a dentro do carro. Sobre esse momento de grande tensão, comenta que ficou

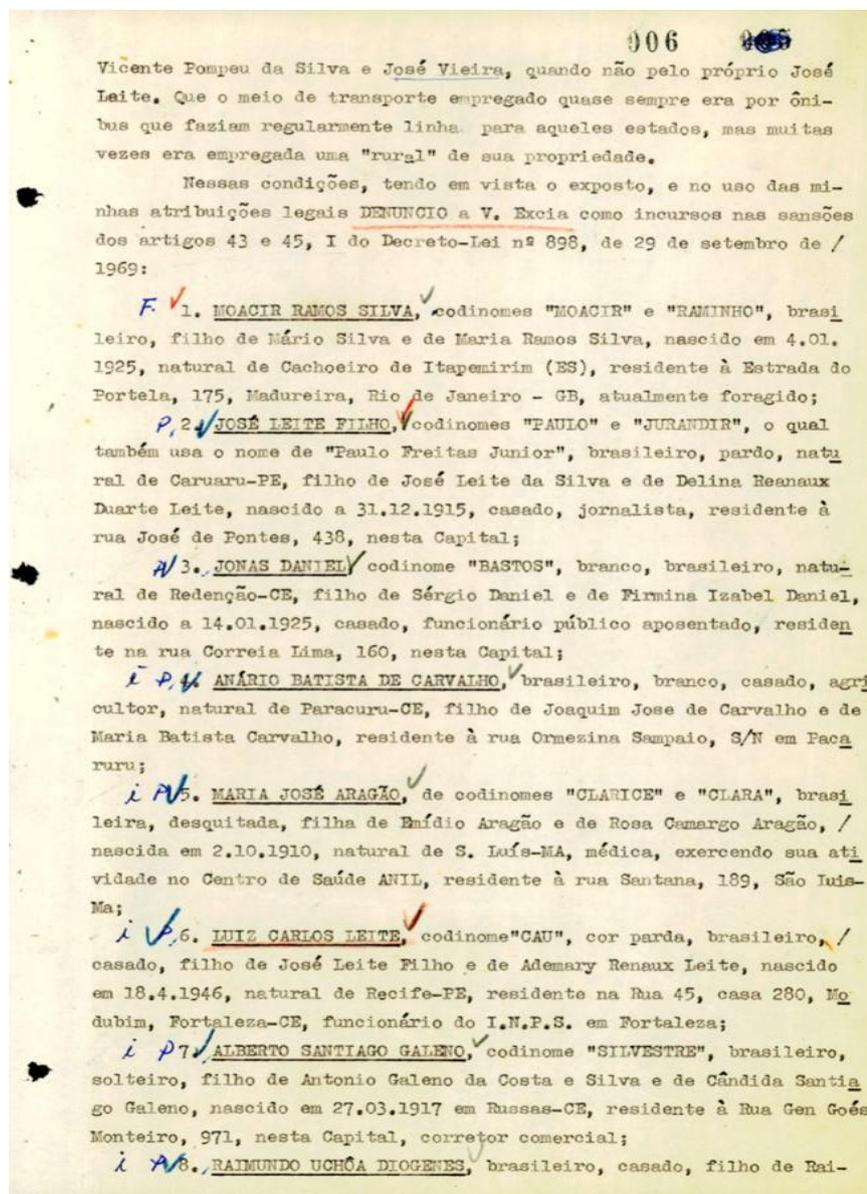
deitada no banco do carro e que permaneceu por horas naquela posição, enquanto o carro circulava pela cidade: “Me deixou num local que não sei o que era. Tenho a impressão de que estava perto do mar porque ouvia o ruído das ondas. No outro dia, ou nesse dia, começou o interrogatório. Esse interrogatório foi muito duro, vendada, queria saber quem era daqui comunista, choque elétrico”. (ARAGÃO, 1988, p. 144).

Segundo Maria Araújo, os momentos do interrogatório foram exaustivos. Estando de olhos vendados, e após horas de inquirição dos policiais, em que negava ou dizia desconhecer sobre os assuntos perguntados, afirma ter chegado um momento em que passou a confirmar algumas informações. Os policiais a questionavam sobre ter participado de uma reunião, que de fato afirma não ter tido conhecimento, porém, já exausta do interrogatório, confirmou sua participação, “Está bem, eu estive na reunião”. (ARAGÃO, 1988, p. 146).

Tão logo confirmou a presença na reunião, foi lhe perguntado quantas pessoas estavam presentes. Como entendeu que a reunião deveria ser importante, já que gastaram horas fazendo perguntas sobre o mesmo assunto, sustenta ter dito que 50 pessoas se faziam presentes. Foi a partir dessa resposta que Maria afirma ter passado pelos momentos mais difíceis do interrogatório: “Ele me deu um choque tão violento e um tapa: Quer debochar da gente?” (ARAGÃO, 1988, p. 146). Não há dúvidas de que Maria Aragão tenha passados por momentos de grande tensão e angústias, estando diante de agentes policiais e sendo interrogada com rispidez.

Aragão, nascida em 02.10.1910, natural de São Luís, médica, exercendo sua atividade no Centro de Saúde ANIL, residente à rua Santana, 189, São Luís-MA".⁶⁰

Imagem 19: Relatório com informações confidenciais dos presos envolvidos no Inquérito Policial nº 18/73 que prendeu Maria José Aragão e outros.



Fonte: Arquivo da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão e outros

⁶⁰ Inquérito Policial nº 18/73, provocado pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF.

Imagem 20: Registro de Maria José Aragão da ficha criminal do Inquérito Policial.



Fonte: Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão e outros.

De acordo com os documentos em anexo no Inquérito Policial nº 18/73, o objetivo era identificar e comprovar que um grupo de comunistas frequentavam a cidade de Fortaleza para participar de reuniões sob o comando de José Leite Filho, membro do Comitê Estadual do PCB, que chegou ao Estado do Ceará, com a finalidade de reorganizar o partido nos estados do norte-nordeste. No Inquérito é citado que:

Dois grandes “ativos” tiveram lugar nesse local, aproximadamente no permoio do período que vai de 1969 a 1971, onde compareceram não só a grande maioria dos membros dos Comitês Estaduais e Municipais, muitos filiados do Partido e simpatizantes, mas também delegações representativas de vários Estados da região norte-nordeste, onde se fizeram destacar as presenças dos representantes dos Estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte, respectivamente, dos médicos Maria José Aragão e Vulpiano Cavalcante de Araújo⁶¹.

⁶¹ Inquérito Policial nº 18/73, provocado pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF.

Como se observa, as reuniões ocorreram no intervalo entre os anos de 1969 a 1971, com representantes do partido dos estados do Norte e Nordeste do Brasil. As razões das reuniões, ainda no documento apresentado pela Procuradora Militar no Inquérito, eram:

- a. Formação de reuniões ou “ativos” onde se procurava encontrar as soluções adequadas no sentido da reorganização / partidárias; b. Estabelecimento de aparelhos (locais destinados aos ativos); c. Aclamação de membros para a formação de comitês; d. Confeção de revistas e panfletos onde se dava divulgação da palavra de ordem do Partido, dos princípios doutrinários que o norteava e onde também se faziam ataques e críticas tendenciosas ao Regime vigente no País e às autoridades constituídas.⁶²

No Inquérito, além de Maria José Aragão, também é mencionado o líder José Leite Filho e mais 26 comunistas, totalizando 28 pessoas no mesmo processo. Entre os acusados, somente aparecem duas mulheres, Maria José Aragão e Maria Lúcia Lima⁶³.

Retomando ao contexto da prisão de Maria Aragão, quando foi torturada com choque elétrico aos 65 anos de idade, a mesma descreve ter sido momentos de dor e angústia. Estando de olhos vendados e ao receber uma carga alta de choque elétrico, não teve condições de permanecer em pé e caiu no chão, suas pernas ficaram sem forças. Contudo, mesmo sem identificar a pessoa, afirma ter ouvido uma voz dizendo: "Cuidado, esse nome é quente. Aí me arrastaram, eu não tinha pernas, foi um choque violento, foram me arrastando até me botarem num canto". (ARAGÃO, 1988, p. 146).

Afirma que após ter sido arrastada e jogada no chão pelos policiais, aproximou-se um homem com o objetivo de medir sua pressão. De imediato indagou se ele era médico, que afirmou não ser. Maria, no entanto, garante que se tratava de um médico. Tendo consciência de que não estava passando bem, apelou: “Tira essa venda dos meus olhos, deixa eu olhar minha pressão. Ele disse: eu não tenho autorização para lhe tirar a venda, eu só tenho autorização para tirar sua pressão, disse que não iria lhe enganar. Bem, ele mediu, eu estava com 23 por 12”. (ARAGÃO, 1988, p. 146-147).

⁶² Inquérito Policial nº 18/73, provocado pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF.

⁶³ De acordo com a ficha de Maria Lúcia Lima, que conta do Inquérito Policial Nº13/73, Maria era clara, brasileira, natural de Progresso, Município de Caucaia-CE, nascida em 01 de junho de 1953, casada, prendas domésticas. Era uma jovem de 20 anos.

Nesta mesma noite foi levada para a sede da Polícia Federal. Já ciente de que sua pressão estava bastante alterada, solicitou que os policiais comprassem a medicação que ela mesma prescreveu sob o seguinte argumento: "Eu preciso desse remédio, eu posso morrer aqui se não me derem esse remédio". A medicação foi providenciada, o que permitiu que sua pressão normalizasse. Após ter sido torturada durante o interrogatório, e ter tido como consequência um alto pico de pressão, Maria Aragão não foi mais torturada.

Aos 63 anos de idade, Maria Aragão cita em seus depoimentos que foi torturada com choque elétrico e que foi esbofeteada, para tanto os detalhes de sua tortura não são revelados em suas narrativas. No Inquérito Policial, nº18/73, dois relatórios de depoimentos de Maria Aragão nos chamam atenção. É relevante citar que, a notificação para depoimentos além do nome Maria Aragão consta mais 27 comunistas que foram presos. Consta no processo dois termos de declarações que observamos divergências de informações. São eles:

Imagem 21: Termo de Declaração 1 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial.

231

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA REGIONAL
BRASIL - DF

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ/Inq.05/73.
TERMO DE DECLARAÇÃO que presta,
MARIA JOSÉ ARAGÃO, na forma abaixo:

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta Capital do Estado do Ceará e na sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, onde se achava presente o Delegado de Polícia Federal, Presidente deste Inquérito Policial, Bel. JAYME RUBSTEIN, comigo Escrivão Auxiliar de Polícia Federal adiante declarado, aí compareceu MARIA JOSÉ ARAGÃO, brasileira, desquitada, filha de Emídio Aragão e de Rosa Camargo Aragão, nascida no dia 10.02.1910 em São Luís-MA, médica, trabalhando no Centro de Saúde ANIL, residente na Rua de Santana, 189, São Luís-MA, onde funciona o consultório da declarante, apresentou Carteira de Identidade, novo modelo, expedida pela SSP/MA sob o nº 108.762 em 27.08.1970, sabendo ler e escrever, a qual inquirida na forma da Lei RESPONDEU: QUE, a declarante, em maio de 1945 assistiu ao grande comércio de São Januário, Campo do Vasco, logo no fim da SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, no qual esteve presente o ex-senador LUIZ CARLOS PRESTES e outros líderes políticos das mais diversas correntes políticas; QUE, a partir de tal comércio, a declarante ingressou no PARTIDO COMUNISTA, digo, no antigo PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, ainda em 1945, no Rio de Janeiro, onde ia vivia há alguns anos. Lá se tendo formada em medicina em 1942; QUE, saiu do Rio de Janeiro em agosto de 1945 indo residir e trabalhar em São Luís do Maranhão; QUE, em São Luís do Maranhão casou-se em 1957, digo, 1947, com ALFREDO GALVAO, jornalista em São Luís do Maranhão; QUE, em 1957 desquitou-se de seu marido, em razão de o mesmo não se adaptar à ideologia esposada pela declarante; QUE, a partir de sua chegada em São Luís, em agosto de 1945, a declarante passou a trabalhar em conjunto com outros jornalistas do país que defendiam a sua corrente partidária, como também da EDITORA VITÓRIA, pertencente na aquela época, ao dito partido; QUE, segundo se recorda, lhe parece ter sido em 1960, que veio a travar contactos mais constantes, digo, a conhecer "PAULO", cujo nome desconhecia, por ocasião do Congresso do Partido Comunista Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, aberto em praça, digo, na Cinelândia e encerrado na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), ao qual esteve presente o ex-senador LUIZ CARLOS PRESTES; QUE, neste ato lhe foram exibidas diversas fotografias, entre as quais reconhece a do referido "PAULO", cujo nome agora está sabendo ser JOSÉ LEITE FILHO; QUE, em 1945, em São Luís do Maranhão, foi fundado o jornal "TRIBUNA DO POVO", do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tipo semanário, e do qual a declarante foi diretora até 1958 ou 1959; QUE, após o congresso de 1960, acima referido, a declarante passou a ter o seu Comitê Estadual do qual a declarante foi integrante; QUE, após aquele Congresso, a declarante passou a ter maiores contactos com "PAULO", isto é, JOSÉ LEITE FILHO; QUE, antes de 1964 a declarante recebia exemplares do Rio de Janeiro, o jornal "VOZ OPERÁRIA", entre 40, digo, 50 a 60 exemplares; QUE, em tal época o jornal "VOZ OPERÁRIA" era registrado legalmente e o recebia por via aérea; QUE, a declarante passou a receber exemplares do jornal "VOZ OPERÁRIA" e revista "ESTUDOS" e "MUNDO EM REVISTA", em períodos diversos, bem re-

Maria José Aragão

Fonte: Arquivo da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão e outros.

O primeiro termo de declarações, datado de 22 de fevereiro de 1973, constam várias informações, contudo algumas serão destaques. Maria confirma conhecer alguns dos integrantes comunistas que foram presos, a exemplo de José Leite Filho⁶⁴ (conhecido pelo codinome Paulo), bem como das viagens que realizava para reuniões com comunistas em Fortaleza, das vendas de Jornais que realizava no Maranhão. Consta nas

⁶⁴ Principal liderança do Comitê Central do PCB que chegou a Fortaleza para fortalecer o partido nos estados do nordeste.

declarações de Maria Aragão todo o histórico de quais circunstância e como atuava enquanto militante do PCB. Seu papel à frente do Jornal *Tribuna do Povo* como fundadora e redatora aparecem como destaque, bem como ela fazendo parte do Comitê Central – CC do PCB. Um fato chama a atenção nas declarações, a afirmação de que a separação com Ex-marido Alfredo, se deu em circunstâncias de incompatibilidade com seu projeto político. Observa-se que as declarações descrevem a trajetória que Maria Aragão narra em seus depoimentos. Contudo é oportuno apontar que estamos diante de um documento que foi construído seguindo um fluxo de um processo judicial, em que Maria Aragão era considerada subversiva, infringindo a Lei de Segurança Nacional – LSN.

Para tanto, o segundo, é um auto de interrogatório, datado de 12 de junho de 1973, ambos do mesmo ano e com diferença de meses, que apresenta fatos precisos da tortura sofrida por Maria Aragão. As declarações são evidentes quanto as humilhações, constrangimento e tortura nas quais viveu tão logo chegou à sede da Polícia Federal de Fortaleza. No auto de interrogatório, Maria declara desconhecer as testemunhas arroladas no processo, que desconhece instrumentos ou objetos que tenha sido apreendido e se relacione com o processo e outros. A declaração não condiz com a declaração de 22 de fevereiro de 1973, em que confirma sua atuação no PCB e confirma ter participado de muitas atividades à frente do partido comunista.

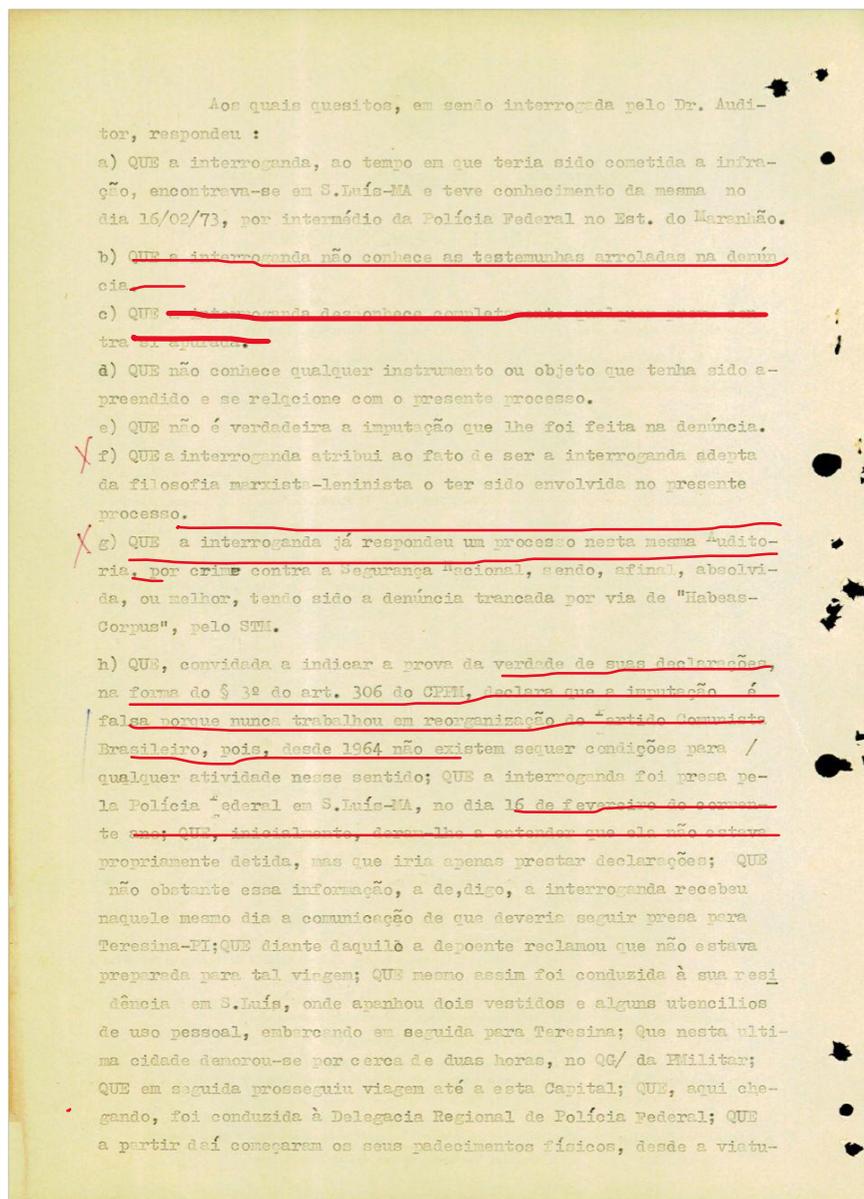
O segundo, é um auto de interrogatório, datado de 12 de junho de 1973, que apresenta fatos preciso da humilhação, constrangimento e tortura nas quais viveu tão logo chegou à sede da Polícia Federal de Fortaleza. Nesse auto, Maria diz desconhecer as testemunhas arroladas no processo, que desconhece instrumentos ou objetos que tenha sido apreendido e se relacione com o processo e outros.

Os documentos⁶⁵ apresentados para conhecer mais sobre a trajetória de Maria Aragão não estão sendo colocados em xeque, e, apesar de representarem a verdade absoluta, tornam-se instrumentos de relevância para conhecer ou confirmar “elementos” de compreensão do que representou o período histórico em análise. Ao tratarmos da documentação produzida em tempos de repressão, devemos pensá-los como aqueles que

⁶⁵ É oportuno apontar que analisar documentos produzidos durante o período da ditadura militar e disponível ao público, é se deparar com um acervo também cheio de lacunas. Seria utópico afirmar a existência de um arquivo ideal, em que nada se perdeu durante o processo de arquivamento, conservação ou até mesmo desgaste provocado pelo tempo. São documentos produzidos em situações, contextos e realidades distintas e muitas vezes questionáveis, em que não podemos afirmar que não tenha ocorrido distorções, erros, enganos e, principalmente, que tenham sido forjados. Segundo James Green (2016, p. 207-215), ao abordar o tema sobre a produção de documentos pelas forças repressoras, deixa evidente os cuidados que um historiador precisa atentar para encontrar “os espaços entre as mentiras”.

foram produzidos por um determinado órgão emissor e com uma finalidade. Para tanto, a veracidade das informações deve ser percebida além do horizonte, ou seja, pela “ultrapassagem do material empírico”, sendo considerado não o ponto de partida, mas o de chegada.

Imagem 22: Termo de Declaração 2 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial.



Fonte: Arquivo da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão e outros

Imagem 23: Continuação do Termo de Declaração 2 prestado por Maria José Aragão no Inquérito Policial

- ls. 2 -

927
[Handwritten Signature]

(Cont. do interrog. da acus. MARIA JOSE ARAGÃO - proc nº 18/73)

desde a viatura em que viajou, onde durante o percurso teve que se manter abaixada e de olhos vendados; QUE durante o trajeto ouviu ameaças à sua pessoa, inclusive referências à uma ação do Comando de Caça aos Comunistas; QUE, enfim, chegou a um lugar que presume ser nas proximidades de uma praia, onde recebeu puxões nos cabelos, bofetões na face, aplicação de choques elétricos e mais insultos e ameaças; QUE proferidas pelos seus captores davam a entender que / aos mesmos não lhes preocuparia nem mesmo a morte da interroganda, se esta viesse a ocorrer, adiantando os mesmos que estavam aparelhados para fornecer o respectivo atestado de óbito, em caso de morte da interroganda; QUE os seus padecimentos chegaram ao ponto tal, que a interroganda já não mais raciocinava, com a devida clareza, / pois de par com estas torturas, ouviu gritos que classificava de ruídos, partidos de uma dependência contígua àquela em que se encontrava; QUE foi-lhe permitido ver, em determinado momento, um dos acusados desta processo, que se encontrava fídico, em estado físico lamentável; QUE isto ainda deixou a interroganda mais atordoada ainda; QUE a interroganda por várias vezes reclamou aos seus captores um tratamento compatível com a sua condição de mulher ou, mesmo, compatível com a dignidade humana; QUE, em resposta, obtinha de seus captores a informação de que se a interroganda não fosse uma mulher de idade, já estaria despida há mais tempo, tal como costumavam fazer com as jovens; QUE dado a idade da interroganda, seus captores, não iriam entreter relações sexuais com a mesma; QUE classificaram a interroganda de "JURTA VELHA"; QUE a interroganda jamais pensou em sua vida receber tratamento dessa natureza que, sabe, contrariaria as declarações das autoridades responsáveis pela administração; QUE diante de todo esse quadro, já não podendo mais tolerar os tormentos, a interroganda aceitou todas as versões que lhe foram apresentadas de seus captores em torno dos fatos investigados".

E COMO NADA MAIS DISSSE E NEM LHE FOI PERGUNTADO, DEU O DR. AUDITOR POR FIM DO PRESENTE QUE DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, VAZ ASSINADO NA FORMA DA LEI.

Eu, *[Handwritten Signature]* Escrivente

Juramentado, datilografado: Eu, *[Handwritten Signature]* Escrivão

Subscrevi: *[Handwritten Signature]*

Fonte: Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão

No depoimento acima, a interroganda descreve todo o terror que viveu durante as horas do interrogatório, tão logo chegou a Fortaleza para dar depoimentos. A descrição cita que recebeu puxões nos cabelos, bofetões na face, aplicação de choque elétrico e mais insultos e ameaças; que sua morte não seria nenhuma preocupação por seus captores, e que já estavam aparelhados com atestado de óbito, em caso de morte; que ouvia gritos pavorosos ao lado do local em que se encontrava, e que lhe foi permitido ver um dos acusados que estava em condição física lamentável. Ouviu de seus captores de que se não fosse uma mulher de idade, já estaria despida há mais tempo, tal como costumavam fazer

com as jovens, que por isso não iriam entreter relações sexuais com ela. Que a classificaram de Puta Velha, e que não aguentando mais os tormentos, aceitou todas as versões que lhe foram apresentadas pelos seus captores em torno do fato investigado⁶⁶.

O segundo depoimento Maria deixa evidenciado que por motivos de não ter mais condições de raciocínio, se viu obrigada a confirmar todos os fatos apresentados pelos policiais, o que de fato não corresponde a primeira declaração datada de fevereiro. Nele, Maria Aragão confirma que participava de reuniões em Fortaleza, que vendia Jornais no Maranhão e que participou de reunião com José Leite Filho, conhecido por ela por nome Paulo, membro da Direção do PCB. Maria ao final cita que por motivos de tantas tormentas que passara, se viu obrigada a confirmar as acusações.

Maria Aragão relembra que durante o interrogatório ouviu de uma pessoa afirmar “esse nome é quente” (FRANCISCO, 1992, p. 161). Diante dos fatos relatados, acreditamos que mesmo tendo passado por momentos de sofrimento, os policiais que a interrogavam sabiam que não estavam diante de uma comunista qualquer, mas de uma médica reconhecida no Maranhão, responsável por um dos Centros Médicos de maior referência na cidade de São Luís, ligada a diferentes classes políticas, além de ter aproximação com a família Sarney. É grande o indício de que Maria, desde sua prisão de 1964, nunca tenha deixado de ser monitorada pelas forças policiais maranhenses.

Outro aspecto que destacamos é que Maria Aragão era uma presa política que merecia atenção pela idade, tanto é que precisou de uma consulta médica por ter apresentado aumento da pressão arterial por conta da torturada sofrida. Com a prescrição de uma receita, solicitou que a medicação fosse providenciada pelos policiais federais, o que prontamente foi atendida. Com esses acontecimentos, mais uma vez encontramos vestígios de que estavam diante de uma mulher com prestígio político no Maranhão. E sua morte seria possivelmente um grande problema a ser enfrentado pela polícia federal, caso ocorresse.

O dia do interrogatório registra também a decretação de sua prisão preventiva. Em depoimentos, narra que, após dois dias, foi enviada para uma prisão que nunca soube dizer o nome: “Era um sanatório judicial, onde vão os tuberculosos. Era um departamento do sanatório, um pavilhão do sanatório, e tinha uma porta de ferro separando, que dava entrada para o sanatório”. (ARAGÃO, 1988, p. 147).

⁶⁶ Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão

No novo ambiente de prisão, afirma ter encontrado outras mulheres, no entanto, as presas políticas eram direcionadas para celas isoladas. Maria Aragão, estando na mesma cela das presas políticas, conheceu Rosa Fonseca, “Uma jovem muito inteligente, universitária, e já estava presa há algum tempo”. (ARAGÃO, 1988, p. 148).

Rosa e Maria construíram uma relação de amizade que, inclusive, perdurou após a saída da prisão. Foi a amiga Rosa que passava todas as informações de como funcionava o cotidiano das presas e das péssimas condições de higiene e de alimentação que eram submetidas. As condições ruins de alimentação levaram Maria a apresentar quadros de desnutrição.

O quadro de saúde deteriorado pelas péssimas condições de alimentação só melhorou quando finalmente sua família, com ajuda de quadros importantes da política maranhense, conseguiram informações de que Maria Aragão encontrava-se presa na Polícia Federal de Fortaleza. Como mencionado, as redes de amigos e conhecidos de Maria eram extensas, e foi com a intervenção do ex-governador, e na ocasião Senador José Sarney⁶⁷, que os familiares puderam ter notícias de seu paradeiro.

No ano 1973, uma de suas filhas adotivas, Sônia Macieira, era casada com o médico Roberto Macieira, que era irmão da esposa de José Sarney, dona Marly Sarney. As relações de aproximação familiares contribuíram para que o Senador pudesse se utilizar da autoridade e privilégios políticos do cargo e adquirir informações que levaram ao paradeiro de Maria.

Mesmo sem poder receber visitas, Maria Aragão recebeu o apoio financeiro da família, passando a ter acesso a produtos alimentícios com o fim de melhorar sua dieta, pois conseguia mandar comprar frutas, queijos e outros. Somente após ter sido encontrada pela família que passou a ter o apoio de um advogado, contratado também pelo genro Dr. Roberto Macieira.

Os desafios durante o período em que esteve na prisão foram os mais diversos. O objetivo de tornar o ambiente da prisão um espaço mais acolhedor, levou Maria Aragão a criar divergências com funcionários da administração da prisão militar. Maria também se apresentou como médica voluntária dentro do presídio, buscando atender as demandas das presas, o que para ela seria fundamental para tirar as mulheres do ócio, já que a falta de uma atividade as levava a brigas internas.

⁶⁷ José Sarney foi Senador pelo Maranhão de 01 de janeiro de 1971 a 15 de março de 1985.

Relata que com auxílio de uma senhora de nome Lourdes, que prestava serviço social no presídio, viabilizou duas situações importantes para a vida das mulheres que se encontravam encarceradas: a primeira, uma geladeira para que fosse colocada na cela; e a segunda, alguma forma de trabalho para ocuparem o tempo das mulheres. Os argumentos utilizados foram que era comum brigas entre elas, e que acreditava que as motivações se davam principalmente porque todas ficavam ociosas. O trabalho logo apareceu, e as presas passaram a costurar roupinhas de crianças, bem como pregar renda e costurar as camisas que já chegavam cortadas. (ARAGÃO, 1988, p. 149).

Outra mudança que ocorreu na prisão e que teve a participação de Maria Aragão foi a organização das celas femininas. Das duas celas que serviam para a distribuição das presas, elas fizeram adaptações: “Nós fizemos dormitório numa cela e na outra cela nós fizemos sala de estar, nós tínhamos música, tínhamos livros para estudar” (ARAGÃO, 1988, p. 150). Para Moreira Alves e Maria Helena (1989), o A.I. 5 criou mecanismos para efetuar prisões sem quaisquer garantias, aumentou a autonomia do executivo delegando todo o poder para suspender garantias políticas e demitir funcionários públicos. Além disso, o Ato Institucional suspendeu o *habeas corpus* e outros direitos. Maria Aragão foi uma das presas políticas que a justiça negou o direito ao *habeas corpus*. Contudo, os anos mais duros para os militantes comunistas do PCB ocorreram entre 1974 e 1975. Segundo Arão Reis Filho (2014), foi nesse período que praticamente a Direção Nacional do PCB foi dizimada ou obrigada ao exílio, levando dezenas de dirigentes estaduais em todo o Brasil, serem presos, torturados e assassinados. Maria enfrentou os anos de chumbo realizando, ainda que de forma mais comedida, a militância política no Maranhão.

No ano de 1977, com o julgamento do processo, Maria Aragão é condenada a 1 ano e 2 meses, ou seja, 14 meses de reclusão como incuso no art. 45, I, Lei de Segurança Nacional (Proc. 18/73). Por já ter cumprido 7 meses em Fortaleza, faltavam ainda mais 7 meses para que pudesse cumprir toda a pena. Contudo, dando provimento a apelação do Ministério Público do Maranhão, o Superior Tribunal Militar tempos depois, reformou a decisão de primeiro grau, majorando a pena para dois anos de reclusão.

De acordo com documentos em anexos no pedido de Livramento Condicional, instaurado em 08 de fevereiro de 1978 e concluído em 12 de dezembro de 1978, Maria Aragão esteve detida entre os seguintes períodos: prisão em Fortaleza de 16/02/73 a 27/08/73 (preventiva), de 08/07/76 a 27/02/77, retornando para o presídio de Pedrinhas em 12/12/77, com término previsto para 12/10/78, data que cumpriria os dois anos de prisão. Em decorrência do pedido de Livramento Condicional, Maria José Aragão teve

Alvará de Soltura publicado pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em 23 de fevereiro de 1978.

Para Maria Aragão, os motivos que a levaram a condenação estavam ligados ao fato de ser uma comunista ativa, que trabalhava na organização do Partido Comunista. Também era representante legal do Jornal *Voz Operária*, sendo, portanto, um dos aspectos que fazia com que fosse vista como subversiva. (ARAGÃO, 1988).

Ainda sobre a decisão de pena de 14 meses que Maria Aragão deveria cumprir na cidade de São Luís, a mesma precisou ficar recolhida em uma sala do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, já que o Presídio de Pedrinhas não tinha celas femininas. Contudo, de acordo com a documentação em anexo, a sala do Quartel da Polícia Militar era um local “de total desconforto, que para fazer uso do banheiro precisava percorrer 100 metros, e para o aparelho sanitário, cerca de 50 metros, ambos em pavimento acima de onde encontrava-se alojada”⁶⁸

Nos autos do processo de Livramento Condicional, referente ao Inquérito nº18/73, conta anexado uma Declaração do então Diretor do Hospital Aldenora Bello, Dr. Antônio Jorge Dino e Ex-governador do Maranhão, afirmando que os trabalhos da Dra. Maria José Aragão se tornavam indispensável ao bom andamento do serviço no trabalho do Ambulatório do Hospital, no trabalho de Prevenção de Câncer Ginecológico. Importante citar que, após prisão de Maria no ano de 1964, ela passou a desenvolver suas atividades principais de médica no único Hospital de Câncer do Maranhão “Aldenora Bello”. Só ficou impedida de atuar no campo médico quando do retorno para a prisão no ano de 1973.

Enquanto esteve presa na sede do Quartel da Polícia Militar de São Luís, a defesa de Maria Aragão alegava que o quartel não atendia as condições peculiares de saúde e idade. Com isso, a defensoria trabalhava com o recurso requerendo sua transferência para o trabalho integral no Hospital Aldenora Bello, sem qualquer comprometimento de ordem empregatícia ou remuneratória, e ainda que estivesse sob a vigilância da polícia e não pudesse se ausentar do hospital.

Uma carta a punho de Maria Aragão para o Secretário de Segurança do Estado do Maranhão, Coronel Carlos Alberto, em 16 de julho de 1976, reforçava o pedido da defensoria, alegando que não havia condições estruturais no Quartel Militar. Assim,

⁶⁸ Defesa do Advogado Dr. Pádua Barroso, datado de 14 de julho de 1976, anexado ao Processo nº 18/73 de Execução de Sentença, fl. 1 da Justiça Militar Federal, Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF

poderia cumprir a pena realizando trabalhos no Hospital de Câncer, na qual desenvolvia atividades de grande relevância para a saúde pública do Maranhão.

Imagem 24: Carta a punho de Maria Aragão para o Secretário de Segurança do Estado do Maranhão, Coronel Carlos Alberto, em 16 de julho de 1976.

Slb. nº 35
[assinatura]

Dr. Maria
C.E.M. [número]
Rua de [número] [cidade] 05-07

S. Luís, 16 de julho de 1976
S.º. Cel. Carlos Alberto S. Qualific
O.º. Secretário de Segurança

Seu coronel.

Peco sua ajuda para
melhorar minha situação, no
sentido de ser transferida para um
hospital.

Não tenho nada contra a
Polícia. Pelo contrário, o tratamento
é ótimo mas o alojamento apresenta
problemas, que são graves para o
meu caso.

Evitando a consulta queira trazer esta receita
O banheiro e o sanitário
são muito distantes da cela.
Para tomar banho, tenho de

Fonte: Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão

Imagem 25: Continuação da carta a punho de Maria Aragão para o Secretário de Segurança do Estado do Maranhão, Coronel Carlos Alberto, em 16 de julho de 1976

Fls nº 36

Dr. Maria José Aragão
—MÉDICA—
C.R.M. N.º 150 C.P.F. 004469203
Rua de Santana, 189 — Fone: 2-05-07
São Luís — Maranhão

subiu vinte degraus e pusei
um longo medo.

O sanitário também é distante
da cela, mas não são escadas.
Esta localização que parece
insignificante, está me criando
problemas de saúde.

Sou portadora de sardas,
patia hipertensão e ameaço
a sofrer para subir escada.
Tento ser fácil a trans-
ferência para um hospital.
Eu permaneci fechada,
com o celular à porta.

Volando a Consulta queira trazer esta receita.
Conto com senhor e aguardo,
uma atenção.
Grate - Maria José Aragão

Fonte: Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, referente ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão

Transcrição da carta a punho de Maria Aragão enviada para o Secretário de Segurança Coronel Carlos Alberto, em 15 de julho de 1976.

São Luís, 15 de julho de 1976.
Sr. Coronel Carlos Alberto S.
Secretário de Segurança

Seu Coronel,
Peço sua ajuda para melhorar minha situação, no sentido de ser transferida para um hospital.
Não tenho nada contra a Polícia. Pelo contrário, o tratamento é ótimo.
Mas o alojamento apresenta problemas, que são graves para o meu caso.
O banheiro e o sanitário são muito distantes da cela.
Para tomar banho, tenho de subir 20 degraus e percorro um longo corredor.
O sanitário também é distante, mas não subo escadas.
Esta localização que parece insignificante, estão me criando problemas de saúde.
Sou portadora de cardiopatia hipertensiva e comecei a cansar para subir escadas.
Penso ser fácil a transferência para um hospital.
Eu permanecerei reclusa como soldado à porta.
Confio no senhor e aguardo uma solução.
Grata, Maria José Aragão

Na carta, Maria descreve as dificuldades que tinha para permanecer na sede do Quartel da Polícia Militar. Deixa claro que não existia qualquer problema com o tratamento que recebia dos policiais, mas que o alojamento apresentava problemas que agravavam sua saúde. Maria, que no ano de 1976 já se encontrava com 66 anos, relata as dificuldades que tinha para chegar no banheiro e no sanitário, precisando subir 20 degraus. Ainda que parecesse insignificante a localização de sua cela para chegar em ambientes necessários diariamente, ela lhe criava mais problemas de saúde. Maria expõe que é portadora de cardiopatia hipertensiva, sequelas do período em que foi torturada. Diante destas queixas, Maria foi transferida para a Penitenciária de Pedrinhas em 07 de janeiro de 1977.

A carta de Maria Aragão para o Secretário de Segurança do Estado do Maranhão deixa evidenciado que a ela recebia tratamento adequado, e que não tinha nada em desfavor de quem a acompanhava na sede da Polícia Militar. Para tanto, faz questão de evidenciar em seus argumentos questões relacionadas à sua saúde, já que era portadora de cardiopatia hipertensiva, e que o espaço que a ela fora reservada lhes causava condições desfavoráveis. O objetivo de Maria era que pudesse cumprir sua pena prestando serviço social no Hospital Aldenora Belo, local que trabalhou por muitos anos na ala da oncologia. Para reafirmar que estaria realizando um trabalho de relevância social, faz

questão de mencionar na carta que permaneceria reclusa como um soldado a porta. A carta de Maria Aragão foi para os autos do processo judicial de prisão.

Para que pudesse ser transferida para a Penitenciária Pedrinhas, o presídio precisou passar por adaptações, pois Maria José Aragão seria a primeira mulher a ser presa, e não existia nenhuma cela ou pavilhão para presas do sexo feminino. Seguindo as adaptações, a sala de assistência social deixou de existir para que funcionasse como cela. Em sua narrativa, ela diz que a cela era especial, “porque era ao lado do Gabinete do Diretor, onde tinha uma geladeira, onde eu podia entrar, botar coisa pra gelar e tudo. (ARAGÃO, 1988, p. 161).

De acordo com os documentos em anexo datados de 10 de janeiro de 1977, encaminhado pelo Advogado Pádua Barroso, para Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Fortaleza/CE, alega que o Presídio de Pedrinhas não dispunha de condições adequadas, acrescentando as seguintes justificativas:

Dá-se-lhe a certeza, acha-se superlotado e, demais, não oferece aquelas mínimas condições de abrigar presos políticos, mormente quando ostentam peculiaridades como a Dra. Maria Aragão. Mulher quase septuagenária; portadora de diabetes, hipertensa e padece de acentuada angina no peito, sujeita, conseqüentemente, a crises de um ou de outro de seus males. Não deslembrar, também, que Pedrinhas é um presídio de criminosos comuns, muito impróprio, por isso mesmo, para abrigar uma dama de fino trato, portadora de curso superior, de idade provecta, respeitadíssima e queridíssima da sociedade e do povo de sua terra⁶⁹.

A defesa de Maria Aragão se utiliza de alguns argumentos para que pudessem ser considerados pelo Supremo Tribunal Militar. Defende a idade sexagenária de Maria, sua saúde debilitada por ser ela portadora de diabetes e hipertensão, somado ao argumento que nos parece válido como sustentação jurídica, que o Presídio de Pedrinhas não possuía ala feminina, o que seria insustentável sua permanência. A defesa aponta que o local seria impróprio, para “abrigar uma dama de fino trato, portadora de curso superior, de idade provecta, respeitadíssima e queridíssima da sociedade e do povo de sua terra”. Observe-se que os argumentos relacionados foram desde questões estruturais do ambiente da penitenciária, do seu estado de saúde, assim como de deixar especificado que não se tratava de uma presa comum, mas de uma mulher respeitada e reconhecida do povo de

⁶⁹ Defesa do Advogado Dr. Pádua Barroso, datado de 10 de janeiro de 1977, anexado ao Processo nº 18/73 de Execução de Sentença, fl. 1 da Justiça Militar Federal, Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF.

sua terra. Os argumentos não foram considerados pela Justiça, e Maria Aragão teve sua transferência executada para a Penitenciária de Pedrinhas, dia 07 de janeiro de 1977.

Durante o período que esteve na Penitenciária Maria escreveu um “diário⁷⁰”, que relatava o cotidiano dentro do presídio, das relações sociais que construiu e das visitas que recebia de amigos e familiares. O diário torna-se de grande relevância para compreendermos as condições que se encontrava Maria Aragão, uma mulher presa com quase 70 anos de idade.

⁷⁰ Foi possível acessar 3 folhas do diário de Maria Aragão, que se encontram na exposição do Memorial Maria Aragão.

Imagem 26: Diário de Maria Aragão quando esteve presa no Presídio de Pedrinhas, escrito entre os dias 24 e 29 de dezembro de 1977.

Sem bolo e futas. A tarde morri Seli - Tacy
 em os pais e me ir para. É a pequena pobruca.
 Um grupo de crentes me pediram. Com o 17
 no assisto que lanço a p... receber me
 de. que matou a mulher e nos sabe se
 está. Não houve motivo. Loucura
 e... anda Zenero e Tereza //

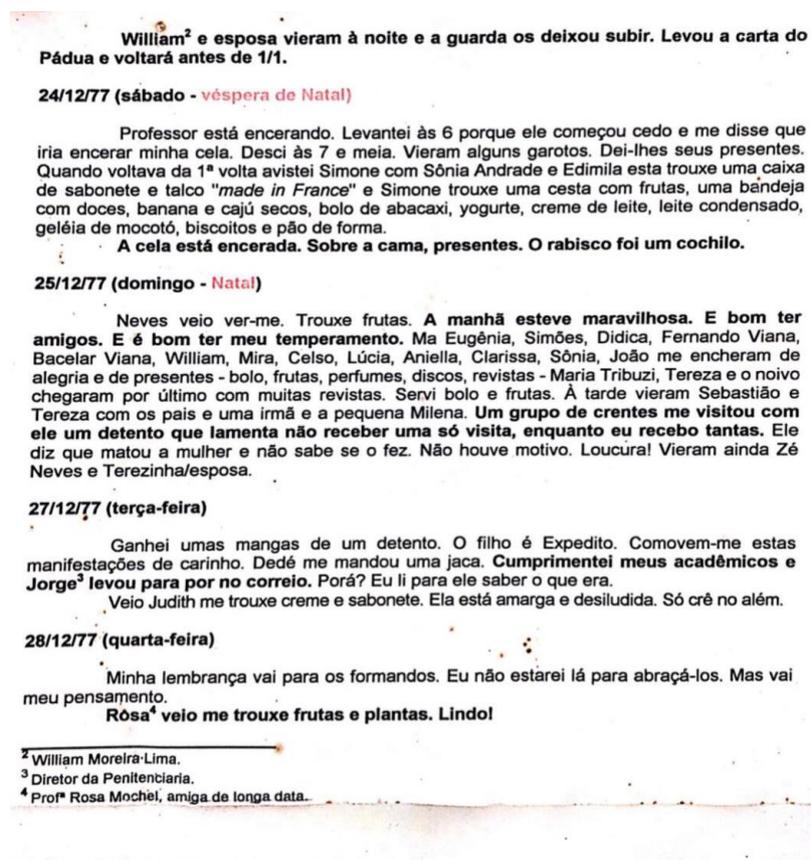
26/12/77 - Estou emendo demais: futas
 dozes, do colute. Jaci (debaixo) me trouxe 1 face

27/12/77 - Ganhei umas mangas. de um delat
 o p... e Expedito. Me empreem estes maris-
 portões de cari p... vede me ajudou me
 Jaci. Cumpri-me meus ocagários e Jolie
 deu um p... por no comê. Porã? Conf di
 p... de saber o que era
 Tania anda met Jaci trázida - por Jaci
 (debaixo). Emis uma frota de um, del p
 foato ao profeso. Não opto de dar as coisa
 a ele, p... de não ligar. Ganhei me
 me, um p... de arar. Imbi. 1 copo e dei de
 o resto. P... que ele por fra, p... pô te, dia
 demor o lito não estão me geladão e carta
 m... já estava azeda. Jaci filhe me pagu
 R... dudu, hei f... Que de este me
 geladão. Mis f... me trouxe e cena e sabido.
 Ela é amarelo de desiludido. Se cre no glaci
 28/12/77 - ~~Maria~~ Mulher lembrança
 vai para os formados. Eu estava lei
 peras abraça os. Mas vai meu pensamento
 boa me e me trouxe p... e planta. Dico!

29/12/77 - Belga me deu 2 mangas, rosa.
 O profeso me trouxe uma taboa e 2 latas
 para colocar minhas plantas.
 Uma mulher veio me pedir consulta.
 O engracado está preso, necessita do di
 duh... e po alendo de graça. Mas, graças
 a la Nider que me deu, cobrem e um ap...
 e apaixonado amor por essa v... que me ha
 deudo tanto. Cuzo diariamente de dis os de
 Merilda Sely. O me ensina cada dia.

Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão

Imagem 27: Digitalização feita pelo Instituto Maria Aragão de parte do diário de Maria Aragão quando esteve presa no Presídio de Pedrinhas, escrito entre os dias 24 e 29 de dezembro de 1977.



Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão

As recordações presentes no Diário de Maria Aragão são escritas em momento simbólico para a sociedade brasileira, pois ocorre às vésperas das festividades de Natal e Ano Novo, contexto em que é comum os encontros familiares. No diário fica evidenciado que Maria recebeu muitas visitas e ganhou presentes. O relato de 25 de dezembro, Maria descreve que recebeu a visita de Neves, que lhes trouxe frutas de presentes. Acrescenta que é "bom ter amigos", citando o nome de aproximadamente 20 pessoas que a teria visitado, dentre amigos, amigas e filhos. Descreve que enquanto ela recebia muitas visitas, um detento se queixava de que não recebia nenhuma. Parece ser esse detento de crime de feminicídio.

Maria Aragão ainda que estivesse cumprindo a pena estabelecida em sentença, é notório que as redes que possuía estabelecida nas relações de trabalho como médica ao longo de décadas, de agente político, bem como das relações de outros espaços sociais e

familiares, sem dúvida foram de grande peso para que os meses que permaneceu presa tornassem mais pacíficos.

A liberdade de Maria foi garantida antes mesmo do cumprimento da pena, motivada pela Ação da Carta Precatória, Ano 1978, Processo Nº 780/78. Em ofício nº 082/78, encaminhado pelo Dr. Angelo Rattacaso Junior, Juiz Auditor, informa que ter sido Maria José Aragão beneficiada com o Livramento Condicional, com conclusão da pena imposta. A sentença do Juiz Dr. Ângelo Rattacaso Junior, datado de 23 de fevereiro de 1978, faz as seguintes alegações:

Entende a requerente fazer jus ao benefício acima, por ser primária, ter boa conduta carcerária, além de reunir os demais requisitos previstos em lei para tanto, como o de ter condições de sustento próprio, excelente convívio social, médica que é lotada na Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, contando já quase setenta anos de idade, elemento mais certo de presunção de que não voltara a delinquir⁷¹.

Na data de 8 de março de 1978, Maria José Aragão viu publicado o Alvará de Soltura, cumprindo, assim, o despacho do Juiz Auditor Angelo Rattacaso Junior. No dia seguinte de sua liberdade, Maria retoma suas atividades no Hospital Aldenora Bello.

⁷¹ Arquivo da Ouvidoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Brasília-DF, de Livramento Condicional anexado ao processo de prisão nº 18/73 de Maria José Aragão.

militar para o democrático, contudo é importante ressaltar que a transição não ocorreu de forma pacífica no território brasileiro.

4.6 MARIA ARAGÃO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: QUE CAMINHOS TRILHOU?

Com o fim do Regime Militar, um silenciamento pairou no ar. Foram os apoiadores da elite política que, com o fim dos anos de chumbo, procuraram no silêncio e no esquecimento por parte da sociedade brasileira buscar construir uma nova memória para os acontecimentos recentes da história.

Um significativo grupo da classe política da ditadura “fíndada” permanecera vivo e atuante em partidos políticos em todo o Brasil, e, conseqüentemente, no Maranhão de Maria José Aragão. Isso porque nenhuma transição de um regime político acontece de modo imediato. A abertura política permitiu que brasileiros comemorassem entre o final dos anos de 1970 e início de 1980 a anistia e o retorno de eleições diretas, fortalecido pelo movimento pelas Diretas Já, que garantiria a concretização do fortalecimento do regime democrático.

A classe política ascendente, fruto do fim da ditadura civil-militar e de uma nova perspectiva de redemocratização, se apresentava como críticos do regime, passando a influenciar quem serão os novos heróis e bandidos da história. Nesse sentido, Maria José Aragão, uma médica subversiva, presa e torturada, poderia ser o centro de uma memória que precisava ter face e voz?

O ano de 1978 marcou a liberdade de Maria José Aragão, com o encerramento do Inquérito Policial 18/73, na qual lhe manteve presa nos intervalos dos anos de 1973, 1977 e 1978. De acordo com Silva (2017) ao citar Alves e Helena (1989, p. 268-269), a Lei de Anistia se tornou relativamente mais seletiva, “privilegiando certos grupos, como as Comunidades Eclesiais de Base ou agentes vinculados ao movimento operário. Assim como as “Organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grupos do MDB” que tiveram papel relevante quando “utilizavam-se da autoridade de suas posições para ampliar as possibilidades de atuação política dos setores excluídos e questionar os limites do governo ditatorial”.

Ainda no ano de 1978, ocorreu, por meio do Colégio Eleitoral, a escolha do Presidente do Brasil, no caso, do General João Baptista Figueiredo. Registra-se nesse ínterim as eleições para deputados e senadores, com expressivo crescimento do MDB,

que no momento representava a oposição política. O partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi o partido criado no ano de 1965, tendo por finalidade servir de base de sustentação política à ditadura militar, tão logo instaurado o Golpe de Estado no Brasil em 1964.

Em continuação aos acontecimentos que datam do ano de 1978, Silva (2017, p. 118) acrescenta outros avanços no cenário político brasileiro: “No final deste mesmo ano, em dezembro, o governo permitiu a volta de 120 exilados e, no ano seguinte, aprovou a Lei de Reforma Partidária, extinguindo os dois partidos então existentes e possibilitando a criação de novos”. Contudo, os partidos PCB e PCdoB continuaram na ilegalidade.

A nova Lei de Reforma Partidária⁷² levou o nascimento do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O PDS representava os antigos membros da ARENA, que passava por grande período de instabilidade provocado por sua impopularidade. Já o PMDB, que era o MDB, apresentava crescimento vertiginoso. Como os partidos comunistas continuavam ilegais, ambos tiveram seus filiados apoiando e militando no PMDB. De acordo com Azevedo (2016, p. 140), no Maranhão, “a aproximação entre o MDB e a esquerda só ocorreu, de modo mais intenso, em 1978, quando Maria Aragão e vários outros militantes progressistas integraram o movimento “Oposição Pra Valer””⁷³.

Outro fato que passa a ter importante relevância na vida pessoal e política de Maria Aragão foi ter conhecido, através de amigos Haroldo Sabóia⁷⁴, uma das grandes figuras política do movimento Oposição pra Valer. Maria, ao falar da história de Haroldo, cita que “vários companheiros e vários jovens trabalharam para a eleição dele. [...]Ele era um candidato desconhecido [...]. Estudou lá em Sorbonne, na França. Depois, voltou ilustre e desconhecido, mas a linguagem oposicionista usada por ele e pelo grupo dele, naquela época, foi quem o elegeu (MOREIRA NETO, 2015, p. 185-186).

⁷² A Lei da Reforma Partidária levou a criação de outros partidos como: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Para Silva (2017, p. 118), “a oposição estava tão dividida em vários partidos e formando um leque ideológico bastante heterogêneo”.

⁷³ Para Arleth Borges (2008), o Movimento ou Comitê “Oposição pra Valer”, criado no Maranhão, tinha o objetivo de incorporar diferentes setores da esquerda em torno das eleições de candidatos com vínculo de mandatos populares, com o fortalecimento da educação e mobilização popular, queda da ditadura e, principalmente o fortalecimento da democracia.

⁷⁴ Haroldo Sabóia, que foi Deputado Federal do Maranhão pelo partido PDT, foi um dos grandes idealizadores da construção da Praça e Memorial Maria Aragão. Nesse período, Haroldo Sabóia era Deputado Federal do Maranhão pelo PDB. Após, foi Deputado(a) Federal - (Constituinte), 1987-1991, MA, PMDB; Deputado(a) Federal - 1991-1995, MA, PDT; Deputado(a) Federal - 1996-1999, MA, PT.

Ainda que Maria Aragão tenha dado apoio direto nas eleições de Haroldo Sabóia, nesse período ela afirma que: “Não podia aparecer, estava ali acuada e recuada porque estava cumprindo pena” (MOREIRA NETO, 2015, p. 285), lembrando que ela se encontrava em liberdade condicional.

O ano de 1979 marca o início do governo do General João Batista Figueiredo, com forte indícios da abertura política, já pretendida em tempos anteriores, ainda que de forma lenta, gradual e controlada. Segundo Marcos Napolitano (2015, p. 32), a transição do regime de ditadura para o de redemocratização ocorreu de forma longa e tutelada pelos militares, que ainda tinham grande controle no sistema político brasileiro: “foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardadas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo Federal em 1985”.

Ainda para o autor, os movimentos sociais se apresentam neste momento como viés para a implementação de uma agenda de abertura, bem como, as pressões no interior do meio político (NAPOLITANO, 2015). Apoiados por diferentes instituições, como a Igreja Católica, que em tempos passados apoiava o regime militar, passaram a apoiar os movimentos surgidos em defesa da redemocratização, com bandeiras de “Liberdade” e “Democracia”. Temas como direitos humanos, anistia política, fome, democracia, passaram a ser as palavras de ordem do novo tempo. Todas as bandeiras de lutas que passaram a ser incorporadas por Maria Aragão, conforme veremos.

A Lei de Anistia, de 1979, nasce marcada por grandes limitações. Para Alves (1989), não deixou a Lei de ser uma vitória dos setores de linha dura, ao mesmo tempo que possibilitou o retorno para o Brasil de “todos (as)” que, por motivos políticos, foram exilados. Contudo, é relevante destacar que a resistência vivida no interior dos partidos clandestinos, a exemplo do PCB, também foi incorporada por jornais alternativos, músicas que deixavam registrados os protestos dos seus autores e cantores, denúncias com diferentes motivações de familiares e grupos de igreja por violação dos direitos humanos e outros. Todas as formas de resistências foram de grande valor para o processo de decadência do regime. Para Azevedo (2016, p. 139), “todos cumpriram um importante papel, reforçando a impopularidade da ditadura e obrigando os golpistas a entregarem o poder”.

No caso da Igreja católica, acreditamos que a Teologia da Libertação⁷⁵ teve papel fundamental, pois contribuiu de forma relevante com a missão da Igreja e de homens e mulheres comprometidos com a luta pela defesa da vida e dos direitos humanos ao longo do período do regime ditatorial. Muitos sacerdotes colaboraram diretamente com a resistência à repressão e reconstrução do estado brasileiro.

Foi em contato com cristãos ligados à “Teologia da Libertação” que Maria Aragão e a Igreja passaram e percorrer de fato os mesmos caminhos. A Igreja no Brasil passou a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde criavam as pastorais populares. Na concepção de Azevedo (2016, p. 172), “a exploração, típica do capitalismo, passou a ser denunciada e enfrentada por esses setores da Igreja”, o que ia ao encontro das bandeiras de luta de Maria Aragão e dos mais diferentes movimentos populares que defendiam os direitos humanos, combate à pobreza e o fortalecimento da democracia brasileira. Acrescenta o autor que em “diversos pontos do Brasil padres católicos ligados à Teologia de Libertação se colocaram contra o regime” (AZEVEDO 2016, p. 181).

Maria Aragão, durante sua militância quando do Golpe Militar de 1964, apresentou duras críticas à Igreja por ter se manifestado apoiando o golpe. No entanto, com as notícias de acontecimentos ocorridos com centenas de homens e mulheres, de perseguição, tortura, morte e desaparecimentos, os cristãos progressistas se solidarizaram com as vítimas e suas respectivas famílias.

Quando Maria Aragão foi liberada de sua pena em 1979, Azevedo (2016, p. 182) afirma que membros das “bases da Igreja convidaram Maria para palestras, tanto em São Luís quanto no interior”, o que caracteriza que setores da Igreja no Maranhão não se encontravam em lados opostos, mas já se viam inseridos em lutas comuns. Alguns padres do Maranhão podem ser exemplificados nessas relações de amizade que criaram com Maria Aragão, como o padre Marcos Passerini⁷⁶, que fez uma homenagem a Maria lhe dando uma placa de azulejo. Um segundo padre que Maria Aragão conquistou foi o Padre Victor Asselin, um canadense, que, de acordo com Azevedo (2016, p. 183), “chegou ao

⁷⁵ Para Rubens Pinto Lyra (2020), a Teoria da Libertação “É uma corrente teológica, de várias fisionomias, que nasceu na América Latina após a Conferência de Medellín, em 1968. Para ela, a leitura da Bíblia mostra que a libertação do homem não é exclusivamente espiritual, mas exige a opção preferencial pelos pobres. Essa teologia considera, também, que as Ciências Humanas e Sociais são indispensáveis para a concretização dessa opção, sendo que alguns de seus teóricos conferem destacada importância ao marxismo”. Sobre a Teologia da Libertação, ler artigo LYRA, Rubens Pinto. “Catolicismo e práxis política: da ditadura à atualidade”. *A Terra é Redonda*, datado de 28/08/2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/catolicismo-e-praxis-politica-da-ditadura-a-atualidade>>. Acesso em: 05 maio 2022.

⁷⁶ Padre Marcos Passerini, tão logo chegou da Itália, fincou os pés no território maranhense, ficando muito conhecido por fazer a defesa dos movimentos populares em tempos de ditadura militar no Maranhão.

Maranhão em 1966 e, nove anos depois, foi um dos fundadores, no Brasil, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Igreja Católica de grande atuação política”, o que levou ambos a viverem uma relação de proximidade tão logo ela foi libertada no ano de 1979.

Nos depoimentos, Maria cita que sua permanência no PCB, quando do surgimento do PCdoB, se deu por acreditar que “A linha que eles defendiam era a guerrilha, achavam que o Brasil estava atravessando um período revolucionário, pré-revolucionário e que era possível fazer a revolução através de guerrilhas” (MOREIRA NETO, 2015, p. 174). O ano de 1980 é também o ano que Luiz Carlos Prestes lança a Carta aos comunistas. Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto que levou Prestes a lançar a carta.

No ano de 1971, Prestes exila-se na URSS, por decisão do Comitê Central (CC) do PCB, dedicando-se a reavaliar a dinâmica da política do partido, que, na sua opinião, privilegiava reformas e transformações democráticas seguindo padrões do regime capitalista. Mesmo no exílio, fez uma série de produções como artigos, discursos e entrevistas, criticando o sistema capitalista e os monopólios nacionais e estrangeiros que ganhavam cada vez mais força entre uma parcela dos membros do PCB. Presenciava-se a nível de política nacional a união entre Estado e o latifúndio, que passaram a controlar os principais setores da vida nacional.

Os conflitos entre os dirigentes do Comitê Central do PCB e Luiz Carlos Prestes tornaram-se cada vez mais pulsantes nas questões ideológicas. Com a Anistia de outubro de 1979, Prestes regressa ao Brasil para iniciar os contatos com integrantes do PCB, em 1980, divulgando a “Carta aos Comunistas”, denunciando o abandono dos ideais revolucionários socialistas por parte da direção do partido.

Um Prestes radical passa a surgir a partir de sua carta aos militantes. O mesmo já não era mais um conciliador com a burguesia nacional, postura que sempre adotou durante quase toda sua militância comunista. Essa leitura é reforçada por Izabel Cristina Costa (2013, p. 147), ao afirmar que o texto da carta de Prestes foi detentor de:

Um impacto muito grande no interior do partido, abrindo publicamente, inclusive na grande mídia, as polêmicas e as diferenças entre Prestes e a maioria da direção. À frente do PCB por mais de três décadas, o dirigente assumia total responsabilidade pelos rumos da organização. As críticas eram severas e tornavam impossíveis sua permanência no interior do Comitê Central. (COSTA, 2013, p. 147).

Como se observa, a divulgação da carta tornou os ânimos cada vez mais exaltados entres os dirigentes do PCB, já que existia um significativo grupo de militantes espalhados nas cidades brasileiras que apoiava Prestes. De acordo com Anita Prestes, durante uma entrevista publicado no “Blog da Bom Tempo”, na data de 03 de janeiro de 2022, a única alternativa que Prestes acreditava ter diante dos impasses era a “realização do VII Congresso do PCB, na esperança de um conclave democrático em que as teses defendidas por Prestes pudessem tornarem-se vitoriosas” (PRESTES, 2022). Tal situação não foi efetivada, mas a decisão de Maria Aragão diante dessa fissura foi de apoio irrestrito ao companheiro de militância política. Maria não era somente uma militante seguindo as ideias do grande líder Prestes, mas parecia manter uma relação de proximidade com ele.

Após saída de Prestes do PCB, Maria ainda permanece no partido comunista por mais um ano. No entanto, com a crise instalada entre os principais dirigentes comunistas, e o afastamento de outros grandes camaradas, ela se afasta do PCB e organiza um grupo “Pretista” ainda no início dos anos de 1980. No Maranhão, ela já se encontrava inserida nas disputas eleitorais em apoio ao candidato Haroldo Sabóia, pelo PMDB.

Como vamos observando, o PCB no Maranhão já vivia uma onda de desgastes muito grande. Vários militantes haviam migrado para outros partidos, a exemplo do PMDB, a própria figura de Luíz Carlos Prestes que já não trazia a representação política da militância comunista do PCB por conta de sua saída, e todos esses acontecimentos foram sem dúvida pesando para que Maria decidisse sobre sua saída do partido, o que não foi de forma imediata. Mas é possível que Maria pudesse se ver diante de um partido sem notoriedade, e, por isso, procurou novas perspectivas partidárias?

É sabido que Maria Aragão, ao longo de sua trajetória no PCB, construiu uma relação de amizade e admiração por Luíz Carlos Prestes. Quando Prestes completou 85 anos, ele foi homenageado por uma plateia de aproximadamente mil pessoas no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa, na noite de 3 de janeiro de 1983. A homenagem foi preparada por amigos, estando presentes antigos partidário do PCB, ao lado de novos correlegionários do PDT. Dentre as centenas de convidados, a médica Maria Aragão se fazia presente nas primeiras fileiras. A grande festa realizada por amigos foi noticiada no Jornal do Brasil em 4 de janeiro de 1983 com o Título: “Prestes recebe visita”.⁷⁷

⁷⁷ Documentos do DOPS, arquivo da Polícia Militar do Estado do Maranhão – Comando Geral. Informe 036/84-PM/2-PMMA. Arquivo Público do Maranhão. Dossiê 092.

Contudo, é relevante citar que nesse período Maria Aragão, ainda que não respondesse por qualquer processo judicial, prosseguia tendo seus passos monitorados pela Polícia Militar do Maranhão. Documentos do DOPS com carimbo “confidencial” nos dão indícios de que a militante política, bem como novos companheiros de movimentos sociais, associações, sindicatos que faziam a defesa da democracia, direitos humanos e combate à pobreza, ainda eram alvos dos militares.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária no Maranhão, atualizado pelo Informe nº 30/84-PMMA, de 11 de julho de 1984 (documentos dos DOP’S), deixa evidente que todo e qualquer movimentação popular permanecia foco principal da polícia, que atuava com a finalidade de monitorar e tomar providências, caso houvesse necessidade. O lançamento da campanha, de acordo com o relatório anexado ao informe, registra que nos períodos de 02 a 05 de julho, foi realizado no horário das 19:00h às 22:00h, no auditório da Biblioteca Pública do Estado, localizada na Praça Deodoro, um ciclo de palestras sobre a temática da reforma agrária.

Para o lançamento da campanha, os manifestantes fizeram uma concentração horas antes, seguida de passeata por várias ruas do centro histórico de São Luís, concluindo com o comício que contou com a presença de aproximadamente três mil pessoas. Maria José Aragão é apresentada como “alvo detectado”, sendo definida como médica e militante do PCB. Diversas entidades e partidos políticos foram identificados participando do movimento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária no Maranhão.

Em 1984, acontece o I Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras do Maranhão – I CONCLAT/MA, no município de Caxias, no período de 21 a 22 de julho. De acordo com documentos do DOPS, Informe da Polícia Militar do Maranhão nº 036/84⁷⁸, arquivo confidencial do DOPS, Maria Aragão também se faz presente em mais uma atividade popular em nome da classe trabalhadora.

O I CONCLAT contou com a participação de diversos representantes de sindicatos, associações, partidos políticos, colônias de pescadores, totalizando 250 participantes, em que se aprovou o Regimento Interno do I Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT/MA)⁷⁹. Maria Aragão, conforme documentos em anexos no informe nº 36, é membro da Executiva Estadual da CUT /MA como tesoureira, na

⁷⁸ Documentos do DOPS, arquivo da Polícia Militar do Estado do Maranhão – Comando Geral. Informe 036/84-PM/2-PMMA. Arquivo Público do Maranhão. Dossiê 092.

⁷⁹ Documentação confidencial do DOPS, Informe da Polícia Militar do Maranhão nº 036/84, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

condição de representante do Sindicato dos Médicos e militante do PCB. Ela é destacada como médica comunista filiada, representando em nível máximo, de natureza classista, autônoma e democrática, os interesses do sindicato dos médicos, como membro da CUT/MA.

No informe nº 032/84 PM / 2 – PMMA⁸⁰ de 17 de julho de 1984, com descrição do assunto “IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA”, realizado entre os dias 13 à 15 de julho, no sítio Piraposa, o DOP’S, registra mais uma atividade envolvendo diferentes setores da sociedade, que discutiam e defendiam os interesses dos menos favorecidos economicamente. O encontro reuniu um número de 300 pessoas vindas de estados como: Alagoas, Amazonas, Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e outros.

O encontro contou com a participação de diversas entidades e partidos políticos. No relatório da PM do informe nº 032/84 PM/2, todos documentos com carimbo “confidencial”, é citado como presente na atividade “Maria Aragão, médica e militante do PCB”⁸¹. Dentre os temas debatidos foram apontados: “Direito à moradia, cumprimento do usucapião especial, o título definitivo de propriedade do solo e a intervenção do Banco Nacional da habitação nas áreas Palafitados”. Maria Aragão, durante o encontro, fez uso da fala, o que foi registrado na íntegra do documento anexado ao Informe 032/84:

Companheiros, estou aqui presente solidária com a classe médica que se encontra em greve, enquanto o governo constrói avenidas, estádios, os hospitais estão sem lençóis, sem medicamentos e instrumentos necessários para atenderem a população, por isso ainda continuamos lutando para reivindicarem melhores direitos e a luta do comitê é em prol de melhores dias e condições de vida. Não aceitamos a balela do BNH e do PROMORAR⁸² que é uma área alagada, quando chove os móveis ficam nadando sobre águas. Será que tem saúde onde não tem limpeza e as pessoas não têm onde morar, terá saúde quem ganha este salário de fome, quem vive na lama debaixo das multinacionais, quem vive pressionado pela Polícia, pelo governo, é por isso que lutamos com fibra e bravura para que muito em breve podemos chegar a uma vitória.

⁸³

⁸⁰ Documentação confidencial do DOPS, Informe da Polícia Militar do Maranhão nº 036/84, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

⁸¹ Documentação confidencial do DOPS, Informe da Polícia Militar do Maranhão nº 036/84, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

⁸² O Programa ProMorar foi a primeira iniciativa do BNH considerada séria de desfavelamento no Brasil.

⁸³ Arquivo DOPS do Maranhão. Informe nº 016/84/SI. Documentação confidencial do DOPS, Informe da Polícia Militar do Maranhão nº 036/84, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

O posicionamento de Maria é enfático ao fazer duras críticas ao governo, deixando evidente que a classe menos favorecida não se beneficiava com alguns dos investimentos do governo. O crescimento da pobreza era fruto dos impactos que ocorriam de forma profunda na economia estagnada. Acrescenta-se que a realidade brasileira nesta mesma década era seguida por vários países da América Latina. Ainda sobre o discurso de Maria Aragão, evidencia a triste situação que vivia a saúde pública e, principalmente, os problemas que a população enfrentava em relação à moradia, com a falta de saneamento básico, baixos salários e a fome. Fez questão de citar a pressão que ainda era vivida nos anos de 1984, motivada pela Polícia e pelo governo. A ditadura ainda estava presente, ainda que o Brasil já estivesse passando por uma transição. Maria se sentia ameaçada, pois a ditadura ainda não havia deixado de existir.

Um novo Informe nº 002/85 -PM / 2 / PMMA⁸⁴, datado de 06 de fevereiro, registra mais uma movimentação política de Maria Aragão, que nos leva afirmar que sua militância, ainda que tenha sofrido mudanças na forma de atuação, continuava viva no Maranhão. O relatório do informe, documentado pelo DOPS, também como arquivo confidencial, reafirma que Maria Aragão não deixou de ser vigiada pela Polícia Militar, que permanece prestando informações dos passos da médica comunista para o órgão do governo brasileiro criado para coibir “crimes” de ordem pública e social.

Sobre o relatório contido no anexo do informe, nele é feita a descrição da realização nos dias 2 e 3 de fevereiro do Curso de formação sindical promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocorrido em São Luís/MA. Dentre os participantes detectados pela polícia estava o nome da “Dra Maria José Aragão, médica e Tesoureira da CUT/MA”⁸⁵. Maria Aragão já não militava fazendo distribuições de jornais ou fazendo educação comunista como em tempos anteriores, mas se envolvia cada vez mais em organizações da sociedade civil e da sociedade política.

Na conjuntura nacional, os movimentos sociais ganhavam cada vez mais força no cenário brasileiro, e, naquele momento, o Partido dos Trabalhadores (PT) era o que melhor representava a esquerda e os anseios das classes trabalhadora. Acompanhando as novas movimentações políticas e polarizações desse momento de transição da ditadura

⁸⁴ Documentação confidencial do DOPS, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

⁸⁵ Documentação confidencial do DOPS, Informe nº 002/85 -PM / 2 / PMMA, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão.

para a democracia, Maria contribuiu diretamente, ainda que não fosse filiada ao PT, a liderar grupos e militar no Partido dos Trabalhadores.⁸⁶

Encontrava-se nesse período já filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, desde 1981, mesmo partido que Luís Carlos Prestes filiou-se tão logo se descompatibilizou do PCB. De acordo com seu depoimento, afirma que não foi para o partido de Lula, de um operário e metalúrgico, “porque não tinha espaço para trabalhar no PT” (FRANCISCO, 1992, p. 198).

Azevedo (2016, p. 203) comenta que, “em meados da década de 1980, Vitorino Freire havia morrido e Sarney estava na presidência nacional do partido da ditadura que, naquele momento, para amenizar a impopularidade, havia mudado de nome, deixando de se chamar Arena e passando a se chamar PDS” (Partido Democrático Social). A ditadura vivia seu declínio, despontando um sentimento popular de necessidade de eleições diretas para a Presidência da República. No Maranhão, as campanhas das “Diretas Já”,⁸⁷ que se fortaleciam no ano de 1983 e em todo o território nacional, foi uma bandeira fortemente levantada por Maria Aragão.

Com a não aprovação da Proposta da Emenda Constitucional para eleições diretas, a oposição tratou de assegurar a disputa via Colégio Eleitoral. Tancredo Neves, político de histórico no MDB, teve papel de relevância, agregando políticos dissidentes da ARENA, trazendo José Sarney para compor a chapa da candidatura presidencial. No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito Presidente do Brasil de forma indireta, com 480 votos. Atacado por problemas de saúde, não pôde assumir, falecendo na sequência. Tal fatalidade levou Jose Sarney a tornar-se Presidente do Brasil. O então Presidente José Sarney, ao fazer movimentações internas no Congresso Nacional, consegue aprovação para governar o Brasil por um período de cinco anos, quebrando um dos compromissos que Tancredo Neves havia feito durante a campanha, de que ocorreriam as eleições diretas no final do seu governo, em 1988.

⁸⁶ À exceção do PT (Partido dos Trabalhadores), de base predominantemente operária, construído, principalmente, a partir das lutas do Grande ABC paulista no final dos anos 1970 (SADER, 1988), e do PCB/PCdoB, os outros partidos referidos por Rodrigues (PMDB, PDT e PTB) são de origem burguesa e dirigiram a campanha Diretas Já.

⁸⁷ "Diretas Já" foi um movimento político de cunho popular que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de Presidente da República no Brasil. O movimento começou em maio de 1983 e foi até 1984, tendo mobilizado milhões de pessoas em comícios e passeatas. Em 25 de abril de 1984, a emenda constitucional das eleições diretas foi colocada em votação. Porém, para a desilusão do povo brasileiro, ela não foi aprovada e em 15 de janeiro de 1985, ocorreram eleições indiretas, sendo eleito o primeiro presidente civil após o regime de Ditadura Militar (1964-1985), que foi Tancredo Neves. Para maior aprofundamento ler artigo de NERY (2010).

Ao assumir definitivamente a presidência da república, Sarney iniciou a execução de um plano de governo com objetivo de fortalecer-se politicamente, apresentando-se como aquele que executaria os programas de Tancredo Neves, ao mesmo tempo que construía relações de aproximação com os militares. Para David Maciel (2008, p. 68), a relação estreita com os militares se deu principalmente “com o ministro do Exército, e com seus ex-companheiros de PDS. Por outro lado, iniciou-se no período um processo de ascensão do movimento sindical que desencadeou uma escalada grevista, como não se via desde 1979, testando os compromissos do novo governo com as mudanças e com seu ritmo”.

Ainda sobre as manifestações pelas Diretas Já e o envolvimento de Maria Aragão, é oportuno destacar que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro eram os grandes centros do Brasil e com maior força de pressões política pelas eleições diretas. Em uma das muitas aglomerações que passaram a ter, Maria Aragão esteve presente em algumas. Uma nota do *Jornal do Brasil*, do ano de 1987, ed. 00250, de 14/12/87, havia o título: “Conterrânea de Sarney aplaude PT”. A matéria de José Carlos Brasil dizia: “Maria Aragão, mãe de três filhos adotivos, não arredou os pés de seu lugar na primeira fila desde o meio dia, apesar da chuva. Não haveria nada demais se ela fosse apenas mais uma militante do PT e não uma médica de 78 anos, vinda de São Luís do Maranhão”⁸⁸.

Maria Aragão encontrava-se no Rio de Janeiro porque participava da Jornada de Ginecologia, e aproveitou a ocasião para participar do Movimento das Diretas Já, com presença confirmada de Luíz Inácio Lula da Silva, ocorrida na Praça da Sé. Quando perguntada sobre José Sarney, não deixou de fazer duras críticas, “Eu conheço o Sarney há muito tempo, lá da minha terra, e sempre fui da oposição. Não gosto de pessoas como quem muda de camisa. Por isso, o Brasil está assim, uma continuidade da ditadura militar”⁸⁹.

⁸⁸ *Jornal do Brasil*, do ano de 1987, ed. 00250, de 14/12/87. Arquivo da Biblioteca Hemeroteca Nacional Digital-BNDigital.

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, do ano de 1987, ed. 00250, de 14/12/87. Arquivo da Biblioteca Hemeroteca Nacional Digital-BNDigital.

Imagem 29: Registro de Maria Aragão feita pelo Jornal do Brasil – RJ, quando esteve no comício pelas *Diretas Já* em São Paulo.



Fonte: Jornal do Brasil, ano de 1987, ed. 00250, de 14/12/87. Arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital-BNDigital

Maria Aragão é registrada no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, debaixo de forte chuva que ocorria no dia do grande comício em prol das *Diretas Já*. Tal acontecimento nos leva a refletir duas situações: mesmo em avançada idade, continuava militando politicamente e fazendo a defesa pelo fortalecimento da democracia, e não se negava a dar sua opinião sobre as questões políticas, como foi com José Sarney, político que sempre caminhou em lado oposto ao dela. O segundo, sua trajetória política como médica e comunista no Maranhão não fora silenciada, pois, em vários momentos de sua militância e de prisões, jornais do Rio de Janeiro, do Maranhão e de outros estados do nordeste deram ênfase ao seu nome.

Como se pode constatar, Maria não se calou após sua liberdade condicional em 1979, pelo contrário. Foi se envolvendo cada vez mais em várias atividades políticas vinculadas a sindicatos, movimentos sociais, associações, com o intuito de defender o que

acreditava. Azevedo faz um resumo interessante de Maria Aragão, para definir quem foi essa mulher, conhecida por décadas por “subversiva”:

A subversão de Maria passa, necessariamente, pelo fato dela ter sido ligada a um partido comunista, marginalizado, jogado na ilegalidade, que funcionava clandestinamente, planejando uma revolução que, no seu ideal, acabaria com a acumulação da riqueza privada e com as classes sociais, isto é, daria fim às diferenças materiais entre pobres e ricos. Uma revolução que iria dar um ponto final no modo de produção capitalista e a exploração dos patrões sobre os empregados, dos ricos sobre os pobres. (AZEVEDO, 2016, p. 231)

Não existem incertezas de que Maria Aragão, ainda que em idade avançada, continuava sendo vigiada por órgão de segurança pública. Para tanto, a militância política e profissional sempre viva proporcionava, nas últimas décadas de sua vida, ainda obter reconhecimento da imprensa (de concepção contrária à ditadura), de alguns representantes da classe política e de boa parcela da sociedade.

Um exemplo de que a imprensa local tinha interesse na vida de Maria Aragão como médica e militante comunista no Maranhão, é o trabalho do jornalista Walter Rodrigues (*in memoriam*) que, em pleno período da Ditadura Militar, ousou publicar no *Jornal Pequeno* uma matéria com o título: “Memórias de Maria Aragão”, datada de 11 de setembro de 1979.⁹⁰ Maria Aragão, em finais da década de 1980, passou a receber homenagens na cidade de São Luís, que perduraram após sua morte no ano de 1991.

Dentre algumas relevantes homenagens que a médica e militante comunista recebeu em vida, e que acreditamos ter sido de grande significado para Maria Aragão, foi no ano de 1989. Viu sua história de vida ser transformada no enredo da escola de samba da cidade de São Luís, “Favela do Samba”, cujo título era: “A peleja contra os dragões da maldade: o sonho de Maria Aragão”. Mesmo com 79 anos de idade, Maria desfilou no alto de um carro alegórico em todo o trajeto realizado. Certamente sentiu-se feliz pela homenagem e reconhecimento.

⁹⁰ *Jornal Pequeno*, arquivo da hemeroteca da Biblioteca Benedito Leite, São Luís-MA.

Imagem 30: Registro do Maria Aragão desfilando na Escola Favela do Samba quando foi homenageada em 1989



Fonte: Arquivo Memorial Maria Aragão.

Outro grande acontecimento de reconhecimento foi a Medalha Manoel Beckman, considerada a maior honraria da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), concedida pelo então médico e Deputado Estadual Juarez Lima (PDT), no ano de 1990. A relação de Maria com Juarez era antiga, pois fizeram parte da mesma categoria profissional e militaram por alguns anos no Sindicato dos Médicos. Na ocasião da homenagem, Azevedo (2016, p. 25) afirma que na ALEMA, a plenária era “majoritariamente formada por figuras da direita e da extrema direita, por gente ligada à ditadura militar”, a exemplo de José Sarney, que atuou diretamente em defesa da ditadura militar no Maranhão.

Imagem 31: Maria Aragão recebendo a Medalha Manoel Backman no ano de 1990, importante honraria da ALEMA-MA.



Fonte: Arquivo do Memorial Maria Aragão.

A militância de Maria Aragão, ainda que tenha incomodado a classe política tradicional, pelos anos que militou nas mais diferentes frentes de lutas por direitos, como a ditadura militar, fortalecimento da democracia, direitos humanos e seu envolvimento nas decisões eleitorais do Maranhão, foi também o caminho que a levou a ser respeitada e admirada por uma grande parcela da sociedade maranhense. Ela obteve o reconhecimento de grupos políticos progressistas. O fato de Maria ser médica atuante na cidade de São Luís, ocupando papéis importantes no contexto da saúde pública, pode ser visto como principal motivação para que recebesse reconhecimento entre pessoas que não eram da esquerda e nem simpatizavam com as ideias. Definitivamente, Maria Aragão despertava sentimentos contraditórios, uma mulher que causava aversão e encantamento.

Em 23 de junho de 1991, por complicações cardíacas, Maria José Aragão, aos 81 anos, vem a óbito na capital São Luís. Diferentes veículos de comunicação, da classe política e de grande parcela da população da cidade noticiaram tal fato. Não morria naquela data uma simples Maria, mas uma mulher que, saindo de condições de pobreza, formara-se no Rio de Janeiro em Medicina, dedicando muitas décadas de sua vida à luta pelos pobres, trabalhadores e trabalhadoras de modo geral, para que lhes fossem garantidas melhores condições de vida. Como médica ginecologista e militante política comunista, Maria atuou de forma direta para tentar amenizar o sofrimento de muitos.

Sua morte foi reproduzida nas páginas dos jornais de São Luís, bem como foi centro de ampla divulgação nos principais horários de rádios e emissoras de TV local.

Maria tornou-se a principal notícia no estado do Maranhão. O *Jornal Estado do Maranhão*, do grupo Sarney, noticiou local e horário de seu velório, que ocorreria na Assembleia Legislativa do Maranhão - ALEMA. Informava do traslado do corpo, com saída da Assembleia Legislativa até o cemitério do Gavião, localizado no bairro da Madre Deus, onde todo o percurso seria feito em um carro do Corpo de Bombeiro, que percorreria as principais vias da cidade.

Outros dois jornais de grande circulação no Estado também divulgaram notas de seu falecimento. No *Jornal Pequeno*, de 24 de julho de 1991, a manchete dizia: “Morre Maria Aragão: perde o Maranhão sua grande líder”.⁹¹ No *Jornal O Imparcial*, a manchete era: “Morre Maria Aragão, símbolo da liberdade”. Todos os jornais procuraram trazer informações sobre os motivos de sua morte, local de velório, enterro, pessoas que estiveram em seu velório, além de relatos sobre sua militância como comunista e médica no Maranhão.

Segundo Azevedo (2016, p.28), o enterro foi realizado por “um grande cortejo onde artistas da cidade cantavam músicas de cunho político [...]. Tudo acompanhado por uma multidão entre mil e duas mil pessoas”. A cidade de São Luís parou para acompanhar a última despedida de Maria Aragão nas ruas da capital São Luís.

Imagem 32 – Registro do cortejo fúnebre de Maria Aragão passando pelas principais ruas da capital maranhense.



Fonte: Arquivo Memorial Maria Aragão.

⁹¹ Arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Benedito Leite, São Luís-MA.

A trajetória de Maria Aragão, com perseguições, ameaças, prisões e torturas, mas também de lutas, conquistas e vitórias, provocaram ondas de homenagens em São Luís no final da década de 1980 e 1990. A vida da militante só faz sentido se recuperados os contextos em que a trajetória se desenrolou: o político, o econômico, o cultural pelos quais passou o Brasil. Como afirmou Karsburg (2015, p. 35): “ninguém, absolutamente ninguém, está fora de seu tempo, nem desligado dos contextos que o cercavam”. Maria Aragão não foi uma mulher à frente do seu tempo, mas alguém que buscou se inserir em espaços onde o acesso feminino era bastante restrito.

4.7 DE SUBVERSIVA A HEROÍNA: MITO OU VERDADE?

Como temos atestado em relação à trajetória de Maria Aragão no Maranhão, as últimas décadas de sua vida foram marcadas por homenagens feitas por amigos ou representantes da classe política de campo progressista. Contudo, sua morte sensibilizou uma grande parcela da população de São Luís, não faltando homenagens de amigos, familiares e companheiros da política, bem como de pessoas que, ao longo de sua vida, a condenaram por suas escolhas como comunista do PCB.

Azevedo reafirma um fato que demonstra como Maria Aragão era vista antes e o depois de sua morte. Relata que, em uma ocasião, foi solicitado à Câmara Municipal de São Luís seu espaço para uma comemoração de aniversário de Maria, o que foi negado. Tempos depois, com a notícia da morte, “a mesma Câmara Municipal ofereceu suas instalações para que seu corpo fosse velado”, acrescentando ainda que, “depois de morta, foi paparicada por alguns que estavam junto a seus perseguidores” (AZEVEDO, 2016, p. 23).

Vários foram os jornais que noticiaram e homenagearam a médica e militante comunista Maria Aragão, ainda que nesta data já não se encontrava filiada ao PCB. Contudo, sua identidade foi construída ao longo de décadas realizando trabalhos para o fortalecimento do partido comunista. O *Jornal Estado* do Maranhão, de 24 de julho de 1991, periódico do grupo Sarney, dedicou diversas páginas com matérias sobre a vida de Maria com o intuito de fazer última homenagem. Para isso, selecionou 20 pessoas, entre autoridades políticas e familiares para fazer um registro de quem foi Maria Aragão.

Das falas registradas, algumas consideramos relevantes salientar. Esses registros se tornam importantes para fazermos uma leitura crítica de como a história e seus acontecimentos vão sendo reconstruídos com base em novos interesses. Dentre os quase 20 registros de pessoas que falaram sobre Maria Aragão, evidenciamos as seguintes:

Trata-se de uma mulher que dedicou sua vida a um ideal. Tinha uma dedicação absoluta no que acreditava e que se tornou a motivação de sua vida. Ela preencheu por sua personalidade forte, por sua capacidade política, um pedaço da história do Maranhão. A morte de Maria Aragão deixa um grande vazio. Com ela se encerra um ciclo do socialismo romântico no País. Todos nós do Maranhão nos unimos em homenagem a Maria, à sua conduta exemplar. Podíamos não concordar muito com o que pregava, mas sempre nos respeitamos. Além de política, foi uma médica dedicada aos pobres, ao ser humano. (José Sarney – Ex-Presidente e Senador).⁹²

Maria Aragão era o símbolo da rebeldia do povo maranhense. Mulher destemida, ela se notabilizou pela defesa intransigente de suas ideias. Como médica, dedicou-se na vanguarda das lutas sociais que empolgaram várias gerações. Era uma guerreira, mas o seu grande ideal era a paz e a Justiça Social. Edison Lobão – Governador do Maranhão.⁹³

O Maranhão perde muito com a morte de Maria Aragão. Poucas pessoas deixam tantos exemplos como ela. Foi uma mulher corajosa, fiel aos seus princípios e o ser humano de integridade incomparável. Ela fez História. O tempo mostrará a sua grandeza. João Alberto Ex-governador do Maranhão.⁹⁴

As mensagens de José Sarney, Edson Lobão e João Alberto nos levam a fazer algumas reflexões. É preciso pensar no significado das memórias, aqui registradas pelos representantes políticos do Maranhão. A maneira como Maria Aragão é descrita por cada personagem nos faz ponderar sobre como se tornou a política após o fim da Ditadura Militar. Nesse novo contexto, as perseguições, prisões e torturas deram lugar a um espaço democrático, onde os adversários ideológicos eram isso, adversários, e não inimigos que deveriam ser cassados.

As falas de reconhecimentos externadas por cada um representavam um real sentimento de perda, não só dos políticos em questão, mas de um sentimento popular que

⁹² Homenagem do Ex-Presidente e Senador José Sarney, após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

⁹³ Homenagem do Governador do Maranhão Edson Lobão, após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

⁹⁴ Homenagem do Ex-Governador do Maranhão João Alberto, após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

reconhecia em Maria Aragão uma mulher de fato extraordinária. Na condição de historiadores, temos a consciência de que a história é tão simplesmente uma colcha de retalhos, e que cada pedaço forma a trajetória de vida de Maria Aragão, que se completa para dar novo ambiente e nova cor para o que se deseja construir sobre ela. A morte de Maria registra essa nova tonalidade para uma mulher que antes era subversiva, mas, agora, “deixará um vazio na história do Maranhão”, como citado na época pelo Senador José Sarney. Além desse, as palavras do Governador da época, Edson Lobão, que afirmou ser Maria uma mulher da “vanguarda das lutas sociais que empolgaram várias gerações”, ou as do ex-governador João Alberto, que disse ser Maria “uma mulher corajosa, fiel aos seus princípios e o ser humano de integridade incomparável

Dos Deputados Estaduais que também deixaram sua homenagem para Maria Aragão, citamos o Deputado José Costa (PSB) e Deputado Nagib Haichel (PTB), além da filha de Maria, a então vereadora Simone Macieira pelo PCdoB;

Um exemplo de mulher emancipada e de coerência na sua luta política na defesa dos interesses dos menos favorecidos. A Doutora Maria Aragão foi, sobretudo, um exemplo de mulher e de política do nosso Estado. Deputado José Costa (PSB).⁹⁵

O Maranhão perde uma pessoa exatamente capaz, tanto como médica, como política, pois ela sempre procurou dar um sentido diferente ao defender os menos favorecidos, lutando ao lado dos oprimidos. A Doutora Maria Aragão foi um exemplo de mulher, desde que começou a sua vida pública. Lamento profundamente e o Maranhão não vai esquecer essa perda. Deputado Nagib Haichel (PTB).⁹⁶

Antes de tudo ela foi uma revolucionária de paz e de justiça. Uma mulher que lutou para transformar a sociedade na busca de justiça e igualdade e lutando contra a miséria, contra a prostituição de meninas e contra a miséria que ainda existe neste País. (Simone Macieira, vereadora, filha de Maria Aragão).⁹⁷

Simone Macieira descreve as principais lutas travadas pela mãe, depoimento privilegiado por ter a acompanhado em distintos momentos de sua vida na política e na

⁹⁵ Homenagem do Deputado José Costa (PSB), após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

⁹⁶ Homenagem do Deputado Nagib Haichel (PTB), após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

⁹⁷ Homenagem de Simone Macieira, vereadora e filha de Maria Aragão, após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

carreira profissional como médica ginecologista. Maria era aquela mulher que dedicou toda uma vida para melhorar as condições de outras, principalmente as de baixo poder econômico. Aqui, também damos ênfase ao fato de, em 1991, sua filha ocupar cargo eletivo de vereadora da cidade de São Luís, pelo partido PCdoB. Esse fato demonstra mais uma das grandes facetas de Maria, que utilizou seu poder simbólico para influenciar e apoiar a carreira política da filha. Simone, ainda que fosse casada com um médico de família tradicional da política maranhense, sem dúvidas recebeu influência da mãe, militando um partido comunista, o PCdoB.

Na sequência das homenagens, gostaríamos de destacar uma que foi feita por uma mulher conhecida por Mundinha Araújo, que partilhou com Maria Aragão os mesmos campos de batalhas dos movimentos sociais no final da década de 1970 e década de 1980. Mundinha, que foi precursora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), fortaleceu o debate de ações afirmativas para conscientizar e melhorar a qualidade da população negra do Maranhão. Sem receio de afirmar, acreditamos que Mundinha trazia no cerne de suas lembranças o papel relevante que Maria exerceu durante todos os anos em que atuou como médica e representante de um partido de esquerda, que defendia a liberdade, a democracia e os direitos humanos: “Uma mulher, militante e companheira que ainda estava trabalhando nos movimentos sociais ativamente. Deixa uma grande lacuna”⁹⁸.

As homenagens foram além da vida de Maria Aragão. Após exatos 3 anos da morte, recebeu outro reconhecimento de amigos e de alguns representantes da classe política. Dentre esses, o então Deputado Federal, Haroldo Sabóia, que fez grandes movimentações políticas no Maranhão e em Brasília para que um projeto pudesse se tornar realidade: almejavam criar uma praça com o nome de Maria Aragão. Assim, em 1993, foi inaugurada a Praça Maria Aragão. Em 1997, o mesmo deputado, apoiado por amigos e familiares, idealizaram um novo projeto dando continuidade à memória de Maria Aragão. Para que sua história de vida pudesse ser conhecida e jamais esquecida, um Memorial seria construído.

Passados alguns anos da construção do Memorial, um grupo de amigos criaram o Instituto Maria Aragão (IMA), com a finalidade de que a história de vida de Maria Aragão não se perdesse com o tempo. Esse grupo reunia-se quinzenalmente e, com apoio de Haroldo Sabóia, conseguiu avançar na concretização do memorial. Em 9 de fevereiro de

⁹⁸ Homenagem de Mundinha Araújo - Diretora do Arquivo Público do Estado), após falecimento de Maria Aragão para o Jornal Estado do Maranhão, na data de 27 de julho de 1991.

2001, um dia antes da data alusiva ao seu aniversário, o IMA foi fundado. Por sua vez, a Praça Maria Aragão foi inaugurada em 24 de junho de 2004.

Diante dos fatos apresentados, podemos chegar à conclusão de que a Ditadura Civil-Militar foi um período de grandes desafios, perdas e ganhos para sua vida pessoal, política e profissional. O protagonismo que ocupou nos anos que perduraram a ditadura militar no Brasil, militando como principal liderança do PCB no Maranhão, proporcionou grande experiência política. Contudo, em mais um momento de sua vida nos parece relevante destacar que a profissão de médica passou a ser um fator de grande capital simbólico.

As redes de amigos e conhecidos construídos ao longo de sua trajetória política no Maranhão foi também acompanhada de atuação como médica, o que lhe permitiu maior alcance social e também poder. Maria Aragão não era uma simples militante comunista do PCB, era a “Dra. Maria Aragão”, nome que era acompanhado por um título profissional. Maria atuava profissionalmente com atendimentos particulares e em funções estratégicas na saúde em instituições públicas da rede municipal e estadual do Maranhão, o que a possibilitou prestar um trabalho de grande relevância. Desse modo, as redes de contatos tornaram-se de valor inestimável para que recebesse, ao longo de sua trajetória, diferentes e importantes apoios, como no tempo em que esteve na prisão – redes que se mantiveram até os últimos dias de sua vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos a trajetória para nos aproximarmos da realidade da vida de uma pessoa, é importante compreendermos que nenhuma história de vida é conclusiva. A personagem que buscamos conhecer em nada se apresenta conclusa. Ao adentrarmos na história de Maria José Camargo Aragão, temos a consciência que muito ainda há para revelar da história de uma mulher tão emblemática.

Dra. Maria Aragão, como é mais conhecida, foi uma criança de origem pobre que, nascida no interior do Maranhão na primeira década do século XX, formou-se em medicina nos primeiros anos da década de 1940, especializando-se em ginecologia na capital do Rio de Janeiro. E, no ano de 1945, ao se filiar no PCB, tornou-se uma importante líder comunista, bem como passou a prestar relevante trabalho na Capital São Luís, como médica ginecologista. A vida de Maria se torna relevante por evidenciarmos que o século XX foi cenário, em várias partes do mundo, de lutas de mulheres que quebraram paradigmas, criaram mecanismos para seu empoderamento e, principalmente, travaram lutas pela garantia de direitos para homens e mulheres.

O percurso vivenciado até o presente momento com a trajetória de Maria Aragão nos revela um emaranhado de possibilidades para refletir a história das mulheres no Brasil do século XX. O trabalho que, por ora, está sendo finalizado, é o resultado de uma pesquisa que teve como fio condutor a vida de Maria José Aragão. A partir dela foi possível compreendermos um contexto socioeconômico, cultural e político do Brasil do século XX, em que diferentes mulheres lutavam duramente por garantir seus espaços de poder e de direitos.

O trabalho apresentado sob nenhum aspecto se propõe a generalizações nem a encontrar respostas conclusivas, e, sim, buscar compreender como a pesquisada foi reconstruindo sua trajetória de vida diante das adversidades e dificuldades econômicas, sociais, culturais e políticas durante um século em que o machismo e o preconceito eram desafios incontornáveis.

Os caminhos trilhados para o desenvolvimento deste trabalho, desde as leituras, tendo o gênero, memória, feminismo como temas principais, foram, para a pesquisadora, um revisitar de seus ideais e crenças. Tornou-se impossível penetrar na vida de Maria Aragão, mergulhando nessa história, e não ficar impactada ou emocionada com o que se encontrava.

Maria Aragão não está aqui sendo apresentada como heroína, mas nos propusemos a evidenciar a trajetória de uma mulher que foi derrubando de forma paulatina os muros de uma sociedade patriarcal e machista, que precisou lutar contra preconceitos e com a estrutura conservadora da sociedade da época. Maria Aragão foi uma mulher emancipada, que negou um lugar designado às mulheres, rompendo barreiras e criando seus mecanismos de sobrevivência e de imposição.

Sobre o uso massivo das memórias de Maria Aragão neste trabalho, podemos contar com Ary Albuquerque Junior (2014, p. 18), que afirmou: ainda que as memórias sejam problematizadas em sua utilização e método, sua relevância não pode ser questionada. Ainda que a memória seja dotada de subjetividade, ela permite nos aproximarmos da época que está se colocando como pauta de pesquisa. Maria Aragão não foi evidenciada como sendo a “principal mulher militante comunista no Maranhão”, mas sua história nos leva a refletir sobre os diferentes contextos das mulheres nesse período, alguém que buscou trilhar caminhos diferentes, rompendo estereótipos ao lutar contra a cultura patriarcal de uma sociedade machista e dotada de grande carga de preconceito em relação aos direitos das mulheres. Maria aqui deixa o silêncio e passa a ter voz ativa.

Os depoimentos de Maria Aragão que aqui foram evidenciados não nos levam a perceber contradições significativas, mas é notório que as narrativas não foram as mesmas em todos os momentos que teve oportunidade de contar sua história. É evidente que em algumas ocasiões e para diferentes atores preferiu detalhar mais de sua trajetória ou se eximiu de conceder informações a outros.

Contudo, os documentos analisados e encontrados nos processos de prisão de Maria Aragão, e de outros comunistas durante a ditadura militar, passaram a ter relevância para validação de seus depoimentos, haja vista que, por ter sido monitorada, perseguida e presa, possibilitou que um significativo acervo fosse produzido sobre sua vida pela Justiça Federal e Justiça Militar do Maranhão. Ainda que várias fontes sejam de documentos produzidos pela própria Justiça Federal e Militar do Maranhão em tempos de ditadura, as informações puderam ser contrastadas através de depoimentos quando interrogada, de depoimentos de outros presos políticos, bem como testemunhas, pareceres de promotores e juízes que, para fazerem seus julgamentos, precisaram de informações da vida pessoal, política e profissional de Maria Aragão.

Sobre sua trajetória de vida, podemos apontar que as questões de gênero são amplamente identificadas quando se visualiza Maria Aragão, pois muitas foram as

realidades vividas no interior do partido que nos levam a acreditar que ela travou grandes batalhas para se construir como liderança política. O interior do partido apresentava características machistas em relação ao papel da mulher, um espelho da sociedade em geral. Muitas foram as situações em que a mulher foi colocada em segundo plano para as conduções do partido comunista brasileiro.

Maria se apresentava como mulher “dura”, que não media palavras, capaz de desafiar homens ainda que estivessem ocupando funções de poder, como nas situações em que esteve presa. É fato que o exemplo de vida de Maria Aragão representa as batalhas que centenas de mulheres tiveram que travar para que, ao lado de homens e estando nos mesmos espaços dos movimentos de militância política e resistência, pudessem ocupar um espaço com voz e vez.

São notórias as dificuldades encontradas em toda a trajetória de Maria para separarmos a profissional médica da militante política. Estivemos diante de uma mulher astuta que soube unir os interesses de sua profissão com os ideais políticos, e assim foi se construindo. Maria foi uma mulher com fortes ideais de igualdade, o que a levou a defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, os direitos das mulheres, políticas públicas de saúde e educação, assim como o fortalecimento da democracia e a justiça social.

Maria Aragão, assim como outras mulheres que viveram a militância política, não seguiu um modelo único, mas foi marcada por peculiaridades que envolveram sua profissão, formação, realidade social, cultural e política. As decisões que foi tomando ao longo de sua trajetória nos levaram a identificar uma mulher construtora de sua identidade política, e isso apoiada pela identidade profissional como médica no Estado do Maranhão.

É possível afirmar que Maria Aragão, uma mulher comunista, rompeu padrões estabelecidos, procurando questionar valores impostos às mulheres, principalmente no campo político. Não estamos afirmando aqui que o mesmo ocorreu de forma rápida, mas foi sendo construído paulatinamente ao longo de sua trajetória política e profissional. A profissão, como dito anteriormente, sempre acompanhou sua militância.

Em relação a seus valores, Maria não foi mulher que não se importava com as avaliações que a sociedade fazia a seu respeito, pois ela se incomodava, sentia-se magoada com o que pensavam a seu respeito. O maior exemplo é o contexto que envolveu representantes da Igreja católica quando retornou para o Maranhão, já médica e comunista. Ter sido vista por esses representantes como uma “prostituta” e “desviada”, ou uma “besta-fera”, realidade provocada por ter tido uma filha antes do casamento,

causou-lhes grandes incômodos. Maria de fato não se sentia confortável, pois, na sua opinião, ela era uma mulher que batalhava para ser mãe e havia lutado muito para tornar-se médica.

O incômodo de Maria Aragão foi tão profundo, que ainda que defendesse a liberdade de ser uma “mulher livre”, sem as amarras de um casamento formal, optou, diante da realidade dura de ser julgada pelo padre, pelo casamento. Como ela afirmou em depoimentos, o “casamento” tornou-se uma oportunidade de não mais ser estigmatizada pelo pároco ou por companheiros do partido. Isso prova que Maria Aragão não quebrou todos os paradigmas, pois teve que “ceder” a certas convenções para ser aceita socialmente.

Para Maria Aragão, o casamento não foi uma decisão fácil, pois afirmava que “sempre fui uma pessoa livre, muito dona de minha vida e não me seduzia a ideia de casar. [...] Mas eu tinha na cabeça o que os padres diziam nas missas”, e acrescenta ainda que “eu não podia arrebentar com o partido, não podia fazer nada que viesse a comprometé-lo (FRANCISCO, 1992, p. 92-93). Mesmo insatisfeita com o que era propagado a seu respeito e temendo que sua vida pessoal de mulher livre pudesse interferir na convivência com os companheiros do partido, aceitou o convite de casamento de Alfredo.

A mulher livre que Maria Aragão se dizia ser talvez tenha sido motivada pela propagação das ideias que surgiram nas décadas de 1950 e 1960, onde a liberdade aparece bastante em foco, indo de encontro à construção de uma mulher que precisava seguir os padrões patriarcais impregnados na sociedade. Para Ana Maria Colling (1977), a presença da mulher anjo e demônio era bastante evidente. O anjo era representado por Maria (mãe de Jesus) que pura e santa representava a mulher tradicional, dona de casa e do lar; já o demônio era identificado na pessoa de Eva, a pecadora e desviante, sexuada e sedutora, o que levava ao enquadramento social por parte da sociedade para as mulheres militantes comunistas.

No início da trajetória política de Maria a mesma era vista como mulher desviante, e as decisões que foi tomando no campo profissional e os cargos que foi ocupando em espaços públicos, na saúde nas redes municipais e estadual, provavelmente a levaram a ser reconhecida politicamente. Assim, acreditamos que as vezes em que foi presa, o posicionamento firme e de pulso forte entre os homens militantes do PCB, o trabalho como médica em interação diária com os pobres, é o que a foi dando condições de ocupar os espaços de poder dentro e fora do partido político.

É certo que Maria Aragão nunca poderá ser definida como filha, irmã, esposa ou amante dos homens que militaram politicamente nas ditaduras do Brasil, contexto comum nos documentos oficiais que descreveram as mulheres, mas foi, acima de tudo, a protagonista dessa história. Maria foi essa mulher que Torres (2010, p. 104) aponta ao afirmar que “a mulher que luta por mudanças ou contra o governo, é desviante, pois sai de seu lar para comunizar o país, e como o comunismo prega a não hierarquia entre homens e mulheres, estas estariam lutando para sair definitivamente do espaço a elas destinados, o privado”.

A história de Maria Aragão atesta as centenas de militantes comunistas que foram perseguidas, mal interpretadas, que defenderam a emancipação e garantia de direitos para trabalhadores e trabalhadoras. A mulher que fez a defesa para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária para todos.

A saga de Maria na busca por sua autoafirmação é identificada em diferentes momentos da vida, pois é o que se constata quando vamos compreendendo os percursos de sua vida no magistério, em que buscou garantir por diferentes meios um espaço profissional, bem como já formada médica com especialidade na ginecologia. Foi se construindo médica trabalhando para o povo em instituições públicas da área da saúde, o que foi conciliando com sua militância política comunista. A vida profissional voltada para o atendimento às mulheres da classe pobre foi território fértil para que pudesse despertar nelas o desejo de autonomia financeira, e, assim, tornarem-se donas de suas vidas e corpos. Maria, ainda que não se identificasse como feminista, lutava pelos mesmos ideais que o feminismo das décadas de 1930, 1960 e 1970.

Sobre os movimentos feministas que sacudiram o Brasil e o Mundo no século XX, é possível que ela tenha se identificado com alguns ideais, mas é fácil perceber que as questões de raça, gênero e classe não estavam contemplados no movimento feminista. Tal contexto nos permite refletir sobre as motivações que levaram Maria a resistir por décadas e a não se envolver em movimentos feministas de forma direta e a não se reconhecer como feminista. Contudo, as palavras de Raquel Soihet e Joana Pedro (2007, p. 287) esclarecem as opções políticas de Maria Aragão em relação ao seu posicionamento em torno das lutas feministas, quando afirmam que “a fragmentação deu uma ideia universal de mulheres por classe, raça, etnia, geração e sexualidade”, o que se associava a diferenças políticas no seio do movimento feminista. Nesse sentido, é possível afirmarmos que Maria não acreditava em um único modelo de luta para as mulheres, mas em um coletivo de identidades com suas múltiplas especificidades de necessidades e direitos.

É evidente que todas as bandeiras que defendia estavam em acordo com os ideais feministas, contudo, é no final da década de 1970, período que registra o fim do processo de prisão e a sua liberdade, que Maria Aragão enxerga o movimento feminista com novas perspectivas, levando-a a se envolver nos movimentos de mulheres nas últimas décadas de sua vida – época dos movimentos sociais e, principalmente, o período em que a redemocratização do país passou a ser reivindicada e vivida na sociedade brasileira.

É provável que, ainda na década de 1970, Maria já estivesse mudando de opinião e comportamento, entendendo que já era possível se envolver em movimentos ditos feministas no Maranhão. Como já defendia Méndez (2005, p. 28), “a verdadeira transformação social nas relações sociais defendidas pelo movimento feminista só ocorreria quando todas as formas de opressão individual e política contra as mulheres fossem revistas”.

Maria Aragão se aproximou dos movimentos da década de 1970 em que estiveram as mulheres de esquerda, diferentes grupos que existiam na época e se enxergavam em um mesmo campo político, atuando em oposição ao regime autoritário. De acordo com Lobo (2017, p. 40), o movimento feminista brasileiro, mesmo não alcançando êxito em muitas das propostas que defendeu e não ter conseguido a adesão de uma parcela da população feminina, alcançou papel predominante na conscientização dos seus direitos. Muitas foram as atuações de Maria Aragão à frente de sindicatos e associações que defenderam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras no Maranhão nos anos seguintes após sua libertação em 1978. Sua militância na década de 1980 foi voltada totalmente para os diferentes tipos de movimentos sociais.

Contudo, ainda que as mulheres não tenham representado todo o movimento operário, elas tornaram-se combativas nos movimentos grevistas (PENA, 1981, p. 183). Maria Aragão foi uma dessas mulheres que, até os últimos dias de sua vida, permaneceu firme nos ideais de luta e defesa dos interesses da população que mais precisava.

As redes que Maria foi construindo ao longo da vida foram de fundamental importância para que pudesse chegar e ocupar os mais diferentes lugares, assim como o reconhecimento por parte da sociedade e de representantes da política maranhense. Toda sua trajetória profissional e política foi sendo construída com base em pessoas que foi conhecendo e firmando contatos.

As redes de relacionamento de Maria Aragão foram extensas, pois o campo político e profissional lhe permitia maior mobilidade entre as diferentes classes sociais. Maria como médica, percorreu, durante os anos no exercício de sua profissão, espaços da

elite local, conhecendo diferentes profissionais da classe médica no Maranhão e fora, pois, participava de cursos de formação continuada, realizando atividades específicas da profissão. Por fim, recebeu o reconhecimento da categoria para representar o sindicato dos médicos no Maranhão-

As redes de Maria também se estenderam às classes sociais mais baixas via o trabalho que realizava com mulheres de bairros em Postos de Saúde e Hospital Aldenora Belo, na ala da oncologia, dois importantes centros de saúde pública. Com esses aspectos apresentados, podemos defender que o reconhecimento e apoio que Maria Aragão teve foi baseado no exercício de sua profissão com médica. Maria, ainda que fosse a militante comunista do Maranhão, que defendia interesses divergentes da classe política tradicional, era antes de qualquer coisa a “Dra. Maria Aragão”. Suas narrativas e o que foi possível colher da trajetória de Maria a partir das fontes, nos levam a uma mulher decidida e que soube aproveitar as oportunidades que suas redes puderam lhe proporcionar.

Sobre a militância política de Maria Aragão no Maranhão a partir de 1945, os depoimentos autobiográficos e demais fontes pesquisadas, demonstram as muitas formas e estratégias utilizadas pelos militantes políticos do PCB no Maranhão, o que reflete as dificuldades de um partido que, por quase todo o século XX, esteve na ilegalidade. A vida de Maria torna-se reveladora para pensarmos as dificuldades que as mulheres comunistas do PCB tiveram para quebrar os estigmas de uma sociedade preconceituosa e machista fora e dentro dos partidos políticos.

Durante a repressão vivida no Brasil no período da Guerra Fria, as redes de educação clandestina foram de grande relevância para garantir a sobrevivência do partido que se encontrava na ilegalidade. A partir da Ditadura Militar que iniciou em 1964, apresentou-se uma Maria mais firme e decidida em suas ideias de luta, capaz de resistir à opressão, às injustiças, bem como se afirmar nos espaços de poder.

Sobre as torturas vividas por Maria Aragão durante a ditadura, observamos que seus depoimentos não descreveram os detalhes, realidade que foi possível identificar nos documentos referentes aos depoimentos de Maria Aragão, quando passou por interrogatórios.

Foi uma vitória se projetar no PCB e se manter ao longo de décadas como militante de destaque na direção do partido, pois superou um percurso repleto de pedras no caminho. Para tanto, procurou aproveitar as oportunidades que a carreira de médica lhe possibilitava, ampliando suas redes de contato e conseqüentemente adquirindo melhores

condições para caminhar de forma mais confiante pela militância, construindo no dia a dia a história de uma mulher politizada que lutava por seus interesses ideológicos, pessoais e profissionais.

Diante dos aspectos apresentados referentes a trajetória de Maria José Aragão, podemos acrescentar como parte das reflexões que aqui estão sendo realizadas o estudo realizado por Maíra Vendrame (2021) ao trazer a história de uma imigrante europeia que desempenhava o ofício de parteira na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ao abordar os percursos da trajetória de Joanna Mehnert, a autora deixa evidente que ela possuiu “capital relacional que contribuiu e garantiu benefícios como proteção e amparo”, bem como “As amizades realizadas através da atividade profissional e se transformaram em recursos que garantiram certa segurança para agir e acionar apoio quando denunciada às autoridades públicas” (VENDRAME, 2021, p.94). A trajetória de Joana Mehnert pode ser comparada com a trajetória de vida de Maria José Aragão, quando essa ao longo de suas tomadas de decisões buscou acionar diferentes grupos de apoios que lhe possibilitou em diversas ocasiões de sua vida proteção e apoio.

Maria Aragão, construiu uma rede de conhecidos e amigos através da atividade profissional, enquanto médica no Maranhão, o que se tornou em diferentes circunstâncias de sua vida de grande importância para que pudesse alcançar êxito no campo profissional e na militância política como comunista. Como Joanna Mehnert, Maria também “teve uma trajetória de crescente conquista de espaço, prestígio e de relativo sucesso” (VENDRAME, 2021, p. 94).

A trajetória de Maria Aragão, a mulher de origem pobre e que se formou em medicina, atuando como grande liderança comunista entre as décadas de 1940 e 1980, nos leva a concluir que falar das mulheres é permitir que um emaranhado de possibilidades seja apresentado sobre a vida das que lutaram para ocupar espaços a elas negados, e, principalmente, que pudessem ser reconhecidas garantindo direito de vez e voz. Observar as particularidades e singularidades de Maria Aragão tornou-se fundamental, na medida em que foi possível avaliar seu comportamento, reações e tomadas de decisões de forma a observar que a mesma fez de suas redes um mecanismo para alcançar o sucesso, superando inúmeros desafios nos diferentes contextos de sua vida.

6. FONTES

A CLASSE médica telegrafa ao Supremo Tribunal Federal. **O Combate**, São Luís, 26 de nov. 1951. Disponível em: < <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

A GREVE impediu a transferência da operária. **Tribuna do Povo**. São Luís, 7 de maio 1955, p. 3. Disponível em: < <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

A MÉDICA vermelha de São Luís vai ser submetida a uma junta médica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 out. 1951.

A PRISÃO de Maria Aragão. **O Combate**. São Luís, 8 de out. 1951.

ARAÚJO, M. A. P. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís, 2014, p. 389.

AZEVEDO, E. **Uma subversiva no fio da história** / Emílio Azevedo. - São Luís: Vias de Fato, 2016.

BOA tarde, doutor. **O Combate**, São Luís, 16 de out. 1951.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar, Nº 810. Estado da Guanabara, RJ, 11 de março de 1965. **Correição Parcial**. Advogados requerem Correição Parcial nos autos do I.P.M., a que respondem na Auditoria da 10ª Região Militar, a fim de ser declarada incompetente a Justiça Militar para processá-la e julgá-la.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar Nº 810. Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 12 de março de 1965. **Correição Parcial**: Willian Moreira Neto e Outros, requerer C.P. nos autos do I.P.M, a que respondeu na Auditoria da 10ª Região Militar.

BRASIL, Supremo Tribunal Militar Nº 4200 da 10ª Região Militar. Estado do Ceará, 18 de julho de 1966. **Recurso Criminal**. Recorrente: A Promotoria da Auditoria da 10ª Região Militar. Recorrido: Auditor que deixou de receber a denúncia contra Maria José Aragão e Outros. Incurso na Lei nº 1802/53, art. 2º itens I e IV; 5ª; 9ª; 10ª; 11º letras a e b; 12ª; 13ª.

BRASIL. Justiça Militar. Auditoria da 10ª Região Militar Nº 7/67. Estado do Ceará, Fortaleza, 2 de março de 1967. **Autora a Justiça Militar**, Maria Jose Aragão e Outros. Crimes do Artigo Art. 2º itens I e IV; 5ª; 9ª; 10ª; 11ª letras a e b; 12ª; 13ª da Lei nº 1802/53.

BRASIL. Justiça Militar. Auditoria da 10ª Região Militar Nº 13/66. Estado do Ceará, Fortaleza, 25 de abril de 1966. **Acusado**: Maria José Aragão e Outros. Crime do Artigo: Art. 2º itens I e IV; 5ª; 9ª; 10ª; 11ª letras a e b; 12ª; 13ª da Lei nº 1802/53.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar Nº 4200. Estado do Ceará, Fortaleza, 18 de julho de 1966. **Recorrente**: A Promotoria da Auditoria da 10ª Região Militar. Recorrente: O Despacho do Dr. Auditor que deixou de receber a denúncia oferecida contra Maria José

Aragão e Outros, Incurso na Lei nº 1802/53, art. 2º itens I e IV; 5ª; 9ª; 10ª; 11º letras a e b; 12ª; 13ª.

BRASIL. Justiça Militar. Auditoria da 10ª Região Militar. Circunscrição Judiciária Militar, Nº 18/73. Estado do Ceará, 1978. **Livramento Condicional**. Requerente: Maria José Aragão.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar Nº 4603. Estado do Ceará, Fortaleza, 19 de março de 1965. Recurso Criminal. **Recorrente**: A Promotoria da Auditoria da 10ª Região Militar, que julgou competente a J.M, para processar os civis Maria José Aragão, e outros.

CUNHA, Douglas. Prefeitura inaugura memorial. **O Imparcial**, São Luís, 25 jun. Geral, p. 4, 2004.

DIRIGE-SE à A.B.I. O Governador do Maranhão. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 de out. 1951.

EM LIBERDADE a Dra. Maria Aragão. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1951.

ENCERRAMENTO da passeata na praça João Lisboa. **Tribuna do Povo**, São Luís, 6 de dez. 1958.

FLAGRANTE por presunção. **O Combate**. São Luís, 10 de out. 1951.

FRANCISCO, A. In: ARAGÃO, Maria. **A razão de uma vida: depoimentos colhidos por Antônio Francisco**. São Luís: SIOM, 1992, p. 176.

HABEAUS-CORPUS em favor da Dra. Aragão. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 26 de out. 1951.

INSTITUTO MARIA ARAGÃO. **95 anos de Maria Aragão e 4 do IMA**, São Luís, fev. 2005. Edição especial, p. 14.

INTRANQUILA a situação em São Luís: perspectiva de novas agitações e grande pressão policial. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 de out. 1951.

IPM 709 (INQUÉRITO POLICIAL MILITAR n. 709). (1967), **O comunismo no Brasil**. V. A ação violenta, vol. 4. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.

MARIA ARAGÃO e a organização popular. Documentário realizado pela **Escola Nacional Florestan Fernandes**. www.expressaopopular.com.br Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x0q1A6HiPw>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MOREIRA NETO, E. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura** / Euclides Moreira Neto. São Luís: Engenho, 2015.

O PROGRAMA do PCB: novas perspectivas para as mulheres brasileiras. **Tribuna do Povo**, São Luís, 5 mar. 1955, p. 4.

PERMANECE presa Maria Aragão. Os autos de habeas-corpus, estão em poder do doutor Costa Fernandes Sobrinho. **O Combate**, São Luís, 29 de out. 1951.

PREFEITURA entrega à população obra de Oscar Niemeyer: shows marcam inauguração da praça e memorial Maria Aragão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 jun. 2004, p. 4.

SALGADO, A. **MARIA ARAGÃO, 78 anos de vida e 43 anos de luta**. Revista. Livraria Cultura e Paz. São Luís, fevereiro, 1988.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. - São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALFENAS, Ana Raquel Barbosa. *et al.* Hiperemese gravídica associada a fatores psicossociais: revisão sistemática. **Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais**, Juiz de Fora, v. 1, n. 9, p. 63-68, ago. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/rosyf/Downloads/24049-Texto%20do%20artigo-94731-1-10-20180201%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/rosyf/Downloads/24049-Texto%20do%20artigo-94731-1-10-20180201%20(2).pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

ALMEIDA, Marli de. **Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul**. História: debates e tendências. Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 477-493, set./dez. 2019.

ALVES, Irácella da C. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). **Revista Esboços**, Florianópolis, v 25, n. 40, p. 435 – 452, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2018v25n40p435/38357>>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

ALVES, Moreira; HELENA, Maria. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 5ª ed. 1989.

ANDRADE, Beatriz M. de. O discurso educacional do Maranhão na Primeira República: uma análise de conteúdo. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARBOSA, Viviane. de O. Trabalho, conflitos e identidade numa terra de babaçu. **História Social**, Campinas – SP, n. 14/15, p.255-275, 12 ago. 2008. p. 260.

BELTRÃO, Kaizô. I; ALVES, José Eustáquio D. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. In.: **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2017.

BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas**. Volume I. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTH, Joice. **Empoderamento** / Joice Berth – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. In.: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes: os setes saberes necessários à educação do presente. 21 a 24 de set. 2010, Fortaleza. Anais...Fortaleza: UECE, 2010. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/a_mulher_e_a_universidade.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BIROLI, Flávia. 1975. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

BOING, A. **Santa Inês – Ma – 45 anos: um tributo à classe política** / Antônio Boing – Santa Inês – Ma: Lithograf, p. 15, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Figueiredo, Janaina; P. Amado Baptista de; Ferreira, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas. Edição do Kindle, p. 231, 2006.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. AMADO, J. (Coords). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1998.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BONFIM, Maria. N. B. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA (Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 12), 1985, p. 17.

BORGES, Arleth S. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais**. São. Luís: EDUFMA. 2008.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Com. pp. 113–116, 2008.

BLAY, Eva A. **Inquisição, Inquisições: aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30**. Tempo Social; Rev. Sociologia. USP, São Paulo, 1(1): 105-1330, 1º sem. 1989. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/H3VMJr76Rbkzw87Zwn7PHFr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Elizabeth dos S. **A constituição social da memória: Uma perspectiva histórico-cultural**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.

BRASIL, **Ato Institucional nº1 de 09 de abril de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 284 de 28 de outubro de 1936. **Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências**. Brasília-DF, 1936. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-284-28-outubro-1936-503510-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Câmara de Coordenação e Revisão, 2. Crimes da ditadura militar / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal**. – Brasília: MPF, 2017.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo** - Lutas Políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís, Editora: Lithograf, 1998.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. **Geledés**, 06/03/2011. Disponível em :<<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 30 fev. 2022.

CALDEIRA, José de R. **Mudanças sociais no Maranhão**. **Revista Ciência e Cultura**. Belo Horizonte, v. 32, n. 6, p. 699-713, jun. 1980.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, M. L. T. **Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. Proin: Projeto integrado “Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo”. Disponível em:<http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de A. **Os arquivos da polícia política como fonte**. Registro, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 5-11.

CARVALHO, Carlos J. de. **Ascensão e crise da economia açucareira/ Carlos Jesus de Carvalho**, São Luís: Eduema, 2015.

CERTEAU, Michel. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 15ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane; OLIVEIRA, Giulia. **Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p452/37960>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais / Carlos Chagas**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COLLING. Ana M. **A resistência da mulher à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

COSTA, Ana. A. A. SANDENBERG, Cecília B. **O Feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva**. In. O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Izabel C. G. da. Uma rede prestista: os diversos fios dos “filhos” da carta aos comunistas no PDT. **Revista Perseu**. nº 9, Ano 7, 2013. Disponível em:<file:///C:/Users/rosyf/Downloads/70-Texto%20do%20artigo-95-1-10-20180416%20(1).pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

COSTA, Wagner. C. da. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). In:_____. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: UFMA. 2004.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Beca produções culturais Ltda, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Jan, 2002, vol.10, no.1, p.171-188. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

DAVIS, A. 1944. **Mulheres, raça e classe** / Ângela Davis; tradução Heci Regina Candiani. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucília. de A.N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo** vol.14 n .28 Niterói, 2010, p. 126. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DUARTE, Ana. R. F. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2009. Disponível em:<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93387>. Acesso em: 15 set. 2021.

EVANGELISTA, Marcela. Boni. Aborto, militância e subjetividade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2): e58758 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n258758, 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ref/a/5rdQHZKgzVfDrkZb64Cg5cg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. IPM 709 (Inquérito Policial Militar n. 709). **O comunismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. **Memória e História**. São Paulo: Editora Paz e Terra (Record), 2008.

FERREIRA, Daniel A; FILHO, J. REIS. (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. vol.1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de Março de 1964 e a ditadura militar** / Carlos Fico. 3 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

FREITAS, A. Gonçalves Bueno de. Para que(m) contar a História das mulheres professoras, literatas paraibanas? In: MACHADO, Charliton José dos Santos e NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 7-14.

_____. **Vestidas de Azul e branco: um estudo de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950)**. Campinas: UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, nº43, novembro, 2011, p. 26-44.

GOMES, A. de Castro. A guardiã da memória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOODSON, Ivo F. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p.241-252, maio/ago. 2007.

GREEN, James. **A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 205-216, jan/jun 2011.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, L. de F. Nogueira. **Uma questão de consciência**. 95 Anos de Maria Aragão e 4 do IMA, São Luís, p. 24, 10 fev. 2005. Edição especial.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, II**, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, Florianópolis, Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. 2002. Ed. Singlo XXI de España Editores. Príncipe de Vergara, Madrid. Em coedición con Social Science Research Council, 2001. Disponível

em: <<http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayeryhoy/DiplomadoJT2015/Mod2/Los%20trabajos%20de%20la%20memoria%20Elizabeth%20Jelin.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

JUNIOR, Ary A. C. Nos tempos da ditadura: a memória de uma mulher baiana na resistência. **Revista Olhares Sociais** / PPGCS / UFRB. vol. 3, nº 01, 2014.

KARSBURG, Alexandre. “A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias”. In: VENDRAME, Maíra (et. al.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

KASBURG, A. VENDRAME, Maria Inês. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-história. Maíra Inês Vendrame, Alexandre Kasburg e Paulo Roberto Staudt Moreira. (Orgs). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

KENARD, Roberto. Com bandeja na mão, legalidade é farsa. **Revista Impactos**, Ano I, Nº V – São Luís – abril, 1985.

LACERDA, Maykon A. As cangalhas maranhenses: o coronelismo configurado na imagem de Vitorino Freire, entre 1945 à 1965. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v.5, n.2, p. 115-131, ago/dez 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/40345/23221>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LACERDA FILHO, M. **A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)**. 2011. 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103093>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

LARA, R. SILVA, M. A. da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serv. Soc., São Paulo, n. 1222, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Corpo e gênero dos gregos e Freud. Rio de Janeiro: Relumê Dunará, 2001. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840778/mod_resource/content/0/Thomas-Laqueur-Inventando-o-Sexo%281%29.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2013, p. 419-476.

_____. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 167-182.

_____. “A proposito di microstoria”, In: BURKE, Peter. **La Storiografia contemporânea**. Bari: Laterza, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LEYDESDORFF, S. Desafios do Transculturalismo. Ferreira, Marieta de Moraes (org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, p. 77 - 2000.

LEÃO, Viviane M. Z. **Mulheres e o imaginário comunista** (uma nova história: uma história nova) 1945-1956. Dissertação Mestrado em História pela UFPR, Curitiba, 2003.

LIMA, Heitor F. **Caminhos Percorridos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LYRA, Rubens P. Catolicismo e práxis política: da ditadura à atualidade. Site **A Terra é Redonda**. 28/08/2020. Disponível em:< <https://aterraeredonda.com.br/catolicismo-e-praxis-politica-da-ditadura-a-atualidade/%3E>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista - Bahia Fevereiro de 2017. Disponível em:< <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Daniella-Ata%C3%ADde-L%C3%B4bo.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

LOSURDO, Domênico. Stalin. **A análise crítica da lenda negra**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, M. H. **Os médicos no Brasil**: um retrato da realidade. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. 244 p. ISBN: 85-85471-05-0. Disponível em:<<https://static.scielo.org/scielobooks/bm9qp/pdf/machado-8585471050.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração. Goiânia, GO – Brasil, 2008. Disponível em:<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MACIEL__David.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MARQUES, Teresa C. N. A regulamentação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 667-686, set-dez, 2016. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARTINS, A. P. Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS Filho, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Revista Olhares Sociais / PPGCS / UFRB**, Vol. 03. Nº. 01 – 2014. Disponível em:<<http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/3-Nos-Tempos-da-Ditadura-A-Mem%C3%B3ria-de-Uma-Mulher-Baiana-Na-Resist%C3%Aancia-Ary-Albuquerque-Cavalcanti-Junior.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

MEIRELES, M. Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo**: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos de 1960. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008. Humanas. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16887>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. A descoberta do segundo sexo: intelectuais brasileiras e suas aproximações com o feminismo. **Fazendo Gênero** 9. Diáspora, Diversidade, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto. 2010. Disponível em:<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278011216_ARQUIVO_textocompletonataliapietramendez.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MINELLA, Luzinete S. **Seminário Internacional Fazendo Gênero** 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em:<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381512334_AR

QUIVO_LuzineteSimoeseMinella.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2022. Acesso em: 15 jun. 2022.

MIRLA Cisne; CASTRO, Viviane V; OLIVEIRA, Giulia M. J. C. de. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, set./dez. 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rk/a/sVLLgJKMPHdvmxgr6JQSVDP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MOURA, Nayara A. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 2, n. 2, Recife, pp. 62-86, 2018. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/241600>>. Acesso em: 05 abr. 2022.
MOTA, Carlos G. (org.) **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MONTENEGRO, Antônio T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades. São Paulo: **Revista de Antropologia**, nº 33, 1990.

NERY, Vanderlei Elias. “Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites”. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.24, p.70-77, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NÓVOA, Antônio. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2007.

NUNES, Guilherme M. **Mulheres comunistas no Brasil**: Elisa Kauffman Abrawarich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965). Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2021. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223948/001128208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1935-1955). v. 9 n. 2 (2017): Edição 24 - **Temporalidades**, Belo Horizonte, Vol. 9, n.2 (mai./ago. 2017). Disponível em:< <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5909/pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

OLIVEIRA, Raíssa G. de. Operação Condor: o terrorismo de Estado no Cone Sul e o papel hegemônico dos Estados Unidos. **RICRI** Vol. 1 No. 1, pp. 30-52.

OSTOS, Natascha S. Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Artigos • **Cadernos Pagu** (39), julho-dezembro de 2012:313-343. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200011>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRO, Joana M. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. **Clio – Série**, Revista de Pesquisa Histórica – n°. 26-1, 2008. Disponível em:< <https://drive.google.com/drive/folders/1x61v75vEKoxuPeuDKxQIXxe5iK10jGpw>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PERALVA, Osvaldo. **O Retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

PEREIRA, L. Lombardo C. Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 jul de 2013, Natal RN. Disponível em<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364936214_ARQUIVO_anpuh.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história** / Michelle Perrot: tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres** / Michelle Perrot; [tradução Ângela M. S. Corrêa]. 1. ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.

PETRILÁK, V. Kraenski, M. “Abranches”. **1964: o elo perdido – O Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista** / Mauro Abranches Kraenski e Vladimir Petrilák – Campinas, SP: VIDE Editorial, 2017.

PINTO, Céli R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Pimentel J. **Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PINTO, Rosyjane P. F. **Movimentos sociais, aprendizagem e mulheres do povoado de Coquelândia/Imperatriz/Maranhão**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 30 out. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1057>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15 tradução Dora Rocha Flaksman.

_____. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha J. Ribeiro. **Proj. História**. São Paulo, 14 fev. 1997. Disponível em <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20%20E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PRESTES, Anita L. **Centenário do PCB: Luiz Carlos Prestes e a “Carta aos comunistas”** (1980). Blog da Bom Tempo. *Publicado em 03/01/2022*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2022/01/03/centenario-do-pcb-luiz-carlos-prestes-e-a-carta-aos-comunistas-1980/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PRIORE, Mary. Del. **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bannasezi (Coord. de textos). 8. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade** [online]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. E-book

RAMOS, Maria B. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. **Revista Estudos Feministas**. 1 semestre, Ano 1, 2002.

REIS, Daniel A. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos** / Daniel Aarão Reis – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão**. São Luís: UNIGRAF, 2007.

REVEL, J. A biografia como problema historiográfico. In: **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 235-248.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03>> . Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. Acesso em: 15 set. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O lugar é; lugar de fala?** / Djamila Ribeiro, - Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** / Djamila Ribeiro. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Denise F. O exílio das esquerdas pré – 1964 a anistia e os “indesejáveis”. **Revista Angelus Novus**. USP - Ano VII, n. 11, pp. 117-130, 2016. Disponível

em:<file:///C:/Users/rosyf/Downloads/98971-Texto%20do%20artigo-269196-1-10-20170929.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROHDEN, Fabíola. “Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 2002, ano 8, nº 17. Pp. 101-125.

ROVAI, Marta G. de O. (2013). Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, 16(2), 129–148

SAGGIORATO, Alexandre. **Anos de chumbo: roch e repressão durante o AI-5**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008. Acesso em 25 de maio de 2022. Disponível em:< <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/136/1/2008AlexandreSaggiorato.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2022.

SALES, Jean R. **O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política**. Diálogos. Maringá, 2003.

SAMAIN, Etienne. “Ver e Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre. (1)- jul./set., 1995.

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória e teoria social**. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, p.71-99, jul/dez.1995.

SILVA. M. L. da. (orgs). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 7-14.

SILVA, Marcelo Fontenelle e. **A besta-fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão**. 2017. 209 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / CCH) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. Disponível em< <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2002>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVEIRA, Éder da S; MORETTI, Cheron Z. Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 193-208, out./dez. 2017. Disponível em:< <file:///C:/Users/rosyf/Downloads/50178-220012-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SLUZKI, Carlos E. **A Rede Social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOIHET Rachel; PEDRO Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUSA, Cíntia P. de. Gênero e Universidade no Brasil: acesso ao ensino superior e condição feminina no meio universitário. In: Consuelo Flecha García; Alicia Itatí Palermo. (Org.). **Mujeres y Universidad em España y America Latina**. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila Editores, v. 1, 2008, p. 153-171.

SOTANA, Edvaldo. C. **Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria: uma prática de militantes comunistas brasileiros**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

TELES. Maria A. de A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, v. 2, n. 2, p. 9-18, Bauru, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/viewFile/173/97>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Pedro R. Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradictions. In: HARTOH, François. REVEL, Jacques (dir.). **Les usages politiques du passe**. Paris: Enquête – Éditions de L’École des hautes Études em Sciences Sociales, 2001, pp. 129-156.

TORRES, Mateus G. Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira. **Revista Digital**, Florianópolis, nº 4, p. 93-105, 2010. Disponível em <: <https://www.passeidireto.com/arquivo/21898159/lutar-para-manter-lutar-para-romper-a-mulheres-e-a-ditadura-militar-brasileira>> Acesso em: 23 dez. 2019.

TRIBUZI, Bandeira. **10 Estudos inéditos**. Bandeira Tribuizi, 2ª ed. São Luis. Academia Maranhense de Letras, 2017, 219p.

VENDRAME, Maíra. et al. **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2020.

VENDRAME, Maíra. I. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)** / Maíra Inês Vendrame. - São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. Parteiras imigrantes: atuação, conflitos e redes de apoio no campo profissional (Porto Alegre, final do século XIX). **Anuario de la Escuela de Historia Virtual** – Año 12 – N° 19 – 2021: pp. 70-97. ISSN: 1853-7049. Acesso em: 29 mar. 2022.

WEIMER, Rodrigo de A. A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 - tempo

presente). **Revista Tempo.** Disponível em:<<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1468.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

WOLFF, Cristina S. Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul. **XXVII Simpósio Nacional de História.** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em:<http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/27/1364648266_ARQUIVO_Generoematernidadeanpuh2013.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.